

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Educação – Programa de Pós-Graduação em Educação

Frederico Alves Lopes

**À SOMBRA DESTA MANGUEIRA:
OCUPAÇÃO GUARANI KAIOWÁ SOB PROTAGONISMO INFANTIL**



Arte: André Luiz (Dé), 2013.

Belo Horizonte
2019

FREDERICO ALVES LOPES

À SOMBRA DESTA MANGUEIRA:

OCUPAÇÃO GUARANI KAIOWÁ SOB PROTAGONISMO INFANTIL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação, da Faculdade de Educação, na Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito para finalização e aprovação no Mestrado Acadêmico em Educação.

Linha de Pesquisa: Política, Trabalho e Formação Humana.

Orientação: Profa. Antônia Vitória Soares Aranha.

Belo Horizonte
2019

L864s
T

Lopes, Frederico Alves, 1989-

À sombra desta mangueira [manuscrito]: ocupação Guarani Kaiowá sob protagonismo infantil / Frederico Alves Lopes. - Belo Horizonte, 2019. 291 f., enc., il.

Dissertação -- (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

Orientadora: Antônia Vitória Soares Aranha

Bibliografia : f. 271-281

Anexos: f. 282-287

Apêndices: 288-291

1. Educação -- Teses. 2. Trabalho e educação -- Teses. 3. Crianças -- Teses. 4. Ocupação Guarani Kaiowa -- Teses. 5. Território -- Teses. 6. Protagonismo infantil -- Teses.

I. Título. II. Aranha, Antônia Vitória Soares. III. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

CDD- 155.418

Catálogo da Fonte: Biblioteca da FaE/UFMG (Setor de referência)

Bibliotecário: Ivaney Duarte. CRB6 2409



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL



ATA DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO DO ALUNO FREDERICO ALVES LOPES

Realizou-se, no dia 30 de agosto de 2019, às 14:00 horas, Sala da Congregação, da Universidade Federal de Minas Gerais, a 1366ª defesa de dissertação, intitulada *À Sombra dessa Mangueira: Ocupação Guarani Kaiowá sob protagonismo infantil*, apresentada por FREDERICO ALVES LOPES, número de registro 2017654480, graduado no curso de CIENCIAS SOCIAIS, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em EDUCAÇÃO - CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL, à seguinte Comissão Examinadora: Prof(a). Antonia Vitoria Soares Aranha - Orientador (UFMG), Prof(a). Maria de Fatima Almeida Martins (UFMG), Prof(a). Fernando Conde Veiga (UFV), Prof(a). Deusiane da Silva Lucas (Representante da Ocupação Guarani Kaiowá).

A _____ comissão _____ considerou _____ a
dissertação: Aprovada.

A Banca sugeriu e o candidato acatou a mudança de título da dissertação para: _____

Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos membros da Comissão.
Belo Horizonte, 30 de agosto de 2019.

Lorena Maia - Secretário(a)

Prof(a). Antonia Vitoria Soares Aranha (Doutora)

Prof(a). Maria de Fatima Almeida Martins (Doutora)

Prof(a). Fernando Conde Veiga (Doutor)

Prof(a). Deusiane da Silva Lucas (Especialista)

*Para Maria, Edith e Lola
Minhas queridas avós
Raízes da árvore da minha vida.*

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é fruto de um esforço coletivo, assinado por muitas mãos. Por mais simples que pareça, a ação humana necessita de empenho pessoal, mas também de contribuição coletiva. E aqui agradeço e retribuo, mesmo que em simples palavras, algumas das generosas contribuições que recebi:

Camila, Miss Aracaju. Com simplicidade e sabedoria me eleva ao posto de homem mais sortudo do mundo, norteando contornos desse trabalho e também da minha história.

Ana e Heli, mãe e pai, gêmeos de alma. Não necessitam de títulos, são Mestres da vida, apoiando meus sonhos desde 1989.

Dani e Gisa, primogênita e caçula. A sensibilidade feminina que me torna mais humano. Minhas irmãs, se não fossem vocês, como eu seria menor.

Neusa, Amandinha, Danilo, Lucas, João, Helô, Gabriel, Leo, Sílvia, Carlos, Juarez Dayrell, Inês Teixeira, Antônio Júlio, Leôncio, Lívia, Ana Galvão e muitas(os) outras(os) amigas(os) da FaE. Têm muito de vocês nesse texto.

Joanice, Rose, Gilson e Isabela, funcionários do Colegiado da Pós-Graduação, pela destreza em atenderem nos meus anseios burocráticos.

Antônia Aranha, minha querida orientadora, que me disponibilizou a devida autonomia e liberdade no desenvolvimento desse trabalho.

Deusa, Nayara, Talita, Nancir, Shirley, Paloma, Wendel, Willer, Chocolate, Das Neves e todas(os) moradoras(es) GK, que me acolhem na Ocupação, ensinando o valor da simplicidade para a construção da morada da vida.

Nina, Bebê, Pâmela, Yara, Oséias, Maria, Thainá, Nicolle, Samuel, Jamylle e demais crianças GK, coautoras desse trabalho e protagonistas dessa Ocupação, serumaninhos iluminados, que encham de luz o mundo.

Bell, Ramon, Thais, Marina, P.A., Ana e Alberto, militantes das Brigadas Populares e do MOB, por acreditarem na força do poder popular.

Renata, Bárbara, Rodrigo, Tiê, Christofer, Guilherme e Mayara, coprodutores do vídeo "Olhares Infantis" e do filme "GK, a gente é uma comunidade", além dos postais que agregam esse texto, muito obrigado pelo esforço e parceria.

Déia, Isadora, Cinthya, Ana, Goiaba, Leandro e Manuel, pelo empréstimo das câmeras fotográficas, e Rivim e Tio Marcelo pelo empréstimo do PC, a generosidade a serviço da ciência e da arte.

Manguinha, Fernando, Cássio, Fill e Tucano, perenes amigos.

Por fim, ao povo brasileiro, que através do CNPq, financiou esse trabalho.

*Eu fico com a pureza
Da resposta das crianças
É a vida, é bonita
E é bonita.*
Gonzaguinha. O que é o que é

RESUMO

Qual o papel das crianças na luta pela terra e moradia? Apresenta-se uma análise da Ocupação Guarani Kaiowá, localizada em Contagem/MG, a partir do protagonismo infantil. As crianças GK trabalham sem esquecer dos estudos, brincam ao mesmo tempo que lutam, se relacionam afetivamente com o Pé de Manga, lugar de brincadeiras e encontros, da sombra fresca, da participação política, das festas e comunhões, enfim, da coletividade comunitária. Os resultados obtidos, a partir de observações participantes, entrevistas, questionários, análise documental, oficinas de foto e vídeo e checagem dos resultados junto aos participantes, levam a concluir que a Ocupação Guarani Kaiowá é um território de utopia, pois concretiza, para além de todas dificuldades, o direito à moradia, buscando o direito à cidade, sem negligenciar que a terra pertence a quem faz dela viva.

Palavras-chave: Ocupação Guarani Kaiowá; Protagonismo Infantil; Trabalho e Educação; Território e Lugar.

ABSTRACT

What are the children role on the fight for land and residence? We present an analyze about the Occupation Guarani Kaiowá, localized on Comunidade/MG, starting from the child protagonism. The children GK work without forgive the study, play at the same time that they fight, relating affectively with the mango tree, place of jokes and meetings, fresh shadow, politics decisions, parties and communion, finally, place of the own life community that exist and resist. The results were obtained since the participants observations, interviews, questionnaires, bibliography and documental analysis, photo and video workshops and mainly of the results checking together with the participants. Factors that remain us to conclude that the Guarani Kaiowa Occupation is an utopia land, because materialize beyond all difficulties, the right to home without overlook that the land belongs to who make it alive

Keywords: Occupation Guarani Kaiowá; Child Protagonism; Work and Education; Territory and Place.

RESUMEN

¿Cuál es el papel de los niños y niñas en la lucha por la tierra y la vivienda? Se presenta un análisis de la Ocupación Guaraní Kaiowá, ubicada en Contagem/MG, desde el protagonismo infantil. Las niñas y niños GK trabajan sin olvidar sus estudios, jugando al mismo tiempo que peleando, relacionándose emocionalmente con el Pie de la Manga, un lugar de juego y encuentros, de sombra fresca, la participación política, los fiestas y las comuniones, en resumen, la colectividad comunitaria. Los resultados obtenidos, de las observaciones participantes, entrevistas, cuestionarios, análisis documental, talleres de fotografía y video y verificación de los resultados con los participantes, llevan a concluir que la Ocupación Guaraní Kaiowá es un territorio de utopía, pues concretiza, más allá de todas las dificultades, el derecho a la vivienda, y mira el derecho a la ciudad, sin descuidar que la tierra pertenece a quienes la hacen viva.

Palavras Clave: Ocupación Guaraní Kaiowá; Protagonismo Infantil; Trabajo y Educación; Territorio y Lugar.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1: Caminhar.....	17
Imagem 2: Mãos que constroem a história	29
Imagem 3: Muro na entrada da Ocupação.....	43
Imagem 4: Vista satélite da região do Ressaca.....	46
Imagem 5: Reunião de Preparação da Ocupação.....	53
Imagem 6: Ocupação do Terreno e construção dos barracos.....	56
Imagem 7: Ocupação do Terreno e construção dos barracos.....	57
Imagem 8: Ato de implantação da Ocupação Guarani Kaiowá	58
Imagem 9: Diálogo entre representante da construtora e advogados.....	58
Imagem 10: Vista panorâmica da Ocupação Guarani Kaiowá	60
Imagem 11: Mapa da Bacia do Ribeirão do Onça	62
Imagem 12: Localização da Ocupação Guarani-Kaiowá.....	63
Imagem 13: Vista Satélite do terreno improdutivo	64
Imagem 14: Vista via satélite do terreno improdutivo	65
Imagem 15: Vista satélite do surgimento da Ocupação	66
Imagem 16: Vista satélite da Ocupação.....	67
Imagem 17: Reunião de Construção do Plano Urbanístico da GK	68
Imagem 18: Plano Urbanístico da Ocupação Guarani Kaiowá	69
Imagem 19: Limpeza e plantação de mudas na Área Verde	71
Imagem 20: Vista via satélite do desenvolvimento da GK.....	73
Imagem 21: Vista via satélite da GK	74
Imagem 22: Plantação de Mudas na Área Verde	75
Imagem 23: Vista via satélite do crescimento da GK	76
Imagem 24: Criança Guarani na Ocupação Guarani Kaiowá	78
Imagem 25: Visitação na 10ª Bienal de Arquitetura de São Paulo.....	84
Imagem 26: Construção da Maquete da GK	85
Imagem 27: Assembleia GK, julho de 2018.	86
Imagem 28: Sabedoria Guarani Kaiowá na Ocupação Guarani Kaiowá	88
Imagem 29: Encontro Guarani Kaiowá na Ocupação Guarani Kaiowá	88
Imagem 30: Congregação entre indígenas, moradores e apoiadores GK.....	89
Imagem 31: Vivência e espanto na GK	90
Imagem 32: Guarani Kaiowá com a Ocupação Guarani Kaiowá	91
Imagem 33: Troca de Saberes com as Guarani Kaiowá na GK.....	94
Imagem 34: Vivência Guarani Kaiowá na Ocupação GK	94
Imagem 35: Guaranis Kaiowá e moradoras da Ocupação Guarani Kaiowá	95
Imagem 36: Vivência das Guarani Kaiowá na Ocupação GK.....	96
Imagem 37: Garotas no muro vizinho à Ocupação	98
Imagem 38: Moradoras(es) GK ocupam a Cidade Administrativa.....	107
Imagem 39: A Bola e a Pedra	110
Imagem 40: As crianças, o “professor” e o balanço.....	112
Imagem 41: Crianças e bolinhas de gude.....	119
Imagem 42: Protesto em frente ao Fórum de Contagem (MG)	120
Imagem 43: Protesto na Cidade Administrativa	121

Imagem 44: Zanga-burrinho	127
Imagem 45: Pula-Corda	128
Imagem 46: Mãos na enxada	131
Imagem 47: Crianças trabalhadoras	133
Imagem 48: Meninas e o Balanço	136
Imagem 49: Assembleia das crianças	151
Imagem 50: Construção coletiva do parquinho.....	152
Imagem 51: Vivência EREA na GK.....	153
Imagem 52: Criança Guarani trabalhadora.....	157
Imagem 53: Cooperação na construção do parquinho	154
Imagem 54: Trabalho e Diversão	155
Imagem 55: As crianças e trepador de Bambu	155
Imagem 56: Mãos de artista	156
Imagem 57: Olhares Infantis.....	164
Imagem 58: A pipa e a liberdade	166
Imagem 59: Festa 5 anos.....	170
Imagem 60: Oficina de fotografia	171
Imagem 61: Crianças fotógrafas	172
Imagem 62: Horários nos muros.....	173
Imagem 63: Fotos da foto	174
Imagem 64: Foto da foto.....	175
Imagem 65: Crianças e as bicicletas	176
Imagem 66: Criança GK e os Portelas	177
Imagem 67: Fotografia nas alturas	178
Imagem 68: Vira-lata.....	179
Imagem 69: Brincando de fotografar	180
Imagem 70: Aves	181
Imagem 71: Desjejum.....	182
Imagem 72: Olhar 43.....	183
Imagem 73: Miradas Infantis	183
Imagem 74: Chão, horta e páscoa.....	184
Imagem 75: Feixe de luz	184
Imagem 76: Menino	185
Imagem 77: Foto-postal.....	186
Imagem 78: Cartão-Postal GK.....	188
Imagem 79: Ventana Abierta a las Infâncias e Juventudes	191
Imagem 80: Exposição montada na GK	193
Imagem 81: Criança Guarani e o cartão-postal	194
Imagem 82: Crianças e os postais	195
Imagem 83: Montagem Miradas Infantis, Buenos Aires	197
Imagem 84: Rolezinho no Centro Cultural.....	201
Imagem 85: Chegada ao Centro Cultural.....	202
Imagem 86: Criança Fotógrafa.....	203
Imagem 87: Visitaçao exposiçao Olhares Infantis	204
Imagem 88: Exposiçao foto-postais Olhares Infantis	205
Imagem 89: Arte na exposiçao artística	207

Imagem 90: Aula de matemática.....	208
Imagem 91: GK na exposição Olhares Infantis GK.....	208
Imagem 92: Criança fotógrafa.....	210
Imagem 93: Exposição foto-postais.....	210
Imagem 94: A poema Sarau Livre.....	211
Imagem 95: Agradecimento à Mãe Terra.....	212
Imagem 96: Muda de Jabuticaba na Praça das Jabuticabas.....	212
Imagem 97: Plantar para colher.....	213
Imagem 98: Re-Floresta.....	213
Imagem 99: Pé de Manga GK.....	215
Imagem 100: À Sombra desta Mangueira.....	216
Imagem 101: Sol e sombra entre ruas e muros.....	221
Imagem 102: Mangueira podada e as crianças.....	228
Imagem 103: Futebol embaixo do Pé de Manga.....	231
Imagem 104: Trepando no Pé de Manga.....	233
Imagem 105: Aniversário 4 anos GK.....	235
Imagem 106: Preparativos festa 4 anos GK.....	239
Imagem 107: Aniversário 4 anos GK.....	239
Imagem 108: Festa 5 anos GK.....	242
Imagem 109: Apresentação Ideias Acima.....	242
Imagem 110: Confraternização 5 anos GK.....	243
Imagem 111: Festa Junina em Maio.....	245
Imagem 112: Festa dia das crianças GK.....	248
Imagem 113: Dia dela.....	248
Imagem 114: Criança GK no dia da criança na GK.....	249
Imagem 115: Brincadeira de criança.....	249
Imagem 116: Meninos.....	250
Imagem 117: Desenho Pé de Manga GK.....	251
Imagem 118: Muro da GK.....	257
Imagem 119: Cartaz divulgação Terra Preta, 2013.....	282
Imagem 120: Cartaz divulgação II Terra Preta, 2016.....	283
Imagem 121: Certificado de premiação, Manizales, Colômbia.....	284
Imagem 122: Cartaz divulgação exposição Olhares Infantis.....	285
Imagem 123: Cartaz divulgação F5.....	286
Imagem 124: Divulgação Samba da Virada na GK.....	287
Imagem 125: Carta Anuência Ocupação Guarani Kaiowá.....	288
Imagem 126: Release exposição Centro Cultural de Contagem.....	289

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

Tabela 1: Faixa Idade.....	142
Tabela 2: Escolaridade	160
Tabela 3: Como adquiriu o Lote	223
Gráfico 1: Escolaridade	161
Gráfico 2: Aquisição do lote	224

LISTA DE SIGLAS

AGB	Associação dos Geógrafos Brasileiros
ASF	Associação dos Arquitetos Sem Fronteira
BH	Belo Horizonte
BP	Brigadas Populares
CINDE	Centro de Estudios Avanzados em Niñez y Juventud
CLACSO	Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais
CPT	Comissão Pastoral da Terra
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EREA	Encontro Regional de Estudantes de Arquitetura
FaE	Faculdade de Educação
FARC	Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
FJP	Fundação João Pinheiro
FTA	Frente Terra e Autonomia
GK	Ocupação Guarani Kaiowá
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MBL	Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas
MG	Estado de Minas Gerais
MOB	Movimento Organização de Base
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
ONU	Organização das Nações Unidas
PMMG	Polícia Militar do Estado de Minas Gerais
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PS	Coletivo Peso
RMBH	Região Metropolitana de Belo Horizonte
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO EM DOIS TEMPOS	17
1.1 Treinamento: primeiros passos	17
1.2 Aquecimento: arando a terra	29
2. OCUPAÇÃO GUARANI KAIOWÁ	43
2.1 Primeiro Tempo: História e Estórias.....	43
2.2 Segundo Tempo: Geo-grafias	61
3. SOMOS TODAS GUARANI KAIOWÁ	78
3.1 Controvérsias antropológicas.....	78
3.2 Controvérsias semânticas.....	97
4. PROTAGONISMO INFANTIL	110
4.1 Tempos de brincar, Tempos de lutar	110
4.2 Tempos de trabalhar, Tempos de estudar	131
5. OLHARES INFANTIS	164
5.1 Luz, câmera, ação!	164
5.2 Sobre crianças, fotos e postais	185
6. À SOMBRA DESTA MANGUEIRA	215
6.1 Espaços de brincadeiras, Espaços de lutas	215
6.2 Espaços de festas, Espaços de comunhão.....	235
7. REMATES FINAIS	251
7.1 Brincando de concluir, Lutando para finalizar	251
7.2 Prorrogação: tempos e espaços de utopia.....	257
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	271
ANEXOS	282
APÊNDICES	288

1. INTRODUÇÃO EM DOIS TEMPOS

1.1 Treinamento: primeiros passos

*Caminhando e cantando
E seguindo a canção
Aprendendo e ensinando
Uma nova lição.*

Geraldo Vandré, Pra não dizer que não falei das flores

Imagem 1: Caminhar



Fonte: Frederico Lopes, acervo próprio, 2018.

“Todo começo é difícil em qualquer ciência”, acertou Marx (1818-1883). E no imperativo de começar de alguma forma, dou início caminhando, apresentando os primeiros passos dessa andança, lembrando sempre que caminhar, mais do que nunca, é preciso.

Para andar bem é preciso um passo de cada vez, sem pressa, sem preguiça, tampouco – procurar, no equilíbrio do corpo, pisar com firmeza, mesmo em chãos desconcertantes, evitando passo em falso, ou maiores que as pernas. Gostaria de andar ainda mais devagar, embora o mundo tenha pressa.

Caminhando e cantando, o processo de formação é contínuo, não cessa, não para, se constitui durante a vida, desde pequenininho até a velhice, sempre aberto às possibilidades do aprender e ensinar, durante o caminho, as novas lições.

Neste princípio textual, à guisa de introdução, apresento a peregrinação, mais ou menos penosa, mas também prazerosa, de se escrever uma dissertação. Faço¹ um treinamento, com pequenos exercícios, alongando matérias e ideias, corpo e mente, dialeticamente no trânsito subjetivo e objetivo, apontando minhas análises pessoais, com buscas sobre a totalidade que nos cerca.

Se eu fosse rigoroso, voltaria no tempo, de fato nos meus primeiros passos de vida. Tal como Paulo Freire (1921-1997) o fez, remontando sua infância nas sombras frescas das árvores crescidas no quintal do Recife. O Patrono da Educação Brasileira fala de seu mundo de criança através das árvores e de suas sombras, “das mangueiras, trazidas pelos jesuítas no início da colonização, com seus frutos enormes, suculentos, em cor, gosto e tamanho” (FREIRE, 1995, p. 91). Na sombra desta mangueira, Freire aprendeu a caminhar, a falar e a viver. Caminhou tanto que rodou o mundo. Sem nunca esquecer suas raízes.

¹ Embora, sob minha responsabilidade pessoal, eis aqui uma obra coletiva. Apesar disso, em primeira pessoa do singular, escrevo a maior parte desse texto, me inserindo também como objeto de reflexão, na minha relação com as crianças e com a Ocupação, não escondendo meu “eu” numa pretensa neutralidade. Por algumas vezes, porém, escrevo na primeira pessoa do plural, quando a contribuição de terceiros fora tão evidente que não tive coragem de ocultar o “nós”. Por fim, assumo, individualmente, todas as limitações e incoerências desse estudo, sem negligenciar, com todas as consequências, o caráter materialmente coletivo da pesquisa e de seus resultados.

O título dessa dissertação é assim, uma homenagem ao mestre da educação brasileira, que, a cada dia, ganha mais relevância e fama, menos pelos elogios dos admiradores, mais pelas críticas de novos velhos adversários. Além disso, o título desse trabalho, na mesma medida, é um reconhecimento da importância de uma outra árvore, tão grande quanto as plantadas no bairro de Casa Amarela. Uma mangueira com características comuns às outras espalhadas pelo mundo: vistosa, arredondada, opulente, generosa, fornecedora de sombra e frutos. Porém, uma árvore peculiar, enraizada num território único, presente na praça central da Ocupação Guarani Kaiowá: intitulada, Pé de Manga. Aqui reside o centro deste estudo, a Ocupação Guarani Kaiowá como espaço de luta pela terra e moradia, com seu Pé de Manga como lugar afetivo e comunitário, e as suas crianças como protagonistas dessa experiência.

Faço das palavras de Freire as minhas: “Não foi por acaso a escolha do título deste livro, aparentemente desligado do texto” (FREIRE, 1995, p. 24). “Ele me devolve a meu quintal cuja importância na minha vida sublinho”, diz o educador pernambucano, crescido nas sombras serenas do calor recifense. A sombra desta Mangueira ativa, em todos nós, a memória dos tempos de criança, dos espaços de brincadeiras, das gostosuras de pegar fruta no pé, sem pressa, sem horário para acabar.

Assim, treinando os primeiros passos, apresento uma caminhada com sujeitos que também dão seus primeiros passos na vida, passos pequenos, porém ligeiros, passos proferidos pelas crianças que crescem à sombra da mangueira da Ocupação. Sujeitos infantis que trabalham e estudam, brincam e lutam, festejam e vivem, coprotagonistas de uma experiência utópica e concreta, de organização e afirmação do poder que cada ser humano tem, inclusive as crianças, de sonhar um mundo diferente e fazer a sua história.

Por conseguinte, vos apresento a síntese do trabalho de investigação de mestrado em Educação, nomeado “À sombra desta mangueira: Ocupação Guarani Kaiowá sob o protagonismo infantil”; um estudo que se

desenvolve a partir da seguinte indagação: qual é o papel das crianças na luta pela terra e moradia?

Para buscar respostas para essa questão - voltada para a condição infantil nos movimentos sociais, e que, por sinal, se encontra de forma incipiente, tímida, ainda subjugada nas pesquisas científicas -, caminhos foram trilhados, quase sempre à sombra dessa mangueira, num processo conjunto com as crianças que crescem na GK, sigla afetuosamente referida à Ocupação urbana, localizada na cidade de Contagem, no estado de Minas Gerais, Brasil. Portanto, na tentativa dialética de compreender processos de trabalho e de educação, de brincadeiras e de lutas, e, por conseguinte, de suas potencialidades e contradições, passei junto às crianças, pegando trilhas que pudessem me levar à compreensão de questão maiores, presentes no vórtice da totalidade do mundo confuso que nos cerca.

Participei de protestos com a meninada, apoiando suas lutas pelo direito à terra e à moradia. Realizei trabalhos junto às crianças, utilizando papel, fotografias e enxada. Enfim, aprendi e ensinei com esses sujeitos infantis em processos educativos desenvolvidos nesses 6 anos de existência da Ocupação. E o que me tomou mais tempo, sendo, ao mesmo tempo, o que a mim foi mais prazeroso: brincar com as crianças, garotas e garotos criativos, curiosos e espertos.

Apresento neste início de caminhada, que já alerta, pode durar mais que o desejável, para tempos de produtivismo acadêmico e treinamentos acelerados (mundo "*just in time*" com relações "*fast food*"), uma primeira conclusão - que talvez não sirva para mais ninguém, mas somente a mim mesmo. Após brincar, trabalhar, lutar, festejar, aprender e ensinar com as crianças da Ocupação, acabei vivenciando, desde 2013 até 2019, a condição infantil GK. Estar com as crianças ativou a criança que existe em mim.

Não é romantismo ou ladainha, - apesar da importância dos românticos, que, além de loucos, são poucos e correm o risco de extinção -,

porquanto que, para se compreender a Ocupação a partir dos olhares infantis, foi preciso ajustar as lentes das câmeras fotográficas, e das minhas visões de mundo, principalmente - muitas vezes, também, perversamente meritocráticas e adultocêntricas.

Seguindo o legado marxiano, foi necessário me ater à uma “análise concreta de uma situação concreta”: o exame da condição infantil GK. Neste processo investigativo, vale repetir, estar com as crianças foi essencial, pois, somente assim, apareceram possibilidades de compreensão do mundo infantil germinado naquele território específico.

Voltando um pouco no tempo - não o tempo dos meus primeiros passos de vida, sujeito cabeçudo e rebelde que crescia em Contagem, mas o início dos meus passos acadêmicos, que me levaram aos estudos na universidade, e ao aprendizado do fazer científico: na época de finalização dos meus esforços na graduação, por volta de 2013, surgia na cidade, para além das novidades que ocorriam no mundo, uma nova experiência de organização popular, um movimento de ocupação de terra, planejado e organizado, de luta por moradia: Ocupação Guarani Kaiowá.

Assim, é preciso esclarecer de antemão, não corroborando com o mito da neutralidade axiológica: antes de ser um pesquisador, eu já era um apoiador da Ocupação. Desse modo, como ilustro, não foi a universidade que me levou à GK, porém, antes de tudo, foi a GK que me levou de volta à universidade. Depois de três anos formado na graduação, escolhi realizar essa pesquisa de mestrado em Educação sobre essa temática, por acreditar na potencialidade formativa do movimento de luta pela terra e moradia, levada à cabo pelos adultos Kaiowás, e, mais especificamente, pelas crianças Guaranis².

² Neste trabalho, por questões éticas e de segurança, manteve-se o anonimato dos sujeitos da pesquisa, nomeando as crianças de Guarani e os adultos de Kaiowá, por sugestão de uma moradora, que afirmou, em conversa, que “na GK já nasceu muito Guaranzinho”.

Não existe neutralidade científica, como é notório na história da ciência; no entanto, nem por isso, vale tudo, como numa produção sem regras. Procurei manter uma vigilância epistemológica, tal como indicado por Pierre Bourdieu, sociólogo francês, mantendo cuidado no envolvimento com as(os) moradoras(es), buscando ser sempre atencioso e verdadeiro, tentando abrir mais janelas do que fechar portas.

Destarte, torna-se claro que as questões que orientam a escolha dessa pesquisa anteveem das inquietações surgidas ao longo da minha experiência acadêmica, sobretudo na produção da pesquisa monográfica em Ciências Sociais, intitulada “Cidades Utópicas: uma breve aproximação entre Belo Horizonte e La Plata³”, defendida em 2014, sob orientação do professor Antonio Julio de Menezes Neto.

Nos estudos de graduação, tive a oportunidade de entrar em contato com o campo teórico e prático das utopias, juntamente com as potencialidades e os dilemas das cidades contemporâneas. Neste processo iniciei, anos antes de entrar na pós-graduação, uma aproximação com a Ocupação e suas(seus) moradoras(es), participando, por exemplo, de dois encontros de vivência “Terra Preta”, realizados em 2013 e 2016; festividades de aniversário de três e quatro anos da Ocupação; e algumas oficinas de plantação de mudas e construção do pomar. Destaco ainda, que, como cidadão da região metropolitana, sempre considere relevante, apesar de limitado, uma pesquisa orientada a compreender, ouvir e contribuir na propagação da voz presente no movimento de luta por moradia na cidade de Contagem. Pois, não é ciência pela ciência, construída sob aparente imparcialidade. Aqui, lembrando a XI tese sobre Feuerbach, de Marx, é necessária, para além da interpretação do mundo, a sua transformação.

Metodologicamente, por meio da pesquisa bibliográfica sobre movimentos sociais e crianças, relações entre trabalho e educação, utopia e

³ LOPES, Frederico. **Cidades Utópicas: uma breve aproximação entre Belo Horizonte e La Plata**. Monografia Ciências Sociais – Universidade Federal de Minas Gerais, 2014.

resistência, juntamente com a vivência na Ocupação, busquei, neste trabalho, a construção das categorias analíticas necessárias à análise social, a saber: o coprotagonismo infantil no trabalho, na educação, nas brincadeiras e nas lutas das crianças GK.

Soma-se, a isso, como defendido pela professora Ivani Fazenda (2010 [1989]), um desejo interdisciplinar, de interligar, ao desenvolvimento científico, a reflexão filosófica e o fazer artístico. Vale esclarecer, porém, que as categorias de análises não foram tomadas *a priori*, mas desenvolvidas e reconstruídas no processo de investigação, a partir de um processo intergeracional, entre a realidade das crianças GK e a minha própria realidade, sempre em diálogo com a revisão teórica.

O almejado, porém, não tão bem efetivado desenvolvimento da pesquisa em caráter quanti-qualitativo, baseou-se nas pistas elaboradas pelo referencial teórico de perspectiva crítica, sobretudo através da dialética histórica materialista, perpassando passos trilhados por Leonardo Debossan Oliveira (2018, p. 23), amigo de mestrado, que abriu caminhos ao buscar, em Henri Lefebvre (1991 [1946]), bases para entender a realidade de quem mora em Ocupações, o mundo material, a vida mesma, reconhecendo sua composição em “elementos quantitativos e qualitativos, objetivos e subjetivos, que dizem da forma e do conteúdo, expressos na inter-relação entre a universalidade e a singularidade, passando pela particularidade”.

Igualmente, afirma Debossan Oliveira (2018, p. 23), “o estudo quanti-qualitativo apresenta-se como uma ferramenta para a compreensão da realidade e não deve ser aceito como uma relação dicotômica”, posto que, como ele prossegue, se apoiando no filósofo francês, “o mundo qualitativo só se expressa no real com suas estruturas e propriedades na esfera quantitativa, sem com isso perder o seu caráter qualitativo”. Nessa perspectiva, foram utilizados instrumentos de coleta e análise de dados qualitativos, ao lado de

aplicação de questionários e análises estatísticas⁴, num esforço de ampliar o escopo de análise.

Primeiramente, foi prevista uma observação participante, de perto e de dentro da Ocupação - seguindo os passos de Friedrich Engels (1820 -1895), ao estudar “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra” (2010 [1845]) - partilhando Assembleias, festividades e confraternizações, encontros de vivência e oficinas, ou, ainda, reuniões, audiências públicas, protestos e resistências que foram levadas à cabo em busca da concretização da utopia do direito à moradia para crianças, mulheres, homens e idosos ali presentes. Tal instrumento de pesquisa levou em conta outra Tese de Feuerbach (II), qual aponta a prática como critério de veracidade, sendo uma teoria verdadeira à medida em que essa consegue compreender e intervir na realidade. Quer dizer, não basta analisar e compreender o déficit habitacional, mas se faz necessário contribuir para sua extinção.

Não obstante, a pesquisadora Olinda Noronha (2010 [1989]), chama atenção para a singularidade da produção do conhecimento, que não pode ser diluída “na necessidade histórica de intervenção imediata no processo social para transformá-lo”. Assim, é propedêutico um esforço sensível em articular cotidiano e história, a singularidade da Ocupação com a história mais ampla das lutas sociais, num caminho minimamente dialógico entre teoria e prática, a compreensão do fenômeno e sua transformação.

A observação participante - que poderia ser chamada somente de observação, ou, também, como outros intitulam, observação militante -, realizada de perto e de dentro da Ocupação (porque sou, antes de tudo, um apoiador), foi completada com análises de longe e de fora do Movimento, (pois não sou um morador, distâncias também foram necessárias), tentando relacioná-la com os aspectos mais globais das contradições do modelo de

⁴ Os questionários foram formulados por advogados populares e aplicados pelas(os) próprias(os) moradoras(es) em agosto de 2018. A amostra contou com 126 cadastros familiares, computando 551 moradoras(es) participantes. A tabulação dos dados foi feita no Programa IBM SPSS Statistics 23.0, pela especialista em estatística Cíntia de Barros Avelino.

produção capitalista, as relações de resistência que são efetivadas junto a outros movimentos sociais, e com o processo político geral que o Brasil vem vivenciando nos últimos anos. Desse modo, buscou-se realizar um movimento de análise que, ora buscava a parte, ora ia para o todo, voltando atenção para o objeto, e, do objeto, enfocando o sujeito, em um vai e vem próprio do método dialético, que só é genuíno se disposto a ser materialista e histórico, ou seja, "dar conta da totalidade, do específico, do singular e do particular" (FRIGOTTO, 1997 *apud* ARANHA, 2017, p. 49).

Como registro da observação e participação, além de algumas anotações de campo, realizou-se oficinas de fotografia e filmagem com as crianças GK, durante quinze meses, de março de 2018 até junho de 2019, com registros, por meio das foto-postais, do vídeo "Olhares Infantis⁵" e do curta-metragem "Gk, a gente é uma comunidade⁶"; todos voltados à percepção infantil sobre o território, a organização comunitária e os espaços da Ocupação, destacados enquanto lugares coletivos, trazendo a perspectiva da infância GK através do registro visual. Ou seja, numa tática de equalização de vozes, entre eu e as crianças, foi proposto que elas próprias produzissem as fotos e as filmagens, elegendo, por elas mesmas, os momentos e os espaços que considerassem relevantes para tal. Assim, a partir do material produzido, imprimimos os postais e editamos as filmagens, sempre procurando manter a singularidade do coprotagonismo GK.

Salienta-se que a preocupação ética se fez presente em todo o decorrer do processo de pesquisa, antes, durante e depois – vez que, por se tratar de investigação com um movimento social, a preocupação com a segurança e o bem-estar dos envolvidos nos foi central. Além disso, para aumentar a responsabilidade, o estudo envolveu crianças de todas as faixa etárias, da mais tenra idade à pré-adolescência, redobrando nossa atenção. Para tanto, a fim de garantir o bom andamento do processo, sem trazer

⁵ Vídeo "**Olhares Infantis**" disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QHJnh-D1SLQ>

⁶ Filme "**GK, a gente é uma comunidade**" pode ser visto aqui: <https://vimeo.com/366649877>

problemas ou riscos para alguém, apresentei-me formalmente perante as(os) moradoras(es), na Assembleia, embaixo do Pé de Manga, realizada no dia dois de novembro de 2017, solicitando a aprovação para realizar a pesquisa de mestrado com a GK e as(os) ocupantes⁷. Por unanimidade, as pessoas presentes aprovaram. Esse dia foi um marco na minha relação com a Comunidade, ali eu me apresentei e me responsabilizei perante à Ocupação, garantindo ser ético e transparente. Após essa aprovação coletiva, que conta com o registro da carta de Anuência assinada por uma liderança (Apêndice), registrei a pesquisa no Comitê de Ética em Pesquisa (COEP) da universidade, sendo aprovada no dia seis de dezembro de 2017. Além disso, para garantir a segurança de todas(os) envolvidos, foi formulado e apresentado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice), para aprovação e assinatura tanto pelas crianças, quanto por suas mães, esclarecendo o trabalho a ser realizado e diminuindo os riscos existentes na participação.

A etapa de coleta de dados em campo continuou por meio da realização de três entrevistas, de formato semiestruturado. A primeira, com uma moradora Kaiowá, de 55 anos (15/06/2018); a segunda, com duas meninas Guarani, de 12 e 13 anos (27/01/2019); e, a última, com um menino Guarani, de 11 anos de idade (20/03/2019). O processo de escolha foi baseado em três critérios: primeiramente, a afeição compartilhada entre nós, pois era importante uma empatia nessa relação; segundo, pela facilidade de contato e interação; e, terceiro, por mapear um evidente coprotagonismo desenvolvido pelas quatro entrevistadas, três Guaranis e uma Kaiowá, com processos intensos de organização, liderança e vivência na Ocupação. Por fim, importante também a busca por uma diversidade geracional e de gênero, entrevistando meninos e meninas e também uma adulta.

Reconhecendo as hierarquias presentes na entrevista, com papéis sociais estabelecidos, entre mim, entrevistador, e as(os) moradoras(es)

⁷ Nessa Assembleia, ocorrida de noite, uma moradora Kaiowá me apresentou como um apoiador, e perguntou se os presentes aprovavam eu realizar estudos e trabalhos na Ocupação. Após alguns segundos de silêncio, ela indagou: "Eh gente, quem vai cooperar com o trabalho do rapaz?" Assim todos levantaram a mão, em gesto positivo.

entrevistadas(os), realizei reflexões a fim de atenuar a violência simbólica presente nesta relação social (BOURDIEU, 1990). Uma das táticas, nesse sentido, foi o compromisso de registrar e transcrever o diálogo o mais fidedigno possível, levando em conta a materialidade da fala, da qual problematiza Maria Minayo (2016, p. 63), buscando manter a autenticidade do estilo, da forma e do conteúdo expressados na entrevista, tanto das(os) entrevistadas(os) quanto do entrevistador, espantando uma possível colonização linguística, por exemplo⁸.

Vale destacar, que, para além das entrevistas, sempre busquei interagir com o máximo de moradoras(es) possível: bebês, crianças, adultas(os) e idosas(os), reconhecendo que essa parte, assumo, foi bem-sucedida. Talvez, aqui, está a centralidade de uma análise social, a conversa, o diálogo, pois que nos momentos informais de descontração é que as relações se desenvolvem com mais naturalidade. Conforme o sociólogo alemão Georg Simmel aponta, é na conversa de cafezinho que as interações se apresentam com autenticidade.

Somado às observações participantes, às oficinas de foto e vídeo e às entrevistas, analisou-se, também, os dados estatísticos, coletados por meio de questionários (a pedido da Defensoria Pública), aplicado pelas(os) próprias(os) moradoras(es) durante o mês de agosto de 2018. Mesmo com limitações nas informações dos questionários (alguns dados não foram totalmente preenchidos e, provavelmente, algumas famílias não participaram), o universo de 551 pessoas participantes, presentes em 126 cadastros familiares, apresenta um relevante panorama social da GK, como pode ser visto nos gráficos e tabelas presentes nos capítulos 4, 5 e 6. Em questão, a tabulação dos dados foi realizada pela especialista em Metodologia Quantitativa, Cíntia Avelino, durante o mês de maio de 2019.

Como recurso de apreciação teórica e histórica, foi realizada uma análise bibliográfica e documental de estudos monográficos e dissertativos já

⁸ A transcrição das entrevistas foi realizada por Fabíola de Almeida Guedes, técnica em metodologia qualitativa. Agradeço gentilmente o trabalho realizado.

concluídos sobre Ocupações (Guarani Kaiowá, Izidora, Dandara e Eliana Silva), e, também, de textos, fotos e documentos publicados em jornais, blogs e redes sociais. Essa análise pormenorizada de outras produções bibliográficas e documentais foi importante para triangular com as informações adquiridas através das entrevistas, das conversas e das observações participantes, aumentando a fidedignidade contígua à redução de excessos e inconsistências subjetivas, no caso, minhas, como pesquisador, e das(os) moradoras(es), participantes.

Por fim, tivemos a sensibilidade de produzir, durante o processo, uma checagem dos dados e das análises junto aos participantes. Iniciamos pela exposição das foto-postais, na Ocupação, para serem analisadas e discutidas com as(os) ocupantes; apresentamos a primeira exibição do filme “GK, a gente é uma comunidade”, na presença das(os) envolvidas(os), com o seu lançamento no Centro Cultural de Contagem; e, por complemento, faremos uma avaliação final, que ocorrerá no encontro seminário/sarau/exposição que será produzido na própria GK, com a apresentação da dissertação e dos materiais artísticos confeccionados.

Vale destacar, para finalizar a ilustração destas etapas, que fizemos o convite a uma liderança da Ocupação para a composição da banca de avaliação da defesa, com data marcada para acontecer em trinta de agosto de 2019, ao lado das(os) professoras(es) universitárias(es). Assim, esse compromisso pela checagem dos resultados é primordial, buscando, de fato, uma cooperação, desde a elaboração do projeto de pesquisa, até o momento final da defesa, por conta da influência do trabalho realizado por Manuel Castells (1980, p. 15), ao estudar as associações de vizinhos em Madri: “Como nos estudos elaborados até agora, está submetido à discussão e à crítica dos moradores e militantes e aberto a sua retificação a partir da prática social, único critério científico de verificação da teoria”.

A partir dos instrumentos de coleta de dados, a saber: observação participante, análise documental e bibliográfica, análise de questionários, produção fotográfica e fílmica, realização de entrevistas e, por fim,

checagem dos resultados juntos aos participantes, pretende-se caminhar para alcançar respostas à pergunta inicial: qual a importância das crianças na luta pela terra e pela moradia? Os percursos, os desafios e as contradições presentes nessa caminhada serão expostos a partir de agora, lembrando que o caminho se faz no próprio caminhar, e, mais do que responder o problema de pesquisa, busquei nessas andanças, contribuir, apesar das limitações, para a concretização da utopia do direito à moradia digna às(aos) moradoras(es).

1.2 Aquecimento: arando a terra

*Eu digo que o ouro da terra, menino
É o milho que cresce do sol
Eu digo, que o ouro da terra, menina
Tá nas crianças e tá no Deus maior.
Gaia Piá, Ouro da Terra.*

Imagem 2: Mãos que constroem a história



Fonte: [facebook.com/OcupacaoGuaraniKaiowa/](https://www.facebook.com/OcupacaoGuaraniKaiowa/), 2013.

Na madrugada do dia do trabalhador, primeiro de maio, ano 2018, um acontecimento tomou proporções nacionais. No Largo do Paissandu, no centro histórico da cidade de São Paulo, uma tragédia, sete mortos e dois desaparecidos: incêndio e desabamento do "prédio de vidro", como era conhecido o edifício de vinte e quatro andares, construído na década de 1960, ocupado, desde 2003, por dezenas de famílias organizadas.

Essa tragédia ganhou os noticiários, com matérias dramáticas⁹ sobre a condição de vida das pessoas dentro do prédio ocupado, e, após seu desabamento, no acampamento em frente aos escombros. Durante uma semana, os olhares estavam voltados para o problema habitacional brasileiro, com a mídia empresarial "descobrimo", após o incidente, a existência de pessoas sem teto no país. A polícia, assim, abria inquérito de investigação para saber as causas do acidente, e, também, encontrar culpados pelo acontecido. A mídia elitista foi mais rápida, já tinha as respostas: o descaso das lideranças da Ocupação era a causa, as lideranças, portanto, culpadas. O que vimos nesse episódio, lamentavelmente fatal para nove pessoas, foi que, aquelas pessoas furtadas do direito a ter um lar, que encontram nas Ocupações a única saída para suas vidas, vítimas do sistema perverso, se tornam, no teatro midiático, as culpadas pela própria desgraça.

Neste ibope sobre a vida nas Ocupações, perdeu-se a chance de elucidar, para a sociedade, a irresponsabilidade estatal no trato com as políticas habitacionais populares. O roubo da terra urbana realizado por construtoras, imobiliárias e empreiteiras, que atuam num sistema criminoso de especulação, quando não na grilagem e ações corruptivas de agentes públicos; o descumprimento das prefeituras das regras presentes nos Planos Diretores, de ordenamento do solo urbano e de garantia de acesso à

⁹<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/05/01/incendio-e-desabamento-do-predio-no-largo-do-paissandu-completa-um-ano-veja-o-que-se-sabe-sobre-o-caso.ghtml>

<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/apos-incendio-predio-ocupado-no-centro-de-sao-paulo-desaba/>

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/10/promotoria-de-sp-denuncia-6-por-desabamento-de-predio-no-centro-de-sp.shtml>

moradia. Enquanto isso, o governo federal extingue o crédito do Programa Minha Casa Minha Vida, voltado para as famílias com renda bruta de até dois salários mínimos, o público mais necessitado de políticas habitacionais; concomitante, ainda, ao embolso que faz o judiciário, na imoralidade, de um vantajoso e vergonhoso auxílio-moradia, sendo cúmplice dos culpados da tragédia urbana brasileira.

Saídas possíveis? O Manifesto, publicado por Movimentos que lutam por moradia, elenca algumas pistas, quais podem enfrentar o problema habitacional no país:

Responsabilização do Estado em cada recusa à regularização de energia elétrica, saneamento e prevenção de riscos em ocupações; o investimento público na viabilização de moradias dignas; o enfrentamento à especulação imobiliária; políticas de mediação de conflitos fundiários com participação popular; a conversão dos edifícios ociosos em moradia popular; e a regularização fundiária de ocupações (O BELTRANO, 2018).

Frei Gilvander, militante e pensador das causas populares, nesse contexto, me advertiu, entretanto, em conversa que tivemos, que o problema habitacional brasileiro não se detém somente às questões urbanas, mas está interligado com a situação do campo brasileiro. Uma sugestão óbvia, mas nem sempre percebida, mesmo pelos mais bem-intencionados.

Ora, se voltarmos um pouco na história, nos primeiros passos do Brasil, veremos como a questão do acesso à terra e à moradia foi sendo negada, sistematicamente, à população, vide as Capitânicas Hereditárias e o instrumento colonial das sesmarias. Desde 1500, com a invasão estrangeira em território nativo, com a dizimação dos povos indígenas, e a escravidão dos povos africanos, as condições de vida da população carecem de dignidade básica. Durante 350 anos de colonização portuguesa – de 1500 a 1850 –, prevaleceu a livre ocupação das terras devolutas, ou seja, as terras pertencentes à coroa portuguesa poderiam ser ocupadas, desde que o ocupante atestasse dois pré-requisitos: ser branco e rico. Aos negros e índios, grande maioria da população, legalmente, nenhuma alternativa, portanto, necessária resistência e auto-organização, vide os Quilombos.

Para Alentejano (2014, p. 25), geógrafo estudioso do campo brasileiro, a questão fundiária tem o seu marco na Lei de Terras de 1850, que incentivou a concentração fundiária no país. Na referida Lei, promulgada em um contexto de pressão abolicionista, as terras passavam a ser adquiridas a partir da aquisição monetária: “Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra” (Art. 1, Lei de Terras de 1850); “Os que se apossarem de terras devolutas ou alheias [...] serão obrigados a despejo [...], e de mais sofrerão a pena de dois a seis meses de prisão e multa de 100\$ [...]” (Art. 2); “Os possuidores de terra de cultura e criação terão preferência na compra das terras devolutas [...]” (Art. 15). Isto é, o que estava em jogo nesse momento, era, essencialmente, prevenir que os indígenas e os negros libertos tivessem acesso à terra, oportunizando a mão de obra para o latifúndio e a legalização da posse das grandes fazendas, consolidando, dessa maneira, a propriedade privada em nosso país.

A principal consequência [...] foi a manutenção de pobres e negros na condição de sem-terra. Com isso, legalizou as grandes extensões de terra como propriedade privada, sob a forma de latifúndio. Com a vigência da Lei de Terras, todos os antigos concessionários da Coroa se dirigiam, imediatamente, aos cartórios ou às casas paroquiais para registrarem as terras. Desta forma, pagavam certa quantia pela terra e legalizavam suas posses (ROSSETTO, 2009, p. 35-36).

Desse modo, se constituiu a exclusão fundiária da massa trabalhadora no país, desde 1500, passando por 1850, até os dias atuais, sendo, fruto desse processo, a luta pela moradia – que nasce a partir da luta pela terra, e, que, ainda hoje, pugna pela reforma agrária brasileira. No Brasil, nos dias que correm, com a “internacionalização da agricultura”, as compras de territórios inteiros por empresas estrangeiras, continuam expulsando e assassinando os indígenas e demais povos do campo em suas terras, se apropriando da água e dos bens naturais do território nacional (ALENTEJANO, 2014, p. 30). Ou seja, violenta-se e expulsa-se a população do campo para as cidades médias e grandes centros urbanos, através da concentração fundiária rural, ao mesmo tempo em que se processa uma contínua concentração fundiária urbana, alargando a problemática citadina junto aos processos de favelização, de

crescimento desordenado, de déficit habitacional, de imobilidade, de violência, entre outros.

Esse processo não é exclusivamente brasileiro, vale ressaltar, mas se apresenta aqui e acolá, com singularidades locais e continuidades históricas. Marx e Engels (1998, p. 21), no próprio Manifesto Comunista de 1848, alertavam: “A burguesia submeteu o campo à cidade. Criou grandes centros urbanos”. A burguesia, para além de feder, como gostava de cantar Cazuza, “suprime cada vez mais a dispersão dos meios de produção, da propriedade e da população. Aglomerou as populações, centralizou os meios de produção e concentrou a propriedade em poucas mãos”, afirmam Marx e Engels.

Neste cenário lastimável, sobretudo da América Latina, uma coisa precisa ficar claro: as Ocupações urbanas (juntamente com os Assentamentos rurais) não são o problema, elas fazem parte da solução. As famílias auto-organizadas constroem, com suas próprias mãos, bairros inteiros, levantando casas em lotes abandonados, e gerando função social para prédios desocupados. Frisa-se que a autoconstrução se efetiva coletivamente, através de mutirões, de bases solidárias. O que a sociedade como um todo precisa compreender é que esses processos de autoconstrução são a base da infraestrutura habitacional brasileira. “Vá dizer pra ela que o Rio de Janeiro todo é uma favela!”, cantou a banda carioca d'O Rappa. Não fossem as construções populares, a organização comunitária, a coragem e o ânimo dos pobres de nosso país, nossa situação seria ainda mais alarmante, com consequências negativas para a vida de todas(os), sobretudo para as camadas trabalhadoras, já que, como reforçado por Engels (2010), analisando o contexto inglês oitocentista, “é óbvio que todos os ônus [...] recaem sobre o pobre” (ENGELS, 2010, p. 69).

Partindo da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) para São Paulo, e passando pelo Rio de Janeiro, em toda a nossa história de expropriação - e, também de resistência -, a questão urbana, conectada com a questão do campo, é uma questão global, com consequências para a

realidade de toda a população mundial, do modo que, “a crise urbana é na verdade uma crise global” (SANTOS, 2013, p. 31).

Assistimos, pois, ao longo da história, a um processo denominado por Henri Lefebvre (2008 [1970]) de “Revolução Urbana”. Dos 1,3 bilhões de pessoas do início do século XX, passamos a 7 bilhões na virada do milênio. Dessa população, em 1900, apenas 10% viviam nas áreas urbanas; no ano 2000, a população urbana superava 65%, indicando um processo irreversível de transformação radical do mapa urbano herdado do século XX (JARAUTA, 2013, p. 26). Assim, a revolução urbana se apresenta, ainda nos anos setenta, período de escrita da obra de Lefebvre, como um conjunto de “transformações que a sociedade contemporânea atravessa para passar do período em que predominam as questões de crescimento e de industrialização ao período no qual a problemática urbana prevalecerá” (LEFEBVRE, 2008, p. 16).

Neste contexto, a explosão das cidades e a globalização, longe de diminuir as desigualdades sociais, enfatizaram-na com guinada em direção ao neoliberalismo, intensificando o processo das cidades enquanto valores de troca. David Harvey (2013, p. 29) acrescenta que os resultados desse processo foram gravados nas formas espaciais de nossas cidades, tornando-as cada vez mais cidades “de fragmentos fortificados”, separando, de um lado, as vilas e favelas, e, de outro, os condomínios fechados, em uma crescente segregação espacial.

Os bairros ricos são atendidos por toda sorte de serviços, tais como escolas, quadras de tênis e patrulhamento particular [...], que se emaranham entre ocupações ilegais, onde a água é disponível somente em fontes, nenhum sistema sanitário existe, a eletricidade é privilégio de poucos, as ruas se tornam lama quando chove e o compartilhamento dos espaços domésticos é a norma. Cada fragmento parece viver autonomamente (HARVEY, 2013, p. 29).

Engels (2010), analisando a situação da classe trabalhadora na Inglaterra do século XIX, se debruça com originalidade no fenômeno urbano, compreendendo a urbanização capitalista como instrumento particular de segregação socioespacial, visto que, “nas grandes cidades, a centralização

da propriedade atingiu o mais alto grau" (ENGELS, 2010, p. 65). Deste modo, realizando espécie de observação participante¹⁰ nos guetos e *cottages*¹¹ britânicos, afirma o amigo de Marx,

Manchester é construída de um modo tão peculiar que podemos residir nela durante anos, ou entrar e sair diariamente dela, sem jamais ver um bairro operário ou até mesmo encontrar um operário. A razão é que [...] os bairros operários estão rigorosamente separados das partes da cidade reservadas à classe média ou, quando essa separação não foi possível, dissimulados sob manto da caridade (ENGELS, 2010, p. 88-89).

Da Inglaterra para o Brasil, porém, a professora Ermínia Maricato (2013, p. 20), alerta que, como integrantes de um país da periferia do capitalismo, as cidades brasileiras, neste contexto, carregam, além de outros problemas, uma herança pesada de desigualdade social, da recente abolição da escravatura, do estado patrimonialista e da universalização de políticas do favor. Como espaço de vida da maioria da população mundial, as cidades se tornaram o principal local onde se desenvolve a reprodução da força de trabalho, uma força de trabalho comumente barata, segregada e excluída. "Assim como vivemos a industrialização dos baixos salários, podemos dizer que vivemos a urbanização dos baixos salários" (MARICATO, 2013, p.21).

Milton Santos (1926-2001), pensador de referência no Brasil e no mundo, analisa, no livro "A Urbanização Brasileira" (2008 [1993]), como as características da modernização urbanística se aplicaram em nosso contexto. No ano de 1980, a taxa de urbanização do Brasil era, em média, de 65% (2008, p. 62), com intensas diferenças entre as regiões – sendo, o Sudeste o mais urbanizado (83%), e o Norte e o Nordeste com índices menores (52% e 50%, respectivamente). Dessa maneira, alcançamos, na segunda metade do século XX, nas palavras do pai da Geografia Nova, "a urbanização da

¹⁰ O subtítulo do livro de Engels, omitido pelas edições posteriores, confirma sua investigação *in loco*: "Segundo as observações do autor e fontes autênticas". Esse trabalho de campo na vida operária da época, empregado por Engels na investigação da situação da classe trabalhadora inglesa, sobremaneira irlandesa, se constitui na base da metodologia que viria a ser nomeada posteriormente como "observação participante".

¹¹ Pequenas casas irregulares, espécie de cortiço da época.

sociedade e a urbanização do território" (2008, p. 9). Longe de abranger qualidade de vida para toda a população, a urbanização brasileira criou "polos de pobreza", com a cidade, em si, "como relação social e como materialidade, tornando-se criadora de pobreza, tanto pelo modelo socioeconômico [...] como por sua estrutura física, que faz dos habitantes das periferias [...] ainda mais pobres" (2008, p. 10).

Diante do processo de crescimento das cidades brasileiras e da intensificação das desigualdades sociais, vivenciamos um aumento do déficit habitacional - ou melhor, das "necessidades habitacionais", como prefere Leonardo Pericles (2016), coordenador do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) -, chegando a quase sete milhões de famílias sem casa em todo território nacional, de acordo com dados recentes do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (2014), e, também, segundo estudo da Fundação Getúlio Vargas, tendo como base a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2015.

Somente na capital belo-horizontina, os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que já não são muito recentes, estimam o aumento do déficit de 2007 a 2012 para 123 mil famílias sem teto (PERICLES, 2016). Corroborando com a análise, os dados da Fundação João Pinheiro (FJP) (2018), afirmam, em termos absolutos, o aumento do déficit habitacional no estado de Minas Gerais de 529 mil domicílios, em 2014, para 575 mil, no ano seguinte. Desse total, a RMBH representava quase um terço (29,7%) do total de carência de moradias, em 2014, com um déficit de 157 mil unidades habitacionais.

Frente a esse déficit habitacional, que usurpa o direito básico à moradia, surgem, sobretudo nos grandes centros urbanos, as Ocupações por moradia, entendidas enquanto "identidades territorializadas que exercem posse planejada, pacífica e informal em espaços urbanos não utilizados, subutilizados ou não edificadas, que se mantêm em mobilização continuada pelo acesso à terra urbana e ao exercício do direito à moradia e à cidade"

(DIAS, 2014, p. 32). Nesse sentido, destaca-se as afirmações de Lefebvre (2011, p. 117), ao defender prática e teoricamente, “O Direito à Cidade”, título do livro publicado em plena efervescência francesa de maio de 1968, em que afirma que essa reivindicação “só pode ser formulada como direito à vida urbana, transformada, renovada”, tal como exercida por ocupantes de terrenos e prédios abandonados. David Harvey (2013, p. 28), seguindo os passos lefebvreanos, acerca do acesso mais amplo ao direito à cidade, sentencia: “a liberdade da cidade é, portando, muito mais que um direito de acesso àquilo que já existe: é o direito de mudar a cidade mais com o desejo de nossos corações”.

[...] Frisa-se que a ocupação de um terreno que não cumpre sua função social é uma forma legítima de reivindicação de direitos fundamentais. Para além da solução imediata da falta de moradia dessas famílias, as ocupações urbanas são uma forma de se pressionar pela política de habitação que almejamos e de responsabilizar governantes por suas ações e omissões (BRIGADAS POPULARES, 2013).

O fato é que a configuração de uma Ocupação se dá através da complexidade dos agentes envolvidos, além da própria causa em si, que diz respeito ao direito à cidade, negado à grande parcela da população. Sem o acesso à estrutura urbana, as cidades, aos moldes que são (re)produzidas, acabam se tornando o espaço que não dialoga, o que fortalece as movimentações e a luta por direitos. E a organização dos movimentos e lutas não se dá somente no contexto de acesso à casa, mas por um direito mais amplo, como dito, o direito à cidade. Desse modo, como reivindicado por Leonardo Pericles (2016), para além da moradia, “lutamos pelo livre acesso aos transportes, à educação, à saúde e a uma cidade que garanta condições dignas de vida para toda a população, sob a ótica da maioria, ou seja, da classe trabalhadora”.

Para a classe trabalhadora, ou seja, sujeitos sem propriedade de meios de produção, que vivem do suor do próprio trabalho, os altos preços dos aluguéis, em face da especulação imobiliária, torna-se um mecanismo rotineiro de controle mercadológico do estado, resultando na lógica de

expulsão dos mais pobres para cada vez mais longe. Nas palavras de quem sente na pele os efeitos perversos da desigualdade, expressa no cenário que se passa com milhões de brasileiros: “O aluguel passou a corroer boa parte da renda familiar e forçou as pessoas a viverem em lugares e condições piores. [...] Ir para mais longe significa mais tempo no transporte, além de serviços e infraestrutura piores”, nos alerta a organização nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (2014, p. 86).

Marx (2017 [1867], p. 732), em sua obra magna “O Capital”, apresenta divagações semelhantes, elucidando que qualquer observador atento percebe que, “quanto mais massiva a concentração dos meios de produção, tanto maior a consequente aglomeração de trabalhadores no mesmo espaço”, portanto, continua o ele, “quanto mais rápida a acumulação capitalista, tanto mais miseráveis são para os trabalhadores as condições habitacionais”.

A verdade é que a política habitacional brasileira se esgotou. O modelo de política habitacional adotado pelo governo brasileiro, nos últimos anos, materializado no Programa Minha Casa, Minha Vida, tratou a moradia mais como mercadoria do que como direito, favorecendo abertamente o processo de reprodução capitalista das empreiteiras no país. Há uma crise urbana instalada no Brasil, advinda da mercantilização do espaço urbano e fruto da submissão de direitos ao modelo de cidade-empresa, cada vez mais refém do urbanismo neoliberal das parcerias público-privadas.

A crise urbana no Brasil é uma ferida aberta. Após a urbanização acelerada da segunda metade do século XX, o país tem hoje 85% de sua população nas cidades. Cidades segregadas e marcadas por problemas explosivos como a habitação, a mobilidade, o saneamento básico e a oferta de serviços públicos (BOULOS, 2015, p. 50).

Engels (2015), em artigos publicados em 1872 e 1873, traduzidos para o Brasil no livro “Sobre a Questão da Moradia”, sintetizou de forma clara o problema da escassez de moradias na Europa, valendo suas palavras para os dias que correm nas metrópoles brasileiras:

O que hoje se entende por escassez de moradia é o peculiar agravamento das más condições de moradia dos trabalhadores em razão da repentina afluência da população às metrópoles; é o aumento colossal dos preços dos aluguéis; é a aglomeração ainda maior de moradores nas casas particulares; e, para alguns, é a total impossibilidade de encontrar alojamento (ENGELS, 2015, p. 38).

A despeito das políticas de habitação instituídas nos últimos anos, assistimos a um agravamento do déficit de moradias no Brasil. A velocidade da especulação imobiliária em criar novos sem teto é maior que a produção de novas casas, tornando claro que a escassez da moradia não poderá ser definitivamente solucionada nos marcos do sistema capitalista. De forma direta Engels (2015, p. 38) esclarece que a penúria habitacional é um problema perene de todas as classes trabalhadoras de todos os tempos, “não é peculiar da época atual”; logo, como em outras épocas, a solução definitiva é “eliminar totalmente a espoliação e a opressão da classe trabalhadora pela classe dominante”.

As reestruturações urbanas pelo capital não eliminam a calamidade, fazem apenas com que essa reapareça em outro lugar. Assim, somente a organização das(os) trabalhadoras(es) poderá resolver esse problema, tal como a realidade empírica das(os) moradoras(es) da Ocupação Guarani Kaiowá apontam.

Já existem conjuntos habitacionais suficientes nas metrópoles para remediar de imediato, por meio de sua utilização racional, toda a real “escassez de moradia”. Naturalmente, isso só poderá ser feito mediante a expropriação dos atuais possuidores, ou então mediante a acomodação, nessas casas, de trabalhadores sem teto [...] (ENGELS, 2015, p. 38).

Por assim dizer, é lacônico superar certas ingenuidades, como apostar todas as fichas na ação estatal para resolução do problema habitacional, por exemplo. Aliás, o direito à moradia digna não é, e nem será, dado de presente, mas conquistado com muito esforço, como se apresenta a realidade concreta. Porquanto, frutos da organização e da disposição, vivem em Ocupações urbanas, somente na Grande BH, por volta de 60 mil pessoas, a partir dos dados publicados em 2016 (LIBÂNIO; NASCIMENTO, 2016). Um

índice subcalculado, já que, se formos contabilizar as Ocupações espontâneas, sem apoios diretos de movimentos ou assistência técnica, como as vilas e favelas, tão presentes no nosso cenário urbano, provavelmente esse número extrapolará a casa do milhão. Canetti e Valle (2015, p. 39), afirmam, neste sentido, que “é possível perceber que os grupos sociais excluídos da cidade, por mais assujeitados pela dinâmica de acumulação de capital, reside neles a possibilidade de ocupar, organizar e reestruturar os espaços da cidade”.

Apesar do histórico de luta e resistência, não podemos idealizar as condições de moradia existentes nas Ocupações, uma vez que os serviços urbanos são insuficientes e negados pelo poder público, não existindo, na maioria dos casos, distribuição de água e de tratamento de esgoto, rede de energia elétrica, coleta de lixo, entrega de correios, calçamento, entre outras infraestruturas obrigatórias a que todo cidadão tem direito.

No mesmo sentido, Joviano Mayer (2015, p. 226), militante das causas populares belo-horizontinas, sintetiza que, por mais que se busque combater o déficit habitacional, “o modelo neoliberal de produção da casa-mercadoria não reverte o principal déficit, que é o de falta de qualidade urbana, pois a urbanização que promove é desurbanizadora”.

Apesar de toda carência infraestrutural, de todas as limitações financeiras, das contradições e problemas existentes, as populações se organizam e lutam, ao passo que também são generosas e agradecem. No “fim das contas, porém, os que dispõem de todo modo de um teto são mais felizes que aqueles que não o têm” (ENGELS, 2010, p. 75). Assim, não é de se espantar a destacada relevância dirigida por Milton Santos (2013) aos pobres urbanos.

Sujeitos obrigados a viverem com a restrição do acesso de bens e serviços, são extremamente criativos em reinventar as formas de organização da vida, do trabalho e da solidariedade, na experiência cotidiana da escassez (o autor fala da existência de uma sapiência própria dos pobres). Longe de ser um elogio romântico da pobreza [ele] parte da constatação dialética do processo de geração dos pobres para refletir sobre a possibilidade de emancipação (CANETTI E VALLE, 2015, p. 39).

O processo de reinvenção da vida, na qual Milton Santos (2013) elogia os pobres urbanos, se baseia num criativo “jeitinho brasileiro”, que, para além dos aspectos negativos elucidados, sobremaneira por sociólogos nacionais, se constitui como propedêutico da própria sobrevivência. Onde morar se não nas ocupações, vilas e favelas? Como se locomover nas metrópoles sem o famigerado “pulão” no transporte público? Comer, beber, dormir, enfim, viver. Na criatividade do cotidiano, brasileiros vivem, continuamente sobrevivem, no corre do pão de cada dia, “sem deixar a peteca cair”, como afirma meu pai.

E, no processo criativo de resistência, a mobilização coletiva é a saída, que precisa ser mobilizada e renovada, no caso concreto das Ocupações, antes, durante e depois da apropriação do território. Nos casos de lutas pela terra e pela moradia, observo que, mais difícil que adentrar, é permanecer. Não sofrer a expulsão violenta depende da determinação coletiva das(os) ocupantes. Afinal, como fizeram as(os) moradoras(es) da Ocupação Guarani Kaiowá para resistirem até os dias de hoje, construindo e resistindo aos avanços insaciáveis do poder de usurpação do capital? Quais histórias estão por trás dessa organização bem-sucedida? Quais as táticas e estratégias fizeram-se presentes para “não deixar a peteca cair” e permanecer no território? Essas e outras perguntas guiarão nossos passos, nesse processo de arar a terra, com cuidado e determinação.

Uma das nossas grandes referências, mestre inspirador, o Professor Fábio Alves dos Santos, como advogado popular, sempre dizia nas assembleias das ocupações que, quando o povo ocupa um terreno, já começa perdendo o jogo pelo placar de dois a zero, pois tanto o Estado quanto o proprietário querem despejar. @s advogadx, por melhor que sejam, só podem marcar um gol, ficando o placar em 2 a 1. Quem deve empatar o jogo e garantir a vitória? (Mayer, 2015, p. 157)

Nossa hipótese: as crianças! Elas podem marcar os gols e virar o placar. Nesse sentido, os convidamos a brincar com as crianças GK, lutando com elas pelo sonho de um futuro melhor; festejando as pequenas conquistas, diárias e históricas; trabalhando desde pequenas sem cessar, estudando para serem

formadas, na peleja, na escola e na vida. Nosso percurso então caminha em passos lentos, porém firmes, junto às crianças na luta pela terra e moradia.

Neste trabalho, apresentamos, primeiramente, um histórico da Ocupação (capítulo 2), trazendo, em seguida, as controvérsias jurídicas e antropológicas que atravessaram o caminho (capítulo 3). Buscando demonstrar o protagonismo infantil presente nessa experiência, seja nas brincadeiras e lutas, seja no trabalho e na educação (capítulo 4). Logo, somos guiados pelos olhares infantis da vida que cresce nesse território, com suas alegrias, fotos, vídeos e contradições (capítulo 5). Tudo isso, sem esquecer que, debaixo do sol escaldante, é mais difícil que as coisas acontecem, pelo que vem sempre o frescor desse lugar singular e afetivo, que é o Pé de Manga (capítulo 6).

Aceite o convite, é gratuito, aqui o único valor que se troca é o conhecimento, saboreado à sombra desta estimada mangueira.

2. OCUPAÇÃO GUARANI KAIOWÁ

2.1 Primeiro Tempo: História e Estórias¹²

*Parecem adivinhar quem vem chegando
Semeando vida nova no lugar
Cerca tombada, mundos se desvelam
E os que vieram, no cair da madrugada
Mãos na enxada, sonhos que se revelam
Não esperam a história ser contada*
Pedro Munhoz, Ocupação.

Imagem 3: Muro na entrada da Ocupação



Fonte: facebook.com/OcupacaoGuaraniKaiowa/, 2013.

Contar uma história não é fácil, principalmente quando você não se encontra presente no acontecer de todos os fatos. Contudo, aqui me arrisco

¹² Uma versão preliminar desse capítulo foi apresentada e publicada no II Simpósio Nacional Educação, Socialismo e Marxismo, ocorrido em 2018, na Faculdade de Educação da UFMG. Texto disponível em: https://3e259203-0a83-495b-a4d8-2d2a8b2d9d5a.filesusr.com/ugd/ac5263_e826e55214f04de5bc55de26d5aa8cf9.pdf.

a contar a história da Ocupação Guarani Kaiowá (GK), das pessoas que não esperaram a “história ser contada”, e construíram a Comunidade com suas próprias mãos e emoções. É preciso alertar que o resultado é uma transcrição, uma transcrição composta por interpretação e criação, os dois aspectos da memória: verdade e imaginação. Para tanto, irei me valer das histórias e estórias que me foram relatadas por moradoras(es) (crianças e adultas), publicações verificadas no blog¹³ e na rede social¹⁴ da Ocupação, trabalhos publicados por outras(es) pesquisadoras(es), matérias em jornais, vídeos disponíveis na internet, e claro, a minha própria vivência de observação e participação junto à GK.

Guarani Kaiowá (GK) ou Ocupação Emanuel Guarani Kaiowá, surgiu na madrugada de 8 de março para 9 de março de 2013, no bairro Ressaca, município de Contagem, Minas Gerais, em área próxima à divisa com Belo Horizonte.

O movimento se organizou junto à outros movimentos, um fortalecendo o outro: Brigadas Populares (BP), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), a Associação dos Arquitetos sem Fronteiras (ASF), Coletivo de Advogados Populares “Margarida Alves”, o movimento Frente Terra e Autonomia (FTA), moradores da Ocupação Dandara, Jornalistas Mídia Ninja e Fora do Eixo, entre outros grupos de apoiadores e movimentos sociais, que contribuíram na construção da Comunidade.

Entretanto, é preciso voltar um pouco no tempo, pois as raízes da GK (como a Ocupação é carinhosamente chamada; alguns preferem somente Guarani, outros, a nomeiam Ocupação ou Invasão) advém antes da famigerada madrugada de 9 de março de 2013.

¹³ Disponível em: <https://ocupacaoguaranikaiowa.wordpress.com>.

¹⁴ Disponível em: <https://www.facebook.com/OcupacaoGuaraniKaiowa>.

Abandonado por décadas, o terreno em que se situa a Ocupação, já fora antes um clube. Após o fechamento do mesmo, por volta da década de oitenta, os 25.000m² ficaram completamente largados.

Um morador Kaiowá¹⁵ entrevistado por Marina Maia (2017, p. 77), relembra as transformações que se passaram, desde os tempos que existia o clube:

Esse terreno aqui era uma lagoa. Era uma lagoa onde funcionava um clube, e era grande, muito conhecido, muito frequentado [...] A lagoa é desde 67. Essa lagoa ela foi secar em 83 [...] Ai ele cercou o clube todinho assim de eucalipto. Depois que eles "cercou" de eucalipto que a lagoa do clube veio de acabar [...] A gente já pegou traíra nesse trem aqui. [...] A gente pulava debaixo dessas "cerca" ai e entrava pra pescar [...].

Após o fechamento do clube, nos anos oitenta, o terreno, localizado na região do Ressaca, limítrofe à zona oeste de BH, se ficou ilegal, abandonado, descumpridor de sua função social, com crescimento de matagal e lixo. De modo contrário, nas áreas circundantes ao terreno, a população não parava de crescer.

Os sujeitos da GK, pelo menos no início, majoritariamente, vieram da Vila União do Ressaca, também conhecida por Vila Pérola ou simplesmente Favela do Ressaca, território autoconstruído e de forte adensamento sócioespacial, como é amiúde os territórios das classes populares no país. Rafael Bittencourt (2016, p. 142), também pesquisando a constituição da GK, assim descreve o crescimento da região:

A vila desenvolveu-se, ao longo de décadas, de forma muito adensada, sem um exercício de planejamento espacial, com as unidades residenciais distribuídas entre becos e vielas, com notório crescimento verticalizado (média de 2 a 3 pavimentos) e sem investimentos ou reconhecimento do poder público, ou seja, com exclusão socioespacial forçada e imposta.

¹⁵ Vale destacar, como já informado, que se optou por ocultar os nomes das(os) moradoras(es) entrevistados, mantendo o sigilo, intitulando os adultos de Kaiowás e as crianças de Guaranis, por sugestão de uma moradora, que afirmou que na GK "já nasceu muitos Guaraninhos".

Apesar da saturação sócioespacial crescente da Vila Pérola, seus moradores, entretanto, sempre conviveram com vários terrenos abandonados nas proximidades, marcados intrinsecamente, como afirma Bittencourt (*ibidem*), “pelo desenvolvimento capitalista da metrópole, forjado pela propriedade fundiária e pelo vetor econômico dominante de apropriação e captura da mais-valia urbana, produzindo a segregação territorial”.

Imagem 4: Vista satélite da região do Ressaca



Fonte: Google Earth Pro, imagem capturada no verão de 2002.

Na imagem histórica anterior, produzida via satélite no final do ano de 2002, e capturada através do programa *Google Earth*, é possível observar a região do Ressaca, compreendida pelo bairro Ressaca, mais a Vila Pérola e o Jardim Balneário. Ao centro da imagem, é possível notar a grande faixa territorial vaga, composta de vegetação, suplantada à oeste e leste pelos adensados bairros.

Um morador Kaiowá, entrevistado na investigação de Marina Maia (2017, p. 80) assim se expressa pela dramaticidade do problema da especulação imobiliária na região: “E um terreno vazio sem uso... E a gente ia ficar sem casa com esse terreno aqui todo aqui parado, e a gente entrou e resolveu a dar ele uma... Como é que fala...?”.

Possivelmente ele queria dizer Função Social, este determinante jurídico presente em nossa Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Cidade de 2001:

[...] A propriedade atenderá a sua função social. Artigo 5, inciso XXIII, CF;

A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: [...] III – função social da propriedade. Artigo 170, inciso III, CF;

[...] Estatuto da Cidade, estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental. Parágrafo Único, Artigo 1, Lei 10.257/2001;

A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor, assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas, respeitadas as diretrizes previstas no art. 2º desta Lei. Artigo 39, Lei 10.257/2001.

Nossa jurisdição, portanto, mesmo que de princípios burgueses, condiciona o direito à propriedade à efetividade de sua função social, ou seja, a terra deve ser objetivada, utilizada para algum fim, seja ele de moradia, de produção econômica, de preservação ambiental, ou outra função que for exercida. Contudo, o terreno ora expresso descumpria o ordenamento jurídico brasileiro, e trazia uma reflexão para os moradores das Vilas da região.

Na experiência da Ocupação Guarani isso foi muito evidente assim. Os moradores viveram 30 anos com um terreno vazio do lado. E aí começaram a refletir, mais será que eu posso viver em uma favela adensada, oprimida, sem estrutura e ao mesmo tempo conviver com um terreno vazio do meu lado? (BITTENCOURT *apud* MAIA, 2017, p. 82).

Esse cenário, de adensamento das Vilas da região, pressionado pela crescente necessidade habitacional, coexistindo ao lado da vacância imobiliária especulativa, dificilmente levaria a outro destino. Tanto que os relatos afirmam que os moradores se organizaram para ocupar o terreno diversas vezes, sendo a primeira ainda na década de noventa.

Ai ficou esses “ano” tudo abandonado, até que o terreno ficou realmente devoluto, ai a gente tentou invadir, todo mundo veio e tentou... 93 [...] Primeira tentativa... Esse terreno aqui, teve uma época que a prefeitura “tava” oferecendo... Quem pagasse os impostos ia ficar com o terreno[...] só que ai juntou um “mucado” de pessoal da favela pra querer pagar os impostos, mas era muito dinheiro... ninguém tinha condição. E apareceu um monte de gente poderosa também querendo comprar... Só que eles não “queria” comprar... Queria pegar o terreno na mão grande (MORADOR KAIOWÁ *apud* MAIA, 2017, p. 78).

Como relata¹⁶ o morador, a Prefeitura tentou vender o terreno para quem estivesse disposto a pagar o valor integral, incluindo os impostos. Contudo, os empresários interessados se recusaram a quitar o valor total, e os moradores da Vila, também interessados, não detinham recursos. Desde então, o terreno permaneceu abandonado, servindo de local de depósito de lixo e dejetos, a partir dos anos finais da década de 80 e início de 90. Até que a indignação estimulou a ação, surgindo a primeira tentativa de ocupação do terreno no ano de 1993.

Ah quem matutou isso não teve nem ideia [...] foi um monte de gente que pagava aluguel desde a favela... Tiveram ideia... “Aquele terreno que tá vazio ali, vamo invadi entrar lá...” ai arrumaram uns pedaço de pau, um mucado de lona e vieram e “fiz” uma barraca, ai o povo veio e foi ocupando todo mundo, ajuntando... É, ai desceu um batalhão de polícia e botou todo mundo pra fora, bateu nos outros... (MORADOR KAIOWÁ *apud* MAIA, 2017, p. 79).

Essa primeira tentativa de ocupação relatada não obteve êxito, sendo as(os) ocupantes reprimidas(os) e expulsas(os) pela Polícia Militar. Após essa tentativa, o latifúndio urbano permaneceu abandonado durante os anos 90

¹⁶ Nos relatos presentes neste trabalho, tanto os transcritos por outros pesquisadores quanto os citados por mim, mantiveram-se as características da norma falada, chamada de coloquial, na tentativa de manter uma maior autenticidade da oralidade, respaldamo-nos de não colonizar as vozes alheias.

e 2000. Nesse período, casos de estupro, assaltos, desovas de cadáveres e proliferação de dengue foram relatados por muitos que moravam na região do Ressaca.

Isso aqui era alugar dos outros ficar agarrando menina ai que vinha da escola, igual, aqui teve uma tal de Luci que eles agarram ai, ela chegou na favela toda rasgada... Eles mataram o Rodrigo boy aqui dentro, até lugar deles desovar corpo isso aqui era (MORADORA KAIOWÁ *apud* MAIA, 2017, p. 80).

O terreno tava vazio, aqui era um bota fora. Aqui era igual uma cracolândia, aqui era bota fora de carro roubado, prostituição... Lugar do povo usar droga, desova de corpo... E nós tinha um incomodo muito grande aqui com os helicóptero voando em cima (MORADOR KAIOWÁ *apud* MAIA, 2017, p. 80).

Não tardou, até que em meados de 2012, uma nova tentativa de ocupar a gleba abandonada foi realizada, um segundo momento de produção de territorialidade. Aqui cabe uma consideração, existe uma imprecisão no número total de tentativas de ocupação que foram levadas a cabo, alguns falam em duas, três, outros até quatro (LOBÃO, 2015; BITTENCOURT, 2016). O fato é que no início de 2012 um grupo de pessoas oriundas da Vila Pérola decidiram ocupar o brejo, como era chamado o terreno.

A necessidade como virtude se apresentou, alguns viviam de favor na casa de parentes ou amigos, muitos de aluguel, outros em meio à conflitos conjugais. Assim, por volta de maio de 2012, se efetiva a segunda tentativa de ocupação do latifúndio improdutivo localizado no Ressaca. Uma moradora Kaiowá que participou do ato relata a ocupação em tom de aventura:

Acho que teve uma briga lá na favela por causa de casa. Aí, um dos meninos tava doidão, foi e falou assim: "Eu estou cansado de ser humilhado por causa de casa. Você quer saber de uma coisa? Aquele lote ali todo aberto. Vamos invadir? Vamos invadir aquele lote?" Aí, eles começaram na brincadeira. Aí, os outros amigos dele chegaram e tinha um grupinho de cinco. – "Vamos!" – aí, eles correram ali onde que é o brejo. Eles acharam que era vantagem. Eles correram e cercaram um pedaço lá na água. – "Esse aqui é meu! Vão descer lá na favela, porque se não tiver muita gente, nós não ganhamos não." Aí, desceram pra favela gritando: "Tá invadindo o brejo. Tá invadindo o clube velho. Vamos invadir, vamos invadir, comunidade! Vamos invadir logo. Quem mora de aluguel aí que precisa, vão bora! (MORADORA KAIOWÁ *apud* BITTENCOURT, 2016, p. 142).

Contudo, os relatos descrevem que não tardou para a polícia aparecer, repreendendo os ocupantes: “Tinha umas três horas que a gente estava lá e a polícia falou: ‘Se não aparecer ninguém a gente deixa vocês aí, se o dono aparecer, vai ter que sair todo mundo’” (MORADORA KAIOWÁ *apud* LOBÃO, 2015, p. 16).

Muitas(os) moradoras(es) realizaram inclusive demarcação de pedaços de terra, apesar disso, horas depois apareceu um suposto proprietário, afirmando ser representante da Construtora Muschioni. Uma moradora Kaiowá assim se expressou para a pesquisadora e militante Maia (2017, p. 81): “Eu peguei um pedaço na esquina ali e falei eu vou morar aqui porque eu não ‘tô’ ‘guentando’ mais ‘rasta’ a mãe naquele beco. Ai num deu porque o homem veio xingou brigou com nós, falou bravo!”.

Todos relatos, de pessoas distintas, descrevem uma atitude violenta por parte desse suposto proprietário para com as mulheres presentes no local, com xingamentos, palavras de baixo calão e inclusive ameaças de agressões, na presença da PM.

Aí, ele falou bem assim: Vocês são um bando de filho de uma égua, um bando de mulher à toa. Nas suas casas não tem umas vasilhas para vocês lavar? Ele xingou a gente de um tanto de outras coisas e disse isso de novo. Eu falei, Não tem não! E, se existe um Deus, o senhor vai perder esse lote. Porque agora nós enfezamos e não vamos mais sair daqui não! A polícia mandou nós sair assim mesmo. Nós tivemos que nos retirar, porque eles chamaram o reforço, nós tivemos que nos retirar, estávamos indignados (MORADORA KAIOWÁ *apud* LOURENÇO, 2014, p. 69).

Entretanto, o tiro saiu pela culatra, e ao invés de amedrontar, a ação violenta do homem representante da construtora, produziu força nas pessoas presentes naquela situação. A história comumente contada por muitos, é que, naquele momento, as mulheres juraram que de um jeito ou de outro “aquele homem ia perder o terreno”.

Após mais essa tentativa frustrada de ocupação da gleba abandonada, resultando em reintegração de posse (sem mandato, diga-se de passagem), é que aconselharam o grupo a buscar o apoio externo do

Movimento Brigadas Populares¹⁷, para fazerem as coisas de forma mais organizada e não serem criminalizados. Um fato curioso é que ninguém sabe ao certo quem foi que deu esse conselho: uns dizem que foi um policial logo após o episódio da retirada das pessoas do terreno; outros dizem que foi a esposa de um vereador atuante na região; há ainda uma versão que afirma que os moradores da Vila tinham o contato de moradores da exitosa Ocupação Dandara.

[...] foi a mulher do vereador só que eu não sei o nome dela. Ai essa mulher do Vereador trabalhava na Brigadas, ou ficava na Brigadas, conhecia o negócio das Brigadas, alguma coisa, não sei direito não. Ai ela pegou e mandou a Dirlene ligar pra eles e eles vieram (MORADORA KAIOWÁ *apud* MAIA, 2017, p. 81).

E aí alguém da região que estava tentando ocupar também era conhecido de alguém que morava na Dandara e aí a galera falou que o pessoal das Brigadas Populares ajudava a organizar a ocupação, que apoiava esse movimento e aí passou o contato (MORADOR KAIOWÁ *apud* LOBÃO, 2015, p. 20).

O policial falou, assim, vocês não ganham. Eu conheço uma ocupação que ela está dando certo, porque por trás dela, tem advogado. Eu pedi a ele mais informações [...] dá pra nós o telefone aí! Ela correu, pegou a caneta, anotou e telefonou para as Brigadas (MORADORA KAIOWÁ *apud* LOURENÇO, 2014, p. 69).

Deixando esse enigma de lado, o caso é que após esse episódio, um grupo de pessoas entrou em contato com as Brigadas Populares, requisitando auxílio para destinar função social ao terreno, através de construção de moradias. A partir desse contato reuniram-se militantes e moradores da região interessados numa nova tentativa de ocupação.

Aqui entra em cena dois aspectos que não podemos desconsiderar na análise historiográfica da GK: primeiro, o sucesso de organização da Ocupação Dandara, surgida em 2009, até sua consolidação em

¹⁷ O Movimento Brigadas Populares se formou em 2005 a partir de um grupo de estudos marxistas que abrangia algumas universidades de Belo Horizonte. Atualmente, a organização promove ações na Bahia, Distrito Federal, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe, Pará, Paraná e Pernambuco. A atuação também se dá em Frentes de Trabalho, entre as quais: Antiprisional, Comunicação e Cultura, Formação, Juventude e Reforma Urbana. A organização se autodefine como “uma unidade aberta por uma nova maioria política e social para o Brasil”. Disponível em: <brigadaspopulares.org.br> Acesso em 20 de abril de 2019.

“Comunidade Dandara”, trazendo esperança e servindo de modelo exitoso para muitas ocupações surgidas nos anos seguintes na RMBH, abrindo um “novo ciclo de lutas”; segundo, a efervescência política brasileira a partir de 2013, culminando nas Jornadas de Junho, que acabaram por criar uma área reivindicatória em todo país, com ocupações de ruas e praças, prédios públicos e terrenos improdutivos, em meio à uma crise de representatividade política.

Pois bem, o processo de organização para a nova e definitiva ocupação deu-se início ainda em 2012, contando com quase 9 meses de preparação, dentre reuniões semanais, avaliação urbanística e ambiental do terreno, além da estimativa de famílias que poderiam ser atendidas tendo em vista a legislação local, além do auxílio, organização e formação dos moradores para a resistência.

Constata-se que, esses nove meses preparatórios é o ponto chave para a efetivação da Ocupação, pois nele são tramadas não somente as estratégias e táticas, mas se desenvolve como um espaço e tempo educativo, onde os moradores podem dialogar com os militantes de movimentos sociais, aprender com moradores de outras Ocupações mais antigas, e formar nesse movimento um “núcleo duro”, uma base de articulação em rede que apoiará e defenderá a GK nos momentos cruciais.

Tiago Castelo Branco Lourenço (2014), arquiteto que participou e acompanhou de perto o processo afirma a importância do momento pré-ocupação, como um momento de formação:

Particpei de algumas dessas reuniões no início de fevereiro de 2013, para esclarecer questões urbanísticas, explicar termos da legislação etc. Elas eram realizadas no terraço de uma casa na Vila Pérola, onde uma das futuras lideranças morava com parentes. Assisti ali como moradores de outras ocupações ajudavam a preparar as pessoas, particularmente em questões práticas relacionadas aos primeiros momentos da ação, tais como a instalação de uma cozinha comunitária que evita que os ocupantes tenham que se ausentar do local nesta fase crítica (LOURENÇO, 2014, p. 71).

Imagem 5: Reunião de Preparação da Ocupação



Fonte: Tiago Castelo Branco Lourenço (2014).

Um morador Kaiowá também apresenta consciência da importância desse processo de organização para o sucesso da Ocupação: “Essa deu certo por causa da organização, por causa de organização. O pessoal descobriu as Brigadas Populares e eles ajudaram a organizar” (MORADOR KAIOWÁ *apud* LOURENÇO, 2014, p. 94).

Esses nove meses de gestação constituíram o período de tecer os combinados entre os ocupantes e os militantes: como ocupar; qual o melhor momento; o que fazer quando a polícia chegar; divisão das tarefas; cuidados básicos com mato e animais peçonhentos; enfim, como sobreviver no local, estruturando-o e espantando a possibilidade de despejo.

Uma dessas reuniões de preparação, ocorridas no terraço de uma moradora Kaiowá, teve como pauta a escolha do nome da futura Ocupação. O nome, muito mais que uma questão simples, que passa a

denominar a nova Comunidade, é o canal que possibilita criar empatia do movimento junto à sociedade.

Os moradores sugeriram Emanuel, que conforme tradição judaica-cristã significa a presença do Messias, em tradução do Hebraico "Deus está conosco", o que se realiza no entendimento dos cristãos pela vinda de Jesus, o Messias. Todavia, os militantes das Brigadas Populares argumentaram que a Ocupação deveria ser nomeada por um nome político forte, que gerasse visibilidade para o movimento, sugerindo outros nomes e indicando que o nome seria decisivo para conseguir apoios externos, fato que seria limitado com a nomeação de Emanuel.

Na mesma época, surgiu uma campanha na internet onde os indígenas da etnia Guarani Kaiowá lutavam pela retomada de suas terras no Mato Grosso do Sul. Assim, muitas pessoas alteravam seus sobrenomes nas redes sociais (Facebook e Orkut) para Guarani Kaiowá, em forma de solidariedade à luta dos povos originários.

Desse modo se quedou um empasse, com as(os) moradoras(es) escolhendo Emanuel e os militantes das Brigadas Populares escolhendo Guarani Kaiowá. Uma pessoa muito inteligente presente na reunião, sugeriu então que o nome da nova Ocupação fosse Emanuel Guarani Kaiowá, somando-se as duas sugestões e formando um nome híbrido que agradasse à todas e todos. Esse nome foi escolhido por unanimidade.

O fato é que no decorrer da experiência o nome acabou ficando somente Guarani Kaiowá, muito por conta da desconsideração, por parte dos movimentos, da vontade dos moradores em nomeá-la Emanuel.

O que pode ser constatado na nota publicada pelos militantes das Brigadas Populares, no mesmo dia do ato da Ocupação, onde não se levou em conta a opção das(os) moradoras(es), afirmando-se que a nova Ocupação chamava-se Guarani Kaiowá, numa tentativa de relacionar as Retomadas de terras indígenas com as Ocupações urbanas:

A identificação das lutas dos trabalhadores assalariados nas cidades com as lutas dos povos indígenas originários do país nos levou a nomear esta ocupação de Guarani-Kaiowá, povos historicamente destituídos de seus meios essenciais de vida por interesses e forças próprias ao capitalismo (BRIGADAS POPULARES, 2013).

Essa polêmica em torno do nome da Ocupação, apesar de nenhum morador descender diretamente da etnia Guarani Kaiowá, apresenta algumas questões interessantes a serem analisadas, o que será pormenorizada no próximo capítulo: “Somos todas Guarani Kaiowá”, subitem “Controvérsias Antropológicas”.

Pois bem, após escolha do nome, veio 2013, ano novo, e finalmente chegou o momento esperado. Combinaram que logo após o carnaval seria o período ideal para ocupar, para contar com o apoio dos blocos de rua¹⁸ politizados da capital e também não chamar muita atenção, em meio as festividades. Todavia, a erupção de um conflito entre grupos das vilas da região trouxe grande contingente policial para o bairro, o que não permitia sequer a realização de reuniões.

Assim, passou fevereiro, chegou o mês de março, a região já estava mais calma, enfim, julgaram que o momento estava mais propício, escolhendo a madrugada de 8 para 9 de março.

Na madrugada de sexta para sábado, no dia Internacional da Mulher, cerca de sem famílias sem teto, juntamente com dezenas de militantes das Brigadas Populares, moradores de outras Ocupações urbanas, Jornalistas ativistas, Advogados Populares, entre outros apoiadores, realizam o ato de

¹⁸ Em um processo recente de ressurgimento e engrandecimento do carnaval de rua de Belo Horizonte, expandindo até para cidades vizinhas, a politização se fez propedêutica nos Blocos, com pautas e críticas sociais em suas atuações, críticas sobretudo à gestão de Márcio Lacerda (Prefeito de Belo Horizonte de 2009 até 2015). Me arrisco a afirmar que esse processo tem relação com a energia contestatória explodida nas Jornadas de Junho de 2013. Vide exemplo o Bloco Maria Baderna, oriundo de Contagem, com seus foliões se autointitulando baderneiros.

ocupação do terreno ocioso, em meio ao matagal, levantando os barracos de viga e lona preta¹⁹.

Imagem 6: Ocupação do Terreno e construção dos barracos



Fonte: facebook.com/OcupacaoGuaraniKaiowa/, 2013.

Na aurora, com o nascer do sol e os barracos levantados, o assentamento estava efetivado, a notícia se espalhou, chegaram os primeiros policiais e o logo depois um representante da construtora Muschioni. Era por volta de oito horas da manhã, quando o suposto proprietário, juntamente com PM, requereu a saída dos ocupantes do terreno. Entretanto, com a resistência dos presentes, foi argumentado que estavam sob respaldo da lei, pois

¹⁹ Um vídeo intitulado **Ocupação Emanuel Guarani Kaiowá**, desenvolvido por Mídia Ativistas, descreve o trabalho coletivo realizado nessa madrugada, disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=qCmz2dQUIY>>.

realizações de despejos somente podem ser levadas a cabo com ordem expedida por um Juiz.

Imagem 7: Ocupação do Terreno e construção dos barracos



Fonte: facebook.com/OcupacaoGuaraniKaiowa/, 2013.

Um fato curioso, é que durante a argumentação entre advogados, policiais e o representante da construtora Muschioni, este último assumiu solenemente que estava realizando especulação imobiliária com a terra urbana²⁰:

Esse terreno é nosso há mais de vinte anos. Nós estamos deixando justamente para poder fazer um empreendimento de apartamentos aqui. Nós somos uma construtora, que construímos em outros lugares também. [...] Nós estamos esperando justamente o terreno... A valorização da região. A região ainda era, quando compramos, uma região bruta, né? Então a região está valorizando, bairro Cabral... Justamente agora a gente começa a ter mais interesse na questão da construção (REPRESENTANTE CONSTRUTORA *apud* OCUPAÇÃO EMANUEL GUARANI KAIOWÁ, 2013).

²⁰ Este diálogo também pode ser acessado no vídeo **Ocupação Emanuel Guarani Kaiowá**, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=_qCmz2dQUIY>.

Imagem 8: Ato de implantação da Ocupação Guarani Kaiowá



Fonte: facebook.com.br/OcupacaoGuaraniKaiowá/, 2013.

Imagem 9: Diálogo entre representante da construtora e advogados



Fonte: Tiago Castelo Branco Lourenço, 2014.

Não sabemos se por descuido, ou por falta de expertise, mas a afirmação do representante da construtora chama atenção, explicitando as razões especulativas da vacância sem pudor, tanto que sua presunção foi noticiada em matéria de jornal:

Na manhã de hoje (sábado, dia 9), os policiais estiveram no local fazendo uma vistoria, mas já foram embora. O proprietário também apareceu, e confessou que o terreno estava parado há mais de 20 anos. Falou ainda que não apresentaram nenhum projeto para a prefeitura porque estavam aguardando a valorização da região (BRASIL DE FATO, 2013).

Essa primeira tensão passou, e os primeiros dias da GK foram um sucesso, devido ao desenvolvimento do trabalho comunitário, construção de cozinha coletiva, colaboração na construção de novos barracos, e ainda ao fato de que nenhuma tentativa de reintegração de posse conseguiu retirar do terreno os novos moradores.

A partir dos primeiros dias de Ocupação, o que foi acordado e pactuado durante um longo período de meses, pode ser aplicado e colocado em prática, executando o planejado.

Já no primeiro dia aconteceu a primeira assembleia. Nessa havia um número muito maior de gente que normalmente frequentavam as reuniões preparatórias. [...] Foi organizado um grupo de coordenação da ocupação, comissões de segurança, que patrulhava a ocupação principalmente à noite, comissões de cozinha, de infraestrutura e outras (MORADOR KAIOWÁ *apud* MAIA, 2017, p. 103).

Quando foi formado o assentamento provisório, iniciou-se a elaboração do plano arquitetônico e urbanístico para a ocupação definitiva do terreno, com participação de uma equipe técnica de arquitetos, geógrafos, advogados, entre outros apoiadores, juntamente com as(os) moradoras(es). Com o tempo, o plano inicial foi modificado pela demanda de famílias que se juntavam àquelas iniciais. Sua finalização e implantação, se deu com 148 lotes, individuais e coletivos, e encontra-se todo implantado, com algumas alterações devido ao crescimento da Comunidade. Os detalhes urbanísticos serão analisados no segundo tempo desse capítulo, intitulado: "Geo-Grafias".

Imagem 10: Vista panorâmica da Ocupação Guarani Kaiowá



Fonte: [facebook.com/OcupacaoGuaraniKaiowa/](https://www.facebook.com/OcupacaoGuaraniKaiowa/) Foto: Marcílio Gazzinelli, 2013.

O estudo de Evelyn Lobão (2015, p. 29), cientista social que trabalhou com projetos no interior da GK e também pesquisou sobre a sua organização, assim se expressa sobre os primeiros momentos do movimento de ocupação:

Nos três meses que se seguiram, os entrevistados contam que a comunidade permaneceu organizada em cozinhas e lotes coletivos, as tarefas eram realizadas por comissões definidas anteriormente: comissões de comunicação, de segurança, de assuntos financeiros, dentre outras para realização de atividades tais como, compra de materiais, prestação de contas, preparação dos alimentos, rondas noturnas, comunicação externa e etc. As decisões eram discutidas e tomadas por meio de assembleias comunitárias.

Esses primeiros momentos da Ocupação são descritos de forma saudosa por muitos. É a etapa coletiva por excelência, períodos que necessitam de união para a manutenção das(os) ocupantes no terreno. É a fase inicial de construção das casas, onde a ajuda das(os) outras(os) moradoras(es) é intrínseca e primordial.

Todas as entrevistadas e entrevistados falam desse período com muita saudade, de um momento de intensa esperança na mudança que

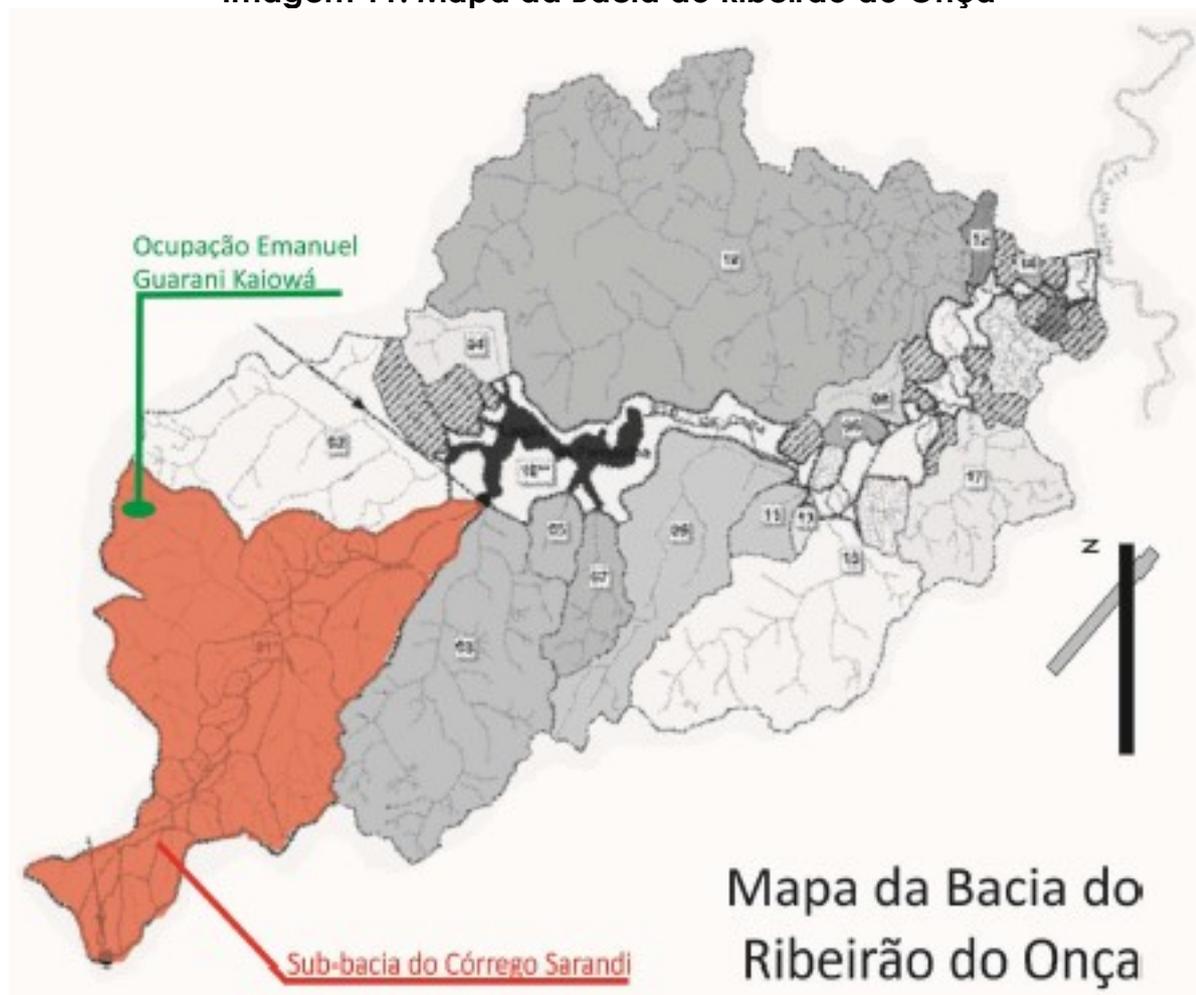
construíam. A cozinha comunitária, que é o mais citado dos meios, produzia a alimentação de setenta, no início, e depois para cento e cinquenta famílias. Contam que a realização desse projeto exigiu engajamento de todos e também que uma cultura do diálogo prevalecesse em relação às referências anteriores, que eram majoritariamente vindas de contextos de violência (LOBÃO, 2014, p. 29).

O fato é que o tempo passou, a GK se consolidou no mapa da RMBH (apesar do processo judicial ainda estar em disputa) e muita coisa mudou no Brasil de 2013 para cá. Após seis anos de muito trabalho e (re)existência, têm-se atualmente um bairro inteiro, construído pelas(os) próprias(os) moradoras(es), sem ajuda do poder público, refletindo a importância da autoconstrução para a história das camadas populares. Os dados mais atuais apontam para um universo de aproximadamente 165 famílias moradoras na Comunidade, de acordo com o cadastro realizado em julho de 2018.

[...] O que a gente passou aqui você não faz ideia, entramos no mato, perigo de tomar picada de cobra, de escorpião, tinha um monte de bicho aqui dentro, nós dormíamos em barraca, com medo de acordar picado. Nós tomamos sol, tomamos chuva, acordávamos cinco horas da manhã para poder ir na portaria e assinar a presença, porque você quando sofre, quando batalha para ter o que você ama, com suor, a conquista tem um outro gosto (MORADORA KAIOWÁ *apud* LOURENÇO, 2014, p. 109-110).

2.2 Segundo Tempo: Geo-grafias

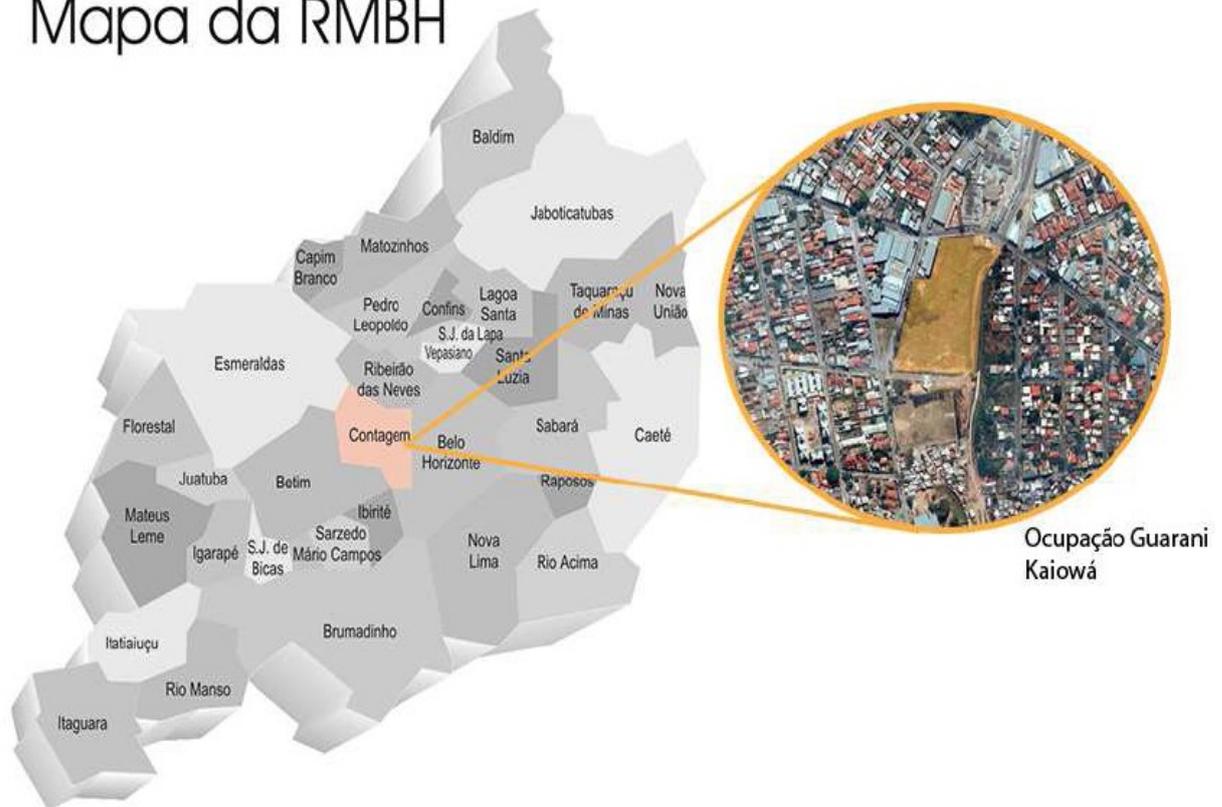
*No sertão da minha terra
Fazenda é o camarada que ao chão se deu
Fez a obrigação com força,
Parece até que tudo aquilo ali é seu
Só poder sentar no morro e ver tudo verdinho,
Lindo a crescer
Orgulhoso camarada, de viola em vez de enxada*
Milton Nascimento, Morro Velho.

Imagem 11: Mapa da Bacia do Ribeirão do Onça

Fonte: Projeto Manuelzão (2012) *apud* Tiago Castelo Branco Lourenço (2014).

O território da Ocupação localiza-se em um manancial, com águas trazidas pelo córrego Sarandi, afluente do Ribeirão do Onça – este, nascedouro em Contagem, que passa pela região norte de Belo Horizonte, na direção leste-oeste, vazando na Lagoa da Pampulha, até desaguar no Rio das Velhas, um dos maiores afluentes do Rio São Francisco, o Velho Chico.

Imagem 12: Localização da Ocupação Guarani-Kaiowá Mapa da RMBH



Fonte: Bruno Giacomini Coelho (2013) *apud* Tiago Castelo Branco Lourenço (2014).

Outroassim, o território da GK é circundado por quatro logradouros: Rua Rodrigues da Cunha, ao norte, via central no bairro; Rua Manoelita Chaves, ao leste, que dá entrada ao Pé de Manga; Rua Manoel Brandão, ao sul, entrada do campo de futebol; e, Avenida Alterosa, ao oeste, construída a partir da obra de canalização realizada pela Prefeitura. A seguir podemos observar a localização da GK no mapa da Região Metropolitana de Belo Horizonte, no limite da cidade de Contagem com BH.

Na próxima imagem podemos constatar a gleba ociosa, por pelo menos 30 anos, desde o fechamento do antigo clube até o ano de 2009, (data da captura da foto por satélite). Moradoras(es) da redondeza relatavam muitos problemas com o lote abandonado, trazendo insegurança para a convivência na região.

Imagem 13: Vista Satélite do terreno improdutivo

Fonte: Google Earth Pro, imagem capturada no inverno de 2009.

Pode-se observar, na imagem acima, capturada via satélite, no ano de 2009, que o terreno de aproximadamente 25.000m² encontrava-se improdutivo, com crescimento de mato em praticamente toda a sua extensão, com duas construções somente, ao norte, à direita do lote: um galpão na esquina superior, e algumas casas na esquina inferior. Também ao norte - logradouro à direita na imagem -, nota-se a Rua Rodrigues da Cunha, uma das mais importantes da região, responsável pela ligação dos bairros Cabral e Ressaca, em Contagem, a qual muda de nome, no sentido oeste, dando origem à Avenida Abílio Machado, já em Belo Horizonte.

Imagem 14: Vista via satélite do terreno improdutivo



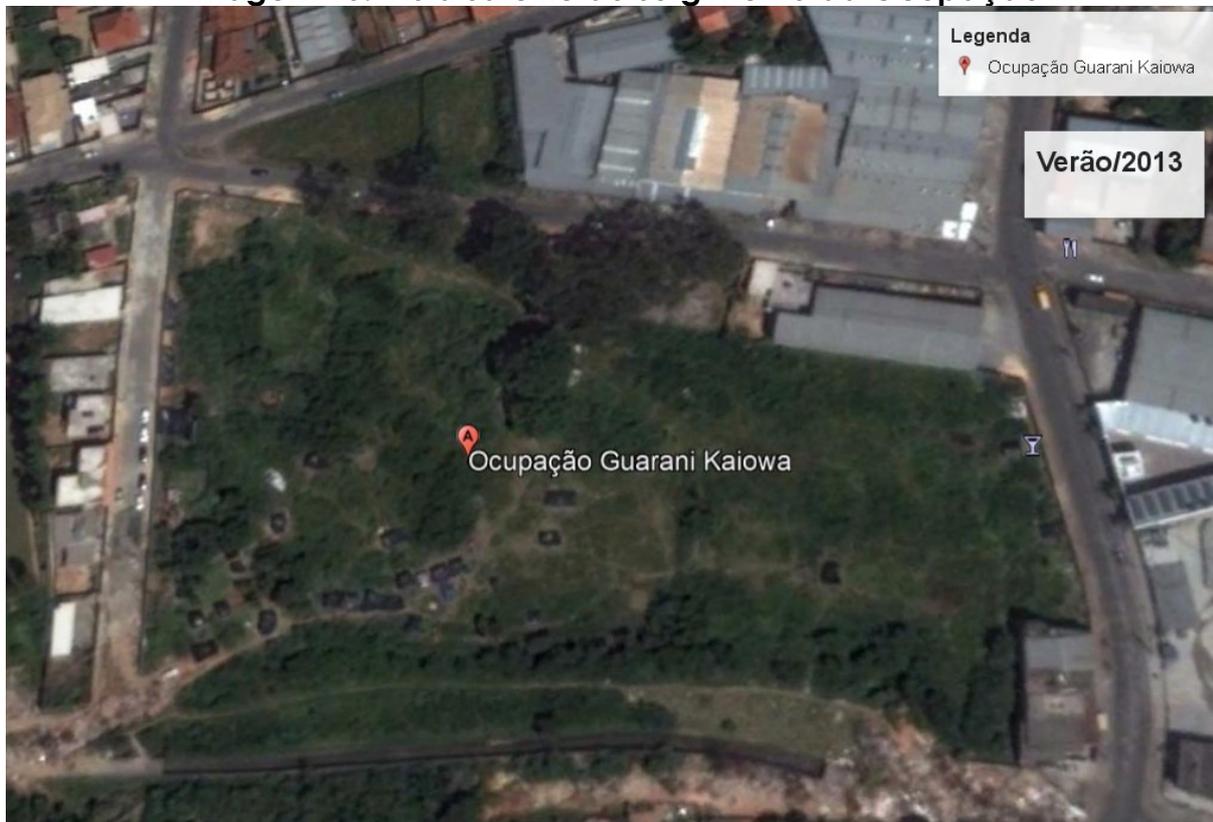
Fonte: Google Earth Pro, imagem capturada no verão de 2012.

Embora passados três anos, pouca coisa mudou. Na imagem capturada no verão de 2012, é possível constatar o crescimento do matagal na gleba, em estado de abandono. Verifica-se a presença de algumas trilhas, com início ao sul - lado esquerdo inferior da imagem -, local que faz a ligação do terreno com a entrada da Vila Pérola, pela Rua Manoel Brandão. Em questão, ocorreu, nesse período, a segunda tentativa de ocupação do terreno, levada à cabo pelas(os) moradoras(es) da Vila Pérola, relatada no Primeiro Tempo desse capítulo: "História e Estórias".

Agora iremos analisar a transformação espacial no momento exato da ocupação definitiva, com uma imagem capturada por volta do meio dia, no dia 9 de março de 2013. Na próxima imagem, é possível verificar o surgimento da GK, com o aparecimento dos barracos de madeira e lona preta, ao sudoeste do terreno, na área mais próxima à Vila Pérola. Pode se observar até

mesmo os carros brancos, provavelmente as viaturas policiais, estacionadas na Rua Manoel Brandão - à esquerda na imagem.

Imagem 15: Vista satélite do surgimento da Ocupação



Fonte: Google Earth Pro, imagem capturada no verão de 2013.

Na próxima imagem, também capturada no mesmo terreno, no dia 9 de março, a Ocupação está circundada em vermelho, vista de um outro ângulo. Confirma-se que, após o verão 2013, a realidade socioespacial alterou-se, salvo que o terreno de aproximadamente 25.000 m² passou a cumprir, a centenas de pessoas, a função social da terra e do direito à moradia, apesar de toda precariedade existente.

Imagem 16: Vista satélite da Ocupação



Fonte: Google Earth Pro, imagem capturada no verão de 2013.

Partimos, agora, a analisar como o território foi sendo transformado a partir da autoconstrução planejada, em um momento de produção de territorialidade, a partir do habitar. Nos primeiros meses que se seguiram à Ocupação, foi formada uma comissão para dar início à elaboração do plano urbano para ocupação de todo o terreno. Esse plano urbanístico não pôde ser realizado antes dada a altura do matagal existente, além da dificuldade de ser realizar medições no terreno sem chamar a atenção e expor a organização comunitária.

Como nos conta o *Guia de Ocupações Urbanas na Região Metropolitana de Belo Horizonte* (2016):

Logo nos primeiros meses, arquitetos voluntários e moradores estruturaram o plano urbanístico para 150 lotes, com 90m², seis ruas de circulação interna, dois espaços para área comunitária e duas zonas de preservação ambiental, em consonância com a legislação urbanística do município. (LIBÂNIO e NASCIMENTO, 2016, p. 73).

Na análise do plano urbanístico elaborado por arquitetos²¹, estudantes, geógrafos, advogados, cientistas sociais e moradoras(es), é possível verificar que o número de lotes planejados foi, na verdade, 148, com 90 m², cada. Inicialmente, foi feito um plano com lotes maiores, embora em quantidades menores. Com a demanda crescente de famílias cadastradas na lista de espera, optou-se por fixar os lotes com 90 m², em tamanhos idênticos, sendo a sua divisão feita a partir de sorteio.

Imagem 17: Reunião de Construção do Plano Urbanístico da GK



Fonte: Tiago Castelo Branco Lourenço (2014).

²¹ Lourenço (2014), que foi um dos responsáveis pelos trabalhos arquitetônicos e urbanísticos, apresenta a equipe técnica de trabalho na construção do Plano Urbanístico da Gk: graduandos em Arquitetura e Urbanismo, Alessandra Guimarães, Ana Beatriz Corrêa, Ana Carolina de Jesus, André Inoue, André Luiz Goes e Silva, Bruno Giacomini Nogueira Coelho, Camila Bastos, David Narvaez Meireles, Fernando Soares, Iara Almeida, Igor Guelfo, Ingrid Moraes, Julia Carvalho, Maiara Luchi Camilotti, Maria Clara Cerqueira, Mariana Rodrigues Santos, Mateus Jacob, Núria Manresa, Paola Galvão, Sarah Kubitschek, Thomaz Yuji Baba e Vanessa Campos; os arquitetos-urbanistas Carina Guedes, Laís Grossi, Larissa Vilela, Marcelo Lage, Marcelo Duarte e Tiago Castelo Branco Lourenço; os advogados Greg Andrade, Joviano Mayer e Larissa Pirchiner; os cientistas sociais Rafael Bittencourt e Érica Coelho Espescht; e o sacerdote Frei Gilvander Luís Moreira.

Ademais das áreas individuais, gerou-se também, no plano urbano interno da ocupação, seis ruas internas (com 6 m de largura), uma praça central e duas áreas designadas como de preservação ambiental[...] A praça central foi escolhida justamente no ponto onde se estabeleceu o acampamento provisório e a cozinha coletiva sobre o abrigo das sobras de duas grandes mangueiras preexistentes, sendo lugar de forte significação para os moradores. As áreas verdes foram designadas para, além de atualizaram a legislação de parcelamento do solo que obriga manutenção de uma reserva, como forma de apresentar área de contenção dos impactos provindos de avenida sanitária que corre de forma limítrofe ao terreno, junto ao córrego Sarandi (BITTENCOURT, 2015).

Garantir o espaço das ruas, da praça central e das áreas verdes foi um dos objetivos da construção do Plano Urbanístico. Como será visto mais adiante, a constituição desse plano de ocupação do terreno é um dos aspectos que comprovam a organização da Ocupação, diferenciando-a, por exemplo, das Vilas presentes ao seu redor.

Imagem 18: Plano Urbanístico da Ocupação Guarani Kaiowá



Fonte: Tiago Castelo Branco Lourenço (2014).

As ruas da Ocupação foram nomeadas a partir de votações feitas pelos moradores em Assembleia. Foram batizadas, respectivamente, de Juscelino Joça, Flor do Caribe, 9 de março, Shekiná, além da praça central, conhecida como Pé de Manga. Nomes coerentes com as matrizes da religiosidade cristã e também em diálogo com a memória de lutadores individuais e coletivos.

Pode-se constatar que o trabalho de construção do plano urbanístico levou em consideração a Lei do Plano Diretor de Contagem, que determina as regras de uso e ocupação do solo na cidade. A ocupação do território a partir de um plano organizado gera maior credibilidade para o movimento de Ocupação, impondo limites para o desenvolvimento da Comunidade, ao mesmo tempo em que aumenta a confiabilidade da permanência das(os) moradoras(es), criando um argumento consolidado perante às autoridades judiciais e governamentais.

Importante destacar que a qualidade do planejamento urbanístico da GK ganhou reconhecimento, sendo selecionado para a 10^o Bienal Internacional de Arquitetura de São Paulo. Aqui, constato uma controvérsia semântica envolvendo o nome da Ocupação: nomeá-la Guarani Kaiowá, contribuiu para a classificação da exposição do Plano Urbanístico na Bienal, apesar de nenhuma(um) das(os) moradoras(es) ter ligação direta com os indígenas Guarani Kaiowá. Essa não será a única vez que o nome da Ocupação gerará confusões quanto à origem étnica das(dos) moradoras(es). Essas controvérsias serão pormenorizadas no próximo capítulo, nomeado “Somos todas Guarani Kaiowá”.

Voltando ao plano urbanístico, um dos pontos chave é a conservação de áreas verdes e a preservação das árvores e das minas d'água presentes no terreno. Não obstante, a produção social do espaço é mais complexa; o que foi planejado, não necessariamente é aplicado na prática. Os espaços coletivos - a saber, o Pé de Manga, o Centro Social e as duas Áreas Verdes -, estão, desde o começo da GK, em disputa, sofrendo com a pressão da construção de mais casas e, conseqüentemente, suas extinções.

Imagem 19: Limpeza e plantação de mudas na Área Verde



Fonte: facebook.com/OcupacaoGuaraniKaiowa/, 2015.

Uma criança Guarani apresenta o cenário de disputa desses territórios, demonstrando a pressão por mudança no acordo coletivo instituído no começo da Ocupação, através do Plano Urbanístico:

Nossa, tinha que mudar muita coisa! Porque ali (aponta para uma área verde). Ali é pra p-l-a-n-t-a-ç-ã - o não é pra casa! A área verde é p-l-a-n-t-a-ç-ã - o! É pra pô galinha, cavalo, uma plantação bem bonita! [...] A casa dá galinha tá normal porque é galinha! [...] Mais... fiz casa... e olha que tem pessoa que tem 3, 4 lote aqui, e fizeram uma casa ali... (MORADORA GUARANI *apud* MAIA, 2016, p. 121).

Um fato curioso que me ocorreu foi que, desde o começo da minha investigação, com minha ida mais frequente à GK, a partir de 2017, três pessoas distintas pediram minha ajuda para construírem casas na Área Verde – extensa área ao oeste do terreno, que contorna a Avenida da Alterosa, construída pela Prefeitura a partir da canalização do córrego que atravessa a região. Ao perceberem que sou uma pessoa de fora e um apoiador da Ocupação, avistaram em mim um sujeito com poder de decisão, ou, ao

menos, com credibilidade para autorizar e apoiar novas investidas naquela parte do terreno.

Lembro-me da primeira vez que isso ocorreu; fiquei meio desajustado, sem saber o que dizer, desviando do assunto. Até que fui intimado: “Você promete que vai me ajudar a construir minha casa na área verde?”, ao passo que respondi: “isso é um assunto coletivo, deve ser discutido em Assembleia”, evitando me comprometer naquele ponto de tensão entre necessidades individuais e coletivas.

As outras duas ocasiões ocorreram de forma semelhante, com duas pessoas de fora, mas tendo parentes morando na Ocupação, interessadas, pois, também, em erguerem moradias na área reservada à conservação. Nessas ocasiões eu já estava consciente do cenário, respondendo com mais firmeza pelo acordo estabelecido em não construir naquele espaço: “A Área Verde é de uso coletivo, como determina a Lei, mantê-la é necessário para garantir a permanência de toda a Ocupação”. As pessoas demonstraram certa compreensão na minha argumentação, não insistindo no meu apoio. Contudo, constato que a pressão pela construção de novos barracões não irá cessar, como pode ser verificado nas imagens que apresentam o desenvolvimento da produção social daquele espaço.

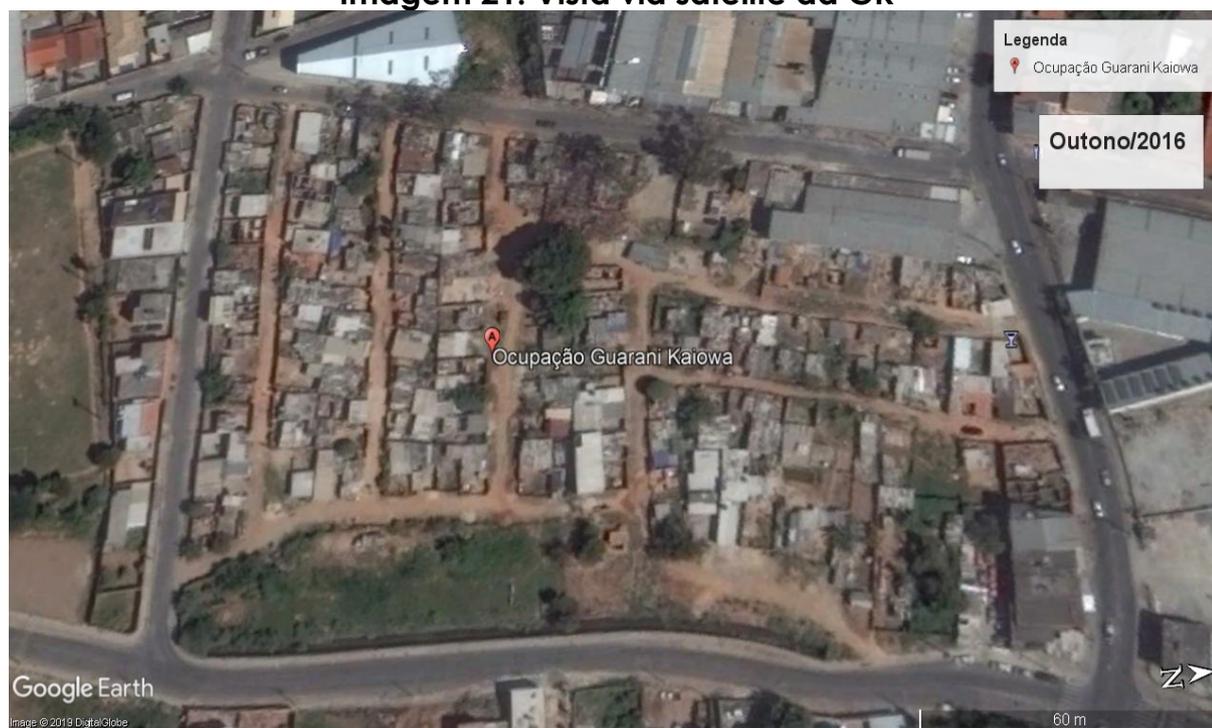
Nas próximas imagens, realizadas nos anos de 2015 e 2016, é possível enxergar o momento exato da construção da Avenida sanitária, denominada de Alterosa, ao sul da imagem, com o asfaltamento e a canalização do córrego a partir da obra realizada pela Prefeitura de Contagem. Uma das Áreas Verdes, fica bem acima da nova avenida, circundando-a e formando uma espécie de cinturão verde na parte oeste do território.

Imagem 20: Vista via satélite do desenvolvimento da GK



Fonte: Google Earth Pro, imagem capturada no outono 2015.

Aqui, na imagem acima, capturada no outono de 2015, é possível constatar a obra de canalização do córrego, com a criação de uma avenida denominada Alterosa, no sul da imagem. Pode-se averiguar, na próxima imagem (21), a obra já concluída, toda asfaltada, abrindo uma ligação entre a Rua Rodrigues da Cunha - à direita da imagem -, com a Rua Manoel Brandão - à esquerda -, conectando a entrada da Vila Pérola - próxima ao campo de futebol, à esquerda - com a porção norte do bairro.

Imagem 21: Vista via satélite da GK

Fonte: Google Earth Pro, imagem capturada no outono 2016.

Outra alteração no território da GK verificada é a diminuição de outra Área Verde, presente ao leste do terreno, próxima ao Pé de Manga – no centro da Ocupação. Comparando com o ano anterior (2015), percebemos o crescimento no número de construções, em detrimento do corte de algumas árvores. Aqui é confirmada a pressão por novas moradias, apresentando a disputa dentro do território, transformando o acordado no Plano Urbanístico inicial, com nítida diferença entre o espaço projetado e o espaço construído.

Resgatando em minha memória, lembro-me de ter participado, em maio de 2015, de uma atividade de plantação de mudas frutíferas na Área Verde próxima ao Pé de Manga. Eu mesmo havia germinado as sementes e quando as mudas alcançaram um tamanho considerável levei para a GK, para transplantá-las. Fiquei admirado na ocasião, com a participação das crianças, mesmo que de noite, tomando a frente dos trabalhos.

Imagem 22: Plantação de Mudas na Área Verde



Fonte: Frederico Lopes, acervo próprio, 2015.

Avançando a nossa análise para o ano de 2018, com a Ocupação completando cinco anos de existência, podemos conferir na próxima imagem capturada via satélite, a extinção completa da Área Verde presente ao leste do território - no alto da imagem -, com a expansão das construções de novas casas, em detrimento das árvores (inclusive as mudas que havíamos plantado junto com as crianças Guarani três anos antes). Percebe-se, também, o surgimento de ocupação na outra Área Verde, uma grande área, à oeste do território - no sul da imagem -, com a criação de galinheiro, pasto para cavalo, e duas primeiras casas.

A apreciação do desenvolvimento da GK, a partir das imagens capturadas, nos permite apreciar a produção social do espaço, e a transformação do território da Ocupação, com aumento no número de famílias, visto a consequente pressão habitacional de novas moradias,

además das relações de poder envolvendo as(os) próprias(os) moradoras(es).

Imagem 23: Vista via satélite do crescimento da GK



Fonte: Google Earth Pro, imagem capturada no outono 2018.

Aqui, percebemos, ainda, uma diminuição da copa de uma das mangueiras presentes na Praça Central, podada a partir da venda de um lote e a edificação de uma nova construção no local. Este fato gerou apreensão na Comunidade, fruto de disputas territoriais envolvendo sujeitos da Ocupação, que sem aprovação da Assembleia, podou intensamente uma das mangueiras, criando e comercializando um lote no local. Este ocorrido será melhor analisado no capítulo seis, intitulado “À sombra desta mangueira”, com a descrição do evento envolvendo essa disputa territorial e um aprofundamento investigativo na importância do Pé de Manga para a sociabilidade no interior da GK.

A partir da análise desses seis anos de Ocupação, podemos perceber transformações no decorrer do tempo a partir da produção social do espaço da GK. O que constatamos é que diversos sujeitos atuam na produção daquele espaço, transformando-o: a Prefeitura através da realização da obra; as famílias, com construções de mais moradias e investimentos de alvenaria; os militantes de Movimentos Sociais na defesa do Plano Urbanístico; moradoras(es) das vilas próximas, na tentativa de aumentar o número de lotes; o suposto proprietário, com novas investidas judiciais; entre outros. Verificamos ainda, a lógica da mercadoria se reproduzindo no interior da Ocupação, numa tensão entre os desejos mais utópicos comunitários e as necessidades individuais diárias.

Passamos agora à análise das controvérsias envolvendo a GK: as disputas jurídicas e as controvérsias antropológicas, dedicadas no próximo capítulo, intitulado “Somos todas Guarani Kaiowá”.

3. SOMOS TODAS GUARANI KAIOWÁ

3.1 Controvérsias antropológicas²²

*Vocês que enxotam o que luta por justiça;
Vocês que oprimem quem produz e que preserva
Vocês que pilham, assediam e cobiçam
A terra indígena, o quilombo e a reserva*
Carlos Renó e Chico César, Reis do Agronegócio.

Imagem 24: Criança Guarani na Ocupação Guarani Kaiowá



Fonte: facebook.com/OcupacaoGuaraniKaiowa/, 2014.

Um grito ecoou pelo Brasil e pelo mundo afora. Os ruídos dos povos Guarani Kaiowá viraram vozes, e, no ano de 2012, essas vozes, juntas, gritaram contra o genocídio das nações indígenas. Nesse período, uma intensa campanha ganhou as redes e as ruas, com diversas pessoas alterando seus

²² Parte desse capítulo foi publicado no artigo "**Somos todas Guarani Kaiowá**", em dezembro de 2018, no Jornal Brasil de Fato. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2018/12/12/artigo-or-somos-todas-guarani-kaiowa/>>

sobrenomes nas redes sociais para Guarani Kaiowá. Era o Brasil afirmando que “somos todos Guarani Kaiowá”, remetendo ao que Viveiros de Castro (2006), anos antes, dizia: “no Brasil, todo mundo é índio, exceto quem não é”.

Pois bem, a verdade é que a história dos Guarani Kaiowá é marcada por acentuada resistência aos territórios considerados sagrados, localizados entre o Brasil e o Paraguai. Eles se constituem, no Brasil, no maior contingente de povo originário fora da Amazônia, somando, hoje, cerca de 50.000 pessoas (SABERES TRADICIONAIS UFMG, 2018.)

Vivendo em territórios altamente conflituosos em sua luta justa pela demarcação de terras, eles têm convivido com um entorno que ameaça a sobrevivência de suas práticas culturais – assassinatos de suas lideranças políticas, espirituais e intelectuais, preconceito, estigma, fome, desesperança, trabalho semiescravo, condições insalubres de vida advindas da monocultura de cana, soja, milho e eucalipto para as empresas multinacionais do agronegócio (SABERES TRADICIONAIS UFMG, 2018).

A luta pela terra dos povos Guarani Kaiowá ganhou repercussão no ano de 2012, inclusive internacionalmente²³, após a publicação da Carta da Comunidade Guarani Kaiowá, de Tekoha Pyelito Kue/Mbrakay²⁴. Na Carta - interpretada erroneamente pela mídia como um aviso de suicídio coletivo -, os povos Guarani Kaiowá fazem um apelo à justiça brasileira quanto ao anúncio de despejo da Comunidade, acampada às margens do Rio Hovy, reforçando que não sairão vivos do território considerado sagrado.

Sabemos que não temos mais chance em sobreviver dignamente aqui em nosso território antigo, já sofremos muito e estamos todos massacrados e morrendo em ritmo acelerado. Sabemos que seremos expulsos daqui da margem do rio pela Justiça, porém não vamos sair da margem do rio. Como um povo nativo e indígena histórico, decidimos meramente em sermos mortos coletivamente aqui. Não temos outra opção esta é a nossa última decisão unânime diante do despacho da Justiça Federal de Navirai-MS (CARTA DA COMUNIDADE GUARANI KAIOWÁ, 2012).

²³ A ONU lançou o documentário “**Guarani Kaiowá: pelo direito de viver no Tekowa**”. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=ED5rHU1YEKE>>. Acesso em outubro de 2017.

²⁴ Disponível em: <<http://www.global.org.br/blog/nota-do-cimi-sobre-o-suposto-suicidio-coletivo-dos-kaiowa-de-pyelito-kue/>>. Acesso em 2 de maio de 2019.

Um dos frutos da campanha - que defende o reconhecimento e a demarcação das Terras Guarani Kaiowá, no atual Mato Grosso do Sul – foi a homenagem feita pelas famílias que ocuparam o terreno em Contagem (MG), batizando, durante as reuniões de preparação, o novo território de “Ocupação Emanuel Guarani Kaiowá”, ainda que nenhuma(um) das(os) moradoras(es) fosse proveniente dessa etnia.

Mas a escolha do nome da nova Comunidade que se iniciaria, não ocorreu sem controvérsias. Tiago Castelo Branco Lourenço (2014, p. 72), relata que, “inicialmente, a população escolheu Emanuel quase por unanimidade, mas não quiseram fechar a questão sem ouvir os militantes da Brigadas”. Emanuel é um dos nomes de referência à Jesus Cristo, em escrituras do Antigo Testamento, significando a presença do Messias, em tradução do Hebraico “Deus está conosco”. Este nome foi escolhido pelos presentes na reunião devido à prevalência de cristãos evangélicos entre as(os) ocupantes. Entretanto, os militantes das Brigadas Populares “trouxeram outras sugestões, argumentando que o nome seria decisivo para conseguir apoios externos, e que o conteúdo religioso de Emanuel restringiria essa possibilidade” (*ibdem*).

A questão ficou em aberto, sem acordo pela escolha do nome da Ocupação, numa disputa entre preferências políticas e religiosas, não obstante uma participante da reunião, de forma conciliatória e astuta, como pode ser observado no relato abaixo, “alertou que a ocupação deveria ‘ter um nome político’, pelo que começaram uma campanha nas redes sociais por Guarani Kaiowá, em referência aos índios que estão tentando retornar ao território deles” (*ibdem*).

E ficou aquele negócio. Quem vota por Guarani Kaiowá? O pessoal ficou meio assim... Quem vota por Emanuel? Aí, todo mundo levantou. Aí, eu falei, Oh Wagna, se tem que ter um nome que a gente gosta e um nome das Brigadas, então vamos colocar Emanuel Guarani Kaiowá? Quem vota por esse nome? Então todo mundo levantou a mão. Então é esse aí mesmo e ficou Emanuel Guarani Kaiowá. Significa Deus conosco e a tribo indígena que lutou pela sua própria terra (MORADORA KAIOWÁ *apud* LOURENÇO, 2014, p. 72).

Com o passar do tempo, a escolha das(os) moradoras(es) não foi levada em consideração, e a Ocupação acabou sendo nomeada resumidamente por Guarani Kaiowá, e, posteriormente, de forma carinhosa por Comunidade GK, ou simplesmente Guarani. A própria nota publicada pelas Brigadas Populares omite o nome Emanuel escolhido: “As Brigadas Populares (BPs) – MG iniciaram na primeira semana de março de 2013 a Ocupação Guarani Kaiowá, em um terreno particular no bairro Ressaca, município de Contagem, Minas Gerais” (BRIGADAS POPULARES, 2013).

Esta nota de divulgação do nascimento da Comunidade, publicada também no Blog da Ocupação²⁵, assim justifica a escolha:

O genocídio e o etnocídio das populações brasileiras originárias, camponesas, quilombolas, é o triste retrato de um passado que buscamos resgatar na memória para transformar. Falar e entender Guarani Kaiowá significa, portanto, recuperar a nossa identidade apagada, reconstruir espaços de comunidade vinculados à terra a partir dos povos que foram brutalmente desterritorializados: as populações urbanas de periferia (BRIGADAS POPULARES, 2013).

Essa controvérsia na denominação da Ocupação apresenta uma relação de poder envolvendo militantes de Movimentos Sociais e as(os) próprias(os) ocupantes do terreno. Mesmo agindo com boas intenções, os militantes praticam, através do poder simbólico que detém, o que o sociólogo francês Pierre Bourdieu (1990) chamou de violência simbólica. Ou seja, uma violência que não é física, mas se apresenta de forma “invisível”, caracterizada por meios simbólicos de comunicação e conhecimento, que se constitui em um vínculo de submissão que resulta de uma dominação, da qual o dominado é comparsa, dado o estado em que a realidade se apresenta. Em outros termos, o espaço social tende a funcionar também como um espaço simbólico, que é atravessado por diferentes formas de pensar e ver o mundo – caracterizados, pois, por diferentes lutas simbólicas pelo monopólio da nomenclatura legítima, no caso específico, o poder de nomear a Ocupação.

²⁵ Disponível em <<https://ocupacaoguaranikaiowa.wordpress.com/about/>> Último Acesso em abril de 2019.

Na experiência da GK, as diferentes visões de mundo ficam explícitas na disputa pelo nome, analisando-se as escolhas: Emanuel, no caso das moradoras(es), e Guarani Kaiowá, dos militantes. Com uma predominância de ocupantes praticantes de religiões cristãs-evangélicas, não é difícil compreender que escolhessem um nome que expressasse seus valores religiosos. Os militantes, por outro lado, através do capital cultural, em sua maioria advogados, arquitetos, geógrafos e cientistas sociais, tinham preferência por outra denominação, pois sabiam da necessidade de batizar a nova Ocupação por um nome apelativo do ponto de vista político, que angariasse apoio externo. A saída em formar um nome híbrido era, assim, perfeita – e de agrado de todas(os), não fosse, no decorrer do processo, desconsiderada, expressando o poder simbólico que detinham os militantes.

A importância dada ao nome não é por acaso, como creem alguns, mas parte de um processo relevante nas lutas dos Movimentos Sociais. Toda Ocupação, seja ela no campo ou na cidade, se legitima, *a priori*, a partir do nome, para criar uma congregação que se tornará uma Comunidade, posteriormente. Abaixo, o geógrafo Marcelo Souza (2009), explana sobre a importância do nome nos Assentamentos e Ocupações na construção de uma autoestima coletiva:

Em outras palavras, trata-se de produzir uma representação social (ou, antes, neste caso, representação sócio-espacial) de si mesmos, a qual possa contrapor-se a representações outras, eventualmente hostis, depreciativas e potencialmente deslegitimadoras de suas práticas e solapadoras de sua autoestima coletiva. (Souza, 2009 *apud* Lourenço 2014, p. 94)

Lourenço (2014, p. 93), entrevistando um morador Kaiowá, verifica que essa importância do nome político é, por vezes, ignorada pelos próprios moradores: “Na verdade, eu nem sei quem é esse Emanuel Guarani Kaiowá. Não sei qual a importância dele na história brasileira ou, sei lá, na história das ocupações” (Morador Kaiowá, 2014). Apesar da comicidade da situação, expresso no desconhecimento demonstrado nessa fala, Lourenço (2014, p. 93) chama a atenção para o importante fator de que “[...] o nome tem uma função pedagógica. Ele é parte do processo de formação da base que

habita as ocupações, lembrando cotidianamente os preceitos que as fundamentam". Essa função pedagógica não somente do nome, mas característico do próprio movimento, remete a Ocupação como uma escola, onde se socializa conhecimento acumulado e produz conhecimento situado.

Deste modo, muitas(os) moradoras(es) da Ocupação Dandara, provavelmente e por exemplo, também não sabiam da história de luta da liderança de Palmares, mas, a partir do movimento de construção da Comunidade e de um processo pedagógico que foi sendo constituído, muitas(os) passaram a conhecer e a se reconhecer na história de Dandara. E o mesmo ocorre na GK, nos processos que analisados mais adiante.

Em relação ao Plano Urbanístico da Ocupação, qual foi classificado para participar da 10ª Bienal Internacional de Arquitetura de São Paulo, é válido destacar que ele nasceu após quatro meses do surgimento da GK. A indicação para a Bienal, no entanto, foi importante para o desempenho da arquitetura dentro da Ocupação e a realização de alguns debates com a população já instalada, além da visibilidade e apoio externo para o movimento. Em matéria publicada na Revista Trip (2013) fica evidente a relevância da participação da Ocupação na Bienal de Arquitetura:

Ressaltaram diversas vezes a mudança de tratamento que têm recebido após a seleção para expor na Bienal. Saíram das páginas policiais dos periódicos mineiros e entraram nas páginas de cultura, ganhando expressão, força e legitimidade no embate que travam há anos com as lideranças locais. Agora são elogiados por ser uma ocupação "organizada" em que o "improviso perde espaço". Antes "invasão", agora "loteamento" (REVISTA TRIP, 2013).

Além da qualidade dos trabalhos arquitetônicos e urbanísticos desenvolvidos, esse foi um resultado, também, da controvérsia em torno do nome da Ocupação. No cenário de repercussão e mobilização dos indígenas Guarani Kaiowá, já citado, a denominação da Ocupação gerou simpatias imediatas, como era esperado.

Imagem 25: Visitação na 10ª Bienal de Arquitetura de São Paulo

Fonte: Tiago Castelo Branco Lourenço (2014).

O fato é que a própria comissão de organização da Bienal pensou que a exposição selecionada fosse obra dos povos indígenas. O Guia da 10ª Bienal de São Paulo (Antunes, 2013 *apud* Lourenço, 2014), publicado na Revista *Au* de arquitetura, apresenta a controvérsia no seu informe: “Comunidade Emanuel Guarani Kaiowá, exposição da luta pelo direito à terra e à moradia de cerca de 140 famílias da *etnia Guarani Kaiowá*”. Em questão, Tiago Castelo Branco Lourenço, um dos responsáveis pela exposição da GK, reconhece a importância da controvérsia em torno da etnia das(es) moradoras(es): “acredito que a própria escolha da ocupação para participar do evento deve muito a esse nome” (LOURENÇO, 2014, p. 93).

Imagem 26: Construção da Maquete da GK



Fonte: Tiago Castelo Branco Lourenço (2014).

Essa experiência de participação na Bienal é um fato marcante na GK, gerador de processos pedagógicos intensos entre militantes e moradoras(os). A confecção do material exposto foi realizada de forma coletiva, envolvendo momentos na Faculdade de Arquitetura da UFMG, outros na própria

Ocupação. Viajar para São Paulo e poder participar da Bienal também marcou os participantes, como me foi relatado numa descontraída conversa no Bar do Paizão, dentro da Ocupação. Enquanto jogávamos sinuca e bebíamos cerveja, alguns moradores relembavam as histórias daquela viagem, a felicidade em poder passear pela capital paulista, em conhecer seus cartões-postais e vivenciar momentos de lazer em meio à uma vida marcada pela labuta.

Ainda hoje, a maquete da exposição está inteira, faltando apenas pequenas partes, e guardada na casa de uma moradora Kaiowá. Durante uma Assembleia, ocorrida em oito de julho de 2018, me foi delegada uma tarefa: reconstruir a maquete junto com as crianças, para, novamente, expô-la, desta vez no Centro Social, espaço coletivo que está sendo construído na Ocupação. O Centro Social está em fase final de acabamento, e tão breve seja inaugurado, esperamos poder contribuir nessa empreitada.

Imagem 27: Assembleia GK, julho de 2018.



Fonte: facebook.com.br/OcupacaoGuaraniKaiowá/, 2018.

O processo pedagógico em torno do nome e suas conseqüentes controvérsias de que falamos anteriormente, teve mais um capítulo notável.

No final de março de 2014, por intermédio de professores e estudantes da disciplina Laboratório de Artes e Ofícios dos Saberes Tradicionais da UFMG, a Ocupação foi ponto de encontro entre os Guarani Kaiowá (MS) e as(os) moradoras(es) da Ocupação Guarani Kaiowá. Nesse acontecimento, os companheiros do Mato Grosso do Sul, o *Nhanderu* Valdomiro Flores²⁶, o Cacique Genito Gomes e o Vice-Cacique Valmir Gomes, participaram de uma vivência junto com moradoras(es), estudantes, professoras(es) e demais apoiadoras(es), embaixo do Pé de Manga.

Nessa oportunidade, uma aula de sabedoria indígena, com troca de saberes entre as lutas pela terra em Minas Gerais e Mato Grosso do Sul, *Nhanderu*, Cacique e Vice-Cacique fizeram uma reza junto com as(os) moradoras(es) e afirmaram: “A terra é de quem planta e cuida, daqui ninguém tira vocês!”²⁷

Segundo as palavras dos próprios guarani, é a prática do conhecimento dos seus intelectuais, estas suas figuras eminentes que vimos traduzindo como “rezadores”, que sustenta e viabiliza a vida destes povos na terra. Estes especialistas, intelectuais que assumem funções centrais nestas sociedades, são, a um só tempo, grandes filósofos, historiadores, curadores e mantenedores do equilíbrio social, cosmológico e ambiental dentro de seus grupos (SABERES TRADICIONAIS UFMG, 2018).

²⁶ “Analfabeto segundo a escolarização formal, [Valdomiro] detém uma característica muito valorizada em sua maestria de rezador: ele o é por nascimento e não por um processo de formação e aprendizado vindos de outros rezadores. Manifestou, desde criança muito pequena, as habilidades para o diálogo com *Nhanderu* Guasu e as qualidades do *mbareté* (força espiritual) e *aguyjé* (busca da perfeição). Outra característica de extremo valor em sua prática xamânica é que possui um vasto repertório dos cantos de sociabilidade (*cotyhu* e *guahu*), domínio dos rituais de cantos longos (*mburahei puku*) para alçar os quinze patamares celestiais, especialmente realizados nas quintas-feiras de todas as semanas e o domínio do canto do batismo do milho branco (*jerosy puku*). Seus cantos de reza longa, entregues a ele diretamente por *Nhanderu* Guasu, se renovam anualmente, outra característica considerada de grande distinção entre os rezadores Kaiowa” (SABERES TRADICIONAIS UFMG, 2018).

²⁷ O vídeo do Encontro pode ser acessado em: MARIA OBJETIVA, Vídeo Aulão Público: **Sabedoria Indígena Guarani Kaiowá** – a luta pela terra e pela paz <<https://www.youtube.com/watch?v=VrhummoiWZM>>. Acesso em agosto de 2018.

Imagem 28: Sabedoria Guarani Kaiowá na Ocupação Guarani Kaiowá



Fonte: facebook.com/OcupacaoGuaraniKaiowa/, 2014.

Imagem 29: Encontro Guarani Kaiowá na Ocupação Guarani Kaiowá



Fonte: facebook.com/OcupacaoGuaraniKaiowa/, 2014.

Imagem 30: Congregação entre indígenas, moradores e apoiadores na GK

Fonte: facebook.com/OcupacaoGuaraniKaiowa/, 2014.

Apesar de não estar presente nesse encontro, em 2014, me foi relatado que, antes da chegada dos indígenas, um clima de euforia e receio tomou conta das(os) moradoras(es) da Ocupação: “Eles falam nossa língua?”, “Eles vão vir pelados?”, “Vão atirar arco e flecha?”, eram as indagações feitas na Comunidade, muito por conta do estereótipo do índio, formado em nossa sociedade. Nossa noção de indígena está estagnada, remetendo-nos, ainda, ao ano de 1500, ou seja, índios como tão somente povos que vivem afastados na floresta, sem roupa, caçando e colhendo.

O desconhecimento da diversidade cultural das múltiplas nações originárias que viviam, e vivem, em nosso país, é parte da dominação hegemônica, da história contada a partir do colonizador, que, de forma simplista e dominadora, nomeou toda uma diversidade de povos por apenas “índios”.

Imagem 31: Vivência e espanto na GK

Fonte: facebook.com/OcupacaoGuaraniKaiowa/, 2014.

Ainda hoje, essa visão estereotipada é predominante, daí a importância desse encontro intercultural realizado na GK - que a partir da troca, do diálogo, coloca em xeque os estigmas da indianidade colonizadora, demonstrando as semelhanças na luta pela terra, seja nas Retomadas indígenas ou nas Ocupações urbanas, num processo de interculturalidade concreta.

Daí que, a nota que apresenta o nascimento da Ocupação Guarani Kaiowá é finalizada afirmando a semelhança entre as lutas: "as ocupações são uma forma de retomada, de reapropriação das terras que originariamente e sempre pertenceram ao povo e que lhe foram subtraídas" (BRIGADAS POPULARES, 2013).

Essas controvérsias em torno do nome da Ocupação geram reflexões sobre a nossa própria história, nosso próprio sangue, afinal quem somos nós?

Esse encontro, entre os indígenas e as(os) moradoras(es) da GK, faz parte, assim, do processo pedagógico que se constrói na luta pela terra, que, ao proporcionar o choque entre os diferentes, possibilita a reflexão em torno da alteridade, constatando as afinidades das lutas.

Nosso objetivo político e teórico, como antropólogos, era estabelecer definitivamente – não o conseguimos; mas acho que um dia vamos chegar lá – que índio não é uma questão de cocar de pena, urucum e arco e flecha, algo de aparente e evidente nesse sentido estereotipificante, mas sim uma questão de “estado de espírito”. Um modo de ser e não um modo de aparecer (CASTRO, 2006, p. 3).

Imagem 32: Guarani Kaiowá (MS) com a Ocupação Guarani Kaiowá (MG)



Fonte: facebook.com/OcupacaoGuaraniKaiowa/, 2014.

Aquele receio inicial, o medo do diferente, cedeu espaço para a prática da alteridade, esse conceito bastante discutido na Antropologia, que, a partir do latim *alteritas* ('outro'), parte do pressuposto básico de que todo o ser humano é social, se relaciona e interdepende do outro. Isto é, o contraste cultural, entre ocupantes e indígenas, de certa forma, acabou fortalecendo a noção de que “o mundo estranho é um enorme espelho que reflete o que é familiar ao destacar tudo aquilo que nos é estranho” (RODRIGUES, 2019).

A semente do primeiro encontro germinou e em outubro de 2018, quatro anos depois da primeira visita, ocorreu o segundo encontro mágico, agora entre as mulheres Guarani Kaiowá, também vindas do Mato Grosso do Sul, com as(os) moradoras(es) da Ocupação Guarani Kaiowá.

Esse novo encontro, coincidiu com o processo de investigação da pesquisa, quando tive a oportunidade de fazer a mediação - já que estava cursando a disciplina de Políticas da Terra, dentro do Programa de Formação Transversal em Saberes Tradicionais da UFMG -, ao mesmo tempo que realizava trabalho de campo na Ocupação.

Na oportunidade, uma das aulas ministradas por Dona Tereza Amarília Flores, Jhonn Nara Gomes e Luiza Flores, que viajaram mais de 1.300 km para serem professoras, possibilitou o repasse e troca de seus conhecimentos em um espaço fora da academia, quando, de pronto me disponibilizei para auxiliar, junto aos professores André Brasil, Luciana de Oliveira e Cesar Guimarães - ambos da UFMG -, para que a vivência das indígenas Guarani Kaiowá fosse, novamente, na Ocupação Guarani Kaiowá.

Com currículo de vida extenso, Dona Tereza Flores²⁸, acompanhada de sua assistente Luiza Flores, é rezadora, agricultora, cantora, conhecedora e manipuladora de remédios com a utilização de plantas, "Mestra e Doutora nos saberes e fazeres do povo Kaiowá, formou-se junto com seu companheiro, o xamã *Ñanderu* Valdomiro Flores (falecido em 2016)", o mesmo que tinha visitado a Ocupação na ocasião anterior (SABERES TRADICIONAIS, 2018).

Jhonn Nara Gomes²⁹, por sua vez, é uma jovem liderança política do Tekoha Guaiviry, o território ancestral retomado e autodemarcado pela nação Guarani Kaiowá, no Mato Grosso do Sul. Neta da rezadora Odúlia Mendes e do líder político Nísio Gomes, esse último assassinado em 2011, na

²⁸ Para saber mais: <<http://www.saberestradicionais.org/dona-tereza-amarilia-flores/>>. Acesso em agosto de 2018.

²⁹ Para saber mais: <<http://www.saberestradicionais.org/jhonn-nara-gomes/>>. Acesso em agosto de 2018.

violenta luta pela terra contra fazendeiros invasores. "Formou-se em cinema pelo Programa de Extensão Imagem Canto Palavra no Território Guarani e Kaiowá (2014 e 2016), e é codiretora de *Ava Marangatú* (2016) e de *Ava Yvy Vera* (2016)³⁰, filmes premiados em diversos festivais" (SABERES TRADICIONAIS, 2018).

Porquanto, no dia 6 de outubro, numa manhã de primavera, embaixo do Pé de Manga, após muitas aulas na Graduação e Pós-Graduação na UFMG, foi o dia do *Jajotopa Guarani Kaiowa Ocupação*, o grande encontro das Mestras Guarani Kaiowá com as(os) moradoras(es) da Ocupação.

Na ocasião, pude perguntar o que as indígenas pensavam de uma Ocupação urbana, da Região Metropolitana de Belo Horizonte, ter o nome de Guarani Kaiowá, mesmo não sendo uma retomada de terra indígena. De pronto, Dona Amarília Flores me respondeu em língua guarani, com tradução de John Nara: "Não foi à toa que vocês [moradoras(es) da Ocupação] escolheram esse nome Guarani Kaiowá, o espaço de vocês é abençoado, vocês não são Avá, mas têm o coração bom. Isso mostra que os Guarani Kaiowá, do Mato Grosso do Sul, não estão sozinhos na luta". E, finalizando, ela sentenciou: "Ficamos felizes com essa homenagem, vocês acertaram na mosca esse nome, estamos juntos na luta".

John Nara deixou um ensinamento eterno para todos nós, sobretudo os *Cari* (brancos). Jovem de temperança singular, ela pegou o microfone e afirmou firmemente: "Nós não somos índias! Nós somos Avá, pertencemos à nação Guarani Kaiowá". Índio, esse termo pejorativo, usado pelo colonizador europeu, que, na ausência de sensibilidade e conhecimento para reconhecer a vasta diversidade entre os povos que aqui habitavam, rebaixa e iguala as variadas comunidades nativas de todo o mundo.

³⁰ **Ava Yvy Vera**, filme disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=mzNVcLQfNQ0>> Acesso em agosto de 2018.

Imagem 33: Troca de Saberes com as Guarani Kaiowá na GK



Fonte: Crianças GK, Acervo Próprio, 2018.

Imagem 34: Vivência Guarani Kaiowá na Ocupação GK



Fonte: Crianças GK, Acervo Próprio, 2018.

As mulheres da Ocupação GK, por sua vez, falaram em nome da Comunidade, contando um pouco da história de luta e agradecendo a presença e a perseverança das companheiras Guarani Kaiowá, o fato de elas terem viajado tamanha distância, e, apesar do cansaço, visitarem a Ocupação, “que é simples, mas é nosso lar”.

Imagem 35: Guaranis Kaiowá e moradoras da Ocupação Guarani Kaiowá



Fonte: Crianças GK, Acervo Próprio, 2018.

Após a roda de conversa embaixo da mangueira, foi servido um almoço na casa de uma moradora Kaiowá. No cardápio, ofereceram a especialidade da casa e também de todos os mineiros: o Feijão Tropeiro. O fato cômico é que Dona Tereza Flores, Jhonn Nara e Luiza Flores não quiseram comer, gerando um certo desconforto entre os presentes, já que a iguaria foi preparada especialmente para a visita delas.

Vendo todos se servirem e elas isoladas, sentadas num canto, notei que precisava fazer algo, me sentindo constrangido em comer na frente delas.

Logo, apanhei algumas amoras, no pé plantado dentro do quintal, e as ofereci. As amoras elas aceitaram, dividindo, inclusive, com duas crianças presentes no local. Contudo, como amora é uma fruta muito pequena, e elas eram três, logo acabaram. Uma moradora Kaiowá, atenta à situação, me chamou no canto e disse: “Vamos pegar mais, o pé lá de casa está lotado”. Fomos então correndo, eu e a moradora, apanhar mais amoras, desta vez, uma sacola inteira. Por fim, a situação, no começo um pouco trágica – visto que ninguém imaginou que elas não gostassem de Feijão Tropeiro –, ganhou um desfecho cômico, terminando com todos pintados de vermelho.

Imagem 36: Vivência das Guarani Kaiowá na Ocupação GK



Fonte: Crianças GK, acervo próprio, 2018.

A verdade é que essa vivência entre os dois povos rendeu muitos ensinamentos, não somente para mim e para os demais estudantes presentes, mas para todos envolvidos - inclusive as lideranças de ambas as partes, pois os dois movimentos (a Ocupação e a Retomada) lutam pelo direito à terra, e

resistem às ganâncias de especuladores e latifundiários – que atuam com a conivência do estado. Seja em Contagem (MG) ou no Tekoha Guaiviry (MS), não custa lembrar: a terra pertence a quem planta, cuida, trabalha e faz dela vida.

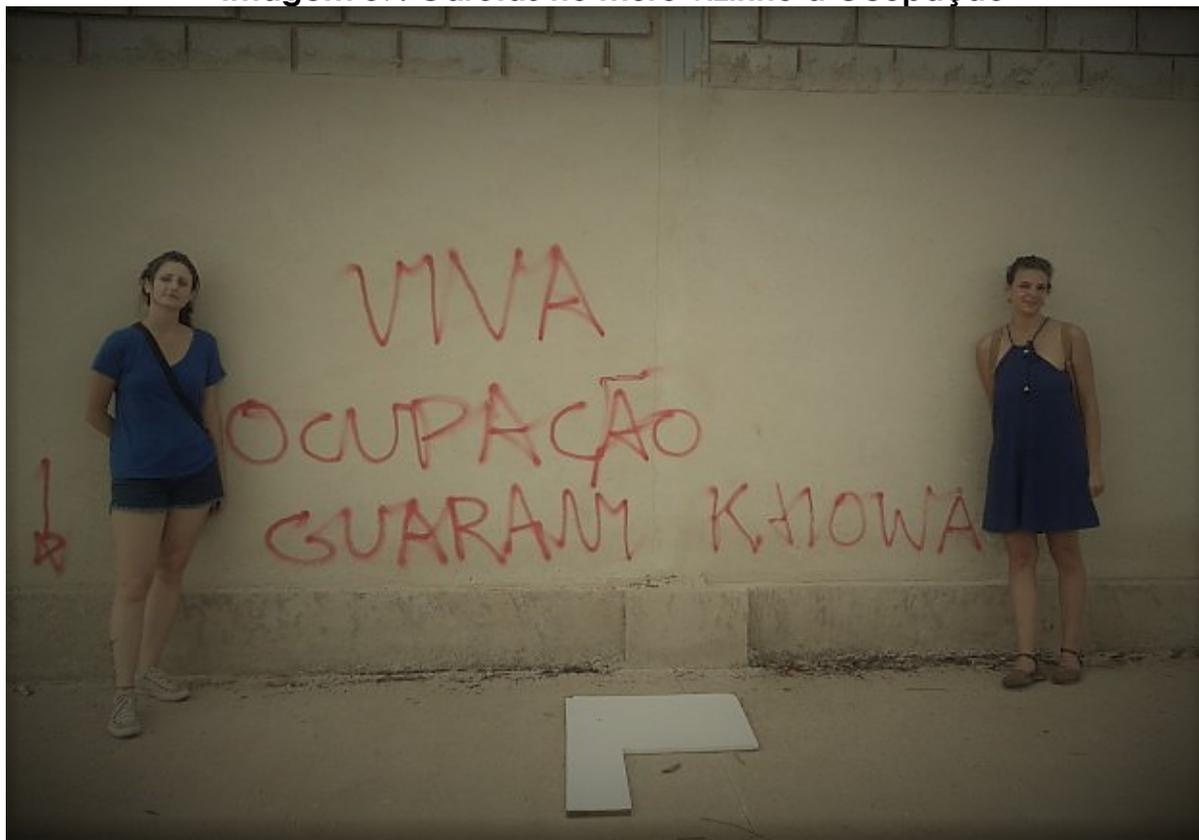
Por fim, vale salientar que esse encontro de saberes, assim como o primeiro, faz parte do processo educativo mais amplo de luta pela terra e moradia, tendo sido possível a partir da controvérsia antropológica em torno do nome da Ocupação. Ou seja, o fato de a Ocupação se chamar Guarani Kaiowá, não obstante a supressão do nome Emanuel, como desejado inicialmente pelas(os) moradoras(es), possibilitou esforços para a visita de indígenas Guarani Kaiowá, o que acredito que não viria a acontecer caso a Ocupação fosse intitulada somente por Emanuel, por exemplo. As controvérsias em torno da etnia das(os) ocupantes do terreno são comuns, e extrapolam os exemplos aqui apresentados, pois, a todo momento, alguém sugere se tratar de povos indígenas.

Mas afinal, quem no Brasil não é indígena? Como sugere Viveiros de Castro: apenas quem não é!

3.2 Controvérsias semânticas³¹

*Foi aqui seu moço
Que eu, Mato Grosso e o Joca
Construímos nossa maloca*
Adoniran Barbosa, Saudosa Maloka.

³¹ Excertos deste capítulo foram publicados na Revista Dissonância (Unicamp), no texto: “**Os Despossuídos: Karl Marx e a (i)legalidade dos pobres**”. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/teoriacritica/article/view/3447/2617>>.

Imagem 37: Garotas no muro vizinho à Ocupação

Fonte: Frederico Lopes, acervo próprio, 2017.

Maloka, favela, barraco, vila, comunidade, aglomerado, quebrada, ocupação ou invasão: várias são as denominações para as moradias autoconstruídas pela população brasileira ao longo da história. Falando em história, Guilherme Boulos (2015), liderança do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), e ex-candidato à Presidência da República pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), ao lado de Sônia Guajajara, nas eleições de 2018, perguntou, certa vez: “Quem são mesmos os invasores?”. Voltou no tempo para sentenciar: “É Pedro Álvares Cabral”, uma vez que “a origem das escrituras de imóveis privados sobre áreas públicas [está] nas capitânicas hereditárias dos portugueses” (2015, p. 34).

A problematização proposta por Boulos é a de se questionar quem são os verdadeiros invasores de terras em nosso país, sugerindo seu início quando se deu a invasão realizada pelos portugueses no território dos indígenas, passando pelas capitânicas hereditárias e pelas sesmarias, até a Lei de Terras

de 1850, promulgada no Período Imperial - todas elas políticas coloniais de expropriação e conseqüente legalização de terras invadidas.

Desconsiderando a história nacional, o atual Presidente da República Jair Bolsonaro (PSL), afirmou, em período eleitoral, que ações do MST e do MTST - a quem chamou de "vagabundos e marginais", em palestra proferida para empresários na Associação Comercial do Rio de Janeiro - devem ser tratadas como crime de terrorismo. "Propriedade privada, é privada. É sagrado e ponto final. Invadiu, garantindo que é ato ilegal, chumbo", afirmou o então candidato à presidência (O GLOBO, 2018).

Nesse contexto, o líder do MTST, naquele momento, por meio de assessoria, respondeu: "Bolsonaro deveria seguir o conselho dos seus marqueteiros e ficar calado. [...] vagabundo é quem recebe auxílio moradia tendo casa própria. E terrorista é quem foi 'aposentado' pelo Exército brasileiro por planejar explodir um quartel" (O Globo, 2018).

Acusados de invasores de terras, os movimentos sociais que atuam em prol do acesso à terra e à moradia vêm lidando com o aumento da perseguição e da criminalização de suas ações. E, no centro dessa disputa, tem-se uma controvérsia semântica: são as(os) moradoras(es) de Comunidades, organizadas em terrenos antes abandonados, invasoras(es) ou ocupantes?

Ora, a distinção semântica entre ocupar e invadir, longe de ser uma questão supérflua, está interligada às conseqüências políticas e jurídicas. Para se esclarecer, semanticamente, o vocábulo invasão tem o significado de "ato ou efeito de invadir; entrada violenta ou arrogante", de acordo com o Dicionário Aurélio de Português (2018); ao passo que ocupação significa "ato ou efeito de ocupar; preencher; instalar-se; habitar", também de acordo com o mesmo Dicionário (2018). Invadir é, pois, um feito violento, realizado em algo que é de outrem; enquanto o ato de ocupar é realizado em algo que está desocupado, conferindo-lhe preenchimento, função.

A geógrafa Natália Lelis (2016, p. 438), problematizando, em seu estudo a poética territorial da política, elucida a controvérsia semântica:

De acordo com os promotores das ocupações, é importante fazer essa separação, uma vez que a invasão remete a uma tomada hostil, injusta e violenta daquilo que é do outro. Já ocupação remete ao ato pacífico de dar destino a algo que está sem uso, no caso em questão, dar uma função social a um imóvel vazio, fazendo cumprir o direito constitucional à moradia.

Os movimentos de luta pela terra e moradia geram ocupação para algo que estava desocupado, preenchendo de vida espaços sem preenchimento, habitando territórios antes desabitados. E se as Ocupações invadem, como acusam os senhores de terras no país da grilagem, elas invadem é com a poética de um “mundo compartilhado[...]. Invadem a ordem socioespacial criada e protegida pela regulação urbana. Invadem o ordenamento jurídico” (LELIS, 2016, p. 438). Enfim, elas invadem de cores as cidades cinzas das metrópoles brasileiras ou os latifúndios improdutivos do campo.

Um morador Kaiowá, entrevistado por Marina Maia (2017, p. 80), assim esclarece a disputa semântica entre os atos de invadir e de ocupar, no seu entendimento:

A gente não tava fazendo crime nenhum não, a gente tava ocupando um terreno que era baldio. Nós ocupamos o que tava vazio. A gente invade quando tem já alguém, quando tá fechado. Isso aqui tava tudo aberto. Nós ocupamos o terreno baldio e aberto.

Uma outra moradora Kaiowá, desta vez entrevistada por Tiago Lourenço (2014, p. 122), também reflete em torno da controvérsia semântica, sugerindo que a diferença entre ocupar e invadir está no apoio técnico de ativistas sociais e na organização ou não do ato:

Além de terem os advogados ajudando, temos pessoas como a Érica, que já era mais instruída. A Érica chegava e conversava muito bem com eles. O Joviano também começou a discutir com o policial, mas ele conversa bem melhor do que nós. Então, eu acho que é muito diferente a invasão da ocupação. Bem diferente.

Lourenço (2014, p. 94) afirma que, na visão das(os) moradoras(es) por ele entrevistadas(os), a diferença no significado entre ocupação e invasão é vista sob o aspecto da organização: “O termo ocupação se refere à ação de conquista da moradia mediante uma estratégia apoiada por organizações políticas, contrapondo-se à invasão ou à ação desorganizada de tomada de posse de um terreno”.

Marina Maia (2017) problematiza essa concepção indagando: não seriam também organizadas as diversas ocupações de vilas e favelas brasileiras sem a colaboração direta de movimentos sociais? E a partir das palavras de um militante, membro da extinta Frente Terra e Autonomia (FTA), ela dissipa a concepção de ocupações organizadas e invasões desorganizadas:

É fruto de organização, é fruto de reflexão, é fruto de dor né, é fruto de desespero, e é fruto de organização. Só não é organização do moodo como a organização política pensa que é, mas eles tão se organizando, ou não tão? [...]. Eles vão precisar de um machado pra quebrar aquele trem, eles vão precisar de um alicate pra poder costurar, eles vão precisar de juntar uma grana pra poder levantar, eles vão precisar de falar com o camarada que sabe levantar barraco de lona não sei aonde, pô, isso é organização (MILITANTE *apud* MAIA, 2017, p. 63).

Percebe-se que essa distinção entre ocupação ou invasão, entre organizadas ou desorganizadas é, para além de semântica, de natureza política, servindo para validar ou deslegitimar os atos praticados em terrenos e prédios abandonados - atos estes que, mais ou menos organizados, feitos com mais ou menos planejamento, é, antes de tudo, ato de coragem.

A ocupação é um ato de coragem: é uma atitude radical que nasce preocupada em resgatar a vida cotidiana da dominação do espaço abstrato e na qual se coloca em curso um processo de tomada de consciência dos entraves da produção do espaço urbano (BASTOS *et al*, 2017, p. 259).

E se existe uma preocupação em gerar sentido para esse ato que busca transformações nas cidades, nomeando-o positiva e comumente de Ocupação ou Comunidade, existe também o contrário; conforme o fazem os senhores de terras, nos conflitos agrários e urbanos pelo território,

denominando pejorativamente os participantes dos movimentos de invasores e criminosos. É a disputa semântica interligando o conflito político e jurídico.

No caso da GK, o conflito político que se apresenta como judicial, iniciou-se ainda em 2013, dias depois da Ocupação GK surgir, começando a resistência judicial pela efetivação da Comunidade em combate ao perigo de despejo.

O suposto proprietário fez pedido liminar de reintegração de posse à justiça. Para alegria e espanto geral o pedido é negado pelo juiz. Na ocasião, incide contra o suposto proprietário execuções fiscais oriundas de dívidas junto ao município, e a não comprovação do exercício da posse.

Na sequência, a construtora Muschioni fez pedido de Agravo de Instrumento, alegando ser lesada sob difícil reparação, caso as(os) moradoras(es) não fossem retiradas de maneira imediata, quando, infelizmente, o juiz deferiu o agravo de instrumento, em causa da construtora. Ainda assim, advogados populares uniram documentos para comprovar débitos do antigo proprietário junto ao município, fotos do terreno sem função social, vídeo com suposto proprietário declarando fazer especulação imobiliária, além da ausência de projeto para o terreno, fatos notórios que pesaram contra a empresa. O juiz, assim, retornou da decisão até que o julgamento final fosse realizado junto ao colegiado de desembargadores.

Esse período se deu entre abril de 2013 e março de 2014, tempo em que as moradoras(es) aguardavam a decisão colegiada acerca do agravo de instrumento da reintegração de posse. E a última decisão expedida foi favorável à Ocupação.

Não obstante, entre muitas idas e vindas jurídicas, recursos e agravos, o poder do capital acabou por também se notabilizar neste caso, vindo a justiça - longe de terminar a batalha judicial, que é mais política que jurídica - a conceder ordem de despejo e termo de reintegração de posse para o terreno em favor da construtora Muschioni, que, por atos obscuros de

transferência e registro de imóvel, declarou-se proprietária, apesar de por décadas, nada construir no terreno.

Diante do risco eminente de despejo, advogados populares entraram com recursos em instâncias superiores, ao passo que a construtora pediu a execução da liminar. O Tribunal, todavia, negou-lhes o rogo devido ao Direito Transitório em Julgado, quando a execução só pode ser feita após se esgotarem as possibilidades de recurso – válido, pois, o adendo de que a liminar para reintegração de posse continua, ainda hoje, vigente junto aos recursos que existem no STJ e também no STF (LOBÃO, 2015, p. 38).

Adiante, em agosto de 2018, uma nova etapa aconteceu. Após audiência judicial de mediação, conseguiu-se que o processo de reintegração de posse e a ordem de despejo fossem suspensos, assim como as negociações se transferissem para a Mesa Estadual de Diálogo e Negociação Permanente com Ocupações Urbanas e Rurais, junto ao Estado de Minas Gerais e a Prefeitura de Contagem/MG. O objetivo era buscar alternativas possíveis para barrar o despejo e garantir moradia digna para as famílias, conforme nota postada na própria página da Ocupação GK (6 de agosto de 2018)³²:

A comunidade respira e segue na resistência, mas não é o fim. Essa mesa não é garantia de vitória por si só, o governo estadual já demonstrou várias vezes que prefere escolher o lado dos poderosos e ignorar as necessidades populares, mas agora é uma nova etapa, uma nova oportunidade em que exigiremos dos governos estadual e municipal o exercício do direito constitucional de moradia digna! São centenas de famílias que ocupam um terreno que estava abandonado por anos!

Vale ressaltar que o direito à propriedade no Brasil está garantido na Constituição Federal de 1988 enquanto direito fundamental, em seu artigo 5º, inciso XXII, sendo um direito inviolável, lançado ao lado de outros direitos, como o à vida e à liberdade. Nossa jurisdição, por seu turno, aponta ao direito de propriedade a atribuição do interesse social, visto que no mesmo artigo 5º,

³² Disponível em <<https://www.facebook.com/OcupacaoGuaraniKaiowa/>> Acesso em agosto de 2018.

inciso XXIII se afirma: “A propriedade atenderá a sua função social”, ficando, por conseguinte, condicionado o direito de propriedade à efetividade de sua função social. Portanto, a ocupação Guarani Kaiowá, mesmo sob o prisma do nosso direito burguês, é legal, pois gerou a função social de um terreno antes abandonado. Assim esclarece a nota publicada no sítio das Brigadas Populares (2013):

Frisa-se que a ocupação de um terreno que não cumpre sua função social é forma legítima de reivindicação de direitos fundamentais. Para além da solução imediata da falta de moradia de milhares de famílias, as ocupações urbanas são uma forma de pressionar pela política de habitação que almejamos e de responsabilizar governantes por suas ações e omissões.

A pesquisadora Ermínia Maricato (2018) também defende o direito de posse de ocupantes de terrenos públicos ou privados que não tiveram alternativa de acesso à moradia, como no caso dos habitantes da Ocupação Guarani Kaiowá.

A função social da propriedade tem uma importância paritária com o direito de propriedade na Constituição. Edifícios vazios, ao contrário do que se pensa, quando estão ocupados estão cumprindo sua função social. Está na hora da gente aplicar a lei no Brasil. Está na hora de parar com essa hipocrisia de, inclusive, criminalização de movimentos sociais. Há cerca de 70 ocupações no centro da cidade [de São Paulo] que prestam um serviço para a sociedade.

Pois é, sempre importante lembrar que o direito à moradia no Brasil também é um direito garantido pela Constituição Federal de 1988, especificamente no art. 6º, descrito na lista de direitos sociais ao lado dos direitos à educação e à saúde. Contudo, longe de ser efetivado, o direito à moradia é extensa e historicamente negado, sendo tratado como mercadoria, como esclarece Raquel Rolnik (2016), ex-relatora para a Moradia da Organização das Nações Unidas (ONU):

A ideia por trás desse modelo é de que a moradia deve ser vista como mercadoria e, em função de seu custo alto, viabilizada pela ampliação do acesso ao crédito. Assim, os mais pobres conseguiriam comprar a “casa própria” – tirando a moradia do rol de direitos a serem garantidos pelo Estado, como a saúde e a educação. Todas as políticas de habitação foram sendo desmontadas e desfinanciadas. Estoques de moradia em poder público foram privatizados e conjuntos

habitacionais, demolidos. Sem falar nas tradicionais formas de vínculo com a terra de comunidades indígenas e quilombolas. Todas foram fragilizadas em nome do modelo da propriedade individual registrada, porque ele é o único em que o imóvel pode circular livremente no mercado.

Em lugar do modelo de moradia como mercadoria, através de sua financeirização, que mostrou seus limites na crise do mercado imobiliário dos Estados Unidos em 2008, Raquel Rolnik (2016) defende o paradigma da moradia como um direito humano, como determina a Constituição Federal. Nesse sentido “todo indivíduo, grupo ou coletividade tem o direito de viver em um território que lhe propicie acesso aos seus direitos [...]. Vejo a moradia como [...] uma porta de entrada a partir da qual é possível acessar o direito à educação, à saúde etc.”

Nosso entendimento se assemelha ao das pesquisadoras Raquel Rolnik e Ermínia Maricato, levando em conta que é preciso garantir, na prática, a moradia como um direito básico da pessoa humana, ao mesmo tempo em que é necessário reconhecer a importância da atuação das Ocupações na diminuição do déficit habitacional, prestando, portanto, um serviço para a sociedade. Se o estado não efetiva esse direito para a população, ele deveria, minimamente, não criminalizar quem contribui para a resolução de um problema profundo de ordem social. Francisco Martins (2016, p.32), estudando processos educativos em uma das mais conhecidas ocupações da capital mineira, apresenta tese semelhante ao apontar que nesse “contexto movimentações coletivas nos moldes da [...] emergem da tessitura social como estratégia legítima de luta pela efetivação dos direitos de moradia e acesso às políticas públicas para uma grande parcela da população”.

Em trilhas parecidas reflete Marx (2016, p. 9), afirmando que se “[...] o estado não for suficientemente humano, rico e generoso [...] pelo menos é seu dever incondicional não transformar em crime o que foi convertido em contravenção unicamente por circunstâncias”. Assim se expressou o jovem Marx, então com 24 anos, na primavera de 1842, logo após se doutorar em

Filosofia pela Universidade de Jena (com um trabalho sobre Demócrito e Epicuro³³), quando escreveu no *Rheinische Zeitung* (Gazeta Renana), analisando a criminalização da prática secular dos camponeses de apanharem madeira seca no chão.

A leitura dessa passagem nos leva a observar, apesar de toda a ironia, uma certa crença do jovem Marx - recém-formado em Direito e Filosofia - na prática do direito e do estado na busca pela justiça. Aqui está presente um período de transição, entre o Marx hegeliano de esquerda, herdeiro da filosofia do estado como elevação humana, e o Marx comunista, formulador do proletariado como classe definitiva.

Pouco tempo depois, Marx já no exílio em Paris, escrevendo para o jornal o *Vorwärts!* (Avante!), de tendência democrática, vai abandonar qualquer fé no estado para a melhoria da vida social, pois, paradoxalmente, “quanto mais poderoso é o estado [...] tanto menos está disposto a procurar no princípio do estado [...] o fundamento dos males sociais” (MARX, 2010, p. 62). Desta forma, o filósofo alemão sepulta qualquer consideração estatal para a emancipação, já que “a existência do estado e a existência da escravidão são inseparáveis” (*Ibidem*, p. 60).

Assim, cabe a nós perguntarmos: é possível o estado, através da justiça e do direito, resolver esse problema social, zerando o déficit habitacional e reconhecendo as práticas das Ocupações? Ora, como defensor das classes dominantes, é ingenuidade esperar que o estado advogue a favor de ocupantes de prédios e terrenos descumpridores de suas funções sociais. Mas, justamente o contrário, a prática do nosso direito burguês é a de defender o direito de propriedade, de título, de papel registrado, mesmo que grilado, desconsiderando a moradia como direito.

³³ Disponível na recente edição: MARX, Karl. **Diferença entre a filosofia da natureza de Demócrito e a de Epicuro**. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2018, 152 p.

Desse modo, distante da concepção de moradia como direito humano, como defende Raquel Ronilk, esta é a nossa realidade, qual trata a moradia como direito apenas no papel, sendo, na prática, uma mercadoria cara, com seu valor de uso desconsiderado em prol do seu valor de troca, podendo acessá-la somente quem puder comprá-la.

Sob esse contexto, os novos capítulos da história de resistência e controvérsias das(os) moradoras(es) da GK – que, sem ingenuidades em promessas, avançam a luta política para além da esfera do direito -, incluem a decisão da Comunidade de ocupar a sede da Cidade Administrativa de Minas Gerais, para, assim, exigirem os cumprimentos e andamentos dos acordos encaminhados na última rodada de negociação do ano de 2018 da Mesa de Diálogo e Negociação Permanente com as Ocupações Urbanas do Estado de Minas Gerais, buscando uma conclusão favorável às centenas de pessoas que estão instaladas.

Imagem 38: Moradoras(es) GK ocupam a Cidade Administrativa



Fonte: facebook.com/OcupacaoGuaraniKaiowa, 2018.

Como afirmado na nota da GK (2018), a solução para essa controvérsia é a regularização fundiária da Ocupação e a permuta de um outro terreno para a construtora, considerada antiga proprietária.

Durante a ocupação [da Cidade Administrativa] os moradores e os movimentos sociais se reuniram com o presidente da COHAB-MG, Alessandro Marques. Nesta reunião foi solicitado um outro encontro com o prefeito de Contagem, Alex de Freitas, para reiterar e buscar soluções para o processo de negociação através de uma permuta de terreno a ser feita através da COHAB e prefeitura de Contagem em troca da regularização fundiária da Ocupação Guarani Kaiowá. A reunião solicitada acontecerá amanhã na prefeitura de Contagem, e mais uma vez a GK estará firme disposta a lutar até o fim para garantia do direito de centenas de famílias.

Pois bem, nas reuniões seguintes do final de 2018 conseguidas pela GK, tanto o Governo de Minas Gerais, quanto a Prefeitura de Contagem, se comprometeram a solucionar a controvérsia entre as famílias e a antiga proprietária do terreno onde se situa a Ocupação, através da permuta de um outro terreno público na cidade para ser repassado para a construtora. O prazo oficializado foi de três meses para estudo de qual seria o terreno a ser permutado.

Pois que, passada a semana das crianças, passadas as eleições, chegou, junto com o natal e o ano novo, um novo cenário político e social no país, sem solução definitiva para a Comunidade. A Mesa de Diálogo entre Ocupações e Governo do Estado, no novo ano que se iniciara, foi esvaziada. Os governos Estadual e Federal se alteraram, iniciando os mandatos do Governador Zema (Novo) e do Presidente Bolsonaro (PSL), respectivamente, ambos contrários ao diálogo com moradoras(es) de Ocupações. Ou seja, estamos somente no começo de 2019, e muitas controvérsias e resistências vão prosseguir. Enquanto escrevo essas palavras, a GK completa seis anos desde o famigerado 9 de março de 2013, se constituindo, atualmente, como um bairro, fazendo parte do mapa da cidade de Contagem, com uma Comunidade consolidada, apesar das precariedades quanto à infraestrutura de água, luz e calçamento.

Assim, não restam dúvidas quanto à legalidade do movimento GK; ocuparam um latifúndio urbano improdutivo, desocupado, abandonado, sem posse e descumpridor da sua função social. Não necessitaram invadir, usar da violência, ou tomar algo alheio. Só habitaram um espaço que estava desabitado. Apossaram-se e construíram um bairro numa gleba improdutiva. Limparam e cuidaram do terreno, como verdadeiros donos o fazem.

Para fins de finalização do capítulo, resolvemos essa controvérsia semântica: não são invasores as moradoras(es) da GK, são ocupantes. E toda a população de Contagem deveria agradecer e apoiar a Ocupação, pois vale o ensinamento empírico de que é na organização e na luta que se constrói a cidade. No entanto, podemos sempre perguntar: “Quem são mesmos os invasores?”

4. PROTAGONISMO INFANTIL

4.1 Tempos de brincar, Tempos de lutar

*Mama não quer brincar mais
Filhinho dá um tempo
É tanto contratempo
No ritmo de vida de mama.*
Chico César, Mama África

Imagem 39: A Bola e a Pedra



Fonte: Crianças GK, 2018.

No início da investigação, ao começar o mestrado em Educação, no ano de 2017, o objetivo, no princípio, era pesquisar como se constituíam as lideranças da Ocupação. Estudando dentro de uma linha de pesquisa sobre Política, Trabalho e Formação Humana, me inclinava, juntamente com a minha orientadora, a compreender como ocorria o processo de formação política dos membros da GK.

Seguindo o conselho de Andrade (militante e ex-morador da Ocupação), quando disse acertadamente: “Quem tem expertise para poder falar de ocupação urbana é quem não tem casa pra morar” (Lourenço, 2014, p. 85), iniciei o processo de aproximação mais íntima com as(os) moradoras(es), no intuito de conversar, conhecer de um modo mais próximo a dinâmica cotidiana, e, igualmente, aprender com as(os) ocupantes.

Encarei a empreitada participando de Assembleias, reuniões, festas, protestos e encontros políticos, entre outros eventos, frequentando o espaço com mais assiduidade durante a noite, em dias de semana, e durante o dia, aos sábados e domingos. Nesse início de vivência, pude constatar uma facilidade de interação com as crianças do lugar, eram muitas, animadas e participativas. Percebia que as atividades voltadas para as crianças, algumas vezes propostas por apoiadores externos, e outras pelas (os) próprias (os) moradoras (os), eram um sucesso, de público e agitação.

Ao chegar na ocupação, pela entrada norte, me deparava sempre com crianças brincando embaixo do Pé de Manga, espaço central da GK. Ali, sem muito esforço, conversava, interagia e brincava com elas: empurrá-las com força no balanço da mangueira era diversão garantida, quando formavam filas para serem jogadas para o alto pelo adulto-criança que sou.

Nesse processo, fui desenvolvendo uma sociabilidade com as crianças, com uma definição de quais eram as mais animadas para me receber; quais definiam mais desenvoltura de interação; e como se delineava um protagonismo infantil, para propor o que iriam brincar, como brincar, e quando encerrar as brincadeiras.

A partir do estreitamento de laços cada vez mais fortes com as crianças, cravei que meu objetivo era sim compreender a formação das lideranças na Ocupação, contudo, focalizando as lideranças infantis, aqueles sujeitos sempre presentes nos espaços, animados e participativos, mas nem sempre vistos e ouvidos.

Imagem 40: As crianças, o “professor” e o balanço

Foto: Camila Zucon, acervo pessoal, 2017.

Não obstante, desde o momento da minha decisão epistemológica, somei junto a ela uma decisão política: não queria realizar uma pesquisa sobre as crianças, mas, *com* as crianças. Reduzi-las à meros objetos de estudos seria subtrair o que elas detêm de mais potente: o protagonismo criativo. Priscilla Alderson (2005, p. 423), pesquisadora londrina, chama atenção para o problema: “Reconhecer as crianças como sujeitos em vez de objetos de pesquisa acarreta aceitar que elas podem “falar” em seu próprio direito e relatar visões e experiências válidas”. Não quero romantizar, idealizar essa cooperação entre as crianças e eu, as hierarquias existem, diferenciando-nos, mas compreendo a necessidade de equalizar as vozes, deixando as crianças falarem também como pesquisadoras, apresentando suas miradas infantis.

A pesquisadora e militante Marina Maia (2017), também na sua investigação etnográfica sobre o desenvolvimento da GK, percebe um protagonismo infantil na sociabilidade da Ocupação. Uma das perguntas

contidas na sua monografia quanto às atividades construídas pelos apoiadores é: “Por que na maioria das vezes as crianças participavam das atividades propostas, o que contrastava com um número reduzido de adultos?” (2017, p. 20).

Tema ainda pouco explorado pela literatura, compreender o protagonismo infantil nas lutas sociais é um desafio, mesmo dentro das investigações de perspectiva crítica. Uma das referências no assunto é o professor peruano Alejandro Cussiánovich (2018), que unindo produção teórica e prática política, concebe o paradigma do *coprotagonismo infantil*, - para designar a prática coletiva de meninos e meninas, como sujeitos sociais e não mero executores ou consentidores de algo -, juntamente com bebês, adultos e idosos. O coprotagonismo acarreta um permanente aprendizado, “no sentido de ir sendo nós que definimos a história de nossas próprias vidas individuais e coletivas”³⁴ (Cussiánovich, 2018, p. 214).

Cussiánovich é co-fundador do *Movimiento de Adolescentes, Niñas y Niños Trabajadores Hijos de Obreros Cristianos* (MANTHOC), organização política que surgiu em Lima, no Peru, no ano de 1976, com o propósito de ser uma escola cidadã para crianças e adolescentes trabalhadores. Giovana Aquino (*apud* Cussiánovich, 2018, p. 211), uma ex-delegada nacional do MANTHOC, define o coprotagonismo infantil como um processo que apresenta as crianças como “sujeitos de direitos, que vão fazendo seus os problemas sociais para transformá-los”. Yam Sampertegui (*apud* Cussiánovich, 2018, p. 211), por sua vez - também membro do MANTHOC e ex-delegado da Sede Central do *Movimiento de Niños, Niñas y Adolescentes Trabajadores Organizados del Perú* (MNNATSOP) -, afirma que o coprotagonismo “é uma maneira de ser”. “Muitas vezes”, afirma Sampertegui, “não é consciente, não sabes que está sendo protagonista, porque não conhecia a terminologia até pouco tempo, simplesmente ‘era’”. Enquanto “sendo criança, já falas de

³⁴ Neste trabalho citações originais em outros idiomas foram traduzidas por nós para o português.

coprotagonismo infantil, é simplesmente outra maneira de ser criança" (*ibidem*).

Sintetizando: sem crianças não há revolução ou transformação social possível. Visto que, elas são parte dos processos de câmbio, com atuações essenciais na vida cotidiana e em grandes feitos na história, seja na resistência de Canudos e Palmares, na Intifada Palestina, nas lutas contra o apartheid sul-africano, na grande Revolução de outubro soviética, ou mesmo na luta pela terra e moradia na GK³⁵. Lembrando Daniel Viglietti, "se necessita crianças para amanhecer", já que a infância é uma realidade mágica, inovadora, e que floresce junto às auroras.

Muito distante do paradigma coprotagonista, temos o arcabouço hegemônico da proteção integral da infância (que se apresenta, apesar das limitações, um avanço no processo civilizador), tratando meninas e meninos como indivíduos com direito à voz, porém em vozes de segunda categoria, que não somente dependem dos adultos, mas que, ademais, estão à mercê de suas vontades, numa espécie de superproteção e propriedade.

Se impõe então, uma necessária atitude de organização e co-participação de crianças e adultos para "despaternalizar o conceito de proteção, dando às crianças a possibilidade de atuar na mesma altura que os adultos" (Liebel, 2006 *apud* Morales e Magistris, 2018, p. 39). Ou como dito de outra forma, para fortalecer os direitos de participação dos sujeitos infantis, se impõe "despaternalizar o que entendemos por proteção para transformar o exercício da participação em garantia e parte integral da proteção" (Morales e Magistris, 2018, p. 39).

Vale ressaltar que não estamos acudindo inverter a hierarquia, colocando crianças sobre os adultos, numa espécie de "infantilcentrismo",

³⁵ Outros exemplos de organização e participação política de meninas e meninos podem ser citados, apesar da grosseira invisibilidade histórica. Como exemplo, temos a Greve dos Inquilinos de 1907 (*Huelga de los Inquilinos*), ocorrida no bairro de La Boca, na cidade de Buenos Aires, Argentina. Na ocasião centenas de crianças e adolescentes protestavam contra os altos alugueis cobrados e a consequente expulsão das pessoas das casas, lutando contra os especuladores de plantão, quando a polícia assassinou Miguelito Pepe, um menino de quinze anos, liderança viva na memória de resistência portenha.

longe disso. Como sublinha Santiago Morales e Gabriela Magistris (2018, p. 44), pesquisadores portenhos, é preciso destacar que “não se trata de que as crianças comecem a decidir contra os adultos, mas sim com os adultos”, reconhecendo a existência do coprotagonismo nas relações sociais intergeracionais. Desde modo, no paradigma da proteção integral da infância - definida sobretudo a partir da (progressista, mas contraditória) Convenção Internacional sobre os Direitos das Crianças, aprovada e ratificada pelo Brasil no ano de 1989 -, a participação infantil não é caracterizada com a centralidade que merece, promulgando-se uma cidadania, que se apresenta como um avanço, contudo, no mais das vezes, enquanto uma sub-cidadania, restringindo-se aos adultos o caráter autêntico de sujeitos sociais e políticos, numa reprodução de adultocentrismo.

Mas o que seria adultocentrismo, esse neologismo pouco conhecido? Adultocentrismo se constitui numa relação hierárquica geracional, que sobrepõe o poder do adulto sobre a criança, num processo que deslegitima o trabalho, o saber, a linguagem e a cultura dos sujeitos-infantis, em detrimento da atuação adulta. Deste modo, afirma Santiago e Faria (2015, p. 73), ocorre no processo adultocêntrico uma “invisibilidade das crianças desde o nascimento enquanto sujeitos históricos, [onde] o protagonismo dos meninos e das meninas é apagado na busca da construção e legitimação de um modelo de indivíduo e sociedade”. Assim, a infância, na perspectiva adultocêntrica – presente de forma hegemônica, sobretudo na sociedade ocidental – “é um período de transição e de aquisição dos elementos simbólicos presentes na sociedade, tendo a criança, uma condição de ser menor, ser inferior, lugar que lhe é dado pelo grupo dominante correspondente: os adultos e as adultas (*ibidem*).

A história das ciências sociais tem, no entanto, dado provas de uma crítica e desmistificação sistemáticas das ideologias dominantes do capitalismo em relação à classe social, do colonialismo em relação à raça e do patriarcado em relação ao gênero; contudo, pelo menos até agora, a ideologia do desenvolvimento tem-se mantido relativamente intacta no que diz respeito à infância (JENKS, 2002, p. 188).

O sociólogo José de Souza Martins (1991, p. 51), afirma que, historicamente, “as ciências sociais têm, num certo sentido, uma concepção definida de quais são as fontes aceitáveis e respeitáveis do dado sociológico”, e, desse modo, o informante privilegiado é geralmente um homem, comunicativo e adulto. Isso porque, continua ele, “o pesquisador quase sempre pressupõe e descarta, no grupo que estuda, uma parcela de seres humanos silenciosos, os que não falam”. Talvez, com exceção da antropologia, afirma Martins (1991, p. 55), “as ciências humanas não têm sido capazes de decifrar o silêncio daqueles que não foram eleitos pelo saber acadêmico como informantes válidos dos pesquisadores”. E, nas entrevistas realizadas por ele, com pessoas envolvidas em conflitos de terra no Mato Grosso e Maranhão, durante as décadas 1970 e 1980, lhe chamava à atenção que “nessas horas estivesse presente [...] grupo numeroso e atento de um público que, aparentemente, não se sentia no direito de falar e perguntar. Refiro-me às crianças. Esse grupo que não fala, mas ouve muito” (p. 56).

Com efeito, essa noção das crianças como mudas, silenciosas, nos remonta ao significado etimológico da palavra infância: do latim *infans*, iniciado a partir do prefixo *in-*, com sentido de negação: aquele que não fala. Com o tempo, nos adverte Morales e Magistris (2018, p. 14), “infância foi transformando-se em outra coisa, adquiriu o significado de ‘quem não tem palavra’, ou, em outros termos, aquele que não tem nada interessante a dizer, a quem não vale a pena escutar”. Vale lembrar que a palavra infantil, pelo menos no caso brasileiro, também designa pejorativamente um adulto que não se comporta com seriedade, não obstante, age com infantilidade.

O que chama atenção é que as crianças, sobremaneira as da Ocupação Guarani Kaiowá, são seres falantes, barulhentas, agitadas e comunicativas, e, claro, tem muito a dizer, bastando ouvidos atentos para escutá-las. Deste modo, me lanço ao desafio de transpor, em letras e imagens, as palavras, mas, também, as ações e as emoções dessas criaturas, estas que sabem mais do que parece, considerando, desse modo, que a infância “não é a simples mudez: é a experiência do limite da linguagem. É aquele então

que vai buscar palavras para dizer”, sendo muito mais que uma etapa cronológica da vida, mas sim, “[...] uma modalidade de experiência que se localiza em uma esfera transcendental” (MORALES; MAGISTRIS, 2018, p. 14).

Na tentativa de interpretar as palavras ditas e ações cometidas, realizei, juntamente com observações participantes e oficinas de foto e vídeo com muitas crianças, três entrevistas: uma coletiva, com duas garotas Guarani (2019), melhores amigas, uma de 12 e a outra de 13 anos; a outra individual, com um garoto Guarani (2019), de 11 anos; e uma terceira com uma adulta Kaiowá (2018), de 55 anos³⁶.

Em uma das oportunidades, fica evidente o anseio para dizer o que viveram na Ocupação e como pensam essas experiências, instituindo nas entrevistas um momento fundante, onde não só a história é construída, mas se vive a memória, cunhando um evento que também faz história: “Agora eu vou falar tudo. Tudo, desculpa o que “cê” ouvi aqui, se você quiser falar “tô” nem aí. [...] Eu já me considerei, das crianças, tipo nois duas. Eu achava que era liderança. Sério!”.

E, continuando a entrevista – qual foi levada à cabo por nós três -, a outra criança Guarani (2019), de 13 anos, também esclareceu o porquê do posto de coprotagonismo: “Todo dia quando tinha manifestação nois juntava as criança”.

Nos juntava um “bolin”. O “ocê” vai pra lá, “nois” vai pra “cá”. “Nois” ia pra escola no outro dia toda “quemada” assim ó. Porque eu não acho justo uma mãe, uma mãe “tê” condições ir lá e comprar tudo pro filho e a outra “veno” “morano” na rua, não tem condições de comprar um chinelo. Eu “num” acho isso certo. Ai eu falava “mermo”. Eu expressava tudo, tudo, tudo (CRIANÇA GUARANI, 12 anos, 2019).

Ora, a profundidade da reflexão levada a cabo por essas duas meninas, demonstra a importância de se escutá-las com seriedade, reconhecendo a facilidade com que definem a realidade como desigual, ao mesmo tempo

³⁶ No limite, podemos dizer que todas as entrevistas realizadas foram coletivas, pois que, nas três ocasiões, terceiros entraram no diálogo, interferindo na conversa e até corroborando ou contestando as respostas das(os) entrevistadas(os). Eis uma peculiaridade de fazer pesquisa *in loco* com camadas populares.

em que questionam o *status quo* injusto, e também atuam pela sua transformação - a exemplo da organização entre as crianças nos protestos e manifestações. Quanto podemos aprender com suas palavras e práticas, quanto sou grato pela oportunidade de repensar minhas próprias atitudes, também adultocêntricas.

Por seu turno, esse processo de formação do coprotagonismo infantil, como constatado, se desenvolve a partir de duas práticas interligadas na vivência das crianças da Ocupação: brincar e lutar. Brincar, porque a prática de brincadeiras é uma característica fundante da infância; e lutar, porque a prática da participação política é arcabouço nos movimentos por moradia.

Entrevistador F: Quando "cê" vai "brinca", o que "cê" mais gosta de "brinca", aqui?

Criança Guarani: Joga bola.

Entrevistador F: Joga bola. Aonde? Nessa rua ou na outra?

Criança Guarani: Em "qualque" uma. Lá no campo, aqui, lá na "otra", lá em "baxo" do pé de manga.

Entrevistador F: E Além de joga bola, que mais?

Criança Guarani: Esconde-esconde, pega-pega.

(CRIANÇA GUARANI, 11 anos, 2019).

Nas falas e emoções expressas pelas crianças, pode-se verificar uma interligação entre os atos de lutar e brincar, que não se separam facilmente, como relatado a seguir, presentes tanto nos momentos mais tensos dos protestos, quanto nos momentos mais calmos do dia a dia da Ocupação, ambos intrínsecos à vida autêntica dos que crescem na GK.

Imagem 41: Crianças e bolinhas de gude

Fonte: Frederico Lopes, acervo próprio, 2019.

Aí a gente subiu. Aí nos viu que os “adulto” “começou” a “faze” barulho e nos “brincano”, aquele tanto de criança naquela praça lá, que “nois” tava “brincano”, aí “nois” subiu e foi “gritano” assim atravessando a rua e “parano” os “carro”, foi “gritano” e subindo lá pra cima. A gente sempre gostou, desde pequena a gente sempre gostou de “faze” manifestação” (CRIANÇA GUARANI, 12 anos, 2019).

Ao mesmo tempo em que lutam por seus direitos em protestos, as crianças da GK brincam, gritam e ocupam os espaços da cidade. E quando indagadas quanto ao porquê de gostarem de fazer manifestação desde pequenas, eis que uma das entrevistadas responde: “É uma coisa que dá “pro” “cê” expressar tudo aquilo que “cê” sente” (CRIANÇA GUARANI, 12 anos, 2019).

Imagem 42: Protesto em frente ao Fórum de Contagem (MG)



Fonte: facebook.com/OcupacaoGuaraniKaiowa/, 2014.

Na busca para expressar o que se sente, as crianças da Ocupação se valem da participação em brincadeiras e lutas, brincando ao mesmo tempo que lutando; não só pelo direito à moradia, mas pela autenticidade de se viver essa experiência transcendental, que é a própria infância.

Procurando palavras para dizer aquilo que sentia, a garota Guarani (2019, 12 anos) prossegue, descrevendo seu sentimento de revolta, e sua crítica à apatia por parte das(dos) moradoras(es) da GK.

Se eu te falar o dia que eu e ela "tava" revoltada que na manifestação tinha mais criança que adulto. Aí tinha assembleia, que toda vez tinha assembleia aqui a noite. Ai tinha assembleia, e "es" "pergunto" se eu queria fala, aí "num" queria "fala" não, ai "es" falo vem "fala". Ai todo mundo "falo" vem. Eu achei foi uma vergonha a manifestação, tinha mais criança. E eu pequinininha lá "falano" "falano". Tinha mais criança que adulto. As criança deixaram de ir pra escola pra vim pra "cá", enquanto uns e outro tava dentro de casa "fazeno" nada. Quer ter casa, mais "num" que lutar? (CRIANÇA GUARANI, 2019, 12 anos).

E a outra criança (13 anos, 2019), nesse diálogo, sentencia: “Ganhar casa de mão ‘bejada’ é fácil”. Nota-se que a compreensão da importância da luta para conquista dos direitos básicos é uma característica do processo de formação de se crescer em uma Ocupação, aprendendo, desde muito cedo, que nessa vida nada é dado, mas conquistado com muito esforço, questionando a facilidade das coisas vindas de “mão beijada”.

Imagem 43: Protesto na Cidade Administrativa



Fonte: facebook.com/OcupacaoGuaraniKaiowa/, 2018.

Criança Guarani: Eu participei “tamem”, 3 “veis” na assembleia. É bom.

Entrevistador F: Porque é bom?

Criança Guarani: A, causa eu vi “tamem” né? Da oração “tamem” que “eis” “faiz” “tamem” é boa. É, as coisa que “es” fala “tamem” aqui, “tamem” é boa.

Entrevistador F: E quando “cê” participa, “cê” participa só escutando ou “cê” fala também?

Criança Guarani: Só “escutano” “mermo”, tenho coragem de “fala” não.

Entrevistador F: Porque que não tem coragem de falar?
 Criança Guarani: Não, tem vergonha. Vergonha não. Eu tenho coragem de fala. Mais é, eu "num" peço "tamem" não. Se "es" me chama eu falo.
 Entrevistador F: "Cê" acha importante...
 Criança Guarani: É importante.
 Entrevistador F: Por quê?
 Criança Guarani: Importante, importante por "causa" "pá" "nois" "oiá". Tem que ir né? "Pá" "num" sai, "escuta", "pá" invasão "num" sai, e nos fica no lugar... Não, tem "luga" de "nois" morar.
 (CRIANÇA GUARANI, 11 anos, 2019).

Muitas mobilizações e protestos foram levados a cabo pelas moradoras(es) e apoiadoras(es) da GK nesses seis anos de existência. Marchas até a Prefeitura de Contagem, ocupações de prédios públicos, protestos no centro de Belo Horizonte e na Cidade Administrativa do Governo de Minas Gerais, fechamentos de avenidas e rodovias, além das mobilizações nas audiências realizadas nos Fóruns. Em todas formas de mobilizações, estavam presente com seus corpos e vozes, as Guaranis, crianças que crescem na luta pela moradia e reconhecimento da GK.

Entrevistador F: Vários protestos que teve aqui na GK, "cê" participou?
 Criança Guarani: De reunião?
 Entrevistador F: Os protestos, as "manifestação" em BH...
 Criança Guarani: Nunca fui.
 Entrevistador F: Por quê?
 Criança Guarani: Porque... eu fui só no dia quando eu fui, eu não fui daqui, eu fui lá da Guarani... não naquela invasão que saiu dali ó.
 Entrevistador F: Willian Rosa?
 Criança Guarani: Hahã. Não, caso que minha irmã morava lá, aí eu e minha mãe tinha que "i" né? "Pá" minha irmã, que "mora" lá em Neves".
 Entrevistador F: Mais "cê" falo que nunca foi em protesto. Aquele dia lá do fórum dentro do ônibus "cê" foi comigo.
 Criança Guarani: Hãhã?
 Entrevistador F: Aquele dia que nos "foi" lá pro fórum.
 Criança Guarani: Ahh... Aquele dia.
 Entrevistador F: Que nos "fico" filmando.
 Criança Guarani: Ah... Eu fui. Isso aí que é "manifestação"?
 Entrevistador F: É! O protesto.
 Criança Guarani: Eu fui.
 Entrevistador F: Então ... "cê" já foi em mais?
 Criança Guarani: Não, só em duas. Foi de lá e essa aí.
 Entrevistador F: Mais teve vários!
 Criança Guarani: Mais eu "num" fui não. Minha mãe "num" "dexa" não.
 Entrevistador F: Porque que ela "num" "dexa"?

Criança Guarani: Porque ela tem medo de da tiro de borracha. "Mai" no dia quando deu lá ó, deu um tiro de borracha, nenhum fico de "baxo", o "primero" saiu vazado. Minha mãe foi tão "esperta, ela "tava" em cima, aí ela "tava" "segurano" a "bandera", né? Aí ela é esperta, ela "solto" a "bandera" no chão e foi atrás do cara do caminhão. Nó, eu fui e corri lá "pá" "dento" do ônibus. Fique "quetinho" lá, "num" vi ninguém na hora que "paro" os "tiro". Ai né? Eu vi todo mundo agachado assim, ai os "policial" "deu" é spray assim de pimenta, aí os "menino" até "passo" mal.

Entrevistador F: "Pego" no "cê" o spray?

Criança Guarani: "Pego" no meu "oi" assim ó, ai depois eu fiquei assim ó, aí eu sai "andano". "Quais" que eu "bato" no poste.

(CRIANÇA GUARANI, 11 anos, 2019).

Neste relato acima, para além da profundidade dos detalhes da memória de luta, uma característica chama atenção, o garoto me devolve a pergunta: "Isso aí que é manifestação?". Posto que ele lê o mundo antes da palavra: a concretude semântica da luta pela terra já está posta diante de si. Ele pode ter dúvidas da caracterização do que é uma manifestação, mas tem muito claro em sua memória as experiências de violência e repressão que perpassam esses protestos.

Esses sujeitos aprendem desde a mais tenra idade que é vital para a vitória definitiva, a união e a organização política da Comunidade. Em março de 2017, por exemplo, um importante ato reuniu moradores de quatro Ocupações da cidade de Contagem: Povo Brasileiro, Willian Rosa, Marião, juntamente com a Guarani Kaiowá, a única que ainda persiste. Integrantes das quatro ocupações juntas, em grande parte crianças, saíram às ruas reivindicando o reconhecimento e a posse dos terrenos ocupados, com manifestação na porta da Prefeitura de Contagem. Na nota publicada³⁷, assim foi expresso o anseio coletivo:

Reivindicando o direito à cidade que não pode ser entendido somente como o direito ao usufruto dos espaços urbanos e seus serviços essenciais, mas como, sobretudo, o direito a transformá-lo à nossa maneira de ser, pensar e existir, as famílias das ocupações urbanas iniciaram a construção de bairros na cidade segundo suas necessidades e desejos mais sinceros.

³⁷ Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/04/17/ocupar-e-comemorar-4-anos-de-luta-na-ocupacao-guarani-kaiowa-em-contagem-mg/>. Acesso em abr. 2018.

O processo de coprotagonismo infantil na participação e organização das lutas também fica comprovado no conhecimento das músicas e palavras de ordem, cantadas nos protestos, como me foi relatado: “Nossa, eu sabia cantar todas as músicas, eu até esqueci” (CRIANÇA GUARANI, 2019, 12 anos). “Tem aquela lá da panela”, relembra a amiga (13 anos, 2019).

É assim: se quer ser coxinha, eu já vi essa novela, a treta é maior do que a globo pode até... que eles “que” cobrar, o cinderela, casa grande pira quando chega a favela. Vem “pra” luta, larga essa panela, a ocupação é nossa que se foda José Serra. Eles quer desafiar, não ‘tô’ entendendo, mexeu” com... esqueci... mexeu com a ocupação a coisa vai ‘fica’ ‘ferveno’ (CRIANÇA GUARANI, 2019, 12 anos).

Músicas, palavras de ordem, bandeiras, brincadeiras e manifestações, as crianças GK se apropriam dos espaços e tempos de participação, constituindo-se como sujeitos, porém, sem perder de vista a condição infantil, lutando e brincando. Brincadeiras nos protestos, protestando o direito de brincar.

No Brasil, um caminho aberto para a compreensão do papel das crianças dentro dos Movimentos Sociais são as pesquisas realizadas com os “sem-terrinha”, as crianças do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Luciana Oliveira Correia (2004, p 37) analisa “Os Filhos da Luta pela Terra”, destacando que “a dinâmica da luta é parte integrante da experiência infantil de cada uma daquelas crianças[...], e também entendê-las como sujeitos ativos da história do MST”. Edna Araújo Rosseto (2009, p. 95), busca, na prática da Ciranda, a compreensão para a formação educativa das crianças do MST, afirmando que “nesse espaço, as crianças sem-terra constroem as relações entre si, com as pessoas adultas e com a comunidade. Aprendem a viver coletivamente”. Quer dizer, como defende Márcia Mara Ramos (2016, p. 26), que investiga a relação entre o trabalho e a educação na constituição da infância do Movimento, as Jornadas dos Sem Terrinhas possibilitam a “organização infantil a partir da realidade concreta da luta do MST, criando uma organização para além do processo institucional da escola”.

Os estudos que objetivam a compreensão de Movimentos Sociais a partir da vivência infantil ainda são restritos, destacando-se os estudos voltados para o MST. Contudo, é preciso ampliar o leque de Movimentos a serem estudados a partir da perspectiva de participação das crianças. Tal como realizado nessa empreitada de investigação da GK, é necessário transpor obstáculos advindos da visão hegemônica da criança como ser incompleto, bloqueando seu reconhecimento político e social.

Além disso, necessário salientar que, como o próprio nome já diz, Movimento é algo em transformação contínua, o que dificulta, inclusive, o processo de análise, correndo sempre o risco de perenizar uma realidade em permanente mudança. Dessa maneira, constata-se que o envolvimento das crianças não é estanque, sendo também marcado por alguns momentos de maior engajamento, e outros de afastamento, de acordo com a dinâmica da família, do trabalho, da escola e de tantas outras coisas que envolvem suas vidas. O próprio afastamento, por exemplo, notamos na narrativa de uma das crianças entrevistadas: “Hoje eu me calei um pouco. Quebrei muito a cara. Eu fui “falano”, fui “falano”, fui “falano” e os outros “achava” que eu queria ser melhor que as pessoas. Aí eu parei” (CRIANÇA GUARANI, 12 ANOS, 2019).

O fato de serem coprotagonistas, lideranças infantis, muito falantes e atuantes, gera também incômodos no interior da Comunidade, desafios que todo lugar de destaque apresenta. Ao buscarmos entender o processo de formação desses sujeitos crianças, buscamos o entendimento do processo participativo na organização da Ocupação, analisando o coprotagonismo infantil ali presente, mesmo que esse não seja estático, mas uma manifestação de diferentes maneiras e intensidades no decorrer do tempo e do espaço.

Criança Guarani (12 anos): Hum meu “fi”, “nois” fazia nó ...

Criança Guarani (13 anos): Eu tenho a blusa até hoje, que fazia pra manifestação, era um por todos. Até hoje. Eu guardo tudo.

Criança Guarani (12 anos): É ... “Nois” por “nois”. Era “Num” era? “Nois” por “nois” a “brusa”.

Criança Guarani (13 anos): Acho que era. Eu era pequinininha, a “brusa” era pequinininha assim.

Criança Guarani (12 anos): A gente ia “pra” manifestação Colocava era fogo.

Criança Guarani (13 anos): Ô saudade!

Criança Guarani (12 anos): Nós “coloco” era 5 mil pessoas naquele centro.
(CRIANÇAS GUARANIS, 12 e 13 anos, 2019).

Um aspecto identificado na fala de todas três crianças entrevistadas é o saudosismo. Existe uma espécie de saudade do início da GK, os primórdios, o começo da organização do Movimento. Tanto nos momentos de brincar quanto nos de lutar: “antes que era bom”. Processo semelhante ocorre na transformação da coletividade radical do Acampamento do MST, que se desfaz pouco a pouco com a titulação familiar dos terrenos no Assentamento.

Menino, e “nois” brincava de esconde-esconde nesse “trem” aqui e juntava um bolão de gente, brincava de esconde-esconde, era muito bom. A gente subia nessas “árvore” aí e hoje e “num” sei nem subir, “cê” acredita? (CRIANÇA GUARANI, 13 anos, 2019).

Criança Guarani: “Caus” eu gostei daqui, né? Na primeira “veis” era tudo bom. Antes “nois” brincava tudo, “nois” chamava um tanto de gente... brincava... Agora não, agora “nois” “num” “vê” nenhum “pra” “nois” “brinca” mais.

Entrevistador F: Por quê? Quê que aconteceu?

Criança Guarani: Hum... todo mundo “ino” embora daqui, embora não, né? “Sumino”. Antes todo mundo brincava. Rodriguinho tudo brincava. Todo mundo brincava. Rodriguinho, Vitor, Gabriel. Todo mundo vinha de “baxo” do Pé de manga. De lá do... O Erik lá em cima... Lá do campo. Tudo vinha aqui pra chama “nois” pra “brinca” de esconde-esconde. Agora ninguém “tá” “vino” aqui chama “nois”. Queria só que voltasse tudo de novo, mais “num” tem como.

Entrevistador F: Voltava o quê?

Criança Guarani: “Pá” “nois” tudo “brinca” aqui, mais “num” têm como (CRIANÇA GUARANI, 11 anos, 2019).

Uma saudade de um tempo que não volta mais, um “tempo que todo mundo brincava”, tempo que “a gente subia nessas árvores”, “todo mundo vinha debaixo do Pé de Manga”, “brincava de esconde-esconde”. Tempos de brincadeiras que vão diminuindo à medida que as crianças vão ficando mais velhas, momento que se aproxima a puberdade, essa fase mediadora entre a infância e a juventude, que gera transformações nos sujeitos, desde seu corpo interior, assim como suas relações exteriores com o mundo. E aqui não somente as brincadeiras são fatos de nostalgia, mas também a luta, a participação, a diversão dos protestos políticos, essa inter-relação entre os tempos de brincar e lutar.

Imagem 44: Zanga-burrinho



Fonte: Lara, EREA, 2018.

Entrevistador F: Que que "cê" acha que é a parte boa de "mora" aqui?

Criança Guarani (13 anos): "Num" sei nem te responder.

Entrevistador F: O que que era bom então?

Criança Guarani (13 anos): "Volta" com o cine clube, cinema, com os passeios.

Criança Guarani (12 anos): Os passeios todo mundo interagia.

Criança Guarani (13 anos): Cada um "lutano" por si mesmo.

Criança Guarani (12 anos): Volta a "tê" muita manifestação. Muita, muita, muita.

Criança Guarani (13 anos): Podia "num" dia só "tê" umas 500 "manifestação", um dia só.

Entrevistador F: Por que que é tão bom essas manifestações?

Criança Guarani (13 anos): Porque é bom ...

Criança Guarani (12 anos): Que que "cê" sente, "cê" expressa tudo, "num" guarda só pra você, "cê" mostra pra todo mundo o que "cê" "tá" sentindo. A gente gritava e falava. Poder, poder, poder! Pisa ligeiro, pisa ligeiro, se não pode com a formiga não assanha o formigueiro.

Criança Guarani (13 anos): A casa sai na marra.

Criança Guarani (12 anos): Com luta, com garra, a casa sai na marra! (CRIANÇAS GUARANI, 12 e 13 anos, 2019).

Imagem 45: Pula-Corda

Fonte: Crianças GK, 2018.

A comparação dos tempos atuais com os primórdios da organização do território – mesmo que a Comunidade tenha somente seis anos - demonstra uma alteração nas relações entre as pessoas. Por agora, “cada um lutando por si mesmo”, tentando sobreviver em um mundo competitivo, onde o sucesso ou fracasso, afirma o discurso hegemônico, depende do mérito individual. É preciso voltar com os “passeios”, onde “todo mundo interagia”, voltar com o cine clube, com o cinema, as diversões e possibilidades de acesso à arte, intensificando os laços entre as pessoas. De tal modo, que todos lutem por todos, “voltando a ter manifestações”, “quinzentas manifestações somente num dia”, para extravasar, “expressar tudo que está sentindo”, colocar o “bloco na rua, botar pra ferver”, enfim, viver. Não deixar morrer esse elemento extraordinário da Ocupação como festa lefebvrea, em um cotidiano aberto de significações.

Esse saudosismo de um passado recente não se manifesta somente nas crianças, mas também nos adultos, sempre presente nos relatos e nas conversas realizadas na Ocupação. Além de ser uma característica da GK, a saudade voltada para os primeiros momentos do Movimento, parece fazer parte, de um modo geral, de um aspecto fundante do processo de luta pela terra e moradia, sendo relatado, também, pelas(os) moradoras(es) de outras Ocupações, e, ainda, de Assentamentos do MST. Porém, o que provoca esse sentimento?

Entrevistador F: Todo mundo que eu pergunto, que eu entrevisto, fala isso, que no começo era bom ...

Criança Guarani (13 anos): Mais era bom, agora tem, agora aqui tá "tão" chato. A maioria "tá" "quereno" "i" embora...

Entrevistador F: Mais eu "num" consigo "compreende" porque agora que "tá" mais estruturado, era "pra" ser "melho" agora.

Criança Guarani (13 anos): Não.

Criança Guarani (12 anos): Não, agora que "tá" "ficano" mais chato.

Entrevistado (12 anos): Antigamente, um precisava um ajudava o outro, agora se "precisa" um "ferra" o outro.

Criança Guarani (13 anos): Agora meu "fi" ... Muito "avacaiado".

Entrevistador F: E porque que "cês" acham que mudou assim ... "tão" repentinamente?

Criança Guarani (13 anos): Só porque o povo construiu a casa parece que "fico" rico. Aí fecha a cara "pra" gente do nada.

(CRIANÇAS GUARANI, 12 e 13 anos, 2019).

Temos aqui um paradoxo, uma aparente contradição, que, para ser compreendida, precisa ser avaliada: 1) conquistar a reivindicação requerida, que, no caso da GK, é a moradia própria; 2) e, a partir desse momento, enfraquecer a mobilização. Por que se abrandam com o tempo relações de participação coletiva?

O que ocorre, como explicado pelas crianças entrevistadas, é o desenvolvimento de um individualismo, a partir do momento que se constrói a casa. Ou seja, quando relativamente afastado o risco de despejo e alcançada uma maior segurança com o passar do tempo, decide-se por erguer paredes e muros de tijolos e concreto, melhorando a estrutura, passando de barraco para casa, sobrepondo a segurança do lar à sociabilidade da rua. E, aqui, reside o fato de ser privilegiado o espaço privado da casa, em detrimento do espaço coletivo da rua e da Praça.

No mesmo sentido, podemos elencar como fator de mobilização o processo judicial, que para ser vitorioso necessita de participação intensa das(os) moradoras(es). Sair vitorioso da disputa judicial, ou estar próximo disso, é, nesse sentido, o objetivo final da Ocupação, não necessitando, para muitas(os), de mobilização após a concretização da regularização da propriedade. Deste modo que o MST evita individualizar o registro dos lotes nos Assentamentos regularizados, procurando impedir uma desmobilização. Notório é o esclarecimento do professor e advogado Fábio Alves dos Santos, sobre sua atuação na Comunidade Padre Dionísio, atualmente um bairro popular localizado em Contagem:

Veja o Padre Dionísio, ganhei. Hoje deve ter umas quinhentas famílias. Comunicar a vitória deles no Direito, hoje, seria comunicar a minha derrota, porque no dia seguinte não conseguia mais reunir cinco pessoas, os muros levantavam altos nas casas (SANTOS, 2013 *apud* LOURENÇO, 2014, p. 88).

O objetivo das(os) militantes e apoiadoras(es) é aumentar a mobilização, usando a luta por moradia como trampolim para angariar mudanças sociais mais extensas, extrapolando as demandas locais para buscar transformações profundas na ordem social, entretanto, vale perguntar, é o que querem também as(os) moradoras(es)?

A questão se apresenta através do afrouxamento dos laços comunitários, com uma desmobilização social à medida que o risco de despejo se afasta e a vitória judicial se aproxima, contudo, a questão é contraditória, própria dos Movimentos que lutam pela terra e moradia, e para melhor esclarecimento, precisa-se de mais espaço e profundidade na discussão, fato que será retomado no capítulo seis, nomeadamente “À Sombra desta Mangueira”.

Voltando à análise do coprotagonismo das crianças dentro da Ocupação, foco central deste estudo, apresentamos na segunda etapa desse capítulo os tempos de trabalho e de educação, completando os tempos de brincadeiras e lutas, no processo de constituição das infâncias GK.

4.2 Tempos de trabalhar, Tempos de estudar³⁸

*De madrugada
Ele menino, acorda cedo
Tentando encontrar
Um pouco prá poder viver até crescer
E a vida melhorar
Compra laranja, laranja, laranja, doutor
Ainda dou uma de quebra pro senhor!*
Geraldo Vandré, Menino das Laranjas.

Imagem 46: Mãos na enxada



Fonte: facebook.com/OcupacaoGuaraniKaiowa/, 2014.

Nesse trabalho, buscamos evidenciar o coprotagonismo infantil presente na organização da Ocupação Guarani Kaiowá, processo esse que se expressa nas brincadeiras e lutas levadas a cabo cotidianamente pelas crianças GK. Contudo, duas outras atividades são basilares da participação

³⁸ Este capítulo foi escrito com a contribuição do Mestre em Educação, Lucas Ramos Martins, a sensibilidade da pedagogia para compreensão da condição infantil.

Guarani na Ocupação, são elas: trabalhar e estudar. O coprotagonismo infantil presente na GK, deste modo, não se apresenta somente nas práticas de brincadeiras e de participação política, ele se faz presente na própria produção social do espaço, através do trabalho de construção das moradas e demais infraestruturas necessárias, aporte financeiro na renda familiar e contribuição de organização comunitária, gerando processos, a partir desses trabalhos, de produção educativa e geração de saberes.

Relembro um acontecimento que me marcou, em uma das primeiras vezes que visitava a Ocupação, por volta de 2014. Estava marcado uma atividade de limpeza e plantação de mudas na Área Verde. Levei algumas mudas de árvores frutíferas, como Caqui e Castanha do Pará, para plantarmos na GK. Chegando lá, numa tarde ensolarada, entrei timidamente no terreno, passando pelas ruas, procurando algum conhecido. Logo fui convidado para um churrasco, no quintal de uma casa enfumaçada, mesmo sem conhecer ninguém entrei, tamanha a hospitalidade. Ali, já perguntaram sobre o que era as mudas, e quando disse que era pé de Caqui e Castanha do Pará, se animaram, perguntando se eu estava vendendo ou doando. O fato é que as(os) moradoras(es) adoram mudas frutíferas, provavelmente para aumentar a segurança alimentar, quando as árvores estiverem crescidas e gerando frutos. Pois bem, entre os presentes distribuí as mudas, poucas, devia ter umas três ou quatro, e foram logo chamando uma criança Guarani para buscar a enxada para plantarmos no quintal. Diziam que era melhor plantar dentro do quintal, pois na Área Verde ninguém cuidava. Quando chegou a enxada, fui me mostrar ativo, para cavar a cova que iríamos transplantar. A verdade é que, eu, um jovem estudante universitário, não levava jeito para a coisa, batendo com imprecisão a enxada no chão. Os presentes, bem-humorados, tomando cerveja e comendo churrasco, olhavam a cena com atenção. Ao passo, que a criança, de uns 8 anos aproximadamente, perdeu a paciência, tirando a ferramenta da minha mão, e exclamando: "é assim que faz!". Neste momento tive uma aula de como manusear a enxada, cavar o buraco e replantar a muda. Nunca me esqueci

da cena, e sempre gostei de contá-la para as pessoas, demonstrando como as crianças GK são sabidas, ligeiras, muito eficientes em determinados tipos de atividades.

O que quero chamar atenção com este "causo", é que o trabalho se apresenta como estrutura fundante da condição infantil GK. Para além da proibição do trabalho infantil, instituído juridicamente a partir do paradigma da proteção integral da infância, temos no mundo, no Brasil e na Ocupação um conjunto de crianças trabalhadoras. E aqui, cabe uma problematização, e um cuidado, que precisa ser bem entendido, pois não estamos a defender a exploração do trabalho infantil, mas, sobretudo, tentando compreender os arcaísmos da condição infantil presentes na Ocupação. E como pude perceber, trabalhar e estudar, neste sentido, são essenciais.

Imagem 47: Crianças trabalhadoras



Fonte: facebook.com/OcupacaoGuaraniKaiowa/, 2014.

Entrevistador F: E quando “cês” vieram “mora” aqui, vieram direto pra esse lote?
 Criança Guarani (11 anos): É o “mermo” lote? É o “mermo” lote!
 Entrevistador F: E “cê” ajudo a construí a casa?
 Criança Guarani (11 anos): Eu queria, mais “es” “num” queria “dexa”.
 Mãe Kaiowá: Ele ajudo sim, ele ajudo.
 Criança Guarani (11 anos): Eu ajudei, mais “es” ...
 Mãe Kaiowá: Ele ajudo a faze os “alicece”, a carrega tijolo, areia...
 Criança Guarani (11 anos): Ajudei, mais no dia que seu Mauricio falou assim que eu “num” “podia” “faze” ...
 Mãe Kaiowá: Foi o seu Maurice não, foi seu Lauro.
 Criança Guarani (11 anos): É. Ai eu parei e “num” fiz mais.
 Mãe Kaiowá: Ai ele “num” deixo o “cê”, era muito “piquininho”.
 Entrevistador F: Porque “cê” lembra uma vez... Que eu trouxe umas “muda” pra “planta” aqui?
 Criança Guarani (11 anos): Hahã...
 Entrevistador F: E “cê” “pego” a enxada e “planto” a “muda” ali na porta da sua casa?
 Mãe Kaiowá: Eu alembro quando “cê” ...
 Criança Guarani (11 anos): Ela “tá” por “baxo” ali ó. “tá” por “baxo”.
 Entrevistador F: E porque que ... “cê” acha que ele “num” deixo “cê” participa... “ajuda” na construção?
 Criança Guarani (11 anos): Não, “causa” eu era “mó” “piqueno”, eu era “piqueno” ainda. Sei não... Nem lembro mais.
 (CRIANÇA GUARANI, 11 anos, MÃE KAIOWÁ, 2019).

Cussiánovich (2018, p. 225), nos alerta, “não somos contra ou a favor de crianças trabalharem[...]. É preciso assumir uma valoração crítica do trabalho”. Mas o que seria essa valoração crítica do trabalho? Nas palavras do professor do ensino primário peruano, como gosta de ser apresentado, Cussiánovich (*ibdem*) afirma que é preciso, primeiramente, “valorizar a pessoa que é capaz de trabalhar para caminhar para frente junto com sua família”; segundo, ser críticos, “não perder de vista o que existe detrás desse menino que está trabalhando, e que sentindo lhe assina o seu labor”. Por fim, ele adverte, “o fenômeno é complexo, portanto, a análise também precisa ser complexa” (*ibdem*).

A análise conceitual necessária de ser feita é em torno do conceito de trabalho infantil. O Manual da Organização Internacional do Trabalho (OIT) dizia que “o trabalho deixava as crianças crescerem retardadas” (SAMPERTEGUI, 2018, p. 243). Tirando trabalhos exaustivos, com periculosidade, ou exploratórios, as crianças não crescerão retardadas se desenvolverem atividades laborativas, pelo contrário, o que os movimentos organizados de

meninas e meninos da América Latina chamam atenção, é para a contribuição do caráter formativo do trabalho. A constituição da infância na modernidade, levou à uma demonização do termo trabalho infantil, devendo este ser combativo a qualquer custo.

Uma maneira de questionar o conceito de trabalho infantil, levado a cabo pelos movimentos de meninos e meninas organizados, é falar em "crianças trabalhadoras", e não de "trabalho infantil". "Aí muda as coisas, porque falamos de pessoas, com direitos. A infância trabalhadora, os meninos, meninas e adolescentes trabalhadores", afirma Yim Sampertegui (2018, p. 246), ex-liderança da sede Central do Movimento de Meninos, Meninas e Adolescentes Trabalhadores Organizados do Peru (MNNATSOP), "são aqueles que aportam a economia familiar (muito, pouco, não importa...aportam), sem serem explorados". Aqui estamos diante de uma problematização que não conseguimos dar solução, por conta do tempo e espaço, pois daria outro estudo: existe trabalho na sociabilidade do capital que não seja explorador? Para pôr fim à exploração do trabalho infantil, não teríamos que extinguir toda a exploração do trabalho humano? Em outros termos: se todo trabalho infantil, sem qualquer distinção, sem determinação mais precisa, for considerado exploratório, não seria exploratório todo trabalho humano? É preciso destacar a diferenciação existente em torno do termo trabalho, enquanto categoria genérica, de trabalho enquanto categoria determinada. Fernando Conde Veiga (2016, p. 163), geógrafo estudioso do trabalho assim define a distinção:

O simples termo *trabalho* já recebe um desenvolvimento na forma de uma categoria *genérica* (trabalho que se exterioriza em algo, cujo resultado vai além da corporeidade do trabalhador; trabalho que se objetiva em algo, cujo resultado é um objeto especificamente relacionado com o sujeito), de um lado, e, de outro, na forma de uma categoria *determinada* (trabalho que mantém uma relação *alienada* e *estranha*, de um poder *independente*, com produto no qual se exteriorizou a ação do sujeito e se especificou uma forma objetivada de sua subjetividade produtora).

Deste modo, nem todo trabalho realizado por crianças é alienante, voltado para a reprodução do mais-valor. As próprias crianças trabalhadoras advertem, é preciso distinção, já que, a exploração infantil deve ser

combatida, não as crianças trabalhadoras, como ocorre com algumas campanhas higienistas contrárias aos vendedores de balas mirins, tão presentes nos sinais das capitais brasileiras, que sofrem repressão por parte dos aparatos policiais. Assim, adverte Sampertegui (2018, p. 253), “nós meninos trabalhadores não somos o problema, somos parte da solução”.

Criança Guarani: Eu fiz um balanço... eu e o Ramon. “Cê” viu o balanço lá de corda?

Entrevistador F: Não.

Criança Guarani: “Cê” “num” foi lá não?

Entrevistador F: Não... eu vim direto pra sua casa.

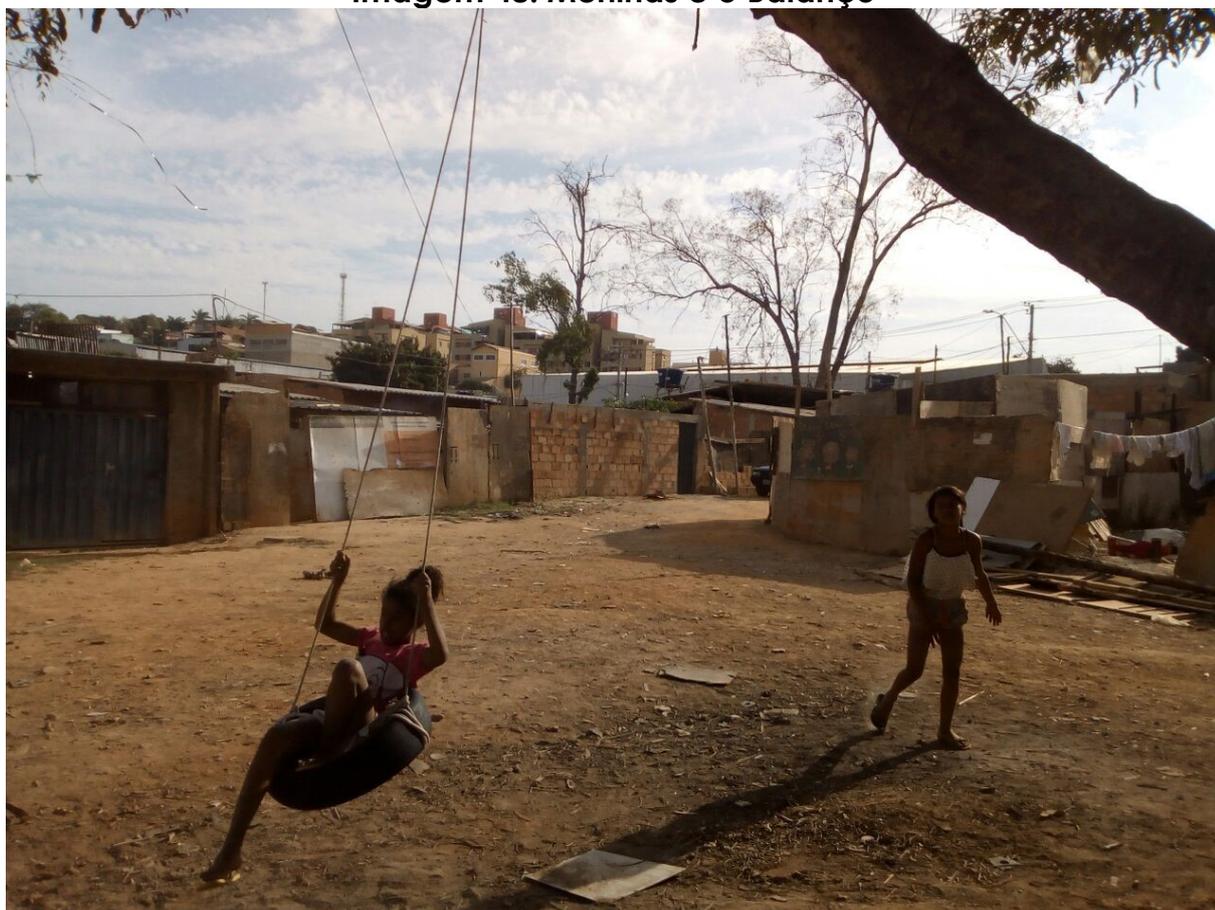
Criança Guarani: Lá tem um balanço de corda que eu fiz... eu e o Ramon.

Entrevistador F: Que dia?

Criança Guarani: Foi segunda feira, eu e ele “feiz”. “Nois” “pego” o outro pedaço de corda. Ai... sabe aquela corda que eu tinha? Ai eu fiz lá. Ai “pego” e “imendo” na “outra” e “feis”.

(CRIANÇA GUARANI, 11 anos, 2019).

Imagem 48: Meninas e o Balanço



Fonte: Frederico Lopes, acervo próprio, 2017.

As crianças se apropriam do território, realizando trabalhos para poderem se divertir e viver, como a ajuda na edificação dos barracos ou a construção do balanço no Pé de Manga, visto que, lembrando Chico Science: "Diversão é coisa séria". Entretanto, ao contrário da diversão, nossa condição contemporânea de infância abomina, pelo menos na jurisdição, o trabalho infantil, onde lugar de criança é somente brincando e estudando, jamais trabalhando. Assim, se constitui um paradigma de proteção integral da infância, modelo que veio se constituindo ao largo da história, institucionalizado pela Convenção Internacional sobre Direitos das Crianças.

No Brasil, um ano após a ratificação da Convenção, em 1989, nossa legislação definiu, através do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), promulgado pela Lei 8069, no ano de 1990, que criança é "a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos" (ECA, 1990, Art. 2º).

Contudo, questiona-se essa definição do que é ser criança somente a partir da faixa etária, reconhecendo uma multiplicidade de experiências infantis, pois a questão é mais complexa, relacionando-se com um constructo social, já que tal como apontado nos estudos realizados por Correia (2004, p. 27), uma das "novidades [...] é que o recorte etário para a escolha dos sujeitos que estavam 'na minha cabeça' não existia no mundo das crianças: o critério etário não era limite para a criação das redes de sociabilidade infantil."

Assim, somente a partir da classificação etária estabelecida pelo ECA, poder-se-ia questionar a autenticidade infantil das crianças entrevistadas nesse estudo (uma de onze, outra de doze e a terceira de treze anos de idade, no período do primeiro trimestre de 2019). Entretanto, para além do que está instituído pela ONU e pelo ECA, temos processos infantis distintos em diversas partes do mundo, sendo difícil caracterizar exclusivamente o que é ser criança, ou qual a conceituação única do que é um sujeito infantil. As concepções e denominações sobre o ser criança se estruturaram a partir das múltiplas experiências concretas e historicamente situada a cada criança,

considerada na contemporaneidade como ator social, sujeito de direitos e produtora de cultura.

Aliada a noção de criança, soma-se o conceito de infância que se configura como categoria conceitual e abstrata pela qual se busca pensar todas as crianças como conjunto. Porém, como salienta Jenks (2002), a infância não correspondente a uma categoria natural, única e universal, sendo, pois, uma construção social.

Tal construção foi atravessada por percursos históricos que permitem hoje, apesar de todas limitações, o relativo reconhecimento desses sujeitos enquanto produtores de trabalhos, saberes, cultura e detentores de direitos. Isso significa que só é possível pensar as crianças da Ocupação Guarani Kaiowá enquanto coprotagonistas das várias relações constituídas nesse espaço a partir de uma (re)significação do sujeito criança e sua experiência de infância.

Assim, dois apontamentos devem ser feitos: primeiro, ao iniciar o trabalho de campo desta investigação, ambas, as três crianças Guaranis entrevistadas, detinham menos de doze anos (nove, dez e onze, respectivamente), o que corresponderia à classificação etária de crianças pelo ECA. Segundo, e mais importante, estamos falando de sujeitos que borram a linearidade estabelecida pela jurisdição homogeneizante, complexificando a definição do que é ser criança, a partir da vivência de se crescer em uma Ocupação, com processos de trabalho, estudo, lutas e brincadeiras. Por fim, vale apresentar a definição realizada pelas próprias entrevistadas, ao responderem a indagação de quem elas são:

Entrevistador F: E vocês se consideram crianças?

Criança Guarani (13 anos): Huhum.

Criança Guarani (12 anos): Eu mais ou menos.

Entrevistador F: "Cê" considera o que?

Criança Guarani (13 anos): A no momento é bom.

Criança Guarani (12 anos): Eu "tô" me considerando uma mudança, tipo uma mudança, não aquilo que eu era antes. Ou, eu todas as reuniões eu queria "participa". Todas, todas, todas.

Criança Guarani (13 anos): Eu nunca faltei nenhuma manifestação.

(CRIANÇAS GUARANI, 12 e 13 anos, 2019).

Entrevistador F: E como que é ... "cê" se considera criança?
 Criança Guarani: Huhum!
 Criança Guarani: Eu sou criança.
 Entrevistador F: E "cê" acha que "cê" é uma liderança das crianças aqui?
 Mãe Kaiowá: Tchau! Vai com Deus.
 Criança Guarani: Não, acho não.
 Entrevistador F: Por quê?
 Criança Guarani: Porque não.
 Mãe Kaiowá: Ele "num" "tá" "entendeno" o que que "cê" "tá" "falano".
 Criança Guarani: Joga fora neném. Joga!
 Mãe Kaiowá: Posso responder pra ele? Assim, "ocê" "pergunto" pra ele, se ele sente-se criança, e ele respondeu sim, só que nesse meio assim que sinto, ai "cê" falou liderança, tipo assim eu acho ele meio diferente porque ele não gosta muito de "brinca", o negócio dele é "trabaiá". É vender, é vender a balinha, é catar um ferro "veio" ali. (CRIANÇA GUARANI, 11 anos e MÃE KAIOWÁ, 2019).

Nos relatos ficam expressos a afirmativa de se considerarem crianças, tanto a Guarani de treze, quanto o de onze anos, explicitam que sim, através de um "huhum", sua autoafirmação infantil. Somente a entrevistada de doze anos diz "mais ou menos", afirmando estar em uma fase de transição, pois "está sentindo uma mudança", estando aqui, ao mesmo tempo que lá.

Aqui reside o fato de que as(os) três Guaranis entrevistadas(os) afirmaram trabalhar cotidianamente, mesmo sendo sujeitos infantis. Desde modo, as crianças realizam trabalhos no interior da Comunidade, entretanto, uma visão de trabalho para além da negatividade do trabalho infantil exploratório, mas um trabalho que tem possibilidades de potencializar a formação, mesmo dentro de um sistema de produção do capital.

Entrevistador F: E aqui ... além de estudar, que mais que "cês" "faz"?
 Criança Guarani (13 anos): Olho minha irmã.
 Criança Guarani (13 anos): Trabalho de leva menino na escola.
 Entrevistador F: E "ocê"?
 Criança Guarani (12 anos): Eu trabalho olhando os meninos da vizinha.
 Entrevistador F: Todo dia?
 Criança Guarani (13 anos): Dia sim dia não né?
 Criança Guarani (12 anos): Peraí... Um dia sim o outro não.
 Entrevistador F: Levar menina na escola, olhar menino pequeno, que mais?
 Criança Guarani (13 anos): Olho minha irmã, arrumo casa.
 Entrevistador F: Todo dia "cê" arruma casa?
 Criança Guarani (12 anos): Eu também, eu sou "escravinha".
 Criança Guarani (13 anos): Se eu "num" arruma fica bagunçado.
 Moradora Kaiowá: Mentira! Mentira! Olha pro "cê" "vê" que entrevista mais falsa.

Criança Guarani (12 anos): Eu não arrumo casa não?
Moradora Kaiowá: Eu desminto tudo! Tá "gravano" moço?
Criança Guarani (12 anos): Eu não arrumo casa?
Moradora Kaiowá: "Ocê" arruma de vez enquanto.
Criança Guarani (12 anos): Sua ...
(CRIANÇAS GUARANI, 12 e 13 anos, MORADORA KAIOWÁ, 2019).

Os trabalhos desenvolvidos pelas crianças que mais aparecem nos relatos são: olhar irmãos mais novos, levar e buscar outras crianças na escola, limpar casa, vender bala, catar latinha. A questão é complexa e precisamos examinar: nas sociedades de classes o trabalho se apresenta preponderantemente alienador e degradante, sobretudo na classe trabalhadora, que, não possuindo outros meios, vive e sobrevive do seu trabalho. E o trabalho realizado pelas crianças GK? Obviamente também se insere numa lógica de reprodução do capital, muito mais exploratório do que emancipador, mas ainda assim, como adverte Frigotto e Ciavatta (2012, p. 750) o trabalho "não é pura negatividade pelo fato de que nenhuma relação de exploração até o presente conseguiu anular a capacidade humana de criar e de buscar a superação da exploração". Assim, as atividades laborativas das crianças Guarani também podem contribuir para a humanização, se tomada as devidas precauções da especificidade etária, podem proporcionar uma educação prática, a partir de aprendizados que se constituem no próprio fazer, levando os sujeitos infantis a refletirem sobre suas próprias realidades materiais, encontrando lacunas para a sua superação, como por exemplo, contribuir no trabalho de organização da própria Ocupação.

Vale lembrar que nas Ocupações, como afirmado por Santos (2016, p. 56), a infraestrutura toda é feita por meio da autoconstrução (saneamento, captação de água, energia elétrica, calçamento, edificações, brinquedos etc.), onde "essa prática consolida modos de vida urbana tanto na escala individual, envolvendo conhecimento, afetos, recursos, quanto na escala coletiva, num processo de lutas e busca por reconhecimento", processos que se constituem com a presença e participação direta de meninas e meninos. Aqui reside a distinção entre as infâncias proletárias e as infâncias burguesas:

a garantia do ócio, que nas primeiras não se efetiva com facilidade, por conta da necessidade do trabalho.

Criança Guarani (11 anos): Eu sempre gostei de “trabaiá”.
 Entrevistador F: Por quê?
 Criança Guarani (11 anos): Porque sim. (Choro de criança ao fundo).
 Entrevistador F: A maioria das crianças “num” gosta de “trabalha” não.
 Criança Guarani (11 anos): Eu gosto.
 Entrevistador F: “Cê” sente feliz? Quem te “ajudo” a “pega” na enxada?
 Criança Guarani (11 anos): Meu pai.
 Entrevistador F: Seu pai morava aqui com “cê”?
 Criança Guarani (11 anos): Morava.
 Moradora Kaiowá: Bota o chinelo!
 Entrevistador F: E o que ele falava com “cê”?
 Moradora Kaiowá: Taca chinelo ali!
 Criança Guarani (11 anos): “Num” sei.
 Entrevistador F: Que mais que ele te “ensino”?
 Criança Guarani (11 anos): “Trabaiá”. Ele me “ensino” “trabaiá”. “Trabaiano”.
 Entrevistador F: Tipo o que “cê” aprendeu?
 Criança Guarani (11 anos): Cata ferro “veio”...
 Criança Guarani (11 anos): Capinar...
 (CRIANÇA GUARANI, 11 ANOS, MORADORA KAIOWÁ, 2019).

A não participação dos sujeitos infantis no trabalho de produção social do espaço da Ocupação, por si só, é impossível. O fato é, geralmente em Ocupações de terra e moradia, as crianças são um contingente geracional determinante, dividindo o posto com os cachorros, do modo que uma moradora da Ocupação Izidora afirmou: “O que mais tem é mulher, cachorro e menino. É as três coisas que mais dá em ocupação” (ISAÍAS, 2018, p. 66).

Na GK não poderia ser diferente, para além das mulheres e vira-latas, os dados, advindos dos questionários aplicados pelas(os) próprias(os) moradoras(es)³⁹, nos revelam que as crianças de zero a quatorze anos, somadas, formam um terço de toda Ocupação (33%). No gráfico apresentado a seguir, a partir de dados com algumas inconsistências, contudo relevante para o espectro censo-demográfico da GK (exceituando-

³⁹ Para a audiência de conciliação ocorrida em setembro de 2018, a juíza pediu um Censo das(os) moradoras(es) da GK, assim, um questionário semiestruturado foi montado pelos advogados populares e auto-aplicado pelas(os) moradoras(es), com coleta de dados de 551 pessoas no total, entre os dias 04 e 25 de agosto de 2018. Para fins de análise realizou-se uma tabulação dos dados no programa SPSS IBM, sob gestão de Cíntia de Barros Avelino, especialista em estatística, gerando gráficos de faixa etária, escolaridade, gênero e raça.

se um pequeno, mas impreciso, número de famílias que não responderam), constata-se as afirmações demográficas das(os) ocupantes:

Tabela 1: Faixa Idade

	Frequência	Porcentagem %	Porcentagem cumulativa
Válido 0 a 4 anos	69	12,5	12,5
5 a 9 anos	49	8,9	21,4
10 a 14 anos	64	11,6	33,0
15 a 19 anos	54	9,8	42,8
20 a 30 anos	130	23,6	66,4
31 a 40 anos	90	16,3	82,8
41 a 50 anos	47	8,5	91,3
51 a 60 anos	28	5,1	96,4
Acima de 61 anos	15	2,7	99,1
NI	5	0,9	100,0
Total	551	100,0	

Fonte: Censo Demográfico Ocupação Guarani Kaiowá, 2018, tabulação Cíntia Avelino, 2019

As frequências são a quantidade de pessoas que responderam dentro dessa faixa etária, formando uma porcentagem logo após, com uma porcentagem cumulativa na última coluna da direita. Deste modo, tem-se um terço do total da população, constituída nas três primeiras faixas etárias (0-14 anos), com um total de 182 pessoas nessas condições. À título de comparação, a soma das faixas etárias de 51 a 60 e acima de 61 anos, resulta em menos de 8% do total populacional. Isso demonstra a importância da representatividade infantil no processo de construção e organização da GK, em coparticipação com adultos e idosos.

E deste contingente de crianças, muitas desenvolvem trabalhos cotidianos na Ocupação (cuidados com os irmãos mais novos, limpeza da casa, contribuição na construção, catar latinha, vender bala, levar crianças nas escolas, babás, etc...) sobreveste as da faixa de 5 a 14 anos, pois não é de se esperar que quase um terço da população não contribua no processo

de autoconstrução da infraestrutura, geração de renda e de organização comunitária.

Entrevistador F: E esses trabalhos que “cês” “faz” de olhar criança ... “Cês” gosta de trabalhar?

Criança Guarani (12 anos): Hahãm.

Criança Guarani (13 anos): Hahãm.

Criança Guarani (13 anos): Eu gosto, melhor do que ficar atoa, tem nada pra “faze” aqui.

Criança Guarani (12 anos): Eu gosto de trabalhar, porque aí eu “num” dependo da minha mãe, porque a situação da minha mãe também “num” é fácil, ela tem que cuidar das “outra”. E todas as “menina” “vê” as “menina” usando “ropa” bonitinha vai querer usar também. Vê as “menina” tendo tudo do melhor, vai querer também. Aí a mãe não tem condições, “pá” “num” “joga” na “cara” da mãe, porque a mãe não tem culpa, é “melho” “ocê” “caça” o que “faze” “uai”.

Entrevistador F: Mais “cês” não são muito novas pra trabalhar?

Criança Guarani (13 anos): A, eu “num” acho não.

Criança Guarani (12 anos): Eu acho melhor começar cedo.

Entrevistador F: Porquê?

Criança Guarani (12 anos): Porque, ô, também, “cê” num fica só dependendo dos outros, escorar nos outros é fácil, tem que correr atrás do seu também.

(CRIANÇAS GUARANI, 12 e 13 anos, 2019).

Uma coisa básica, mas não revelada nas campanhas de extinção do trabalho infantil, é que “os meninos da classe trabalhadora são trabalhadores porque pertencem a classe que não detém os meios de produção” (SANTIAGO, 2018, p. 217). É inviável que os meninos e meninas da GK não trabalhassem, porquanto, o fato de pertencerem à um Movimento por moradia os impõe desde muito cedo no processo de autoconstrução arquitetônica, organização comunitária, necessidade econômica e resistência política. Não há outra saída para as crianças filhas da luta pela terra e moradia.

Marx e Engels (1998, p. 28), em 1848, mais de cento e setenta anos atrás, já demandavam, no Manifesto do Partido Comunista, uma “educação pública e gratuita para todas as crianças e supressão do trabalho fabril de crianças, tal como praticado hoje[...]”. Ou seja, mesmo condenando a exploração da mão de obra infantil, praticada à revelia nas indústrias da época, os jovens comunistas, valorizavam o trabalho das crianças, pois que, “tal como praticado hoje” o trabalho deve ser abolido, mas numa outra

sociedade, sem um modo de produção voltado para o capital, o trabalho das crianças pode se relacionar com um projeto de formação pública e gratuita, emancipador e não mais exploratório.

Nos dias atuais, por sua vez, o que temos de hegemônico é um discurso, juntamente com esparsas ações políticas, de combate ao trabalho infantil. Entretanto, nos cabe perguntar, é possível acabar, através de legislação, com um processo social histórico de exploração da mão de obra trabalhadora, incluindo aí a mão de obra infantil? Longe de fazer apologia à exploração do trabalho infantil, políticas públicas para fiscalizá-lo e combatê-lo se fazem cada vez mais necessárias, mas é ingenuidade esperar que o sistema de produção capitalista não usufrua da mão de obra infantil, objetivando a redução dos custos de produção. Desde empresas familiares, passando por multinacionais, até em trabalhos cotidianos no campo ou na cidade, o trabalho realizado por crianças está presente.

Camila Siqueira (2018), geógrafa e doutora em educação, problematiza a questão, apresentando dois polos contraditórios que caracterizam a atividade do trabalho no mundo contemporâneo: humanizante e desumanizante

[...] há uma dupla caracterização do trabalho, que ao mesmo tempo que forma, que instrui, que nos faz seres humanos, nos desumaniza também, deformando pessoas no processo de trabalho alienado; e no sistema capitalista a luta de classes marca essa contradição, pois [...] as classes dominantes impõem uma educação *para* o trabalho alienante [...]. É completamente diferente uma educação *para* o trabalho, que visa adequação dos sujeitos à vida massacrante do processo produtivo e a educação que pensa o *trabalhador* e os seus anseios, sonhos, inquietações e angústias, e apresenta a possibilidade de transformar essa vida e esse mundo por mediações coletivas, a exemplo dos movimentos sociais (SIQUEIRA, 2018, p. 12).

O que a literatura majoritária sobre trabalho não informa, excetuando-se as contribuições mais críticas nos campos da sociologia do trabalho e da relação entre trabalho e educação, é que o trabalho é um processo social fundante da condição humana, e neste sentido é preciso lembrar que “o trabalho é uma atividade que desenvolve muitos aprendizados”

(SAMPERTEGUI, 2018, p. 253). Ou seja, o trabalho humaniza, inclusive as crianças, a exploração do trabalho infantil não, essa por sua vez, violenta a infância. “O termo trabalho infantil é tão enganoso, porque fala de exploração infantil e de trabalho de uma criança como se fosse a mesma coisa, sem distinções: uma coisa é o trabalho e outra é ser explorado”, relembra a jovem liderança do movimento de crianças trabalhadoras do Peru. A criança Guarani (11 anos, 2019), por sua vez, ao ser indagada na entrevista sobre suas atividades laborativas afirma: “Eu trabalho de catar ferro “veio”, eu gosto de vender bala, e é só isso. Vender bala e catar ferro “veio”. Eu conversei com “es”, eu vendo bala, “mar” na hora que dá meio dia eu venho embora. Ai eu tomo banho e venho “pá” escola.”

E aqui chegamos ao centro da questão: a relação entre trabalho e educação. Tratadas muitas vezes como antagônicas, trabalhar não exclui a possibilidade de estudar, pelo contrário, o trabalho também pode ser educação. Na perspectiva marxiana, o trabalho, desde a sua origem, é a condição básica para a vida humana, dado seu caráter ontológico, que vai criar o próprio ser humano, sua formação enquanto espécie.

Essa relação entre trabalho e educação vem sendo discutida no Brasil desde a década de 1980 com duas preocupações centrais, nos aponta a pesquisadora Kuenzer (1998, p. 55): compreender a pedagogia capitalista que se desenvolve nas relações sociais e produtivas, e, a partir dessa compreensão, examinar os espaços de contradição que tornam possível a construção de uma nova e contra-hegemônica perspectiva pedagógica, a pedagogia socialista. A educação na concepção socialista tem um escopo emancipatório e antagônico aos interesses do capital, enquanto no sistema capitalista a educação tem como princípio garantir a reprodução da ordem. Não excluindo por aí o embate dialético que ocorre entre as lacunas de ambas.

A fundamentação da produção na área partiu do arcabouço teórico marxista de relação entre trabalho e educação, levando em conta uma perspectiva do trabalho, de forma geral, “como uma categoria ontológica

de mediação fundamental nos processos de produção e reprodução social dos conhecimentos e também da própria vida humana" (SOUZA JÚNIOR, 2009, p. 138). Sendo assim, Frigotto (1998, p. 29) afirma que, "é pelo trabalho que a espécie humana se produz" e lembrando Marx adverte: "toda história mundial não é senão a produção do homem pelo trabalho humano" (FRIGOTTO, 1998, p. 29). A pesquisadora Kuenzer (1998, p. 55), por sua vez, apresenta a concepção de trabalho "enquanto práxis humana, material e não material, que objetiva a criação das condições de existência".

A partir destas concepções complementares passou-se a trabalhar com a categoria trabalho como princípio educativo, enquanto uma proposta pedagógica, nas palavras de Kuenzer (1998, p. 55), "determinada pelas bases materiais de produção em cada etapa de desenvolvimento das forças produtivas". Aranha e Dias (2009, p.126) apontam que o trabalho como princípio educativo tem como "pressuposto uma transformação e produção contínua do natural/social, permitindo um processo também contínuo de aprendizagem e de autotransformação do trabalhador".

Os pesquisadores Menezes e Brandão (2009, p. 186), vão além, buscando a ampliação do conceito de trabalho, ao apontar nos estudos sobre trabalho e educação no MST, uma aproximação com a "política, elaborando e ampliando o conceito de trabalho para o conceito de práxis, atando-o, também, aos laços orgânicos com a economia". Vale sublinhar, ainda, a diferenciação destacada por Justino Junior (2013, p. 49), entre o princípio educativo do trabalho e o trabalho como princípio educativo. O primeiro é categorizado como "a qualidade inerente à atividade vital – primeira das formas de objetivação humana, operada pelo ser social em intercâmbio com a natureza para a produção e reprodução da sua existência – de formar/transformar/educar, enfim tornar o ser social enquanto tal"; já por trabalho como princípio educativo o autor entende a "utilização da experiência do/no trabalho como fundamento de uma proposta pedagógica", contudo a afirmação da segunda categoria só é possível a partir da afirmação do princípio educativo do trabalho.

O foco no mundo do trabalho desenvolveu o conhecimento de processos sociais mais globais, ampliando o campo de busca da pedagogia, contudo se distanciou do mundo da educação, adverte-nos Kuenzer (1998, p. 73): "temos trabalhado com sociologia e economia sem fazer a articulação com a educação". Crítica semelhante é levantada por Arroyo (1998, p. 138), que defende um diálogo maior entre a produção da área de trabalho e educação com as diversas outras áreas que pensam a formação humana: "a teoria pedagógica se enriquece com a diversidade teórica e prática".

Aqui neste estudo, a partir do acúmulo na área, buscamos, mesmo com todas as limitações, um diálogo entre a relação trabalho e educação, juntamente com a condição infantil, salientando o trabalho de organização da GK como princípio educativo, no entanto, não somente o trabalho dos adultos, mas como formação humana desde também os sujeitos infantis. Posto que, nas palavras de Frigotto e Ciavatta (2012, p. 750), "na construção da sociedade, cabe interiorizar desde a infância o fato de que todo ser humano, enquanto ser da natureza e, ao mesmo tempo, distinto dela, não pode prescindir de retirar da natureza seus meios de vida", ou seja, o princípio ontológico do trabalho se apresenta ao ser humano, incluindo aí as crianças.

Deste modo, nossa concepção de educação é alargada muito além da escola - uma vez que, os problemas da educação não se esgotam na instituição escolar -, compreendendo processos educativos ao longo da vida; como nos saberes desenvolvidos no trabalho, a experiência adquirida nas lutas, os encontros e desencontros mundanos e espirituais, todas essas trocas que permeiam nossa contínua formação, como descrito pela Moradora Kaiowá:

Até mesmo "conversano" assim eu aprendi que "bateno" papo com uma pessoa assim, simples, "ocê" aprende alguma uma coisa, um "papim" assim tomando um cafezinho. Eu aprendi que todos os dias da sua vida "cê" aprende alguma coisa com alguém, e também ensina alguma coisa pra alguém. "Cê" aprende ao mesmo tempo "cê" ensina. [...] A vida da gente é um aprendizado muito grande, todos os dias (MORADORA KAIOWÁ, 55 anos, 2018).

Tal como afirmado por Paulo Freire, a educação germina no diálogo. Não obstante, como em Marx, a educação se constitui sob práticas sociais. A escola, nesse sentido, é uma instituição necessária para o processo educativo das pessoas, mas é somente um dos espaços formativos existentes, pois a nossa visão de educação é muito mais ampla, abrangendo diversas relações, sendo que, na totalidade, “a vida da gente é um aprendizado muito grande, todos os dias” (MORADORA KAIOWÁ, 2018).

Nas conversas e entrevistas realizadas com moradoras(es), inclusive as crianças, um dado fica evidente: a participação no movimento de Ocupação é um aspecto marcante na formação das pessoas. “A luta educa a gente”, me afirmou uma moradora Kaiowá.

Quando perguntei à outra moradora, o que ela tinha aprendido estando em uma Ocupação, eis que ela me respondeu: “Aí com isso aqui eu aprendi muita coisa [...] Por exemplo dos meus valores, os meus direitos, a força que eu tenho dentro de mim. “Tendeu”? Quando eu quero, de “lutar” e “consegui” as coisa, ‘tendeu’?” (MORADORA KAIOWÁ, 2018).

O que se constata nesses dois relatos, não é algo novo, mas interessa sobremaneira ser salientado, principalmente nos tempos que correm, “a luta educa a gente”, pois que as pessoas se educam, quer dizer, se humanizam e se constituem como sujeitos sociais, no próprio movimento de luta que desenvolvem. Lembrando Freire: “as pessoas se educam em comunhão”.

Uma moradora da Ocupação Eliana Silva, movimento presente na Região do Barreiro, em Belo Horizonte, assim respondeu, quando o geógrafo Leonardo Debossan de Oliveira (2018) lhe entrevistou acerca dos aprendizados conquistados na coordenação da Ocupação:

Na coordenação eu aprendi que ocupar não é crime né! Aprende a olhar tudo ali. Me desenvolveu muito como cidadã, como pessoa que precisa está votando, não simplesmente para ir lá e cumprir a sua obrigação, mas sim escolher representantes, está vendo se realmente ele está fazendo o trabalho dele da campanha (COORDENADORA ENTREVISTADA *apud* OLIVEIRA, 2018, p. 126).

Roseli Salete Caldart (2000), estudando as relações entre movimentos sociais e educação, afirmou, a partir das práticas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), a existência de uma pedagogia, germinada “no movimento de uma luta social; e [...] de que uma luta social é mais educativa, ou tem um peso formador maior, à medida que seus sujeitos conseguem entranhá-la no movimento da história”.

Uma criança Guarani (2019) entrevistada, com empolgação relata sua participação nos movimentos coletivos realizados pela Ocupação (como apontado com detalhes no primeiro tempo desse capítulo): “[...]‘Fazeno’ manifestação eles “viu” nossa empolgação, “nois” sambava, “nois” gritava [...]”. Apesar de reclamar da diminuição da intensidade dos protestos desde o início de organização da GK: “acho que tem uns 4 ou 5 ano que ‘es’ ‘num’ ‘faiz’ uma manifestação direito. A que ‘es’ ‘feiz’ passado ‘num’ foi aqueeeeeela manifestação. Ou, tinha prazer, minha mãe tinha prazer de deixar eu faltar de aula pra ir pra manifestação”.

O fato da mãe da criança entrevistada deixar ela faltar de aula para ir para a manifestação demonstra a importância da luta na constituição da infância que se desenvolve na GK. Longe de demonstrar irresponsabilidade, pelo fato de faltar de aula, essa atitude comprova o valor da participação política no processo formativo dos sujeitos da Ocupação, não restringindo a educação à escola.

É esta participação que humaniza as pessoas: primeiro no sentido de que devolve à vida social pessoas que estavam excluídas [...] e segundo, no sentido de que a pedagogia da luta educa para uma determinada postura diante da vida: *nada é impossível de mudar*, e quanto mais inconformada com o atual estado de coisas mais humana é a pessoa (CALDART, 2000, p. 11).

Como afirma Caldart (2000), assim como constatamos na GK, o trabalho educa, as brincadeiras educam, a participação política educa, enfim, a luta educa. E além, as crianças não somente são educadas (na escola, na família, na Ocupação), mas de fato também educam. Digo isso, porque ocorre no interior da GK uma troca de saberes intensa, seja entre

as(os) moradoras(es), crianças e adultos, seja através de apoiadoras(es) externos.

Um acontecimento importante foi a realização de um trabalho de campo dentro da programação do Encontro Regional de Estudantes de Arquitetura (EREA), ocorrido em setembro de 2018. Este trabalho de campo, reuniu na GK, por volta de trinta arquitetos em formação de todas as partes do Brasil, com o objetivo de realizarem uma vivência, por um dia, da realidade do local, assim como a realização de uma pequena intervenção – a construção de um parquinho, no Pé de Manga.

Pude participar da mediação e contribuir na organização dessa vivência, juntamente com as idealizadoras Bárbara Tavares e Renata Segatto, as mesmas que participaram das oficinas de fotografia e filmagem com as crianças, no primeiro semestre de 2018. Fato que será apresentado no próximo capítulo, nomeado “Olhares Infantis”.

Na semana anterior ao encontro de arquitetos, realizou-se na Ocupação uma Assembleia especial, para combinar com as crianças a construção do parquinho e quais brinquedos elas desejavam ter embaixo da mangueira. Foi a primeira vez que vi ocorrer uma Assembleia infantil, voltada para as crianças, com o poder de fala delas, sendo o foco central suas demandas e desejos. A verdade é que, as crianças como boas sonhadoras, ao escutarem dos estudantes de arquitetura o projeto de construção do parquinho, começaram a pedir roda gigante, carrinho bate-bate, ou seja, brinquedos existentes em grandes parques, afinal, se é para construir um parquinho, que seja grandão.

Imagem 49: Assembleia das crianças

Fonte: Crianças GK, 2018.

No final, ficou decidido, entre o ideal e o real, a confecção de um balanço, de uma casa de bambu, uma amarelinha, um zanga-burrinho e um túnel de pneus (este último não se concretizou). Essa experiência me marcou, muito mais que os produtos finais desenvolvidos, mas o processo em si, desde a sua concepção, passando pelo planejamento junto às crianças, até o dia da vivência, com uma troca de saberes e uma preocupação em torná-las, desde o início, até o momento da culminância, em sujeitos coparticipantes, com espaço de fala, demanda e atuação.

No dia seis de setembro, uma manhã de primavera, um ônibus cheio de estudantes ávidos por conhecerem a Ocupação, desembarcou na entrada da GK, logo todos se dirigindo ao Pé de Manga. Com a movimentação, “as crianças rapidamente chegaram e, sem timidez, já começaram a brincar e

trabalhar junto com os estudantes", destaca Manoel Pupim (2018), estudante de arquitetura da cidade de Maringá, presente na ocasião.

Imagem 50: Construção coletiva do parquinho



Fonte: Crianças GK, 2018.

De forma breve, destaco que a construção de um balanço, de ferro e pneu, uma amarelinha também de pneu, um zanga-burrinho e uma espécie de casa de bambu, embaixo da mangueira, não ocorreu de forma passiva pelas crianças, pelo contrário, elas desejavam, e estavam determinadas a participar da construção junto aos estudantes. Pude perceber uma cooperação, com troca de saberes e experiências muito intensa naquele dia, de forma bastante horizontal, crianças não somente aprendiam com os arquitetos do futuro, mas também lhe ensinavam, através de brincadeiras e trabalhos. Em determinado momento, as crianças assumiram a frente dos trabalhos, pintando os pneus e muros, trançando fios para o balanço e fincando os bambus no chão, cavando os buracos e colocando o concreto para fixação.

Imagem 51: Vivência EREA na GK

Fonte: Lara, EREA, 2018.

Ali estava presente a tensão sempre permanente, entre o conhecimento teórico e o prático, o trabalho intelectual e o manual. As crianças Guarani podiam não ter o conhecimento teórico dos estudantes universitários, todavia, executavam com plena destreza o comando da enxada, da pá, do martelo, e se deixássemos, até do facão. Os estudantes também aprendiam, retirando do papel um projeto audacioso de ser aplicado, tornando-se na prática, muito mais complexo, desafiador e enriquecedor do que o planejado.

Imagem 52: Cooperação na construção do parquinho



Fonte: Crianças GK, 2018.

Imagem 53: Trabalho e Diversão



Fonte: Lara, EREA, 2018.

Imagem 54: As crianças e trepador de Bambu



Fonte: Lara, EREA, 2018.

Imagem 55: Mãos de artista



Fonte: Lara, EREA, 2018.

A confecção dos brinquedos terminava na medida em o sol se aproximava da linha do horizonte. Os estudantes testaram o funcionamento e rapidamente organizaram o local, retirando as

ferramentas e as sobras de materiais, deixando o espaço livre para as crianças (PUPIM; LOPES, 2018).

Imagem 56: Criança Guarani trabalhadora



Fonte: Frederico Lopes, acervo próprio, 2018.

Essa experiência de cooperação, entre crianças Guarani e estudantes universitários, demonstra a amplitude da educação, revelando a importância dos processos educativos desenvolvidos para além do ambiente escolar. As crianças educam e são educadas, num permanente processo formativo, em via de mão dupla, através do trabalho, das brincadeiras, da luta, e também dos estudos formais, sejam entre si, com seus pares, ou em mediação com os adultos. Assim, é preciso ter a questão bem definida, esse trabalho de construção do parquinho se apresentou enquanto formador, para crianças e estudantes, contudo, nem todo trabalho se apresentará como educativo, isso dependerá como ele se desenvolve na realidade, “as condições de sua

realização, dos fins a que se destina, de quem se apropria do produto do trabalho e do conhecimento que gera" (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2012, 755).

Para finalizar a análise dos tempos de trabalho e educação na constituição da infância GK - não exaurindo a temática, muito menos esgotando os exemplos concretos presentes nessa realidade -, trazemos uma experiência inovadora, que intercala trabalhos e estudos, desenvolvida por duas crianças Guarani, no primeiro semestre de 2018.

As referidas crianças criaram uma espécie de escola no interior da Ocupação, dando aulas para as demais crianças, em duas turmas noturnas, uma quarta-feira, outra sexta-feira. Os encontros começaram tímidos, na sala de estar da casa de uma das moradoras Kaiowá, contudo foram crescendo, atraindo cada vez mais estudantes, para a realização dos para-casas, trabalhos, e claro, brincadeiras.

Fiquei surpreso com a iniciativa e a desenvoltura docente daquelas duas estudantes/professoras, que ao mesmo tempo que ensinavam, também aprendiam. Tive a oportunidade de acompanhar dois encontros, levando cadernos, um pequeno quadro negro, giz e livros para ajudar nos estudos das crianças Guarani. Na entrevista, assim elas se expressam sobre a experiência docente:

Entrevistador F: Como que surgiu aquela ideia?

Criança Guarani (12 anos): Surgiu da gente veno aquelas "criança" ... Primeiro, fala a verdade, surgiu minha, que eu "tava" "veno" minha irmã e as coleguinha dela tendo dificuldade pra "faze" para casa. Aí eu pensei, eu posso "ajuda", aí ela foi e penso junto comigo. Ela foi e falo "nois" duas pode uai. Aí eu pensei vô faze uma escolinha aqui em casa, pra os menino.

Criança Guarani (13 anos): Nois pego livro

Criança Guarani (12 anos): Nem caderno tinha. Na "onde" que "nois" "pego" aqueles livro. Foi no lixo? A gente "pego" do lixo.

Criança Guarani (12 anos): Teve alguns que a gente pego da escola.

Entrevistador F: Pego na escola? Escondido? (Risos)

Criança Guarani (12 anos): Não, nois pediu.

Criança Guarani (13 anos): É velho. Livro velho.

Criança Guarani (12 anos): Velho, rasgado. Aí a gente vai "faze" a atividade e cola em cima dele.

Entrevistador F: Quanto tempo que "cês" fico ajudano os menino?

Criança Guarani (12 anos): A, eu "num" sei, acho que foi uns 2, 3 meses.

Criança Guarani (13 anos): Depois nos "paro" porque nos "num" "tinha" mais "cadera", e como minha mãe tava grávida ela não sabia né?

Criança Guarani (12 anos): A gente foi, começo a "tê" uns desacerto com as criança, porque é criança, ai juntava muita criança.

A gente "num" tinha espaço.

(CRIANÇAS GUARANI, 12 e 13 anos, 2019).

Enche de orgulho e esperança ver as crianças se auto-organizarem, iniciando projetos na Comunidade de forma autônoma, com objetivos solidários de cooperação com seus pares. O fato é que a escolinha foi um sucesso, de público e eficiência, crescendo até atingir um grande número de sujeitos infantis, que as quartas e sextas tinham encontro marcado na casa de uma das professoras.

O sucesso foi tanto, que paradoxalmente, o projeto acabou. Num espaço pequeno, na sala de estar de um dos barracões, com cada vez mais crianças, as professoras não puderam continuar, após uns três meses de funcionamento, a experiência de trabalho e educação da escolinha encerrou. Porém, o projeto está vivo, podendo ser reaberto no Centro Social, espaço coletivo da Ocupação que está em construção e em breve será inaugurado, faltando somente os acabamentos finais.

Criança Guarani (13 anos): "Num" tinha lápis, "num" tinha cadera, "num" tinha caderno.

Criança Guarani (12 anos): Aí a gente começo a "tê". Aí quando nos "começo" a "tê" nos "foi" "parano"

Criança Guarani (13 anos): Mais aí a gente que "volta" de novo.

Entrevistador F: E "reativa" na casa? Na sua casa?

Criança Guarani (12 anos):: Não ali, no centro social.

Criança Guarani (12 anos):: "Nois" já "ganho" dois "quadro" grandão. Um montão de "cadera" e mesa.

Criança Guarani (13 anos): Agora "falta" só os "caderno", caneta.

Entrevistador F: Quantas criança que teve na escolinha? Que chegou a "tê"?

Criança Guarani (13 anos): Era muita gente.

Criança Guarani (12 anos): Acho que umas 30, 40.

(CRIANÇAS GUARANIS, 12 e 13 anos, 2019).

Essa experiência merecia uma profundidade maior para ser analisada, tamanha é sua relevância humana, com características emancipatórias. A verdade é que não pude acompanhar a experiência da escolinha GK, pois

eu também dava aulas nas quartas e sextas feiras anoite. Tudo que sei é a partir dos relatos e dos dois encontros que me fiz brevemente presente.

Para análise social, abaixo, a tabela com o índice de escolaridade das(os) moradoras da GK, a partir dos dados coletados via questionário socioeconômico, planejado por advogados populares e aplicado e respondido pelas(oes) próprias(os) moradoras(es)⁴⁰.

Tabela 2: Escolaridade

	Frequência	Porcentagem %	Porcentagem cumulativa
Válido NUNCA FOI A ESCOLA	38	6,9	6,9
E. FUND. INCOMPLETO	328	59,5	66,4
E. FUND. COMPLETO	33	6,0	72,4
E. MÉDIO INCOMPLETO	52	9,4	81,9
E. MÉDIO COMPLETO	58	10,5	92,4
E. SUPERIOR INCOMPLETO	1	0,2	92,6
E. SUPERIOR COMPLETO	1	0,2	92,7
BRANCO	40	7,3	100,0
Total	551	100,0	

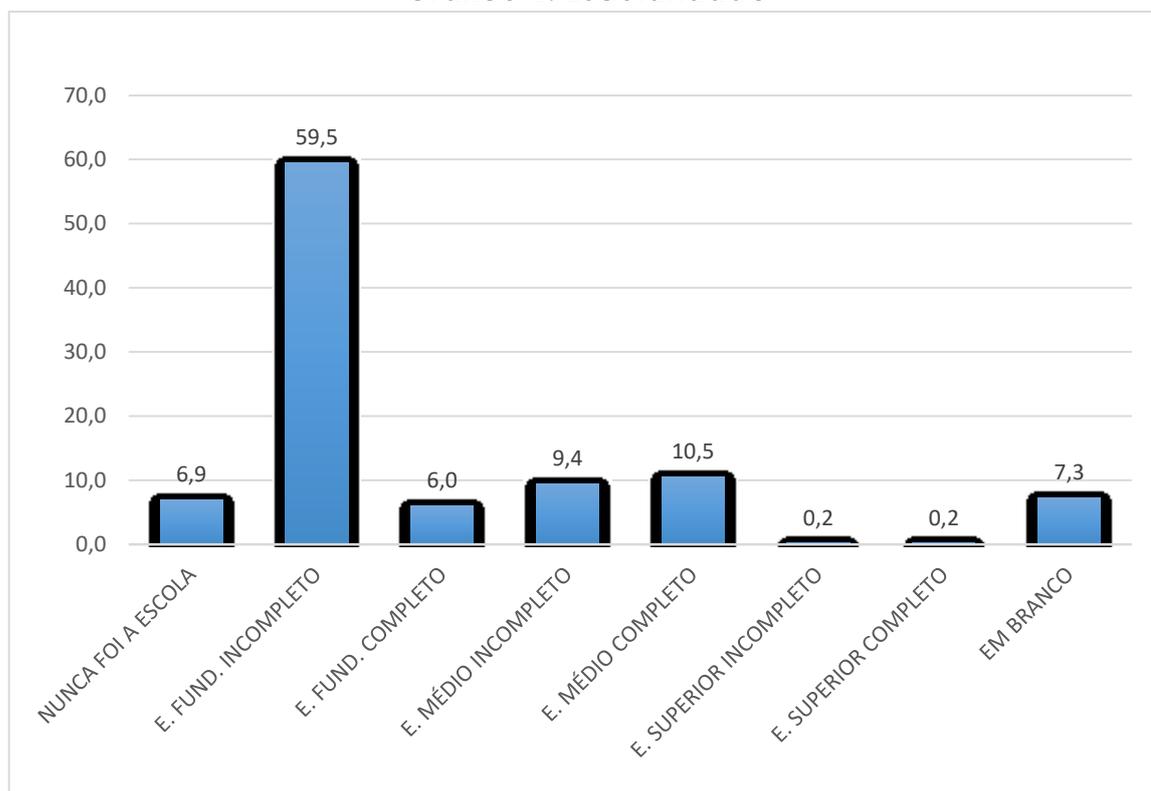
Fonte: Censo demográfico Ocupação Guarani Kaiowá, 2018, tabulação Cíntia Avelino, 2019.

É possível perceber que, a grande maioria das(os) ocupantes que preencheram o questionário, tem o ensino fundamental incompleto (59,5%), sendo essa frequência respondida por trezentos e vinte e oito moradoras(es), de um total de quinhentos e cinquenta pessoas. Duas pessoas chamaram atenção, pela trajetória improvável, já que afirmaram estar no ensino superior, uma cursando, outra concluído. Podemos nos perguntar, com curiosidade aguçada, quais percursos, com dificuldades e superações, essas duas Kaiowás realizaram até chegar à universidade? Uma pesquisa futura poderia

⁴⁰ Para fins de esclarecimento, algumas famílias não responderam o questionário, pois não estavam em casa, não sabiam ou não quiseram. Do total de questionários respondidos (551), quarenta (40) não preencheram a escolaridade.

ser desenvolvida com essas(es) duas(dois) ocupantes, inclusive com entrevistas e narrativas de vida, para clarear e analisar seus itinerários escolares.

Gráfico 1: Escolaridade



Fonte: Censo demográfico Ocupação Guarani Kaiowá, 2018, tabulação Cíntia Avelino, 2019

Vale destacar ainda, a necessidade de projetos de alfabetização, tal como a escolinha GK, executada pelas crianças, pois que trinta e oito pessoas responderam nunca terem ido à escola, alcançando quase 7% do total de moradoras(es) da Ocupação. Um projeto auto-organizado de Educação de Jovens e Adultos (EJA) já foi levado à cabo por antigas lideranças, desenvolvido por volta dos anos de 2013 e 2014, contudo hoje, ainda sim, se faz necessário sua reativação.

Entrevistando uma moradora e conversando com outras(os), pude constatar o desejo de algumas pessoas de iniciarem seus estudos ou voltarem a estudar formalmente, apesar disso, as dificuldades práticas barram esse desejo, por conta da distância da escola com EJA disponível, falta de tempo,

excesso de carga horária de trabalho (interior e exterior) e ausência de incentivo.

Para minha surpresa, uma outra criança Guarani, por volta dos seis, sete anos de idade, afirmou ter aprendido a ler e escrever com as professoras mirins. Se Paulo Freire estivesse vivo ficaria contente, pois, assim como ele alfabetizou trabalhadores em Angicos com quarenta e poucos dias, as professoras conseguiram a façanha de alfabetizar crianças trabalhadoras na experiência da escolinha GK em curto espaço de tempo.

Entrevistador F: "Cê" "participo" das "aula" da escolhinha....
 Criança Guarani (11 anos): Já.
 Entrevistador F: As meninas "tava" "fazeno"? Que que "cê" "acho"?
 Criança Guarani (11 anos): A, eu achei bom né? Interessante "pá" "nois" aprende "tamem" né?
 Entrevistador F: Altos menino aprendeu a lê e "escreve com ela."
 Criança Guarani (11 anos): Já?
 Entrevistador F: Hahã, uma menina pequenininha me falou que conseguiu aprende a ler com ela.
 Criança Guarani (11 anos): A "casu" eu "num" ia muito não.
 Entrevistador F: "Cê" foi quantas "vez"?
 Criança Guarani (11 anos): Umas 3 "veis".
 Entrevistador F: Se "voltasse as aulas, "cê" voltaria a "faze"?
 Criança Guarani (11 anos): Hahã.
 Entrevistador F: "Cê" acha que lá dá pra "ocê" aprende a lê e escreve?
 Criança Guarani (11 anos): Dá.
 Entrevistador F: E que que "cê" acha dessa iniciativa delas?
 Criança Guarani (11 anos): Foi bom né? Eis da aula "tamem" "pá" "nois", "pá" aprende, e presta atenção.
 (CRIANÇA GUARANI, 11 anos, 2019).

Este relato acima, com outra criança entrevistada, uma das mais próximas e que tive mais contato durante a investigação, demonstra a importância da experiência da escolinha na Ocupação, pois que, aos onze anos de idade, esse Guarani ainda não sabe ler e escrever, mesmo frequentando regularmente a escola do bairro. Muito provavelmente, seu problema é psicológico, se agravando a partir da trágica perda do pai. E no momento da entrevista, pude notar sua surpresa e admiração com a notícia que outras crianças foram alfabetizadas com as professoras infantis.

Finalizamos aqui o segundo tempo desse capítulo, intitulado "Protagonismo Infantil", somando aos tempos de brincar e de lutar, os tempos

de trabalhar e educar. Eis os quatro elementos que constituem, ao nosso ver, a condição infantil no interior da GK. Brincando, lutando, trabalhando e estudando as crianças da Ocupação crescem, se formam, trilhando caminhos de esperança e utopia, num absorvente processo de coprotagonismo infantil.

Entrevistador F: E os menino que teve aula com "ocês"? Teve uma menina que falou que aprendeu a lê com "ocês". É verdade?

Criança Guarani (12 anos): Huhum, foi comigo.

Entrevistador F: Como é que é o nome dela?

Criança Guarani (12 anos): Tamara.

Criança Guarani (13 anos): Maria, um "mocado" de gente também.

Criança Guarani (12 anos): É, a Maria começo a soletra com a ela aqui.

Entrevistador F: Mais na escola ela "num" aprendia?

Criança Guarani (13 anos): Não sei ... Era na creche eu acho.

Criança Guarani (12 anos): Eu sei que elas "veio" com muita dificuldade.

Entrevistador F: E porque que com "cês" eles "aprendia" e na escola não?

Criança Guarani (12 anos): Não, eu acho que é a forma né? O tratamento dos menino eu trato bem. Se precisasse eu até pegava na mão e fazia eles "faze". Eu fala com "es" que "num" era assim ...

Criança Guarani (13 anos): Tudo do quadro eles copiava no livro ...

Criança Guarani (12 anos): Eu falava que "num" era daquele jeito, era de outra forma, eu não corrigia a atividade. Eu ia na mesa dele e falava se "tava" certo ou não.

Entrevistador F: "Cês" pensam em ser professora?

Criança Guarani (13 anos): Eu penso.

Criança Guarani (12 anos): Eu já pensei, mais eu quero ser professora ou de educação física ou advogada.

Entrevistador F: E "ocê"?

Criança Guarani (13 anos): Professora.

Entrevistador F: "Cê" gosta "memo"? Alguma matéria especifica?

Criança Guarani (13 anos): Não, de todas matérias.

Criança Guarani (13 anos): Principalmente de educação física e artes.

Criança Guarani (12 anos): Ou então eu vou ser professora de ...

Criança Guarani (13 anos): Num fala de inglês não (Risos).

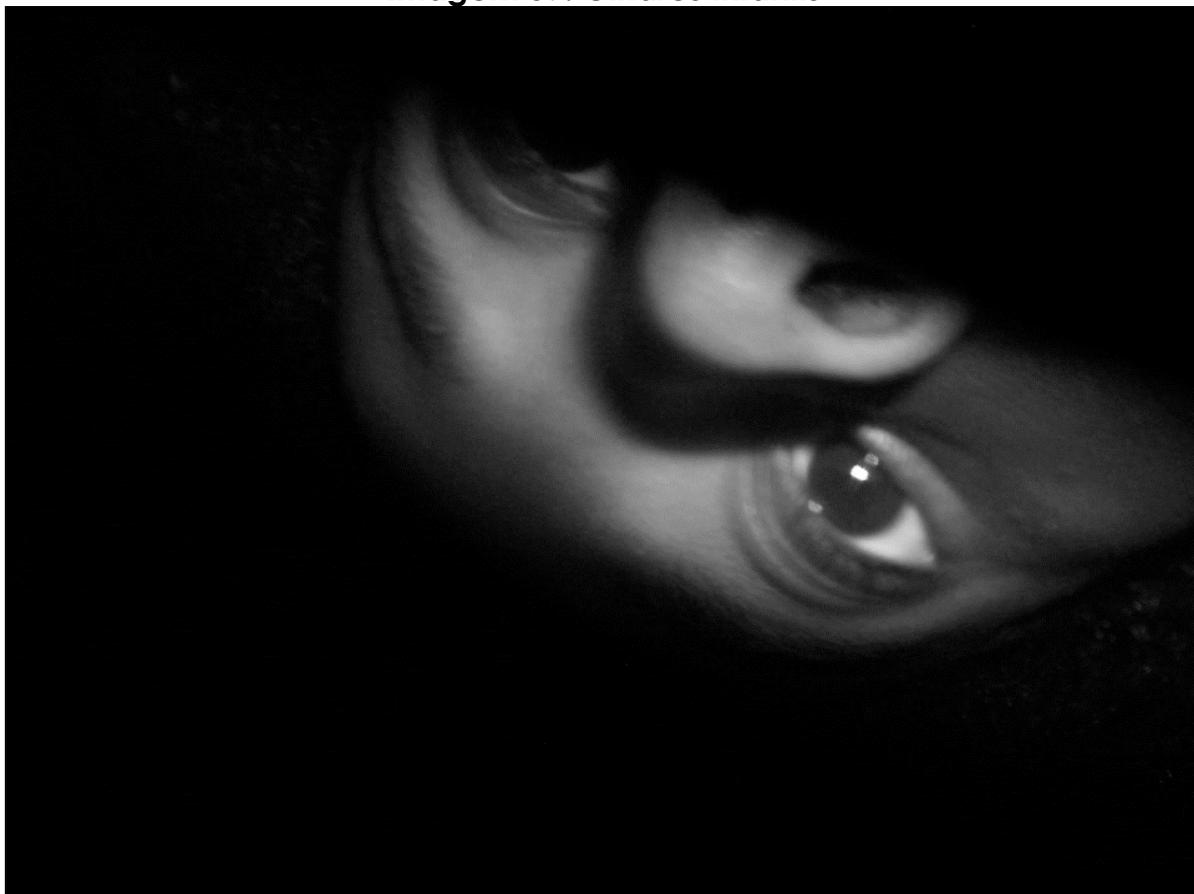
(CRIANÇAS GUARANI, 12 E 13 anos, 2019).

5. OLHARES INFANTIS

5.1 Luz, câmera, ação!

*Devemos aprender com as crianças
Mas aprender a não se preocupar
Devemos aprender com as crianças
É aprender pra ensinar*
Gaia Piá, Ouro da Terra.

Imagem 57: Olhares Infantis



Fonte: Crianças GK, 2018.

Neste desafio intergeracional de fazer uma pesquisa *juntamente* com as crianças GK, tentando compreendê-las, me vem à cabeça o clássico literário de Antoine Saint-Exupéry: O Pequeno Príncipe, escrito durante a segunda guerra mundial. Lembrar que o "essencial é invisível aos olhos, e só se pode ver com o coração" é constatar um ensinamento metodológico de quem se propõe a realizar pesquisa com infâncias.

Em seu livro *The Little Prince*, Antoine Saint-Exupery escreve que os adultos não podem por si próprios compreender o mundo do ponto de vista da criança[...] e necessitam que as crianças o expliquem. Este é um conselho sábio para investigadores da infância. [...] e ao tomar atenção à forma como comunicam conosco é que se fará progresso nas pesquisas que se levam a cabo com crianças, mais do que, simplesmente, sobre as crianças (CHRISTENSEN; JAMES, 2005, p. 19 *apud* SOBRINHO, 2008).

Nesse processo de compreender a Ocupação Guarani Kaiowá a partir da vivência das crianças, na tentativa de torná-las coautoras, de fato, dessa investigação, comecei a refletir sobre a efetividade dos instrumentos tradicionalmente utilizados na coleta de dados: entrevistas, aplicação de questionários, observação e participação. Instrumentos muito bem aceitos na prática científica para pesquisas levadas a cabo com sujeitos adultos. Mas, e com as crianças, utilizar esses instrumentos seria eficaz?

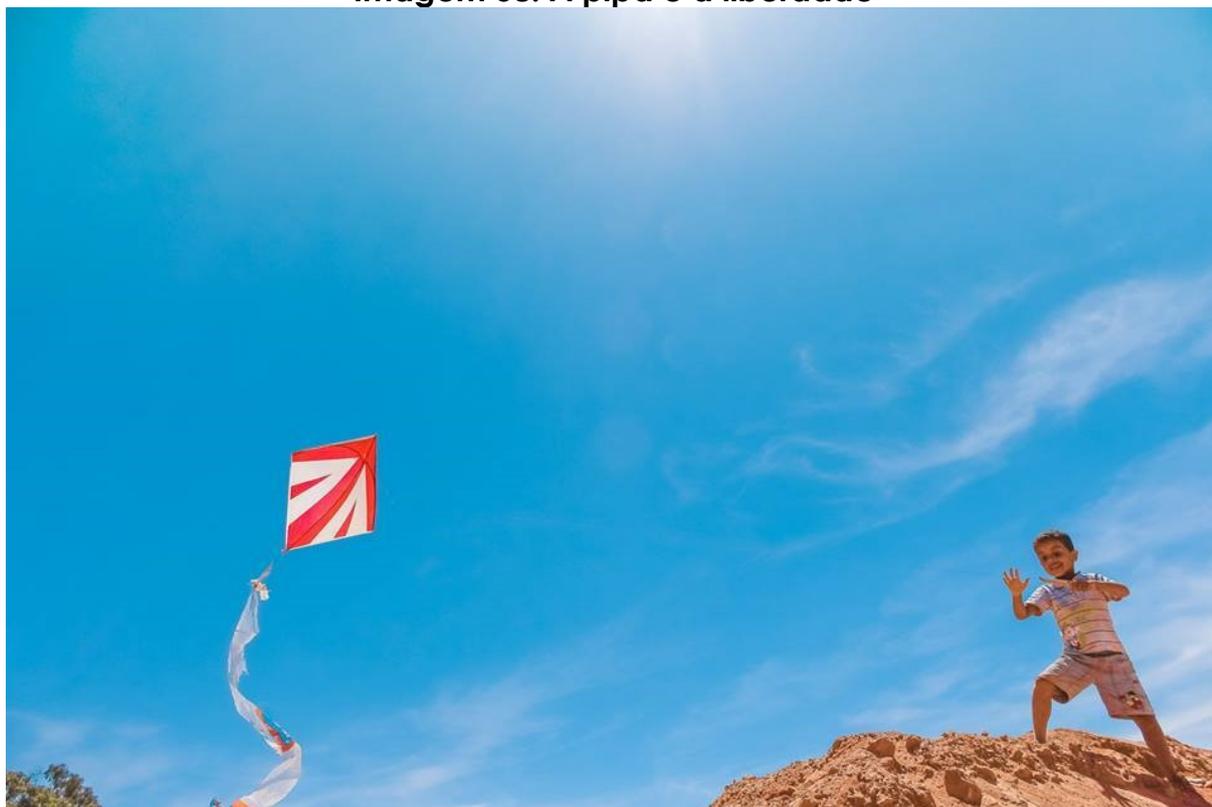
Sobrepor a dificuldade de realizar uma prática investigativa em uma Ocupação, mesmo eu não vivendo em uma, e, ainda, com foco nas crianças, era um desafio duplamente qualificado. Já se passava 12 meses de trabalhos de campo, com idas e vindas à GK, durante todo o ano de 2017, frequentando o território cada vez com mais assiduidade, durante a noite, nos dias de semana, e ao longo do dia, em sábados e domingos. Participava das Assembleias em que eram discutidos problemas da Ocupação (lixo e limpeza, disputa judicial, organização de eventos, melhoria da infraestrutura interna, entre outros); frequentava os eventos realizados (festa de aniversário da GK, carnaval na Comunidade, páscoa, festa junina, dia das crianças, festa de final de ano, entre outras comemorações); todavia, o que eu mais fazia em minhas observações e participações, era brincar com as crianças à sombra do Pé de Manga.

Desde a minha primeira ida à Ocupação, em agosto de 2013 - participando do Encontro Libertário Terra Preta⁴¹, ainda dentro da

⁴¹ Encontro libertário com troca de experiências entre movimentos sociais, realizado em duas edições, uma em 2013 e outra em 2016, ambos na GK. Nos anexos desse trabalho estão disponíveis os cartazes de divulgação dos dois encontros. Para mais informações: <<https://www.facebook.com/encontrolibertarioterrapreta>>. Último acesso em 02 de jul. 2019.

efervescência política das Jornadas de Junho -, interagir com as crianças era-me central. Lembro-me, envergonhado, de ter sido chamado atenção naquela ocasião, pois estava soltando pipa com as crianças, gritando e correndo, no momento que estava acontecendo uma roda de conversa sobre Pedagogia Libertária, necessitando os presentes de silêncio e atenção.

Imagem 58: A pipa e a liberdade



Fonte: facebook.com/ftamobmg, 2013.

Não por uma questão de escolha - conversar e interagir com os adultos também era necessário e muito interessante, e também acontecia -, mas desde sempre detinha uma facilidade de comunicação e convívio com os sujeitos infantis. Vale destacar que, antes de desenvolver esse Mestrado, jamais tinha pesquisado sobre relações infantis, seja na Sociologia da Infância ou na área da Educação, e minha linha de pesquisa tratava de Trabalho e Educação, distante da linha de Infância e Educação Infantil. Desse modo, muito mais do que uma escolha, “este campo de estudo/trabalho nós não buscamos, mas, sim, nos encontrou, devido à nossa experiência de vida.

Dessa maneira, nossas investigações dão conta de vínculos e de afetos de nossas militâncias no território” (LOPES *et al*, 2018, p. 47).

Não obstante, minha relação no interior da GK não é de um pesquisador, pois não foi o Mestrado que me levou à Ocupação, mas o contrário: depois de alguns anos visitando e convivendo com as(os) moradoras(es), resolvi fazer a Pós-graduação com uma investigação sobre a GK, pois, pouco a pouco, fui enxergando a potência daquela experiência, que merecia ser analisada e detalhada. Mas, se eu não sou o “pesquisador”, quem sou eu, portando, na GK? Pois que, apesar das boas intenções, não podemos ser ingênuos, achar que entre as(os) ocupantes e eu não há diferença, não há hierarquias. Como adverte a etnógrafa francesa Florence Weber (2009, p. 32), o pesquisador detém um estatuto distinto do nativo: ele é alguém de fora, um “estrangeiro”. Assim, qual é a diferença entre eu e as pessoas da GK? Ora, eu não moro na Ocupação, por conseguinte, eu sou aquele que pode partir, e, sempre que chego, parto logo em seguida. Vindo de fora, não sendo um morador, desse modo, várias atribuições me foram conferidas no espaço social local: o “tio”, o “professor”, porém, raramente, o pesquisador, mas sempre um apoiador, alguém de fora que desejava contribuir.

Nesse sentido, na tentativa de colaborar, era necessário uma atitude de “estar com” as(os) moradoras(es), sustentar minha identidade de apoiador, de alguém que está ali, afinal, para ajudar, e não atrapalhar; ou seja, não deixar “queimar” o campo, fechando mais portas do que abrindo. Lembrome de Freire (2004), na *Pedagogia do Oprimido*, publicado no ano de 1968, ao afirmar que a desigualdade pedagógica entre professor e estudante não obriga desigualdade epistemológica de leitura (e escrita) de mundo.

Nesse processo de “estar com”, do qual fala Florence Weber (2009), Devereux o nomeia de “experiência compartilhada”, enquanto Florestan Fernandes o intitula como “observação militante”. O fato é que, não importando muito a denominação, era necessária minha aproximação com as(os) ocupantes, “estar com”, compartilhando experiências numa

observação militante. Mas estar com quais moradoras(es)? Em tão pouco tempo, impossível estar com os mais de quinhentos sujeitos da GK compartilhando experiências, com intensidade.

E, assim, se aproximava o momento de realizar um recorte; demorei para decidir que os sujeitos focalizados seriam as crianças. No final da disciplina sobre Metodologia Científica, no primeiro semestre de 2017, a professora Ana Galvão (FaE/UFMG) exclamou: "Não se pode pesquisar a Ocupação inteira, é preciso definir quais serão os sujeitos e quais serão os espaços investigados". Ou seja, longe de eu ter uma certeza, foi no próprio campo, passo a passo, que fui delineando uma pesquisa com as crianças, e suas interações debaixo do Pé de Manga.

Pois bem, o projeto de pesquisa foi aprovado no Comitê de Ética da Universidade (COEP), as disciplinas obrigatórias foram realizadas, mas eu necessitava de algo a mais, tanto teórico quanto prático. Assim, busquei um intercâmbio com a Escola de Arquitetura, local de onde surgem muitos projetos com Ocupações Urbanas da RMBH – Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Dessa maneira, me matriculei em uma disciplina Transversal, de curta-duração, envolvendo aulas teóricas juntamente com um trabalho prático final. Na ocasião, durante a disciplina de Formação Transversal em Espaços Coletivos, Propriedades, Lutas e Utopias, ofertada na Escola de Arquitetura da UFMG, pelas professoras Ana Baltazar e Louise Ganz, no primeiro semestre de 2018, após as aulas teóricas sobre territórios de utopia, aproveitei a oportunidade para propor uma vivência *in loco* com as crianças da GK, como trabalho final.

Naquele momento, pude conhecer Renata Segatto e Bárbara Tavares, duas estudantes de Arquitetura, da Universidade Federal do Espírito Santo, que estavam realizando um semestre de estudos na UFMG, através do Programa de Mobilidade Acadêmica. Minha sorte se concretizou, pois, o fato delas não serem originárias da Escola de Arquitetura da UFMG, assim como eu, nos

aproximou, possibilitando que planejássemos, juntos, o trabalho final em uma vivência na GK. Mas, afinal, o que faríamos exatamente nessa vivência?

Uma certeza que tínhamos é que, ao chegar na GK, encontraríamos muitas crianças. Não aquelas crianças que estranham de longe os adultos de fora do território, mas que acompanham de perto aqueles que comparecem à sua Comunidade, e serão inquiridos como estrangeiros, interrogados, receberão pulos no colo, mexidas no cabelo e serão perguntados o que estão fazendo lá. Ou seja, quando feita uma visita à GK e os objetivos não se organizam com clareza, as crianças nos fazem pensar, e, mais que isso, nos envolvem em sua dinâmica de forma muito perspicaz.

Nesse cenário, em março de 2018, numa ida ao aniversário de cinco anos da Ocupação, em uma noite chuvosa, com uma câmera na mão para registrar algumas fotos da festa, logo após a chegada, uma criança Guarani pediu para ela mesma fazer uns registros fotográficos: pronto! Toda a cobertura da festa foi realizada pela criança Guarani, com uma qualidade surpreendente, pois as pessoas presentes faziam questão de posar e sorrir para as fotos, o que não aconteceria com tanta naturalidade se fosse alguém de fora a fotografá-las.

Essa situação chamou atenção, e foi assim que surgiu a ideia de fazer oficinas de fotografia e filmagem com as crianças da Ocupação. Mas para realizar o projeto eram necessárias as câmeras fotográficas, eu tinha apenas uma, e, ainda sim, emprestada.

Imagem 59: Festa 5 anos



Fonte: Crianças GK, 2018.

Fiz, então, uma breve campanha de empréstimo de máquinas, realizada na internet, conversando com amigos e familiares. A verdade é que muita gente tem câmeras paradas em casa, da época em que estavam na moda, antes da chegada dos celulares *smartphones*.

Assim, consegui oito máquinas digitais, pequenas e antigas, algumas com defeitos, outras com recursos mais avançados. Procuramos locais de manutenção de câmeras, um serviço, seguramente, em risco de extinção; as lojas estavam fechadas ou consertavam somente modelos profissionais. “Vai encontrar somente em São Paulo”, diziam. Após rodar por Contagem e Belo Horizonte por alguns dias, encontrei um box no *Shopping Oiapoque*, na capital, lá fiz pequenos ajustes nas lentes, comprei cartões de memória, bolsinhas de proteção, carregadores e muitas pilhas, colocando para funcionar seis câmeras.

Desse modo, foi a empreitada: coletar máquinas digitais doadas, deixá-las com as crianças, recolher o material e, depois, observar o recorte espacial feito por elas. Em teoria, tudo muito simples e fácil. Na prática, um trabalho coletivo árduo e com inúmeros desafios.

Em um primeiro contato para a atividade, no mês de abril de 2018, em uma tarde de sábado ensolarado, eu, juntamente com as estudantes de arquitetura Renata Segatto e Bárbara Tavares, além do geógrafo Rodrigo Guedes, propusemos a primeira oficina de fotografia, embaixo da mangueira, ponto central da Ocupação, espécie de praça muito utilizada pelas crianças. Sem o intuito de ensinar o que era a fotografia, mas que elas entendessem o funcionamento da máquina e, por si só, questionassem ou fizessem da sua própria maneira as imagens, foi iniciada a atividade.

Imagem 60: Oficina de fotografia



Fonte: Crianças GK, 2018.

Seis câmeras digitais antigas foram deixadas com algumas crianças durante uma semana, e revezadas entre elas, para que, então, o material fosse recolhido no sábado seguinte. Esse processo, que, inicialmente, aconteceria em uma ou duas oficinas, somente para trabalho final da disciplina Transversal da Escola de Arquitetura, se repetiu durante todo o ano de 2018, tamanho o sucesso da metodologia, tendo como desfecho, a confecção de 1613 fotos, ao total; a produção do vídeo “Olhares Infantis⁴²”; e, a realização do filme “GK, a gente é uma comunidade⁴³”; ambos, frutos dos materiais produzidos pelas próprias crianças participantes. O que, inicialmente, era o trabalho final de uma disciplina de curta duração se constituiu, no decorrer do tempo, na metodologia central da minha investigação: compreender a GK através dos olhares infantis.

Imagem 61: Crianças fotógrafas



Fonte: Crianças GK, 2018.

⁴² Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QHJnh-D1SLQ>

⁴³ Disponível em: <https://vimeo.com/366649877>

Imagem 62: Horários nos muros

Fonte: Crianças GK, 2018.

Alguns percalços foram aparecendo nesse processo, gerando reflexões. A ideia inicial era levar as máquinas no final de semana e deixá-las durante a semana com as crianças, o que, de início, aconteceu. Contudo, como ficavam mexendo na câmera continuamente, as pilhas acabavam a energia rapidamente, não gerando o efeito esperado, qual o de fotografarem o cotidiano em dias que não estivéssemos presentes.

Um segundo ponto que nos levou a reconsiderar essa decisão foi a perda de um cartão de memória. Chegando na GK, com ansiedade própria de um estudante empolgado, para recolher o material registrado durante a semana por uma criança, eis nossa surpresa: não tinha registro, o cartão não estava na máquina. A decepção foi notória. Outro caso de perda de cartão também ocorreu, mas depois de muito procurarmos no interior da casa de uma moradora, achamos o cartão dentro da parede, no buraco do tijolo,

ficando todos a imaginar como ele foi parar ali. Algumas pilhas e bolsinhas de proteção também extraviaram.

Por fim, em outra ocasião, na busca pelos registros realizados por uma dupla de irmãos, perguntei onde estavam as fotos e a câmera, e eis que eles respondem: “não tiramos foto, a máquina está com a mãe”. Fui até a casa, me apresentei, expliquei sobre as oficinas e o trabalho de Mestrado, pedindo a câmera de volta, para recolher as fotos tiradas e recarregar as pilhas. A senhora pediu para eu esperar, entrou em casa, e voltou com a câmera nas mãos, exclamando antes de me entregar: “Olha, tive que esconder essa máquina, pois isso aí custa muito dinheiro e se os meninos estragar não vou poder pagar”.

Imagem 63: Fotos da foto



Fonte: Crianças GK, 2018.

Depois dessas experiências, passamos a não deixar mais as câmeras com as meninas e meninos, mas leva-las para a Ocupação e recolhê-las no

mesmo dia. Vale sublinhar que o grande receio era o sumiço das próprias máquinas, coisa que nunca aconteceu, sempre levamos, distribuímos e recolhemos todas ao final, sem complicações, gerando um clima recíproco de confiança.

Outras oficinas foram sendo realizadas, mesmo após o fim da disciplina na escola de arquitetura, ao ponto de perder a conta de quantas, no total, foram levadas a cabo, durante todo o ano de 2018 e início de 2019. Diante disso, meu estatuto, no interior da GK, passou a ser o “tio das câmeras” (Professor sim, tio também!), pois, ao chegar na entrada da Ocupação, uma abundância de crianças passou a correr em minha direção, antes mesmo de me cumprimentarem, implorando “me dá uma máquina, eu quero uma, cadê as câmeras...”. Assim, em qualquer atividade junto às crianças GK, dentro ou fora da Ocupação, não posso esquecer de recarregar as pilhas e levar as câmeras, não necessitando realizar mais oficinas, vez que elas já aprenderam a manusear, filmar ou fotografar.

Imagem 64: Foto da foto



Fonte: Crianças GK, 2018.

As oficinas tinham público diversificado, meninos e meninas, entre cinco e quatorze anos. Algumas mais cheias, com até quinze crianças, outras menores, com cinco participantes. Nas mais cheias, era demandando, de nósicineiros, uma maior energia e concentração, pois como não tínhamos número de máquina suficiente, tínhamos que intervir para garantir o rodízio e a participação de todas(os), dividindo uma câmara por dupla, por exemplo.

Imagem 65: Crianças e as bicicletas



Fonte: Crianças GK, 2018.

Essa iniciativa, que contou com a contribuição de muitosicineiros - para além da Bárbara, da Renata e do Rodrigo, já citados, também Camila Zucon, Tiê Pordeus e Christofer Silva -, possibilitou que, por meio da imagem, pudéssemos ver cenas cotidianas da Ocupação e o modo com que eles vivem, sem interferência de agentes externos para fotografá-las, mas fazendo com que as próprias crianças tivessem a oportunidade de brincar de fazer

imagens, de entender como capturar os momentos que elas mesmas entendiam como importantes para tal, e para que, então, essa vida que (re)existe fosse colocada como cartão postal da cidade, como ela, de fato, compõe.

Imagem 66: Criança GK e os Portelas



Fonte: Crianças GK, 2018.

Dentro dessa estrutura, envolvendo a Guarani Kaiowá e suas crianças, propôs-se o olhar cotidiano daqueles que crescem e constroem a Ocupação. Muda-se, portanto, o ponto de vista e o olhar sobre as coisas, para que elas próprias, as crianças, meninas e meninos, contem, através das imagens, como a vida transcorre para elas, e os aspectos que as levam a fotografar. De tal modo que, lembrando “O Pequeno Príncipe”, “se os adultos não podem por si próprios compreender o mundo do ponto de vista da criança”, então que

elas mesmas o apresentem e expliquem (CHRISTENSEN; JAMES, 2005, p. 19 *apud* SOBRINHO, 2008).

Martins (1991), investigando a participação das crianças na luta pela terra, elege dois alvos essenciais para o seu procedimento de pesquisa: a história documental e a história oral. O sociólogo afirma que dificilmente o pesquisador considere a oralidade tão importante quanto o documento. E, com isso, fica manifesto que os documentos são registros importantes, mais respeitados que as histórias orais, no fazer científico. Pois que, contestando a epistemologia hegemônica, e seguindo as pegadas de Martins (1991), combinamos, neste trabalho, tanto a história oral, através de conversas e entrevistas com as crianças, quanto a história documental, com o registro fotográfico da Ocupação, realizado pelas próprias crianças.

Imagem 67: Fotografia nas alturas



Fonte: Crianças GK, 2018.

Imagem 68: Vira-lata



Fonte: Crianças GK, 2019.

Entrevistador F: E aquela experiência nossa lá das oficinas de fotografia? Que que "cê" "fico" "empolgadão" na primeira e depois "cê" "largo"?

Criança GK: Não, "num" larguei não.

Entrevistador F: "Cê" "num" participou mais.

Criança GK: Eu "num" "tava" "ino" nesse dia não, "tava"?

Entrevistador F: "Cê" no começo na primeira "cê" foi o que mais bateu foto. "Rapidão" "cê" já entendeu fazer as fotos.

Criança GK: Eu gostei daquela máquina grande.

Entrevistador F: "Cê" "num" queria as pequenas?

Criança GK: Não, queria "aques" grandona, ela é boa. Da de longe, e de perto.

Entrevistador F: E se eu trazer as máquinas de novo "cê" vai participar?

Criança GK: Das grandona? Das grandona eu "vô".

Entrevistador F: E que que "cê" achou? "Cê" já sabia bater foto?

Criança GK: Sabia.

Criança GK: Não, "cê" me ensinou. "Cê" me ensinou alguma. Não, foi tudo que "cê" me "ensino".

Entrevistado (Não identificado a voz): É de quem essa câmera?

Entrevistador F: "Cê" acha que tinha que "tê" mais?

Entrevistado T: Hahãhã. Já "acabô"?

(CRIANÇA GK, 11 anos, 2019).

Uma observação a ser destacada: essa metodologia de entregar as câmeras para os próprios sujeitos fazerem os registros, em vez de um fotógrafo profissional ou pesquisador sacar as fotos, não é inédita desse trabalho. Outras experiências também lançaram mão desse recurso metodológico, buscando uma autenticidade artística e científica, como, por exemplo, a investigação de Ana Silveira e Geraldo Leão (2014), que buscou analisar a sociabilidade entre os jovens moradores de conjuntos habitacionais de Belo Horizonte. Na referida investigação, as câmeras foram deixadas durante cinco meses com os jovens participantes, buscando compreender a condição juvenil em relação ao território.

Imagem 69: Brincando de fotografar



Fonte: Crianças GK, 2018.

Segundo Corção e Queluz (2011 *apud* Silveira e Leão, 2014, p. 49), a “fotografia é uma diferente maneira de se expressar, que permite o uso de uma linguagem pessoal e, ao mesmo tempo, o uso dos olhares construídos

pelos filtros culturais, pelas histórias de vida, sensibilidades, subjetividades e experiências visuais", ou seja, a fotografia consegue unir o individual e o coletivo.

Em nossa pesquisa, levada a cabo a partir do coprotagonismo infantil no território da GK, buscamos compreender a organização da Ocupação através dos olhares infantis e da participação das meninas e meninos presentes nesse espaço, na tentativa de unir o individual e o coletivo.

Imagem 70: Aves



Fonte: Crianças GK, 2018.

Entregar as câmeras para as crianças, nos possibilitou enxergar lugares no interior desse território que não imaginávamos que existiria, que jamais teríamos acesso, momentos mais íntimos, no espaço privado das casas, como, por exemplo, nas refeições, ou nos espaços dos quintais, das hortas e das plantações, dos animais criados, das minas d'água existentes, ou das

pichações e grafites presentes nos muros - quais passam despercebidos aos olhos desatentos de adultos indiferentes.

Imagem 71: Desjejum



Fonte: Crianças GK, 2018.

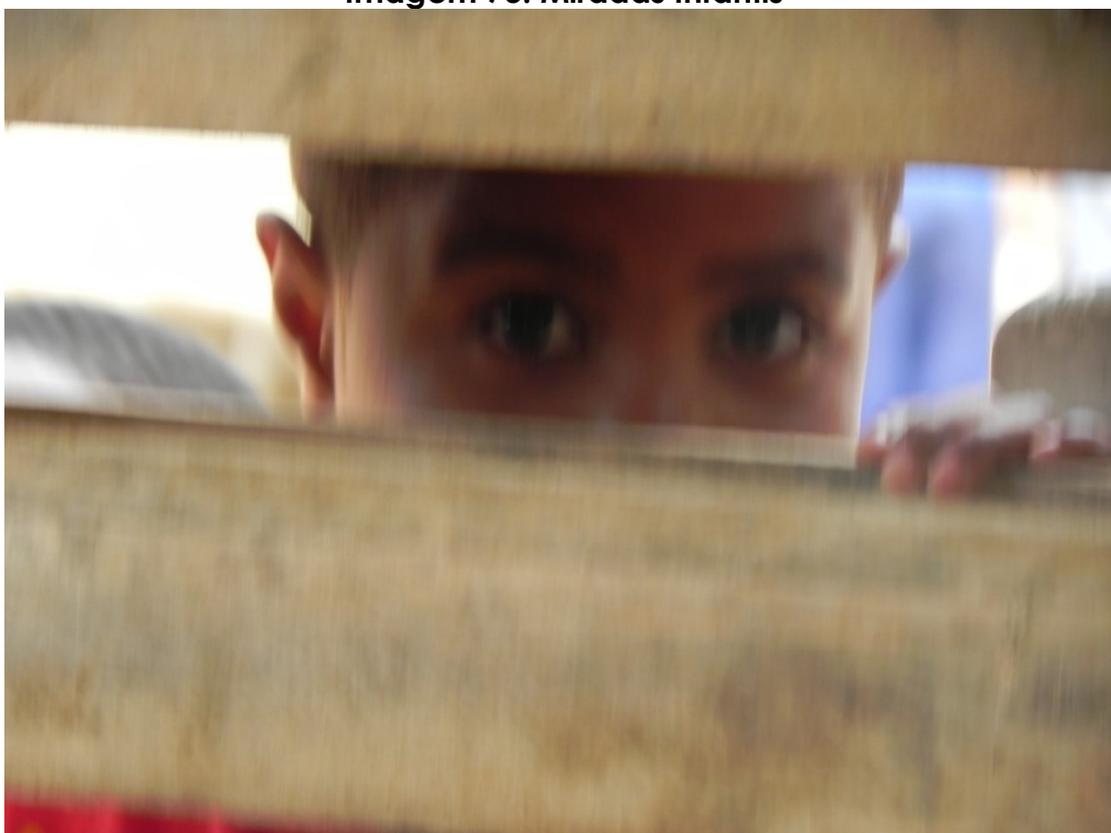
A quantidade e qualidade do material produzido pelas crianças nos chamou atenção, levando-nos a pensar em possibilidades de uma divulgação maior, para além de compor o texto da dissertação. Assim, surgiu a ideia de transformar as fotos em cartões-postais, atingindo, desse modo, um público mais amplo. Confeccionamos, então, 152 foto-postais, que passaram a divulgar o trabalho artístico dos meninos e meninas GK, e, também, a luta pela terra e moradia das famílias da Ocupação Guarani Kaiowá.

Imagem 72: Olhar 43



Fonte: Crianças GK, 2018.

Imagem 73: Miradas Infantis



Fonte: Crianças GK, 2018

Imagem 74: Chão, horta e páscoa



Fonte: Crianças GK, 2018.

Imagem 75: Feixe de luz



Fonte: Crianças GK, 2018.

As filmagens, também realizadas pelas crianças, serviram de base para a edição e produção do vídeo “Olhares Infantis” e o filme curta-metragem “GK, a gente é uma comunidade”. As fotos-postais, juntamente com o vídeo e filme, foram então selecionadas para comporem exposições nacionais e internacionais, fato que será apresentado no segundo tempo desse capítulo, nomeado “Sobre crianças, fotos e postais”.

Imagem 76: Menino



Fonte: Crianças GK, 2018.

5.2 Sobre crianças, fotos e postais

*Mãe passando roupa
Do pai de agora
De um outro caçula
Que ainda vai chegar*
Lenine, Relampiano.

Imagem 77: Foto-postal

Fonte: Frederico Lopes, acervo pessoal, 2018.

Certa vez, andando por Belo Horizonte, mais exatamente na Praça Sete, avistei na banca de revista uma série de postais, mas não era qualquer cartão-postal, estes eram originais, que não traziam como de costume os lugares turísticos tradicionais, mas na verdade retratavam pessoas e lugares comuns da capital mineira, inclusive moradores de rua, becos e vielas, numa espécie de turismo *underground*, “lado b”, suburbano, enfim, real.

Os postais me chamaram atenção pela simplicidade e originalidade, algo que toda cidade deveria promover, fugindo dos lugares estereotipados, feitos pelo comércio turístico, no fundo “para inglês ver”. Adquiriti um postal popular, admirando e pensando, de quem foi essa ideia singela e inovadora.

Pois bem, passaram se os anos, nunca a mais encontrei postais não turísticos. Até que um dia, conheci um projeto de fotos desenvolvido nas Ocupações da RMBH, sobretudo na Ocupação Dandara, promovido pelas

Brigadas Populares, com fotos em preto e branco, das(os) moradoras(es) e dos espaços do território. Cada foto era vendida por um valor simbólico, com os valores arrecadados destinados ao fortalecimento de projetos na Comunidade. Tudo isso foi efervescendo ideias em minha cabeça, até que na disciplina de Formação Transversal em Espaços Coletivos, Propriedades, Lutas e Utopias, ofertada na Escola de Arquitetura da UFMG, as professoras Ana Baltazar e Louise Ganz afirmaram que os trabalhos finais de todos os grupos iriam compor uma exposição coletiva. Pronto! Não restavam dúvidas, nosso grupo - eu, juntamente com Bárbara Tavares e Renata Segatto - confirmou que nosso material seriam as fotos produzidas pelas crianças GK, realizadas nas futuras oficinas. No entanto, outros grupos já iriam compor a exposição com fotos, assim, com originalidade e inovação, ousamos imprimir as fotos em formato de cartões-postais. As professoras, por um momento, desencorajaram nossa empreita, “vai ser muito trabalhoso, não dá tempo”; “mais proveitoso produzir um texto sobre metodologia com crianças”, disseram no dia da orientação dos trabalhos finais. Contudo, não demos muito ouvido, iria dar certo, estávamos empolgados, eu por direcionar uma vivência justamente com a Comunidade que estava estudando, as estudantes capixabas, por sua vez, alegres em poder conhecer e desenvolver um projeto em uma Ocupação *in loco*.

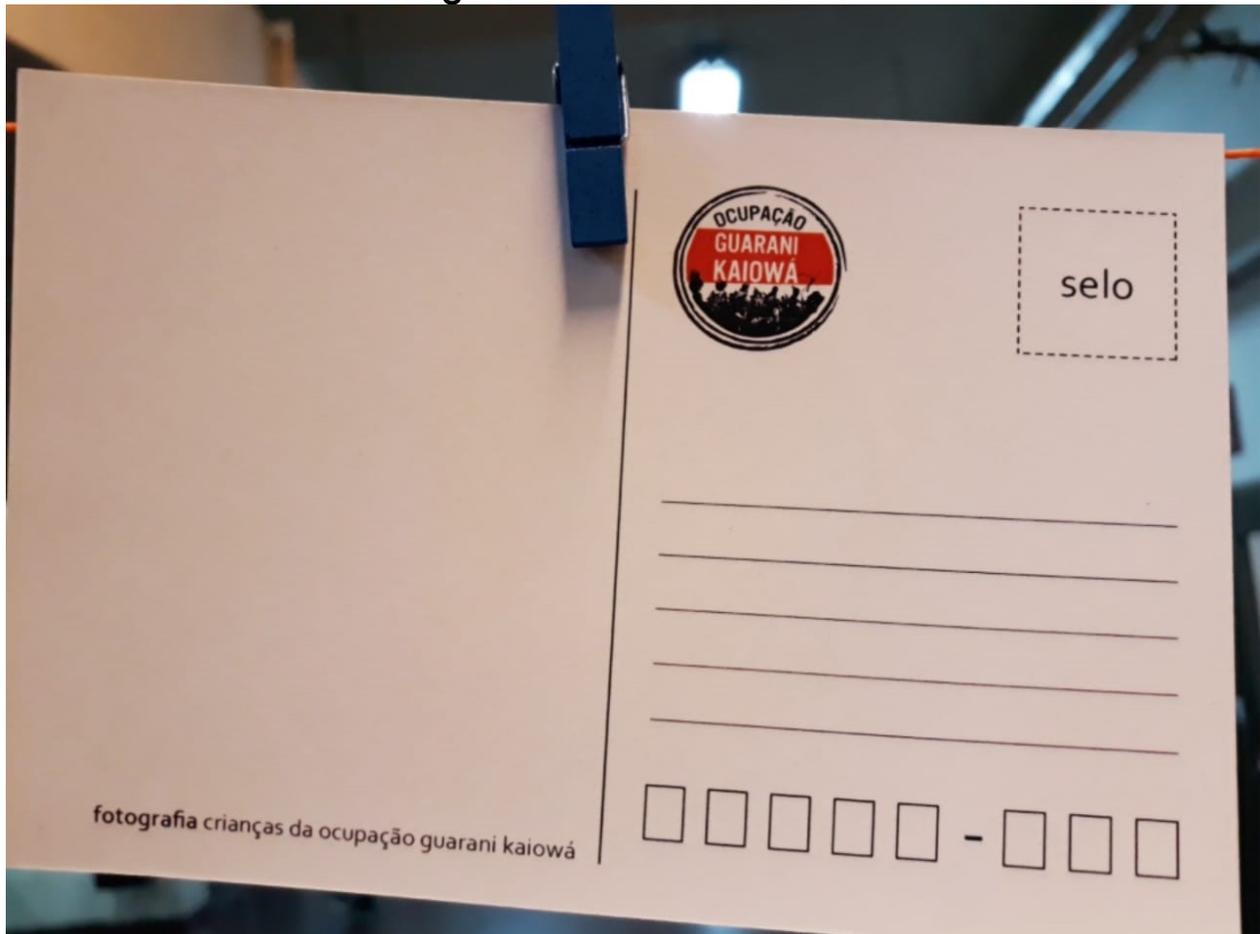
Deste modo se processou a ideia das foto-postais das crianças GK. Um material único, que foi desenvolvido por muitas mãos, notadamente pelas crianças, com seus cliques singelos, porém fortes; e, de maneira especial, pela capacidade artística e tecnológica das arquitetas Bárbara e Renata, que desenvolveram o material gráfico do postal, que acompanha o verso de cada foto. Meu trunfo? Conseguir juntar as pessoas certas, com aptidões diversas, em torno de um projeto que sozinho jamais conseguiria desenvolver.

Destaca-se, que outros projetos também implementaram ideias parecidas, com produção de fotos em Comunidades e posterior confecção de cartões-postais, como o “Autorretrato Nordeste”⁴⁴ - que promove oficinas

⁴⁴ Saber mais: <retratonordeste.blogspot.com> Acesso em 31 de jul. 2019.

de fotografia com povos ribeirinhos, quilombolas e indígenas no estado de Alagoas – e, o projeto “Juntas Pazífico”, que confecciona, em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), cartões-postais de Comunidades do estado de Chocó, na região do pacífico colombiano.

Imagem 78: Cartão-Postal GK



Fonte: Frederico Lopes, acervo próprio, 2018.

Pois bem, o tempo passou, a disciplina terminou, e o projeto da exposição coletiva dos trabalhos finais acabou não se concretizando, uma vez que não havia material suficiente produzido por todos trabalhos para compor uma exposição. Apesar disso, o sonho de expandir aquele projeto permanecia vivo, procurando possibilidades de levar o trabalho artístico produzido pelas crianças para ser exposto, alcançando um público maior.

Porquanto, em maio de 2018, me escrevi para a seleção de participação na Escola Internacional de Pós-graduação em Infâncias e Juventudes da América Latina e Caribe, promovida pelo Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO), que ocorreria na cidade de Manizales, “terra do café”, na querida Colômbia.

Passado um mês, saiu o resultado, positivo, eu nem acreditara, iria apresentar um texto sobre a investigação de mestrado, juntamente com outros estudantes, integrantes de Movimentos Sociais e profissionais de várias partes do continente, durante uma semana, nas férias de julho.

Com base no relato publicado pelos participantes, “a proposta se trata de uma Escola de formação intensiva de nível de pós-graduação em perspectiva comparada e regional. A Escola vem sendo realizada durante sete anos consecutivos [...]” com pessoas que trabalham com infâncias e juventudes em Ibero-américa (LOPES *et tal*, 2018, p. 46)⁴⁵.

Vale destacar que vários acontecimentos relatados nesse texto ocorreram sem maiores planejamentos, sucedendo de forma fluída, baseada no acaso, um pouco de sorte, persistência e disponibilidade para o novo. Minha seleção para a experiência da CLACSO é uma delas. Nunca estudei infância, educação infantil ou algo do gênero. Estava sendo levado a focalizar junto com as crianças esse trabalho, mas ainda demonstrava insegurança, falta de base teórica e prática, agarrando-me no entusiasmo e na esperança, com a essencial autonomia ajuizada por Antônia, minha estimada orientadora.

Malas feitas, sonhos acessos. O avião desembarcava na capital colombiana, Bogotá, de lá mais dois dias até chegar à Manizales, cidade do Vulcão Ruiz, estado de Caldas, no interior oeste do país, em sentido ao pacífico.

⁴⁵ Para saber mais: www.clacso.org.ar/concursos_adm/adjuntos_concursos/95_con_esp.pdf
Último acesso em out. 2018.

Na abertura do encontro, em um domingo nublado, na Universidade de Manizales, apresentações, diversidades, palavras de boas-vindas, ansiedades. Ao sair para tomar café, costume básico da região, talvez mais intenso que em Minas Gerais, vejo duas moças montando fotos e quadros nas paredes da saída do prédio. Era a exposição da Bienal das Infâncias e Juventudes, evento paralelo à Escola de Pós-graduação, com fotos e trabalhos de jovens de diversas regiões do continente latino-americano e caribenho, do México à Patagônia.

Apreciando a montagem, perguntei para elas se eram as autoras das fotografias. Me responderam que não: “Somos as curadoras”. Era a exposição dos trabalhos artísticos selecionados para a “Ventana abierta a las Infâncias y Juventudes”. Fotos lindas, algumas pequenas, outras maiores, em espécie de mural. “Mira, também trouxe umas fotos de crianças do Brasil”, disse, abrindo a mochila e tirando os postais. Uma delas, se dirige a mim, cuidadosamente analisa os postais, querendo saber detalhes: “de onde é?”; “quem são as crianças?”; “você que tirou as fotos?”; e, por fim, explicando-lhes a história resumidamente, uma delas, parecendo a coordenadora, pergunta: “autoriza os postais serem incluídos na exposição?”

Que emoção! Verdadeira sorte ter levado alguns cartões-postais na mala. Sem mesmo participar de edital e seleção, o material desenvolvido pelas crianças GK, estava, no outro dia, presente na abertura da exposição. Agradei a oportunidade e me fui a participar dos encontros e vivências, que eram desenvolvidos nos grupos de oficina, cada um com uma temática: educação, construção de paz, políticas públicas, educação popular e território.

Imagem 79: Ventana Abierta a las Infâncias e Juventudes

Fonte: Acervo próprio, 2018.

Estou tomando tempo e espaço para minudenciar a história porque essa experiência foi primordial para o desenvolvimento do restante da pesquisa. Após participar de um intensivo, em teorias e práticas de *niños, niñas* e adolescentes latino-americanos e caribenhos, não restava dúvidas, meu norte estava selecionado, era o sul, em cooperação com as crianças GK e suas miradas infantis.

Já caminho para o final dessa história. Participar da Bienal, quanto da *Escuela de Posgrado*, e ainda, da exposição, foi muito mais do que o esperado, superando todas as expectativas. Pude, inclusive, conversar e conhecer coletivos infantis e juvenis, como a Juventude Rebelde Colômbia (JRB), que integra jovens das Forças Revolucionárias da Colômbia (FARCS), e também a Associação de Jovens por Rionegro, grupos que encontram na arte um campo de resistência.

Ao final da semana, no encerramento do encontro, situado no Centro Cultural de Manizales, na parte alta da cidade, mais uma surpresa. Estavam chamando nomes ao palco, de pessoas e coletivos, para receberem premiação pelos trabalhos apresentados, como é comum em alguns congressos e eventos. Um após um, melhor texto, filme, projeto, banner, fotografia. Chamam no palco as "*crianças indígenas Guarani Kaiowá, do Brasil*", pela distinção e reconhecimento das foto-postais, na categoria Re-Existências. Alegria tremenda, recebi em nome das crianças GK um certificado de premiação⁴⁶, gritando no momento, meio desajeitado, para toda plateia: "Lula Livre!"

Uma curiosidade foi a mensagem dita pela moça, anunciando o prêmio para as crianças *indígenas Guarani Kaiowá do Brasil*. Como discutido no capítulo três, essa foi mais uma experiência de controvérsia antropológica, porque não entenderam, muito por culpa do meu portunhol, que não se tratava de crianças indígenas, mas sim de uma Ocupação urbana, sem vínculos étnicos diretos com as comunidades Guarani Kaiowá do sudoeste brasileiro. Nem tentei esclarecer, a felicidade foi contagiante, levando a experiência da Ocupação para nível internacional, através de uma mirada infantil, isso é, de fotos feitas pelas próprias crianças.

De volta para casa, já em Contagem (MG), correndo para contar a novidade para as(os) moradoras(es) da Ocupação, sobretudo as crianças, digo para uma das coprotagonistas das oficinas de fotografia, que elas tinham sido premiadas em outro país, pelos postais, que todo mundo tinha elogiado, etc... A menina Guarani, me fixa os olhos e afirma: "mentira, fomos premiadas não, cadê o prêmio?" Eu, tentando explicar, mostro o papel impresso do certificado, e ela retruca: "isso é nada não, prêmio é boneca, bicicleta, brinquedo." De forma trágica, porém muito cômica, ela estava certa, para o mundo infantil, que muitas vezes é mais maduro que a

⁴⁶ Pode ser conferido nos anexos desse trabalho.

percepção dos adultos, o título e o papel pouco valem, perto das necessidades da vida.

Percebi então, que o projeto não poderia ser meu, mas sim de toda Ocupação, principalmente das crianças, e se eu quisesse que elas se apropriassem dos materiais que elas mesmas produziram, elas deveriam ao menos ter acesso a ele. Assim, vimos a necessidade de montar a exposição novamente, só que dessa vez na Ocupação, na sombra da mangueira.

De tal modo foi feito. No mesmo dia da vivência dos estudantes de arquitetura, na construção do parquinho - experiência que foi apresentada no segundo tempo do capítulo quatro, nomeado “Tempos de trabalhar, Tempos de estudar” -, no dia seis de setembro de 2018, estiquei um arame e preguei os postais com cliques, de forma simples, aproveitando a presença de muita gente na praça da Ocupação.

Imagem 80: Exposição montada na GK



Fonte: Frederico Lopes, acervo próprio, 2018.

A exposição no Pé de Manga foi um sucesso, tanto que durou cinco minutos. As pessoas, Guaranis e Kaiowás, alvoroçadamente, pegaram os postais, rindo umas das outras, querendo cada um guardar as fotos em que apareciam. Cheguei a analisar o céu, de repente nublado, com receio de chuva estragar a exposição. Tolice, em pouco tempo já estava resolvida a preocupação, com as pessoas levando as fotos correndo para casa.

Imagem 81: Criança Guarani e o cartão-postal



Fonte: Crianças GK, 2018.

A experiência da exposição no território da GK foi absorvente, acontecendo de maneira distinta do que imaginava, longe da atitude contemplativa da arte, de olhar e admirar, como é comum em exposições artísticas. No entanto, aquela exposição era diferente, ali embaixo da mangueira, aquelas fotos penduradas eram um experimento, compreendendo um processo - desde o início das oficinas até a culminância da exibição dos postais -, de apropriação social, política e cultural. Nas palavras de João Domingues (2019, p. 97), amigo da FaE e Mestre em Educação, necessita-se de projetos em Comunidade, em ações de ressignificações positivas de "espaços e sujeitos coletivos que vivenciam processos de deslegitimação e inferiorização por grupos sociais dominantes", como é o caso de ocupantes de terra e prédios públicos abandonados.

Imagem 82: Crianças e os postais



Fonte: Crianças GK, 2018.

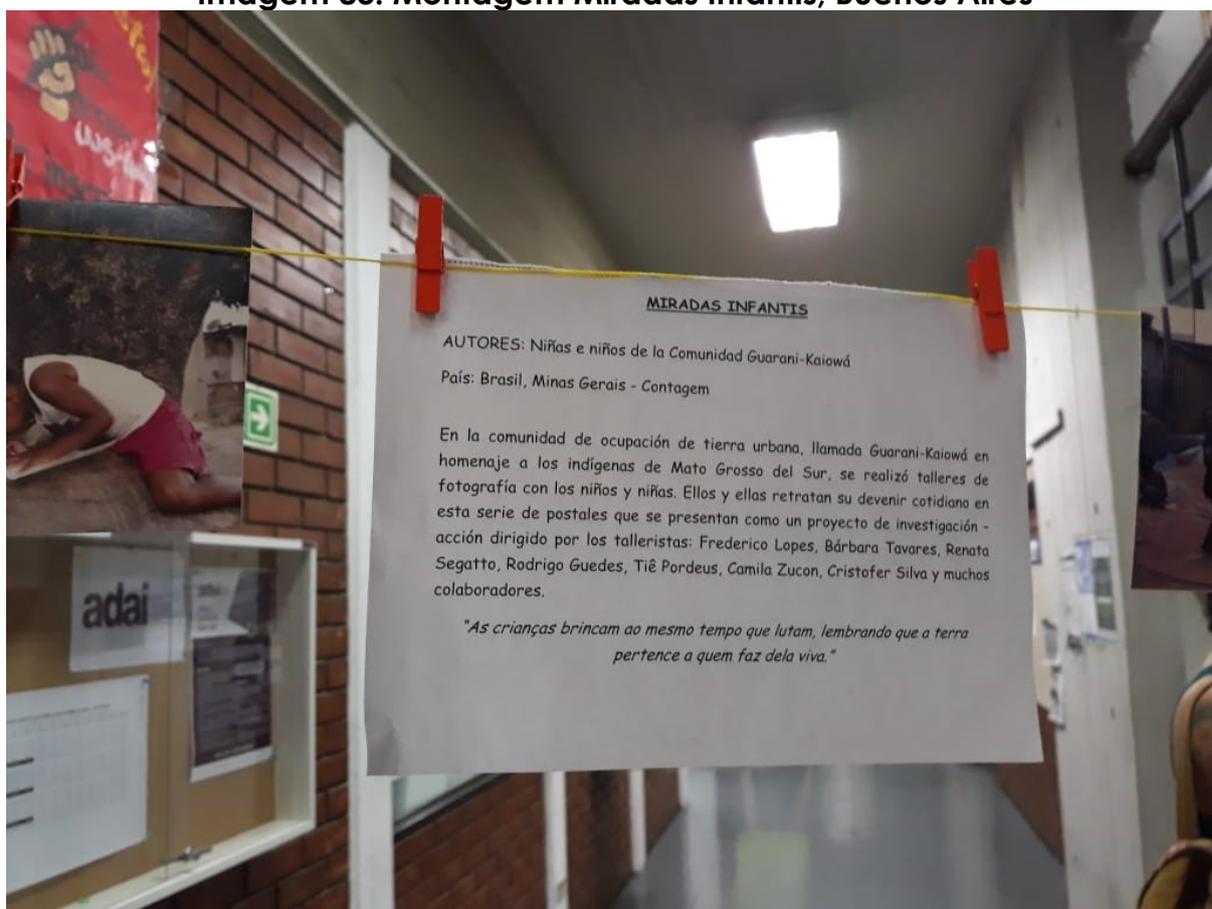
O curioso é que os postais representam muito mais que fotos impressas, eles permitem uma apropriação e interação por terceiros. Em algumas ocasiões as crianças se apropriaram do material, escrevendo recados e mensagens para as(os) amigas(os). Outras situações, as crianças desenharam no verso, presenteando alguma pessoa querida. Por fim, em um caso específico, os postais, dentro da Comunidade, foram utilizados como “correio-elegante”, ou mais certamente, como “correio-deselegante”, com um cartão acompanhado da mensagem “menina feia” no seu verso. Penso que poderíamos ter trabalhado mais essa (re)apropriação, numa recriação do postais pelas crianças, num contínuo artístico. Algo que pode ser feito no futuro, no seminário/sarau/exposição, programado para acontecer em setembro deste ano, embaixo da mangueira, em parceria com Igor, ex-morador da Ocupação.

Nessas foto-postais, registradas pelas crianças participantes das oficinas, se apresenta a Ocupação nos seus contornos reais, cotidianos, com crianças, adultos, casas e barracos, plantas, árvores e animais, “sujeitos, grupos e coletivos, que territorializam a comunidade, ou seja, a tomam para si, constroem redes e compartilham o espaço” (DOMINGUES, 2019, p. 97).

Ter um postal com a foto da sua casa, do seu bairro, onde aparece você e seus irmãos, me remete ao início da conversa, quando encontrei na banca de revista os postais reais, da cidade de Belo Horizonte. Percebe-se um processo de (re)valorização social, de combate aos estereótipos, com ressignificações positivas nas(os) ocupantes e em toda a Comunidade.

O interessante é que as exposições não pararam por aí. Em novembro de 2018, montamos novamente, desta vez com a contribuição de Camila Zucon, as fotos-postais no varal, de forma manual e simples, dentro da Escola de Belas-Artes da Universidade de Buenos Aires, na capital argentina. Estávamos participando de um Congresso de Pensamento Crítico, com gente de toda latinoamerica, e não podíamos perder a oportunidade de divulgar o trabalho naquela oportunidade.

Imagem 83: Montagem Miradas Infantis, Buenos Aires



Fonte: Camila Zucon, acervo próprio, 2018.

O projeto Olhares Infantis rodava a América Latina, com passagens pela Colômbia e Argentina, divulgando o trabalho das crianças GK e a luta pela terra e moradia da Ocupação. Porém, apesar do sucesso internacional, sentia que na própria cidade de Contagem a produção GK era pouco conhecida. Deste modo, surgiu a oportunidade de montar a exposição dentro da programação do Festival de Cultura Independente de Contagem (F5)⁴⁷, junto com a Feira da Biblioteca Cultural do CapaBode⁴⁸, ocorrida em trinta de

⁴⁷ Festival auto-organizado por artistas e produtores culturais da cidade, com apresentações musicais, teatrais, cinematográficas, oficinas e cursos. "Organizado desde 2011, totalmente colaborativo, o F5 tem como pautas a união dos artistas independentes e a democratização do acesso à cultura" (UFMG, 2018). Disponível em: <www.ufmg.br/comunicacao/noticias/f5-festival-de-cultura-independente-movimenta-contagem-nesses-fim-de-ano>. Acesso em 30 de jul. 2019. Para saber mais: <www.facebook.com/festivalF5/>.

⁴⁸ Projeto comunitário idealizado por Giselle Alves Lopes e Frederico Alves Lopes em parceria com a Associação dos Moradores do bairro Nossa Senhora de Fátima, Contagem/MG. Mais informações: <www.facebook.com/BibliotecaCapaBode/>. Último acesso em 12 de jul. 2019.

novembro de 2018 (Anexo). A ideia era a ida das crianças para a exposição, realizando o intercâmbio com a biblioteca comunitária, entretanto não foi possível, devido ao excesso de festas e corre-corre do final de ano.

Posso afirmar que a produção artística Olhares Infantis agregou valor à investigação acadêmica, na tentativa de união entre arte e ciência. Como salientado, esse era o objetivo, na soma interdisciplinar de aspectos que hoje estão fragmentados, a saber: a reflexão filosófica, o fazer artístico e a produção científica. É necessário romper com a especialização contínua que caracteriza a época contemporânea, numa divisão do trabalho que separa e empobrece a atividade de artistas, cientistas e filósofos. Não perder de vista a totalidade que assinalada a vida social é uma defesa desse estudo, não somente teórico, mas sobretudo prático.

A saber, Lefebvre (2011, p. 116) defende caminhos semelhantes, afirmando ser propedêutico essa (re)união entre arte e ciência, já que, “necessária como a ciência [...] a arte traz para a realização da sociedade urbana sua longa meditação sobre a vida como drama e fruição”. Igualmente, prossegue o filósofo francês, a arte “oferece múltiplas figuras de tempo e de espaços apropriados: não impostos, não aceitos por uma resignação passiva, mas metamorfoseados em obra” (*ibidem*). E seguindo seus passos, foi desencadeada uma apropriação de tempos e espaços infantis, com o trabalho das crianças GK cultivando obras outras, como fotos, postais, vídeos e filme.

O devir se constitui, nesse sentido, na prolongação da vida, através da arte, em conjunto com a ciência e a filosofia, juntas na concretização utópica. Destarte, após a virada do ano, os caminhos se abriram para mais uma realização, o ápice talvez, da obra artística da Comunidade⁴⁹. Em parceria

⁴⁹ Aqui no texto, ora intitulamos Comunidade, ora Ocupação. O termo Ocupação, tal como pode ser visto na discussão do terceiro capítulo, nas controvérsias semânticas, tem intenso apelo político, diferenciando-se do termo invasão. Comunidade, por sua vez, é largamente utilizada por moradoras(es) das classes populares, trazendo a noção de comunhão, e não de conflito, entre as(os) participantes. Assim, como alerta Lourenço (2014, p. 69), em alguns momentos, o termo Ocupação é estrategicamente evitado, “para não impedir o estabelecimento de diálogos com atores contrários à ação”. Na inscrição da proposta de

com Mayara Escanhoela e Guilherme Brant, o trabalho das meninas e meninos da GK foi selecionado para compor mais uma exposição, desta vez no Centro Cultural de Contagem, dentro do projeto Tudo a Ver (anexo).

Marcado para abril de 2019, programei essa ocasião como o fechamento do meu trabalho de campo na Guarani Kaiowá, formulando um encontro especial, com a ida das crianças para a abertura da exposição, criando espaço para elas se expressarem artisticamente e socialmente pela cidade. Assim sendo, foi firmada uma parceria com o projeto Apoema Sarau Livre⁵⁰, aproveitando a ocasião de abertura da exposição, para fomentar a apropriação dos espaços públicos, a criação poética e o intercâmbio dos movimentos culturais com o movimento de luta pela moradia, fortalecendo ambos, num processo de cooperação e união, mais que necessários nos tempos que correm.

Em colaboração com Mayara e Guilherme, confeccionamos mais cartões-postais e editamos as filmagens realizadas pelas crianças, organizando o curta-metragem "GK, a gente é uma comunidade"⁵¹. Marcamos então, o lançamento do filme para o dia da abertura da exposição, juntamente com o Sarau Apoema, e a troca de saberes com as crianças GK (anexo).

Uma preocupação era garantir a ida das(os) moradoras(es) para participar do encontro, sabendo da novidade que era para muitas pessoas da Ocupação entrar em um centro cultural, participar da exposição, prestigiar suas obras, se apropriar do momento, que de fato era de

exposição no Centro Cultural fizemos a escolha por Comunidade Guarani Kaiowá, justamente por isso, no receio que algum funcionário da prefeitura vetasse a proposta, apreciando-a como ilegal ou ilegítima.

⁵⁰ Sarau auto-gestionado, idealizado pelo artista Jessé Duarte, realizado sempre na última sexta-feira do mês, na cidade de Contagem/MG. Mais informações: <www.facebook.com/ApoemaSarauLivre>. Último acesso em 28 de jul. 2019.

⁵¹ O filme, após ser lançado no Centro Cultural de Contagem, foi exibido na própria Ocupação. Além disso, a obra foi selecionada para o Encontro de Comemoração dos 60 anos da Revolução Cubana, ocorrido em Havana, em outubro de 2019. Após essa exibição ele foi disponibilizado gratuitamente na internet. Link de acesso: <https://vimeo.com/366649877>

coprotagonismo delas. Com o apoio de Hygor Hawl, amigo e Conselheiro de Juventude de Contagem, fomos na GK, um dia antes da abertura da exposição, divulgando e mobilizando as(os) moradoras(es), especialmente as crianças, para o grande dia. Uma curiosidade: estava ocorrendo ensaios de quadrilha para a festa junina GK, e um dos ensaios estava marcado para sexta-feira, dia (26/04/2019), justamente o dia da abertura da exposição e troca de saberes. Convidamos todas(os) para encontro no Centro Cultural, mas não podíamos obrigá-los a irem. Assim foi feita uma Assembleia, entre o organizador da quadrilha e as crianças, para decidir se iriam ensaiar ou ir na exposição. Por unanimidade elegeram a ida ao Centro Cultural. Fiquei muito feliz e aliviado naquele momento, confirmando a importância da ida à GK um dia antes da exposição, compreendendo a relevância para as camadas populares da interação direta, da conversa franca, do convite pessoal para a mobilização coletiva. Se tivesse apostado somente na divulgação e convite virtual, como é costumeiro atualmente, não teria tido êxito.

Pois bem, com a contribuição de Isabel e Thais, amigas e advogadas, ambas das Brigadas Populares, alocamos um ônibus para o transporte da GK até o Centro Cultural. Estava ansioso, era o momento especial, a culminação das oficinas de fotografia e vídeo, que estávamos realizando durante todo o ano de 2018 e início de 2019. Percebi que as crianças também estavam ansiosas, sabendo do lançamento do filme que elas mesmas filmaram.

Um adendo: para concretizar esse acontecimento, foi necessário repensar o adultocentrismo inculcado em mim, meu próprio orgulho, meus desejos pessoais. Assim, lado a lado com as crianças, eu parecia também uma criança ansiosa, na véspera de um grande dia. Foi imperativo descobrir e enxergar as crianças GK como sujeitos sociais, produtoras de suas próprias histórias e ativas nos seus processos de criação e produção social, política e cultural. Ação tão difícil, como afirma João Domingues (2019, p. 167), “distante das abordagens que, tradicionalmente, as políticas públicas e as instituições, especialmente a escola, desenvolvem sobre as infâncias negras e empobrecidas.

Finalmente, chegara o dia da abertura da exposição, vinte e seis de abril, tudo estava pronto – a partir do incansável trabalho de Giselle Alves e Fernando Perdigão, trabalhadores do Centro Cultural -, foto-postais montadas na sala de visitação, estrutura de telão e som do Sarau Apoema disposta no jardim, pipoca, suco e salgadinhos separados, barraquinhas de comida e bebida montadas, repórteres da Prefeitura presentes. No entanto, faltava o mais importante, as crianças GK, autoras das obras expostas. “Eles vão vir não?”, perguntava os mais ansiosos. Assim, por volta das sete e quarenta, colocando fim à minha aflição, chegava o ônibus trazendo as(os) protagonistas da noite, ônibus cheio por sinal, de Guaranis e Kaiowás artistas e lutadores.

Imagem 84: Rolezinho no Centro Cultural



Fonte: Frederico Lopes, acervo próprio, 2019.

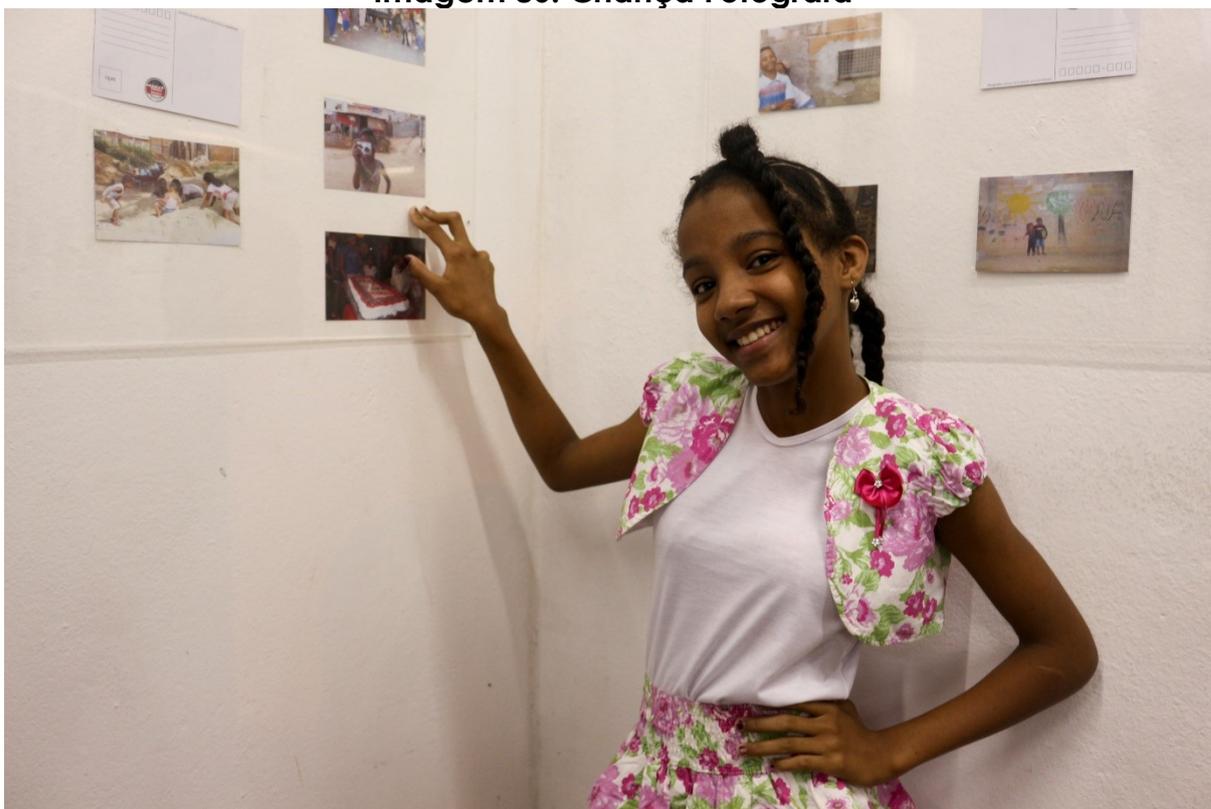
Imagem 85: Chegada ao Centro Cultural



Fonte: Newton de Castro, Prefeitura de Contagem, 2019.

Uma jornalista da Prefeitura de Contagem, juntamente com um fotógrafo, muito solícitos, por sinal, fizeram a cobertura do evento, publicando uma matéria no portal da Prefeitura, que dizia sobre o acontecido naquela noite:

O ponto alto da noite foi a chegada de cerca de 50 pessoas da Comunidade GK ao Centro Cultural, para que pudessem ver a própria exposição, assistir ao curta que produziram em um telão instalado no jardim do local, junto à Praça da Jabuticaba, e experienciassem uma vivência bem diferente do dia a dia da meninada – muitos deles nunca haviam feito uma foto na vida, como uma criança Guarani, de 11 anos. Ela conta, entre a apresentação das fotos em que aparece ou foi a fotógrafa, que também nunca havia ido a museu ou algo parecido: “Estou achando muito bom tudo isso”, resume a criança-fotógrafa (Carolina Brauer, Prefeitura de Contagem, 2019).

Imagem 86: Criança Fotógrafa

Fonte: Newton de Castro, Prefeitura de Contagem, 2019.

Na ocasião da chegada, sentia as(os) moradoras(es) mais receosas, com o sentimento de não conhecerem e não pertencerem àquele espaço da cidade - mesmo a Ocupação localizando-se relativamente perto do Centro Cultural -, local da contemplação artística, espaço e tempo de ócio e lazer, tão raro na vida da classe trabalhadora brasileira. Porém, após a timidez inicial, os ares ficavam mais naturais. O fato do Centro Cultural ser na praça, deixava as pessoas mais à vontade, com as crianças soltas, correndo e brincando pela grama; os jovens, por sua vez, aproveitavam o momento para dar um “rolezinho”, namorar e se divertir pelos cantos; os adultos, por sinal, também se divertiam, porém mais timidamente, naquele momento pouco usual, na vida de pessoas que trabalham tanto e têm escassos espaços e tempos de lazer.

Tomei a conduta de deixá-los livres, Guaranis e Kaiowás, evitando a postura lastimosa, que acabamos cometendo, apoiadores externos e militantes de Movimentos Sociais, tutelando os sujeitos populares, numa

burlesca pretensão de vanguarda intelectual, política e social. Mesmo na mais boa vontade – nós os “intocáveis”, como Lourenço (2014, p. 121) intitula os apoiadores e militantes – “partimos de ideias, pressupostos, experiências e convicções que não são idênticos aos dos moradores das ocupações. Assumindo o papel de autoridades, tolhemos a oportunidade de esse outro universo se manifestar”. Deste modo, atuei naquela noite, na tentativa de não podar a livre expressão das(os) moradoras(es), sobretudo em um espaço pretensamente formulado para a liberdade de ideias, artísticas e culturais. Vale sublinhar, por exemplo, uma moradora, que sumiu por algum momento, e quando foram ver, ela estava no grupo de oração, que acontecia na praça, à alguns metros da exposição.

Imagem 87: Visitação exposição Olhares Infantis



Fonte: Mayara Escanhoela, acervo próprio, 2019.

Ao se dirigirem à sala de visitação, onde estavam expostas as fotopostais, observava a ocorrência de uma espécie de choque, misto de

estranhamento e alegria, ao se depararem, com seus rostos e corpos, expostos numa parede, numa materialização de suas vidas comuns em uma obra artística finalizada. Não tenho certeza, pois eu também estava imbuído e muito atarefado no processo, tentando compreender aqueles momentos, mantendo uma postura de pesquisador vigilante, ao mesmo tempo que recebia as pessoas, conversava, interagia e buscava também me divertir, pois além da exposição ocorria as apresentações no Sarau.

Nesse misto, tentando aproveitar a noite e refletir sobre o que ocorria à minha volta, constatei um detalhe, provavelmente despercebido pelos demais, mas diretamente notado pelas crianças: no afã de divulgar o coprotagonismo das crianças GK e combater o adultocentrismo, cometemos justamente uma prática adultocêntrica.

Façamos um exercício, uma brincadeira, exercício de encontrar o erro: observe detalhadamente a próxima imagem e encontre o problema na foto.

Imagem 88: Exposição foto-postais Olhares Infantis



Fonte: Newton de Castro, Prefeitura de Contagem, 2019.

Constatou? Expondo o trabalho artístico das crianças, ou seja, seus olhares infantis acerca do território GK, não levamos em consideração a singularidade do olhar infantil, montando a exposição das foto-postais no alto, para ser apreciado por sujeitos adultos, mas longe da altura de visão das crianças, as autoras das obras. Na hora da montagem não atinamos para esse detalhe, passando despercebido pela curadoria coletiva. É assim que as práticas adultocêntricas são reproduzidas, numa naturalização do olhar, das vozes e práticas dos adultos, se colocando acima e por cima da condição infantil, não reconhecendo a singularidade do mundo das crianças.

Uma coisa é certa, vejo que a realização dessa investigação junto às crianças me transformou como pessoa, contribuiu na minha formação humana, não sendo mais possível voltar a ser quem eu era, uma pessoa que não problematizava a condição infantil. Refletir sobre os processos adultocêntricos, assim como ocorre com o racismo, o machismo e a reprodução de classe, é indispensável para transformarmos a nós mesmos, e nessa sequência lutar pela transformação do mundo. Imprescindível, nesta caminhada, para quem se propõe estar com as crianças, [...] olhar para estas infâncias, quem sabe, com os olhos cheios de vida que queremos para todas as crianças, porque só as crianças conseguem espelhar a vida no seu olhar (Dornelles, 2005 *apud* Feitosa, 2011). Romantismo? Evidente! “Hay que endurecerse, pero sin perder la ternura jamás”.

Continuando as atividades, afinal, a noite é uma criança, uma outra cena chamou atenção: a apropriação dos espaços pelas crianças. Elas não foram para o Centro Cultural consumir cultura, pois, elas são produtoras de cultura. Assim, longe de manterem uma atitude contemplativa de suas próprias obras, elas produziam outras obras, desenhando no quadro presente dentro da sala de visitação.

Imagem 89: Arte na exposição artística

Fonte: Crianças GK, 2019.

Não parava por aí, além dos desenhos, num determinado momento começou aulas de matemática, com uma criança GK, ensinando a tabuada para os demais. Uma outra, conhecidamente mais mimada que os demais, queria ver escrito somente seu nome no quadro. E os funcionários do Centro Cultural atentos, receosos das crianças extrapolarem, fazerem arte nas paredes brancas, por exemplo. Em um outro momento, quando fui ao banheiro, encontrei as crianças lutando capoeira, melhor dançando, numa sala que não estava aberta à visitação, deixando os funcionários meio atordoados com a situação.

Imagem 90: Aula de matemática



Fonte: Crianças GK, 2019.

Imagem 91: GK na exposição Olhares Infantis GK



Fonte: Mayara Escanhoela, acervo próprio, 2018.

Além das foto-postais expostos, tínhamos na mesma sala, a exibição do vídeo Olhares Infantis, e mais tarde, no grande momento, no telão montado no jardim, ao lado de fora, a exibição do filme "GK, a gente é uma comunidade". Se as crianças estavam se divertindo? Claro que sim, onde quer que elas estejam, elas irão brincar, lembrando ser essa uma condição infantil.

Chegada a hora da exibição do curta-metragem, nos detemos um tempo para conseguir silêncio dos presentes. Após o início, uma mistura de silêncio entrecortado por gargalhadas. Se ver no telão, é uma sensação diferente, meio vergonhosa, meio orgulhosa, imagino. Não sei direito o que as(os) participantes sentiram, não lembro de ter conversado diretamente sobre isso com elas(es), a verdade é que eu estava mais animado e vaidoso com a produção do que as(os) próprias(os) moradoras(es). E como as palavras mais sinceras são de crianças, bêbados e loucos, chamamos as crianças para falarem ao microfone, após o término da exibição. Um princípio de briga ocorreu entre elas, com troca de socos, para ver quem ficava com o microfone. Esperei de alguma Kaiowá ir separar, mas como ninguém se mexeu, fui obrigado a apartar a confusão, que na verdade foi mais cômica que trágica. Após definir a ordem de fala, garantindo espaço para todas, uma criança GK, que deu nome ao filme (quando disse numa filmagem "a gente é uma comunidade") expressou que adorou o curta das crianças, contudo, "não foi bem as crianças que produziram", disse ela, denunciando que a edição e produção final foi realizada por Guilherme Brant, Mayara Escanhoela e eu. O papel das crianças? Realizaram as filmagens. Esse fato joga atenção no processo idealista que produzimos, de querermos mostrar, ou fingir, que as crianças tudo fizeram, o que não é verdade. Sem os adultos não teríamos cartões-postais nem filme, no máximo filmagens e fotos guardadas no cartão de memória. Por isso, realizamos no próximo capítulo a discussão do protagonismo infantil, que muito mais que ações dirigidas pelas crianças, existe na verdade, uma cooperação social entre crianças e adultos. Sem atropelar o debate, passamos para o próximo acontecimento da famigerada noite de outono.

Imagem 92: Criança fotógrafa



Fonte: Newton de Castro, Prefeitura de Contagem, 2019.

Imagem 93: Exposição foto-postais



Fonte: Newton de Castro, Prefeitura de Contagem, 2019.

Caminhando para o final, podando minha própria empolgação infantil, descrevo mais um acontecimento que mereceu atenção: o intercâmbio étnico realizado na noite. Gisele Moura - a artista que também estava expondo no Centro Cultural, com pinturas profundas retratando paisagens -, promoveu uma intervenção antropológica no Sarau, convidando as crianças Guarani a cantarem, juntamente com ela, cânticos indígenas. No começo estavam resabiadas, mas diante do carisma da cantora os presentes se juntaram à atividade. Numa espécie de meditação ritualística, Gisele cativou o público, promovendo algo que ninguém esperava, envolvendo as crianças num canto Guarani, de agradecimento à Mãe Terra.

Imagem 94: Apoema Sarau Livre



Fonte: Newton de Castro, Prefeitura de Contagem, 2019.

Fechando sua participação e comprovando sua singelidade, Gisele Moura convidou as crianças a plantarem uma muda de jabuticaba, afinal estávamos na Praça das Jabuticabas. Nada melhor para se conectar com a natureza, após meditar e cantar para a Mãe Terra, do que plantar uma árvore. Foi preciso uma contenção da energia das crianças para participarem da atividade, pois a muda era pequena, mas a empolgação das crianças

enorme. Severino Iabá, professor e ambientalista, grande plantador de árvores, que coordena o projeto do Boi Rosado Ambiental, foi o doador da muda, ajudando as crianças na replantação.

Imagem 95: Agradecimento à Mãe Terra



Fonte: Newton de Castro, Prefeitura de Contagem, 2019.

Imagem 96: Muda de Jabuticaba na Praça das Jabuticabas



Fonte: Crianças GK, 2019.

Imagem 97: Plantar para colher

Fonte: Crianças GK, 2019.

Imagem 98: Re-Floresta

Fonte: Frederico Lopes, acervo próprio, 2019.

Karl Marx afirma que é pelo trabalho que o ser humano se constitui. Lévi-Strauss garante que é a produção de cultura que nos define. Aristóteles assevera a política como nossa singularidade. Sartre sublinha nossa condenação à liberdade. Hannah Arendt salienta a tolerância para a condição humana. Heidegger certifica na linguagem nosso caráter ontológico. Paulo Freire enfatiza o sonho como capacidade humana. Um dito popular, por sua vez, assegura, de forma pragmática, que somente nos efetivamos quando conseguimos concretizar três ações: plantar uma árvore, escrever um livro e ter um filho.

Árvore ainda criança plantei; nessa dissertação escrevo minha obra; já meu filho, esse ainda não nasceu, pois eu ainda sou o filho. Mas encontrei nas crianças GK - filhas da esperança, netas da utopia - a faísca do sonho de um mundo melhor. Suas linguagens, as vezes violenta, mas sempre honesta e simples. Crescendo na GK elas exercitam a tolerância, sendo condenadas à liberdade de crescerem livres no território, lutando na política de gente grande, desde pequenas. Produzem cultura diariamente, expondo suas artes e obras para a cidade. Com elas aprendi que o caráter ontológico do trabalho nos constitui desde a mais tenra idade.

Finalizamos o capítulo Olhares Infantis, apresentando uma parte da arte realizada pelas meninas e meninos, através de fotos, vídeos e postais. Depois de muitas histórias e estórias ao lado das crianças, pode-se dizer que um pouco é inventado, outro tanto aumentado, mas no fundo garanto, é tudo verdade. Apresentaremos no capítulo seguinte a discussão do protagonismo arbóico, a importância de uma árvore especial para a Ocupação Guarani Kaiowá.

6. À SOMBRA DESTA MANGUEIRA

6.1 Espaços de brincadeiras, Espaços de lutas⁵²

*Sou criança, sou negra
Também sou resistência.
MC Soffia, Menina Pretinha.*

Imagem 99: Pé de Manga GK



Arte: Manuel Pupim, primavera de 2018.

A experiência de viver em uma Ocupação é singular, gerando experiências únicas nas(os) suas(es) moradoras(es). Não obstante, nenhuma comunidade é igual à outra, cada uma possui sua especificidade, sua peculiaridade. Aposto a dizer que na GK, uma característica exclusiva, aquilo que ela tem de especial, é, sem receio de errar, o Pé de Manga.

O Pé de Manga, que na verdade são dois – um grande e outro menor – , é o lugar coletivo por excelência, espécie de praça da Ocupação, lugar do

⁵² Esse capítulo foi escrito com a contribuição de Camila Zucon Ramos de Siqueira, sem a qual não seria possível as categorizações geográficas.

encontro e do desencontro. Centro geográfico da GK, localizado no coração do terreno. E ao mesmo tempo, um espaço social, local onde são realizadas as festas, as orações, as assembleias, reuniões, enfim, também, as idas e vindas do dia a dia, inclusive as decisões políticas.

Imagem 100: À Sombra desta Mangueira



Fonte: Camila Zucon, acervo próprio, 2017.

Este capítulo, intitulado “À Sombra desta Mangueira”, que também nomeia a dissertação - em referência ao livro de Paulo Freire publicado na década de 90, onde ele reflete sobre sua infância, no quintal de sua casa, cheio de frutas, no bairro de Casa Amarela, no Recife -, foca esforços em analisar as relações e conflitos forjados neste lugar singular do território da GK.

O que propomos aqui então é uma análise espacial, através desse lugar particular (Pé de Manga) dentro do território da Ocupação Guarani Kaiowá. A busca pela compreensão do espaço consiste no exercício intelectual de

apreender as relações sociais que se produzem, pensando a produção social que se materializa e constantemente influencia, e é influenciada, por esse acúmulo material ao longo do tempo. E neste acúmulo material as crianças se fazem presentes, com suas vozes e corpos, não sendo possível negar o espaço como elemento fundante da infância e das crianças, nos obrigando a olhar o espaço “para além de sua dimensão de superfície, palco de apoio para as ações humanas, mas reconhecer sua importância na produção, sistematização e criação da vida e como lócus de vida” (LOPES; FERNANDES, 2018, p. 210).

A relação tempo/espaço é inseparavelmente necessária para produzir a distribuição das coisas e das pessoas na GK e no mundo. Como diria Milton Santos (1999), o espaço é uma acumulação desigual de tempos. Pensar essa relação espacial nos possibilita compreender um acúmulo de diferentes tempos, aqui neste caso, desde o início da Ocupação em 2013, até os dias atuais, em 2019 – sem negligenciar o passado mais remoto e o futuro que ainda está por vir. Desta forma, “todo o espaço geográfico é uma expressão construída na vida e de onde a vida se origina, relação da qual as crianças não estão fora”, afirmam Lopes e Fernandes (2018, p. 210), autores que se propõem a construir uma Geografia das Infâncias.

Hernández (2004 *apud* Colorado, 2009, p. 37), de maneira poética afirma, território é parte integral da vida das pessoas, e por isso “não falam separado do meio ambiente e do território, pois tudo está imerso no conceito de território, a vida humana mesma”, assim, se dizem que do território “saímos e a ele voltamos”, não obstante, temos “humanizado o território, naturalizando-o”, porque, sem embargo, “para nós o território não é um bem comercial”.

Para especificar a relação entre espaço e poder, e nos permitir a compreensão mais pontual de um fenômeno, nos referimos a noção de território, como dimensão política e identitária do espaço, neste estudo específico, o território da Ocupação. Como elucidada Rogério Haesbaert, em seu livro “Des-Territorialização e Identidade”, a complexidade do território

implica dinâmica de poder, de cultura, de fronteiras, de legitimidade, extrapolando e ampliando a noção de política. Nesse sentido, seguindo seus passos, é necessário atentar que “o território deve ser visto na perspectiva não apenas de um domínio ou controle politicamente estruturado”, mas também de uma “apropriação que incorpora uma dimensão simbólica, identitária e, porque não dizer, dependendo do grupo ou classe social a que estivermos nos referindo, afetiva” (HAESBAERT, 1997, p. 41).

As experiências dos movimentos sociais latino-americanos nos confirmam, território é vida, ou como em Lefebvre: o território é a base. E neste sentido, apesar de Haesbaert (1997) considerar o conceito de território também como possibilidade de apropriação afetiva, essa dimensão afetiva nos remete propriamente ao conceito de lugar, entendido enquanto relações afetivas que as pessoas estabelecem com o espaço, afinal, “o que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e dotamos de valor” (TUAN *apud* LOPES, 2013, p. 287). Esta apropriação do espaço se constitui de maneira singular pelos sujeitos envolvidos, denotando uma construção a partir do fluir da vida, numa utilização do território, supondo sua constituição como lugar.

Igualmente, nossa análise espacial busca compreender a importância desse lugar singular que é o Pé de Manga, presente no interior do território da Guarani Kaiowá, a partir da apropriação realizada pelas crianças, como é constitutivo dessa dissertação, examinando a relação entre os sujeitos infantis e as mangueiras, relacionando esse espaço de brincadeira também como espaço de luta, de trabalho e educação. Eis a “força do lugar”, de quem fala Milton Santos (1999).

Todas as pessoas que chegam pela primeira vez na GK, a conhecem *a priori*, a partir do Pé de Manga. Lembro-me de um professor de Direito, de uma Faculdade de Contagem, que me contatou por telefone no início de 2019, desejando levar um grupo de estudantes para um trabalho de campo na Ocupação. Dizia ele, que estavam estudando função social da propriedade, e que gostaria que os estudantes conhecessem de perto um movimento que

reivindica o que estavam estudando na teoria. Aceitei seu pedido, liguei para alguns moradores, combinei dia e horário da visita, e retornei ao professor com o parecer positivo. Informei que poderiam chegar no dia e horário marcados, estava tudo confirmado. Assim ele indagou: "Onde vamos encontrar, se não conhecemos a Comunidade?". Ao passo que respondi: "É só irem ao Pé de Manga, moradoras(es) encontrarão vocês lá".

O que quero dizer ao descrever essa estória, é que o Pé de Manga, muito mais que uma simples árvore, é o cartão de visita da GK. Um ponto de descanso para muitos que passam, um ponto de encontro para muitos que chegam, um lugar que dá sombra fresca em meio à tarde ensolarada, que gera boas conversas aos que descansam sentados ao pé da árvore.

Li no convite de exposição da artista Gisele Moura⁵³ – seus quadros são pinturas de paisagens, sobretudo florestas e natureza – que "plantar árvore é resistir ao deserto". E no caso da Ocupação, não cortar o Pé de Manga, é resistir ao individualismo, deixando de pé a árvore que agrega todas(os) sem distinção.

O que eu gosto aqui na comunidade é porque, aqui assim, [...] aqui num é igual lá na rua... Aqui tem seus probleminha mais, aqui é bom demais, as criança tem diversão, pode ir pro Pé de Manga, brincar, correr, sabe, pode divertir, a gente sempre fica de olho. Isso aqui é tipo assim, é uma experiência de vida que eu não tive na minha infância que as minhas "filha" têm, delas ser feliz, isso eu não tive (MORADORA KAIOWÁ *apud* MAIA, 2017, p. 161).

Verifico na fala dessa moradora Kaiowá, que o Pé de Manga é a possibilidade das crianças serem felizes. Aqui na GK "as crianças têm diversão", pois, podem "correr, brincar e divertir no Pé de Manga", e finaliza sentenciando: "isso eu não tive", "é uma experiência de vida que eu não tive na minha infância". Poder correr, brincar e se divertir é um direito de vida de qualquer ser humano, sobretudo de uma criança, direito nem sempre garantido a todas existências.

⁵³ Gisele Moura é artista plástica, formada na Escola de Belas Artes da UFMG. Sua exposição no Centro Cultural de Contagem foi durante o mês de abril de 2019, numa sala ao lado da exposição Olhares Infantis, das fotopostais das crianças GK.

A vida contemporânea navega, apesar de corajosos nadadores irem contra a maré, cada vez mais em direção ao individualismo, à privacidade do lar, à individualidade do ser, em detrimento da comunhão da rua e dos espaços públicos, “um estilo de vida que privilegia o privado em lugar do público, que segrega, mas não congrega, que aparenta sem, necessariamente, ser”, como afirma Maria de Fátima Almeida Martins, Sergio Martins e José Debortoli (2008, p. 24), ao investigarem as infâncias na metrópole belo-horizontina.

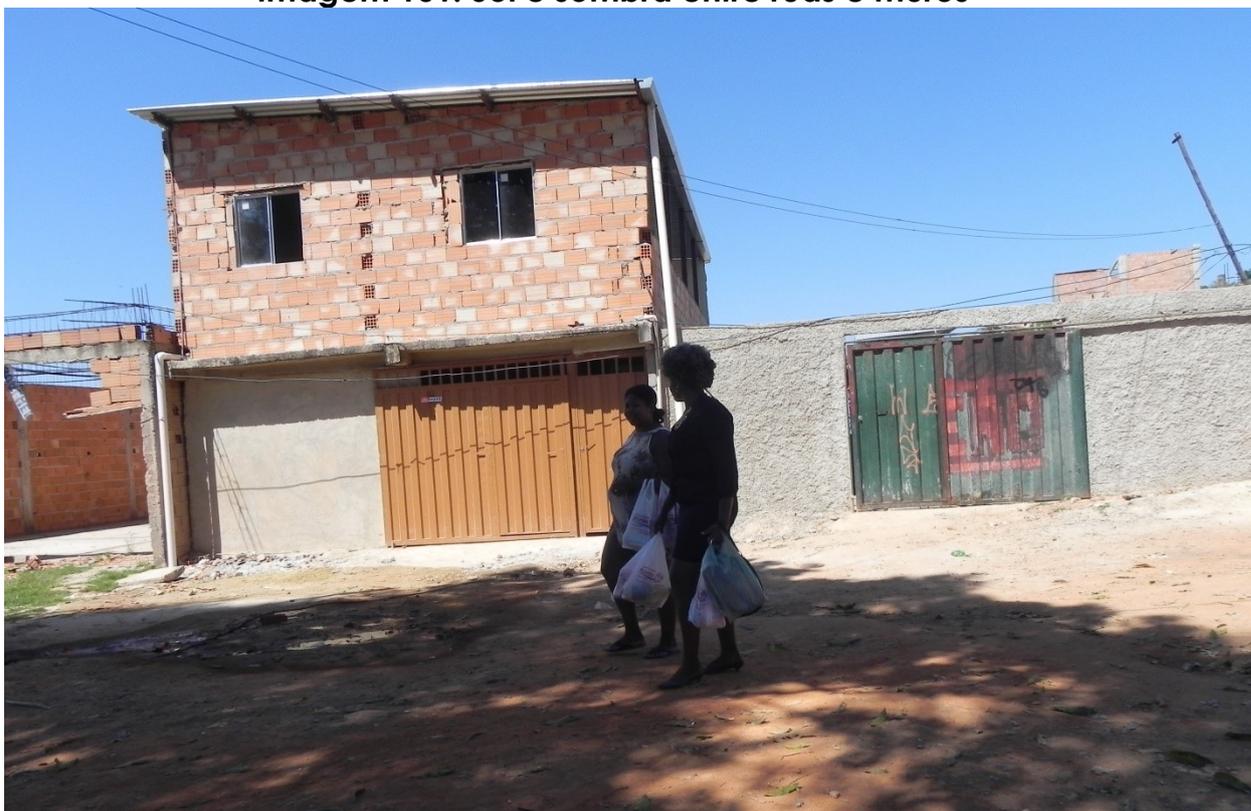
Após os primeiros três anos da GK, assim como de outras ocupações, quando o perigo de despejo se afasta momentaneamente, as(os) moradoras(es) começam a tomar coragem e construir casas de alvenaria, no lugar dos barracos de pau e lona preta. Esse processo contínuo, denominado autoconstrução, entendido “como provisão de moradia onde a família [...] decide e constrói por conta própria a sua casa, utilizando seus próprios recursos e, em vários casos, mão-de-obra familiar, de amigos ou ainda contratada”, sendo essa a “resposta possível para as famílias pobres em razão das condições políticas, sociais e econômicas que enfrentam” (NASCIMENTO, 2016, p.22). Todavia, “partimos do pressuposto que a autoconstrução é adotada pelo morador não simplesmente por falta de recursos e conhecimentos, mas também por opção a uma autonomia nas decisões espaciais” (LOPES, 2016, p. 32), posto que, “a autonomia não é um objetivo a ser atingido, mas é algo que já existe no processo em si”.

O que constatei na produção do espaço da Ocupação, através da autoconstrução das famílias, comparando minha vivência no primeiro e segundo ano (2013 e 2014), com a vivência durante minha pesquisa no quinto e sexto ano (2017 e 2018), foi que os tijolos e cimentos que ergueram casas, também elevaram muros.

E com base nessa autonomia específica, relativa e decisória, as famílias na busca pela privacidade da casa, através de um barraco para chamar de seu, constroem e se autoconstroem, colocando em evidência contradições que perpassam essa auto-nomia. Cercas deram lugar às paredes, muros se

ergueram, portões se fixaram, separando e consolidando o espaço privado no interior da coletividade da Ocupação. Na concretização da casa própria, advém, como consequência, a limitação das relações coletivas.

Imagem 101: Sol e sombra entre ruas e muros



Fonte: Crianças GK, 2018.

Sublinha-se que essa luta contra a propriedade privada a partir da busca pela própria propriedade privada é uma contradição inerente dos Movimentos que lutam por terra e moradia, do modo que, o fetiche da propriedade está intrinsecamente internalizado em nós. A aspiração das(os) moradoras(es), neste caso não somente da GK, mas também de outras Ocupações e Assentamentos, é terem o título pessoal do imóvel, do modo que o sonho da casa própria está entranhado em nossa cultura. Assim, não é de se espantar que muros e paredes delimitaram espaços individualizados no interior do território da Ocupação no decorrer do tempo. Entretanto, faz-se necessário expressar as palavras do uruguaio Raúl Zibechi (2015, p. 27), de que tampouco é certo “que a propriedade seja, em abstrato, um freio para se

constituir um sujeito”, porque nossa realidade empírica demonstra que “as lutas sociais latino-americanas provam justamente o contrário”, pois foi “precisamente a preservação ou recriação de espaços sob seu controle e posse o que permitiu aos setores populares resistirem às agressões do sistema”. Deste modo, nossa tese é a de que, a construção de moradias privadas pelas famílias da GK, através da apropriação e ocupação de um latifúndio urbano, é sim uma atitude de resistência e enfrentamento à lógica do capital, em que, espaços coletivos também são instituídos, proporcionando a germinação de relações outras. Zibechi (2015, p. 108) completa, “do ponto de vista quantitativo, estamos diante da tomada-ocupação-recuperação de milhões de hectares pelos habitantes ‘de baixo’, [...] através da ação direta coletiva-familiar-comunitária”, movimentos esses que se afirmam no território, enfrentando os poderes verticais e hegemônicos.

Entre espaços coletivos e privados, chegar na GK e ter que chamar um morador diante de um alto muro é uma experiência relativamente nova na socialização dentro desse território. Antes, bater palmas e já ir adentrando para dentro da casa, ou pelo menos do terreno, era o mais usual. Hoje, essa prática encontra-se cada vez mais difícil, pois a privacidade do lar é elevada em detrimento da coletividade da rua, com paredes, muros e portões sendo levantados e revestidos.

As ocupações no início, elas têm um poder de coletividade, estrondoso. Que a princípio eu achei que isso iria ficar sempre. Levei um susto. Foi um aprendizado. Falei, olha, não é não. A hora que o cara deu conta de levantar a casa dele, se ele puder pôe muro e portão, e vira as costas (LIMA *apud* LOURENÇO, 2014, p. 114).

Cabe afastar o risco de cair na idealização do que é coletivo ou comunitário, aqui reafirmo o compromisso de tentar compreender as relações que se constituem no território da GK a partir da realidade concreta, evitando nesse procedimento pré-julgamentos e idealizações. Este processo de crescimento da individualidade (para além de ser intrínseco à contemporaneidade, como destacado pelo sociólogo Georg Simmel), pode ser considerado inerente ao desenvolvimento de Ocupações, como afirmado

na fala acima, relatado também em outras experiências concretas, tais como em Assentamentos do MST. Abaixo a explicação razoável de um morador Kaiowá, a la Rousseau, para o enfraquecimento dos laços coletivos:

Só que ai hoje mudou muita coisa tá ao contrário, não tem a mesma unidade que tinha. Cada um faz pra si [...] Então teve uma mudança muito grande. Porque? A partir da venda do primeiro lote, veio entrando pessoas que não tava a par do combinado e que achou que ele tava comprando um terreno documentado que ele não dependesse de ninguém mais que não tinha participado de nenhuma luta. Ai onde começou a diminuição da confraternização do povo (MORADOR KAIOWÁ *apud* MAIA, 2017, p. 127).

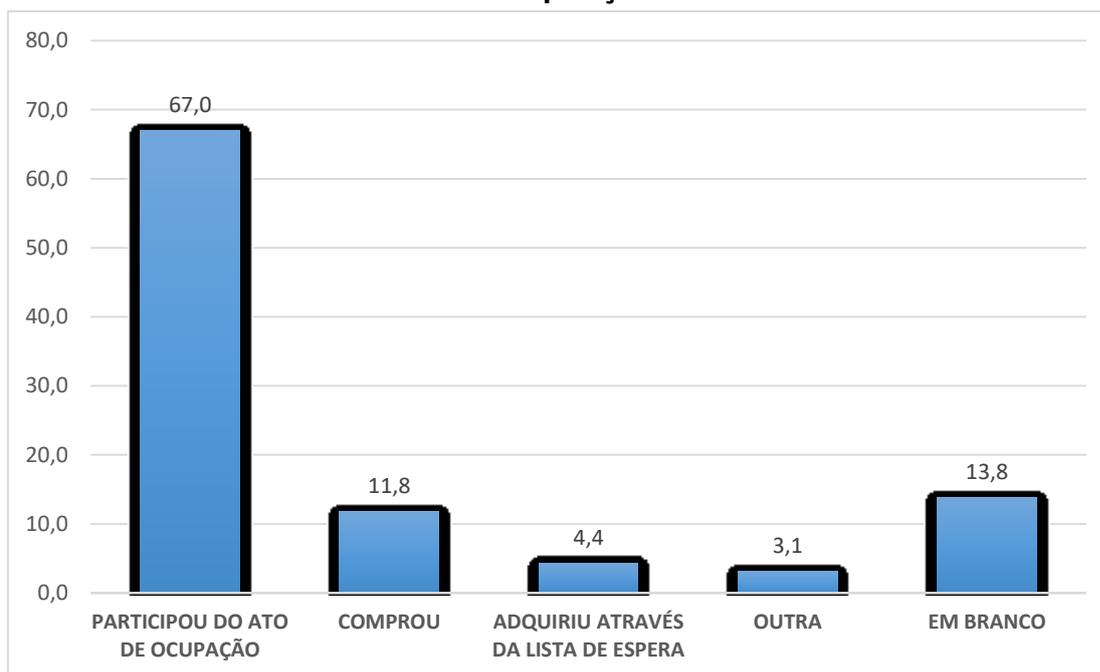
Aqui podemos elencar de modo ligeiro alguns fatores (de forma não hierárquica) que contribuem para limitar a mobilização social e conseqüente enfraquecimento de relações comunitárias entre as(os) moradoras(es): 1) diminuição do risco de despejo com o passar do tempo; 2) autoconstrução arquitetônica voltada para o privado; 3) mercantilização fundiária; e, 4) mudança do público inicial.

Os dados tabulados em maio 2019, a partir dos questionários aplicados na GK em agosto de 2018, apresentam um panorama de relativa mudança populacional da Ocupação, como pode ser observado a seguir:

Tabela 3: Como adquiriu o Lote

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem cumulativa
Válido PARTICIPOU DO ATO DE OCUPAÇÃO	369	67,0	67,0
COMPROU	65	11,8	78,8
ADQUIRIU ATRAVÉS DA LISTA DE ESPERA	24	4,4	83,1
OUTRA	17	3,1	86,2
EM BRANCO	76	13,8	100,0
Total	551	100,0	

Fonte: Censo demográfico Ocupação Guarani Kaiowá, 2018, tabulação Cíntia Avelino, 2019.

Gráfico 2: Aquisição do lote

Fonte: Censo demográfico Ocupação Guarani Kaiowá, 2018, tabulação Cíntia Avelino, 2019

Os dados exibidos na tabela e no gráfico precisam de ponderações. Primeiro, porque a coleta não foi realizada de maneira a seguir a rigorosidade dos parâmetros científicos de pesquisa social, sendo coletados por aplicadores da Ocupação ou auto-aplicadores, com objetivos jurídicos e sociais, não propriamente científicos. Segundo, pela existência de uma pressão social para que os respondentes afirmem que participaram do ato de ocupação, podendo esse índice (67% participaram do ato) estar sobre avaliado. Mesmo assim, o fato de quase 20%, de um total de 126 cadastros familiares respondidos, terem afirmado que não participaram do início do movimento, é um dado que corrobora com os relatos de mudanças populacionais e relações comunitárias.

De forma saudosista, as(os) moradoras(es), Guaranis e Kaiowás, relembram os primórdios da Ocupação como coletivos por excelência, momentos de união comunitária: "Aquela época que era boa, era todo mundo junto, unido, a gente ficava junto na cozinha comunitária, agora é cada um no seu quadrado [...] agora cada um tem sua casa, ninguém quer saber de nada não" (MORADORA KAIOWÁ *apud* MAIA, 2017, p. 113).

Quer um leite que colocava lá. Tinha outro leite, colocava lá. Tinha o fubá, colocava lá. Todo mundo ajudava. E “num” faltava nada. Aí a gente foi crescendo vendo um “ajudano” o outro assim. Ai quando uns começou a “tê” mais coisa que o outro começo essa... Uns começou a crescer na vida e começou a se achar demais (CRIANÇA GUARANI, 12 anos).

De forma análoga outro morador descreve a diminuição da participação da comunidade: “a gente faz uma assembleia, poucas pessoas que aparece [...] É falta de organização né [...] eu acho que essas pessoas acham que já tá ganho (MORADOR KAIOWÁ *apud* MAIA, 2017, p. 116).

Eu acho que “taria” melhor porque todo mundo tinha consciência do risco que a gente “tava” correndo e que a gente tinha que se manter unido pra ser forte. E com a separação do povo que tinha conhecimento a fundo foi embora, entrou muita gente leiga... que não sabe (MORADOR KAIOWÁ *apud* MAIA, 2017, p. 117).

Vale sublinhar que estamos realizando uma investigação em um Movimento, e que, portanto, as relações constituídas no interior dele não são estanques, inertes no tempo, mas na verdade se transformam de forma dialética, podendo intensificar as relações comunitárias e aumentar a participação coletiva num futuro próximo, por exemplo, como de fato vem ocorrendo nos últimos meses, mudança impulsionada pelo aumento da insegurança pela permanência da Ocupação com a posse dos novos “representantes” políticos para os governos estadual e federal.

Numa ocupação, o espaço não é uma localização ou um suporte inerte; ao contrário, é um meio pelo qual fluem energias potenciais de mudança coletiva, configurando-se em espaço desviado, cujos usos se dão segundo táticas de apropriação diversas e divergentes da ordem abstrata do espaço, que se firmam como práticas contestatórias (BASTOS *et tal*, 2017, p. 260).

No caso específico da GK, a partir do coprotagonismo infantil na construção de relações afetivas, é necessário chamar atenção para a importância do Pé de Manga para manutenção e intensificação das relações comunitárias: espaço coletivo instituído, que resiste ao deserto do individualismo, gerando sombra em meio ao sol, dando abrigo em plena chuva, congregando apesar das amiúdes segregações, lugar de brincadeiras

e diversões, de organização das lutas, lugar de comunhão da Comunidade, simbólico da liberdade, sem muros ou grades, eis a força desse lugar singular.

Contudo, essa resistência não é fácil e gratuita, e a pressão por mais moradias, e pelo lucro da terra, já ameaçou esse patrimônio coletivo da GK. Como relata Maia (2017, p. 123), o Pé de Manga já ficou entre a cruz e a espada, ou neste caso entre a motosserra e o facão: "no final de 2016 algumas moradoras alertaram as organizações apoiadoras sobre o fato de que alguém havia vendido um lote na praça e que estavam prestes a cortar uma das mangueiras para iniciar uma construção". A história se espalhou e gerou um clima de apreensão no ar. Na época estavam acontecendo casos de disputas de terrenos, vendas de lotes, e a querela da vez era o Pé de Manga, exemplificando esse "processo de produção social do espaço que denota as lutas sociais presentes nos territórios em um momento histórico específico" (JIMÉNES e NOVOA, 2014, p17).

Uma Assembleia foi convocada para tratar do assunto que todas(os) queriam saber, mas ninguém queria abordar. A venda da praça da Comunidade, feita de forma aleatória por um sujeito, imposta de forma arbitrária, impunha medo no restante das pessoas, através de uma autoridade constituída na ameaça, afetando a todas(os).

Destaca-se que o problema enfrentado na GK – tentativa de transformação de um lugar coletivo em propriedade privada – é reprodutor das relações advindas do modo de produção pelo capital, que ordena o modo como constituímos o espaço, com predominância pela busca do lucro. Estando a GK inserida numa sociedade em que o econômico predomina, salienta Lefebvre (2016 [1972]), não é de se espantar que os "termos da troca, as relações de propriedade que lhes são inerentes expandem-se, submetendo crescentemente em seu favor o que era passível de apropriação pelo uso".

Assim, nesse momento histórico específico da Ocupação, a apropriação pelo uso do Pé de Manga foi atacada, em detrimento da troca comercial. De tal modo, constatamos que essa disputa no território contrastou

o valor de uso da praça - para utilizar os termos de Marx (2017 [1867]), a qualidade das mangueiras, a utilidade que elas proporcionam para as pessoas, sobretudo para as crianças, posto que “o valor de uso se efetiva apenas no uso” -, com o valor de troca, ou seja, sua transformação em valores quantitativos, na tentativa de lotear o espaço da praça, instrumentalizando-o através de relações comerciais, alterando um lugar de uso coletivo por uma troca de apropriação individual.

O Pé de Manga, que na verdade são dois, forma a praça da qual estamos falando. E nessa disputa, entre a vivência do coletivo, e a especulação privada, os presentes da Assembleia constataram uma poda intensa em uma das grandiosas árvores. Não era ainda o fim da praça, mas se nada fosse feito, o loteamento violento iria continuar, passando da poda para a derrubada total.

Esse momento trágico da GK, levanta a questão do poder de atuação no território, quem detinha poder de decisão: um sujeito individual ou a Assembleia coletiva? Acabou ficando decidido na Assembleia, com bases nos relatos coletados, que um grupo de pessoas iria conversar com o sujeito que vendeu uma parte da praça para um terceiro, exigindo a permanência da praça e das duas árvores, uma grande, e a outra, já pequena.

Algumas semanas depois, com muita cautela um militante da Brigadas Populares conversou com o rapaz que havia vendido o lote, junto a alguns de seus familiares e moradoras antigas respeitadas na comunidade e na favela. O rapaz voltou atrás da decisão e decidiu desistir de construir o lote no local. Atualmente as duas mangueiras se encontram de pé, sendo que uma delas, a que foi completamente podada, vem crescendo em um novo formato (MAIA, 2017, p. 125).

Até o presente momento dessa escrita, inverno de 2019, estão de pé as duas mangueiras, a mais grandiosa, em forma circular, e a outra pequena, cortada de forma grosseira. Não obstante, mais muros e tijolos foram comprimindo o espaço coletivo das árvores, diminuindo o tamanho da praça, transformando continuamente o mapa da GK. Vale lembrar, que o plano inicial elaborado coletivamente seis anos antes, destinava ainda outras árvores próximas, formando uma praça circundada por uma área verde.

Uma praça, num vê que a praça nossa lá, pegaram um pedaço dela. A praça, as crianças brincar... E os incentivos nossos, o pessoal lá que vinha cá e ajuda nós os incentivo social. A gente tentou fazer uma biblioteca ai mas nem todos que interessam (MORADOR KAIOWÁ *apud* MAIA, 2017, p. 172).

Imagem 102: Mangueira podada e as crianças



Fonte: Crianças GK, 2018.

Com o passar do tempo, o embate entre mais moradias e menos árvores, com o aumento de propriedades privadas em prejuízo da diminuição dos espaços coletivos, estruturou na GK, uma determinada produção social do espaço. Várias árvores foram sendo podadas e desaparecendo pouco a pouco, no entanto, o Pé de Manga persistiu e resiste, apesar da poda intensa em uma das mangueiras centrais. Paradoxalmente, outras árvores foram plantadas pelas(os) moradoras(es) – em sua maioria frutíferas de pequeno e médio porte (pitangueiras, goiabeiras, amoreiras, parreiras de uva, entre outras) -, conquanto se erguem no interior dos lotes, no espaço privado de cada família, ou na porta das casas, onde são bem cuidadas, visto que muitas mudas plantadas no espaço coletivo da Área Verde não vingaram.

Uma das contribuições desse trabalho é trazer à tona que espaços são produzidos e reproduzidos por sujeitos que disputam, constroem e desconstroem, incluindo aí, nesse processo de autoconstrução, as crianças. No contexto de resistência do Pé de Manga, ficou demonstrado o coprotagonismo infantil na GK, com as crianças à frente da defesa das mangueiras, sendo elas as mais ativas na apropriação daquele espaço. Ocorre no interior da Ocupação uma reprodução das relações de produção capitalista, em um processo de dominação com vistas ao lucro, contudo, por outro lado, as crianças resistem, se apropriando dos espaços na constituição afetiva com a mangueira. Chego a afirmar que se não fossem as crianças hoje não teríamos mais a praça da Ocupação, pois elas argumentaram e foram o argumento pela manutenção do Pé de Manga, tendo em conta toda simbologia que detêm com aquele lugar.

[...] caminhava pelas ruas, e enquanto caminhava convocando os moradores escutei conversas de moradores lamentando profundamente pelo corte da árvore, principalmente as crianças, muitas vezes silenciadas pelos pais que falavam que isso não era assunto para elas se meterem (MAIA, 2017, p. 124).

Apesar da ausência de incentivo para “se meterem nesse assunto”, as crianças resistiram ao fim da sombra daquelas mangueiras, consciente ou inconscientemente, elas se organizaram, levantando o assunto na Ocupação

e para fora dela, debatendo o risco de extinção da praça até nas escolas, deixando claro a demanda de sua permanência e sua respectiva importância social. O coprotagonismo infantil neste conflito saiu vitorioso – apesar da diminuição de uma das mangueiras – utilizando-se de uma racionalidade territorial cooperativa e comunitária, assumindo o território como abrigo, em detrimento de outra racionalidade antagônica, competitiva e privada, que assume o território como recurso econômico, seguindo uma lógica imperativa de acumulação do capital (JIMÉNEZ e NOVOA, 2014).

Criança Guarani (12 anos): “Nois” tinha era uma casa nessa árvore aqui ó, “es” foi e cortaram a árvore. “Nois” tinha era casa. “Nois” virava a noite “brincano” todo dia. Toda sexta feira tinha, sexta e quinta, quinta e sexta tinha filme ali.

Entrevistador F: O cine clube né?

Criança Guarani (12 anos): Huhum.

Criança Guarani (13 anos): Nossa, era bom demais.

(CRIANÇAS GUARANI, 12 e 13 anos, 2019).

E aqui nossa tese é que a própria existência da GK se deve, em grande medida, ao coprotagonismo das crianças, pois elas são o fundamento da luta, a base da Comunidade, a justificativa perante os poderes públicos pela sua regularização, justificando as ações que buscam melhorar os espaços comunitários, entre eles o Pé de Manga.

Meu prazer, o dia mais feliz da minha vida vai ser quando eu vê isso acontecer. Entendeu? Não pra mim, mais pelas crianças, “num” “vô” falar pelos “adulto” também não, “vô” fala pelas crianças. Muito mais interessante, o futuro do Brasil são eles, “tendeu”? Então o que tem de mais importante aqui são as crianças. Tudo que acontece de bom é pra elas, porque quem vai herdar a casa vai ser eles (MORADORA KAIOWÁ, 2018).

A busca pela manutenção e edificação de espaços comunitários, justificados a partir da existência das crianças, é propedêutico para a legitimação do Movimento perante a opinião pública, servindo não somente de argumento diante da Prefeitura e Judiciário, mas sendo também catalizadores da sociabilidade coletiva tão necessária para a consolidação da Ocupação, fazendo frente ao sobressaltado processo de individualismo.

A prioridade na construção de espaços comuns é uma estratégia que delimita cotidianos de partilha e consolidação de laços. Trata-se de

uma política do cotidiano que se soma aos encontros e assembleias – frequentes no início da ocupação para deliberação conjunta dos principais problemas enfrentados no seu dia a dia, mas que se escasseiam quando ela se consolida (BASTOS *et al.*, 2017, p. 260).

Imagem 103: Futebol embaixo do Pé de Manga



Fonte: Crianças GK, 2018.

Nesse trabalho que olhamos a infância na cidade, nesse espaço de utopia e resistência cotidiana, que convive com ameaça de despejo, vemos o coprotagonismo de um grupo de crianças que motiva e impulsiona a luta e a coletivização, em uma cidade que favorece o isolamento e a individualização, construindo relações apaixonadas entre elas e o Pé de Manga, no interior do território da GK.

Criança Guarani: Eu só queria que voltasse com o cinema. Ser mais divertido igual era antes. Porque, “nois” “num” pode “dexa” assim “morre”, porque aqui, é a nossa base. Pode perceber, toda coisa que tem é o Pé de Manga.

Entrevistador F: Porque que o Pé de Manga é tão importante?

Criança Guarani: Porque foi aqui que tudo “começo”.

(CRIANÇA GUARANI, 12 anos, 2019).

A Ocupação que completou seis anos faz parte do nascimento de diversas pessoas, sonhos e desilusões. A construção da identidade Guarani na periferia da cidade de Contagem é um processo que disputa com a força de uma cidade que reproduz cotidianamente o poder do capital, e nesse desenrolar a ação das crianças no Pé de Manga torna-se central. A GK é um território que disputa com o poder do estado e da propriedade privada, o direito à moradia. Tensiona com o poder estabelecido e propõe outras formas de socialização. Entre a legalidade e a legitimidade, vidas transformam terrenos para especulação imobiliária em espaço de habitação, trabalho e lazer – apesar de não estar o território da GK refratário às consequências da propriedade privada, como a própria especulação imobiliária e a comercialização fundiária.

Nessa luta pela consolidação da Ocupação, no espaço da cidade, as crianças são co-protagonistas, enfrentando não somente aproveitadores internos, mas também o empresariado e o poder estatal, incluindo o judiciário e demais instâncias de poder. As contradições estão presentes e trazem desafios aos grupos que resistem à lógica da mercantilização da moradia e da vida, como é o caso das crianças na GK, que se apropriam brincando e lutando, trabalhando e estudando, resistindo ao despejo e ao corte das mangueiras, no exercício de busca do direito à cidade. A complexificação contínua dos territórios demonstra a não exclusividade de um único poder em seu interior, esse conjunto de forças e disputas configuram um conjunto amplo de conflitos e conformações territoriais, uns tentando especular e vender lotes enquanto outros se apropriam desse lugar forjando identidades.

O espaço das crianças é, portanto, um espaço geográfico, e pensar suas ações sobre este deve ser percebido nessas condições. Assim, para as crianças, a prática espacial é uma prática de lugar-território, já que apreendem o espaço em suas escalas vivenciais, a partir de seus pares, do mundo adulto, da sociedade em que se inserem (LOPES, 2009 *apud* BERBAT, 2010, p. 220).

A relação entre os conceitos de espaço, território e lugar se expressa nesse capítulo e em toda a dissertação, posto que os três nos dizem sobre a produção material humana a partir de relações sociais. O espaço como

morada humana, o território delimitado a partir de relações de poder e identidade, e o lugar como essa relação de apropriação afetiva.

Imagem 104: Trepando no Pé de Manga.



Fonte: facebook.com/OcupacaoGuaraniKaiowa, 2014.

Aqui especificamente, esses sujeitos se apropriam do espaço da cidade através da constituição de um *território de utopia*, não obstante, as crianças constroem relações afetivas entre elas com as mangueiras, transformando o Pé de Manga num local de brincadeiras (balanço, bola, pega-pega, amarelinha, ou simplesmente trepar na árvore etc.), ou seja, num *lugar de utopia*, demonstrando assim, quando estamos a falar de território, estamos a aludir não só ao espaço que nos serve de suporte, mas também ao corpo social constituído nesse lugar com as subjetividades rebeldes.

É hora de entender e compreender, no marco das experiências de resistência, que a resistência mesma é a voz que se levanta com força moral para dizer-lhes – gritar-lhes – aos abusadores do poder que seu exercício é uma prática equivocada porque exclui, limita e desconhece a vida (COLORADO, 2009, p. 22).

Contribuir no processo de organização da Ocupação, cooperar na construção comunitária do território, se apropriar dos lugares através de brincadeiras, trabalhar para contribuir no sustento da família, estudar para buscar um futuro melhor, lutar pela permanência de espaços coletivos: as crianças GK atuam não somente pelo direito à moradia, mas também o direito à re-existências infantis, buscando uma vida plena, incluso, nesse sentido, o direito à cidade, já que, “sua realização, supõe a reapropriação dos tempos-espacos da vida tragados pelo vórtice do mundo das mercadorias” (MARTINS, 2016, p. 12).

Como apontado no capítulo quatro, o coprotagonismo das meninas e meninos GK, perpassa processos de trabalho e educação, além das brincadeiras e lutas, emergindo a importância do Pé de Manga também como lugar de confraternização e congregação, tal como será exposto no próximo tempo desse capítulo, “Espacos de festa, Espacos de comunhão”.

6.2 Espaços de festas, Espaços de comunhão⁵⁴

*Se eu paro um pouco pra pensar
Sinto que não há nada pra esperar
Mas sei que outro dia vai nascer
Creio que o mundo é bom de se viver
Sempre que o tempo passa sem sentir
Sei que é hora de se divertir*
Paulinho Nogueira, O Pequeno Amigo

Imagem 105: Aniversário 4 anos GK



Fonte: facebook.com/OcupacaoGuaraniKaiowa, 2014.

⁵⁴ Partes deste subcapítulo foram divulgadas em duas publicações, a primeira no jornal Brasil de Fato, em matéria intitulada *Ocupar e Comemorar: 4 anos de luta na Ocupação Guarani Kaiowá*, disponível em: <www.brasildefato.com.br/2017/04/17/ocupar-e-comemorar-4-anos-de-luta-na-ocupacao-guarani-kaiowa-em-contagem-mg>; A segunda, nos anais do II Simpósio Nacional Educação, Socialismo e Marxismo, nomeada *Ocupação Guarani Kaiowá e a luta pelo direito à moradia*, disponível em: <https://docs.wixstatic.com/ugd/ac5263_e826e55214f04de5bc55de26d5aa8cf9.pdf>.

O cearense Raimundo Fagner no início dos anos noventa já cantava: “quem é rico mora na praia, mas quem trabalha nem tem onde morar...” E para ter onde morar e viver, as pessoas se juntam, se organizam, autoconstruindo moradas e formando bairros inteiros, em terras e prédios abandonados. Essa é a história da região do Ressaca, se repedindo em todo Brasil, formando socialmente o continente latino-americano, quiçá o mundo.

Especificamente na Ocupação Guarani Kaiowá, a apropriação do território e a construção comunitária, constitui uma possibilidade de vida mais digna para mais de cento e vinte famílias. Neste processo, que perpassa mais de seis anos de luta, um lugar se constituiu de forma especial para as(os) ocupantes: O Pé de Manga.

Continuando nossa análise espacial, deste lugar apropriado afetivamente por todas(os), particularmente pelas crianças, apresentamos mais um elemento que denota a relevância do Pé de Manga para a Comunidade: as festas e confraternizações.

A primeira vez que pisei no chão da Guarani, como também é chamada pelas pessoas, foi numa festividade embaixo do Pé de Manga, ainda em agosto de 2013. Tomei conhecimento do início de uma Ocupação em Contagem, precisava conhecê-la, saber do que se tratava aquela movimentação na cidade das Abóboras. Nessa ocasião, na minha primeira ida, já percebi a força do lugar e das pessoas daquele território, que com a hospitalidade característica dos pobres do nosso país, me receberam de braços e copas abertos. Era o Encontro Libertário Terra Preta, acontecimento político-festivo sempre lembrado pelos mais saudosistas, ocorrido no interior da Ocupação poucos dias depois da ebulição das Jornadas de Junho. Durante 3 dias, congregando pessoas de diversos locais, inclusive de outros estados e países, promoveu-se um encontro autônomo e auto-organizado, em um acoplamento de saberes e experiências, através de oficinas, conversas, shows, intervenções, danças, mutirões, debates, num processo intenso de formação, enfim, encontros e desencontros entre integrantes de movimentos

sociais e moradoras(es). Evelyn Lobão (2015, p 34), assim se expressa sobre o Terra Preta:

Destaco nesse momento a expansão dos grupos apoiadores. O Encontro Libertário Terra Preta propiciou uma vivência na comunidade, trouxe pessoas de outros estados do país, e mesmo de Belo Horizonte e região metropolitana, além de bandas, grupos teatrais e artistas de rua, o que permitiu uma intensificação da convivência dessas pessoas com a temática e com essa ocupação e suas peculiaridades.

A partir dali me tornei um apoiador, voltando em outras ocasiões, sobretudo nas festividades, que aconteciam embaixo das mangueiras, sempre atraindo um punhado de gente. Vale destacar a fala de um morador Kaiowá, quando perguntado sobre o que mais gosta na GK, sem titubear ele exclama: “O que eu mais gosto é quando junta todo mundo, a criançada, com a gente adulto, que faz as festas, eu acho bacana demais, a participação direta né, muito bom!” (MORADOR KAIOWÁ *apud* MAIA, 2017, p. 162).

Dizem que no Brasil tudo acaba em festa. Não é verdade, nem sempre, mas muitas vezes as coisas se iniciam em festa. Assim foi o surgimento da Ocupação, uma grande festa, uma festa da organização popular. Igualmente foi o início da minha vivência naquele território, uma grande festa libertária, de comunhão, com as pessoas de pés descalços naquele chão. Camila Zucon (2018, p. 126), estudiosa das místicas camponesas, afirma que na festa, nesse tempo de não-trabalho (que na verdade gera um intenso trabalho para ser organizada), a socialização é favorecida sobremaneira. Isso ninguém há de contestar. As pessoas do campo brasileiro, continua a singela geógrafa, “trazem a dimensão da festa de maneira muito marcante. As culturas do encontro são vividas por meio da dança, das comidas e bebidas, das canções. É o momento festivo que dá sentido e significado de verdadeiros encontros” (ZUCON, 2018, p. 126).

No país do carnaval, é curioso constatar que as festas nem sempre foram objetos de investigação, privilegiando-se, historicamente, as dimensões

do trabalho e da religião. Um marco, nesse sentido, é o estudo do antropólogo Roberto DaMatta, publicado em 1978 - "Carnavais, Malandros e Heróis" - onde ele analisa comparativamente dois carnavais - o de Nova Orleans, nos Estados Unidos, e o do Brasil (representado pelo carnaval do Rio de Janeiro). A pergunta que ele tenta responder no texto é: Quando falamos em carnaval e temos dois "carnavais" em duas sociedades diferentes, temos realmente um mesmo fenômeno?. E a resposta é quase óbvia - não! As duas festas são distintas, cada uma com suas regulações próprias. Sua conclusão? Em Nova Orleans - ao contrário do Rio de Janeiro - o "carnival" é exclusivista, aristocrático e localizado. Já no Rio de Janeiro, nas palavras de DaMatta, o carnaval é generalizado, popular e democrático. Novos estudos estão sendo realizados, sobretudo na área de Antropologia, pois, de lá para cá, muita coisa se alterou no país do carnaval, com a mercantilização da festa, opressões e resistências.

Para não perder o foco, voltemos às festividades da GK (que são muitas por sinal), nosso objetivo central: Festas de aniversário da Ocupação; páscoa; festas juninas e/ou julinas; dia das crianças e festa de final de ano. Para além de outras que são organizadas fora das datas comemorativas oficiais: como teatros, shows, saraus, exposições de cinema, festas de aniversários, churrascos e confraternizações organizados aleatoriamente por moradoras(os) e apoiadoras(es), afinal a vida não é só trabalho e luta.

Uma das festividades mais importantes para a Comunidade, é sem dúvida, a festa de aniversário da Ocupação, comemorada no dia nove de março de cada ano (as vezes realizada em dias próximos, dependendo do calendário). Pode participar da confraternização de três e quatro anos, antes de iniciar meu trabalho de campo, e as comemorações de cinco e seis anos, dentro da investigação. São festas esperadas por todas(os), já marcadas no calendário da Comunidade, onde ocorrem apresentações musicais e de dança, com comercialização de bebidas e comidas (vide o tradicional tropeiro).

Imagem 106: Preparativos festa 4 anos GK



Fonte: facebook.com/OcupacaoGuaraniKaiowa, 2017.

Imagem 107: Aniversário 4 anos GK



Fonte: Camila Zucon, acervo próprio, 2017.

A festa de aniversário de quatro anos da Ocupação, realizada em 2017, sobremaneira me chamou atenção, pois cheguei cedo, pude observar e ajudar na sua organização, confeccionando junto com as crianças o painel exposto atrás do bolo, estreitando laços com as(os) moradoras(es), especialmente a criançada. Na ocasião, dezesseis de março, recordo da data, na base de música ao vivo, bolo de aniversário, fogueira, feijão tropeiro e muita animação, festejou-se a luta comum pelo direito básico à moradia, com alegria escancarada das pessoas, de construírem com as próprias mãos um bairro, criando possibilidades comunitárias.

O francês Émile Durkheim (2001 [1912], em sua obra "As formas elementares da vida religiosa", afirma que toda festa, mesmo aquelas puramente laicas, "tem certas características de cerimônia religiosa, pois em todos os casos ela tem por efeito aproximar os indivíduos, colocar em movimento as massas e suscitar assim um estado de efervescência[...]". Aqui, ressalta-se a perspicácia das análises do sociólogo, por isso mesmo considerado um clássico, que mesmo após várias críticas e atualizações, permanece atual.

Observando as festividades realizadas na GK, podemos constatar essa comunhão entre as pessoas, com o objetivo especial de "aproximar os indivíduos", atraindo grande número de pessoas de fora, apoiadores e moradores dos bairros próximos, colocando em "movimento as massas", promovendo o "estado de efervescência" nos seus participantes, gerando aquela espécie de extase, individual e coletivo, que somente as boas festas conseguem propiciar.

As festas brasileiras, e no caso específico as realizadas pelas(os) moradoras(es) da Ocupação, não se constituem somente como forma de lazer, mas são profundamente expressões políticas, servindo de expressão para mobilizações sociais. Vide o nosso carnaval, exemplificado nos recentes blocos de rua de Belo Horizonte, que ascendem reivindicações sociais nos últimos anos, conclamando a população para apropriar-se das ruas e praças

da cidade, numa manifestação com possibilidades politizadoras. Não é por acaso que, etimologicamente, festa compõem manifestação.

A festa de aniversário de 5 anos da GK, em 2018, teve um aspecto singular: pela primeira vez não foi realizada no Pé de Manga. Os conflitos com um morador, o mesmo que tentou vender e lotear a praça, geraram medo no restante da Comunidade, com um clima de apreensão no ar. Quase que a festa nem ocorria pela gravidade das tensões e disputas locais. Mas não podiam deixar passar em branco, seria uma desmoralização desmobilizante, não confraternizar no dia mais especial para a Ocupação, o nove de março.

Tomei essa tarefa para mim, de forma pessoal, demonstrando apoio e incentivo para que as(os) moradoras(es) se animassem para organizar a festa. Contudo, meu lugar não passava disso, apoiar e incentivar, não podia forçar a barra, pois desconhecia a gravidade dos conflitos existentes no dia a dia. E para festividades acontecerem é preciso de um clima festivo no ar, não é a festa pela festa, mas para comemorar e comungar algo.

Para incentivar as(os) moradoras(es), minha companheira e eu, chegamos a patrocinar o bolo para a confraternização, fornecendo os ingredientes para uma moradora confeccionar. Por fim, se animaram, decidindo, entretanto, fazer a festa na rua paralela ao território da Ocupação, evitando aglomeração dentro da Guarani. Nessa ocasião, a comunhão venceu o medo, e mesmo debaixo de chuva a festa foi um sucesso, de paz e animação, especialmente para as crianças.

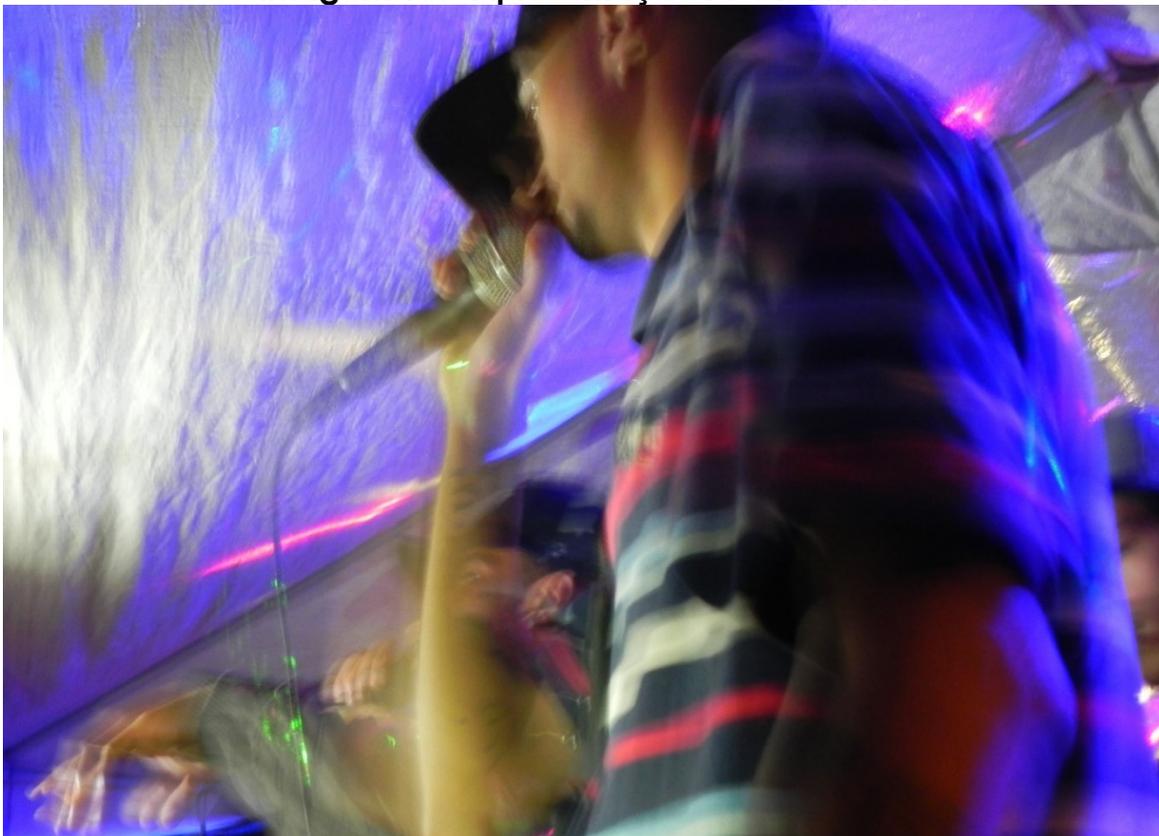
Participar desse momento de confraternização, a festa de aniversário de cinco anos da GK, foi especial para meu estudo. Já que, nesta ocasião, uma criança Guarani me pediu a máquina fotográfica (que tampouco era minha por sinal), para fazer algumas fotos dos presentes na festa. Naquele momento específico, sem planejar, nem ter ideia da dimensão que tomaria aquela experiência, iniciava a concretização de um aspecto basilar da minha investigação: os Olhares Infantis, metodologia artística e científica, descrita e analisada no capítulo quinto desse trabalho.

Imagem 108: Festa 5 anos GK



Fonte: Criança GK, 2018.

Imagem 109: Apresentação Ideias Acima



Fonte: Criança GK, 2018.

Rita de Amaral (1998, p. 8), em um estudo aprofundado sobre as festividades nacionais, afirma nesta acepção, que o festejar brasileiro, “por suas características peculiares pode ser considerada até mesmo, contrariamente à ideia de “alienação” que o envolve, como uma dimensão de aprendizado da cidadania e apropriação de sua história por parte do povo”. À primeira vista, pode parecer um paradoxo, mas as festas carregam esse duplo sentido, de formação e alienação, preponderando para um lado ou outro, dependendo do caso singular. Essa dimensão do aprendizado cidadão e apropriação da história pode ser conferida nas festividades realizadas na GK, sobremaneira as festas de aniversário da Ocupação, pois marcam e relembram o dia nove de março, o dia da grande festa, onde tudo começou. Mesmo aqueles que não participaram do famigerado nove de março de 2013, participam da construção da memória coletiva, os primórdios da Comunidade, apropriando-se e revestindo-se da história de luta GK.

Imagem 110: Confraternização 5 anos GK



Fonte: Frederico Lopes, acervo próprio, 2018.

Assim sendo, podemos afirmar que as festas na GK, constituem-se como tempos-espacos de formação educativa, para Guaranis e Kaiowás, pois desenvolvem aprendizados históricos e sociais, remetendo sempre ao aspecto basilar de confraternização e comunhão, tão caras para a organização comunitária, principalmente após os primeiros anos de constituição do movimento.

Criança Guarani (12 anos): A brincadeira que tinha, "dexa" eu falar. A brincadeira que eu mais amava, que tinha, era quando tinha oficina, que a gente saia "pintano" tudo. A quadrilha, quadrilha que tinha, umas quadrilhas linda, "cê" tinha que "vê", todo mundo dançando na nossa quadrilha.

Entrevistador F: As "festa" junina.

Criança Guarani (12 anos): As meninas tudo bonita lá dançando.

Criança Guarani (13 anos): A última vez que "nois" "danço" foi lá no centro social.

Criança Guarani (12 anos): Foi não, centro social não, Pé de manga. Deixa eu "vê" que mais... "nois" brincava de peteca, juntava todo mundo ali

Criança Guarani (13 anos): Pula corda...

Criança Guarani (12 anos): Tinha, tinha festa.

(CRIANÇAS GUARANI, 12 e 13 anos, 2019).

Foi e continua tendo muita festa na Ocupação, e as crianças são co-protagonistas também nesta dimensão, contribuindo não somente no divertimento, mas também na organização e elaboração das festividades na GK. Nesse ano de 2019, por exemplo, duas festas juninas foram realizadas na Comunidade, não sendo, curiosamente, nenhuma delas no mês de junho, ocorrendo uma inédita em maio e outra no final de julho. Nas danças da quadrilha participaram majoritariamente jovens e crianças, coordenadas por um rapaz morador do bairro vizinho, integrante de projeto culturais, que além da quadrilha, organiza outros projetos junto às crianças e jovens da região.

Poderíamos redigir um estudo completo somente das festas e confraternizações levadas a cabo na GK, porém nosso foco é outro, nos atentando a registrar aqui, de forma breve, essa dimensão do encontro que a festa proporciona para seus participantes. Característica levantada por Lefebvre (2011), o encontro é propedêutico para a concretização da utopia do direito à cidade, neste sentido, esse novo direito em formação, proclama

os locais do encontro, das trocas, das festas, para a realização de uma vida urbana plena.

Imagem 111: Festa Junina em Maio



Fonte: MOB, 2019.

A festa nesse sentido, continuando a análise lefebvrea, se constitui enquanto um espaço lúdico, primordial para abrir possibilidades de apropriação dos territórios da cidade, como ruas e praças, criando *eu-tropos*, espaços felizes. As festas da GK se constituem em espaços-tempos outros, fora da cotidianidade do trabalho extenuante, que aliena, corpo, mente e a vida. Assim, as festas não cessam, apesar da exploração do trabalho, porque “o espaço lúdico coexistiu e coexiste ainda em espaços de trocas e circulação, com o espaço político, com o espaço cultural”, sendo necessário a apropriação, também da festa, pela classe trabalhadora, se não ela também se torna uma mercadoria a ser vendida e consumida, como nos produtos comercializados para o lazer, tão bem analisados pelos filósofos da primeira fase da escola de Frankfurt.

Caminhando para a finalização deste segundo tempo, onde apresentamos o Pé de Manga também como lugar de festas, apesar de sempre as festas acontecerem à sua sombra – citamos também os bares existentes dentro do território, animados, com cerveja gelada e música alta, como o Bar do Paizão, Bar das Neves e mais recentemente Chocolate's Bar. Expusemos os espaços-tempos de confraternizações e comunhões no interior da GK, espaços-tempos estes que contribuem para o fortalecimento comunitário, submergindo no momento da festa, os conflitos e desavenças existentes, aproximando as pessoas, tal como observava Durkheim.

As festas, como tudo na sociabilidade do capital, também estão em disputa, sendo reproduzida e comercializada, como um produto também a ser consumido, condicionando-a ao aspecto de valor de troca; por outro lado, como atividade de reunião e encontro, ela também se constitui enquanto valor de uso, caso seja apropriada pelas pessoas, e não mercantilizada. Mas para tal, é preciso resgatar o aspecto lúdico da vida, como defendido por Lefebvre (2011); a ludicidade, por exemplo, das crianças GK, a autenticidade infantil que se apropria sobremaneira do Pé de Manga, seja na extraordinariedade das festas ou nas brincadeiras da corriqueira cotidianidade. O fato é, a Ocupação não mira somente o direito à moradia, mas a partir da moradia, angaria uma vida urbana plena, se reinventando pela ausência, posto que a gente, nunca quer somente comida, mas tudo que tem direito, inclusive diversão e arte. Sem esquecer: Festa!

E nesse caminhar, correndo risco de idealização, as festas são elementos essenciais para superação da vida explorada, contribuindo para uma vida digna, lúdica e transformada, teorizada por Lefebvre (2011), no utópico direito à cidade. Visto que, esse direito, sonho e possibilidade, se apresenta como “reino do uso, exigindo um domínio sobre o valor de troca do mercado e da mercadoria” (LEFEBVRE, 2011, p. 139). Ao passo que, como exemplo concreto, a festa do dia das crianças na GK, não é como o dia das crianças como costumamos ver. Distinto de um dia comercial, produzido pela indústria cultural para venda de mercadorias, na GK as crianças brincam, ao

invés de consumirem. É esse aspecto defendido pelo filósofo francês que está em jogo. Todo doze de outubro é sagrado na Ocupação, pula-pula, corre-corre, algazarra. O dia é delas - como a maioria dos dias transcorridos à sombra daquela mangueira, vale sublinhar -, e não das mercadorias, fetichizadas em brinquedos. O dia das crianças se constitui enquanto valor de uso na condição infantil GK.

O mundo está em disputa (assim como as infâncias e as festas), o sistema do capital é muito novo, se comparado ao sistema feudal, por exemplo. Nada é eterno, e as crianças com seus coprotagonismos, reinventam mundos outros, apesar da penúria material, topos infantis, sonhados e concretos, apropriados na ludicidade, do dia doze de outubro ou de outra festa qualquer.

A própria cidade é uma obra, e esta característica contrasta com a orientação irreversível na direção do dinheiro, na direção do comércio, na direção das trocas, na direção dos produtos. Com efeito, a obra é valor de uso e o produto é o valor de troca. O uso principal da cidade, isto é, das ruas e das praças, dos edifícios e dos monumentos, é a Festa [...] (LEFEBVRE, 2001, p. 12).

Destaca-se que nas festividades da Ocupação são comercializadas bebidas e comidas, vendidas e consumidas em barracas no Pé de Manga, e também nos bares. Mas longe de prejudicar o caráter lúdico e comunitária, a comercialização de alimentícios contribui para a oportuna apropriação da festa, porquanto são as(os) próprias moradoras(es) que cozinham e vendem, desde cachorro-quente, churrasquinho, caldos, além do famoso tropeiro da GK, contribuindo, inclusive, para a geração de renda das famílias, aspecto preponderante para o contexto local.

Imagem 112: Festa dia das crianças GK



Fonte: Crianças GK, 2018.

Imagem 113: Dia dela



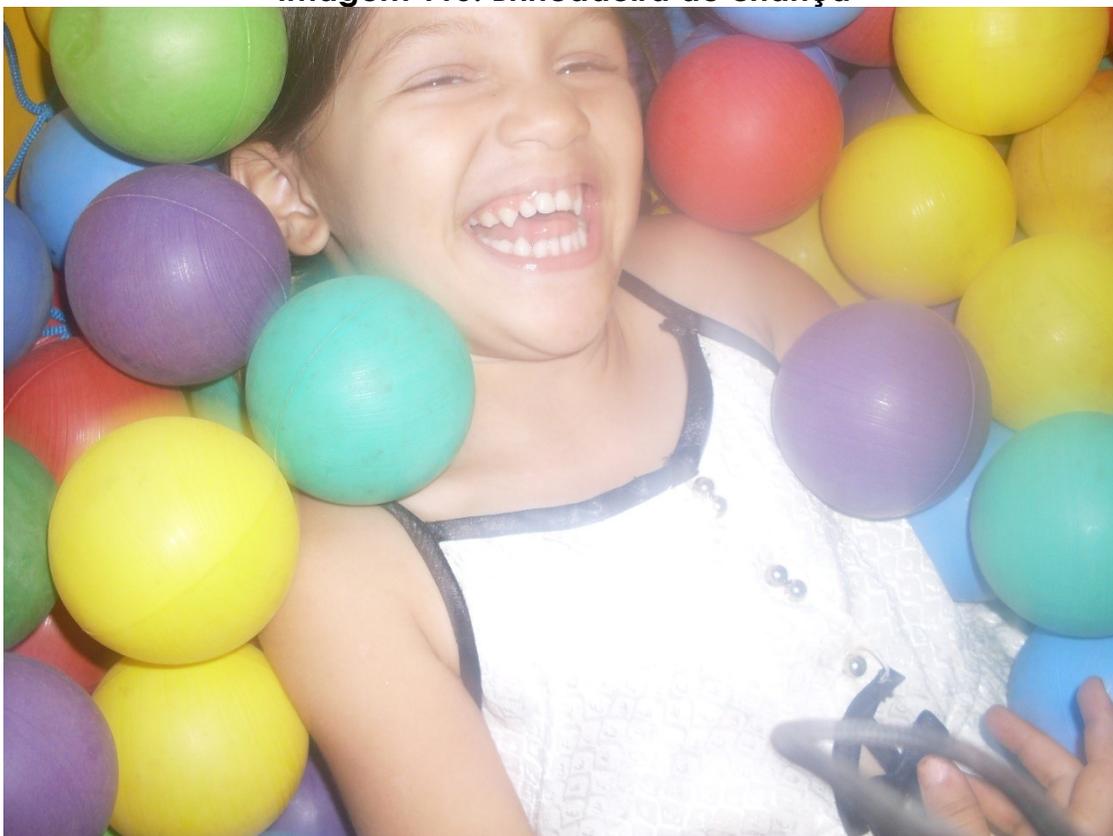
Fonte: Crianças GK, 2018.

Imagem 114: Criança GK no dia da criança na GK



Fonte: Crianças GK, 2018.

Imagem 115: Brincadeira de criança



Fonte: Crianças GK, 2018.

Entrevistador F: E de memória assim que "cê" acha mais legal? Os "momento" "melho" que "cê" já passo aqui?

Criança Guarani (11 anos): Do dia que minha mãe fez a festa aqui.

Entrevistador F: Que festa?

Criança Guarani (11 anos): Aaaa... Festa normal.

Entrevistador F: De aniversário?

Criança Guarani (11 anos): Acho que é. Churrasco, essas coisas.

Entrevistador F: Hãhã.

Criança Guarani (11 anos): Aí eu só queria que meu pai "tamém" tivesse aqui.

Imagem 116: Meninos



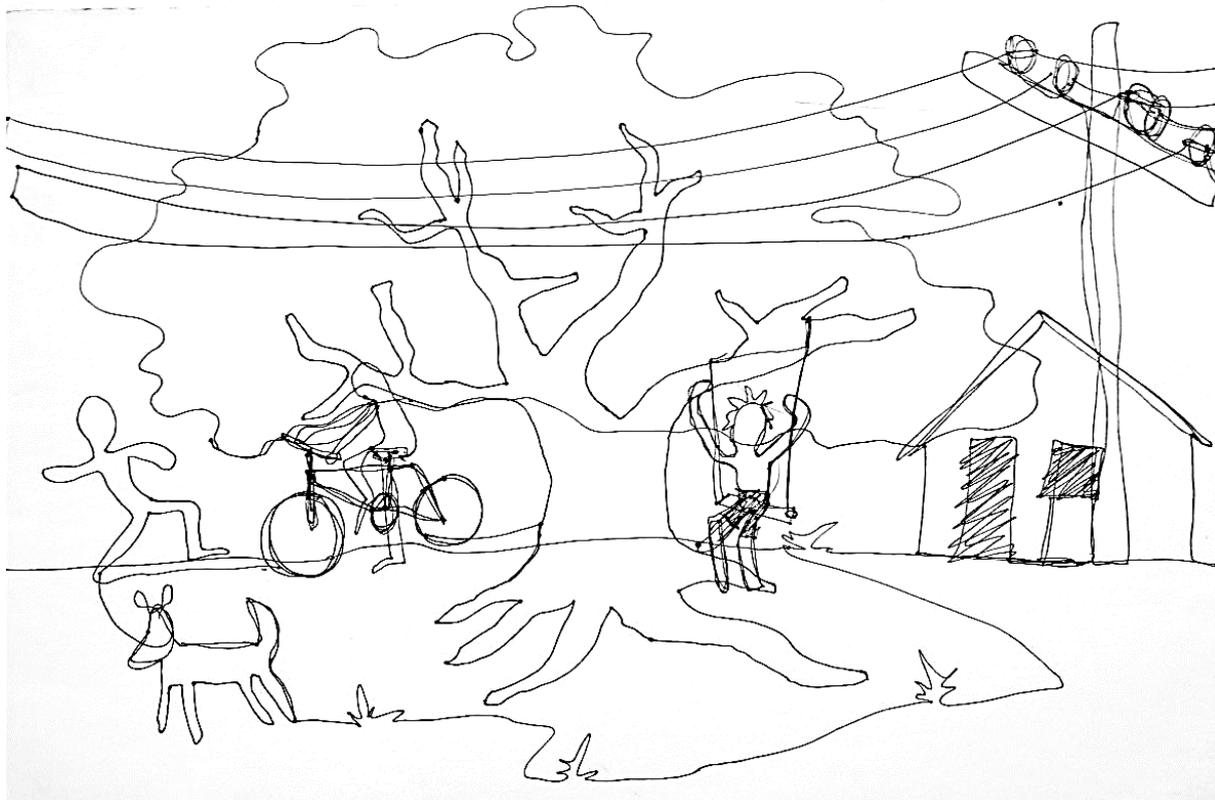
Fonte: Crianças GK, 2018.

7. REMATES FINAIS

7.1 Brincando de concluir, Lutando para finalizar

*Apesar de tudo
O novo sempre vem.*
Belchior, Pais.

Imagem 117: Desenho Pé de Manga GK⁵⁵



Arte: André Luiz (Dé), 2013.

No início, o treinamento, primeiros passos. Agora a chegada, o acabamento final. Caminhamos no trajeto de conhecer e reconhecer uma experiência singular, única, e ao mesmo tempo comum, corriqueira: a Ocupação Guarani Kaiowá. Como GK ela detém sua singularidade, com seus sujeitos e histórias, que só encontramos aqui nesse território específico da

⁵⁵ André Luiz, mais conhecido com Dé, é um artista libertário, ex-morador da GK. Agradeço de coração por ter cedido os desenhos para este trabalho, inclusive o belo desenho da capa da dissertação.

cidade das abóboras. Como ocupação ela apresenta sua universalidade, seu aspecto social, a luta pela terra e moradia, em mundo norteado por disputas territoriais, cada vez mais expropriador, numa contínua acumulação primitiva de capital. A GK existe e reexiste, visto que a “prova definitiva” da usurpação da vida, como alega Marx (2017 [1842], p. 90), é “apresentada quando se consegue monopolizar um bem comum”, como a terra e água, por exemplo, com o direito racional e moderno cúmplice dessa expropriação, cooperando para extinção do “direito imprescritível dos pobres ao bem comum oferecido pela natureza”, afirma Bensaïd (2017, p. 21). Na GK, graças a organização de moradoras(es) e apoiadoras(es), até o presente momento, a disputa judicial, intrinsecamente política, não cessou, com as pessoas firmes, Guaranis e Kaiowás, apesar de alguns momentos de enfraquecimento da mobilização.

Percorremos nesse estudo, uma trilha de histórias dos sujeitos da Ocupação. Caminhamos pelas suas ruas, suas casas, pisando nesse chão, acompanhado lado a lado por moradoras(es) e apoiadoras(es) - bebês, crianças, adultos e idosos. Quanto mais aquele território me tornava familiar, mais eu sentia necessidade de expandir o horizonte de análise para fora também de seus domínios. De perto e de longe, do singular ao universal, do peculiar ao genérico, assim na tentativa dialética, de ver, sentir, pensar, enfim, viver a realidade que me rodeia.

Nesse ato de escrever, reescrever, transcrever, tentar passar para o papel, tempos e espaços dialéticos - que se processam na produção social daquele espaço específico - penso na condição infantil atual, com a situação das crianças ao redor do globo, dos meninos e meninas moradores de rua, das crianças exploradas, mutiladas dos seus sonhos.

Eduardo Galeano (2009), pensador uruguaio, descreve como a condição das crianças comprova que a realidade está “de pernas pro ar”, numa “escola do mundo ao avesso”:

Na América Latina,
Crianças e adolescentes somam quase a metade da população total.
Metade dessa metade vive na miséria.
Sobreviventes: na América Latina,

a cada hora, cem crianças morrem de fome ou de doenças curáveis,
 mas há cada vez mais crianças pobres em ruas e campos dessa região
 que fabrica pobres e proíbe a pobreza.
 Crianças são, em sua maioria, os pobres;
 e pobres são, em sua maioria, as crianças.
 E entre todos os reféns do sistema, são elas que vivem em pior
 condição.
 A sociedade as espreme, vigia, castiga e às vezes mata;
 quase nunca escuta, jamais a compreende.
 [...] Dia após dia nega-se às crianças o direito de ser crianças.
 Os fatos, que zombam desse direito,
 ostentam seus ensinamentos na vida cotidiana.

Apesar da realidade cruel em que vivem meninos e meninas de todo o mundo, especialmente na América Latina, ainda existe poesia, uma poética de resistência. Escrevendo essas linhas agora, brincando de concluir meu texto, lutando para finalizar a dissertação, após os seis anos de vivência, me percebo tocado por todas essas experiências que foram desenvolvidas junto às meninas e meninos GK, não sendo possível me ater à uma escrita fria, neutra, pseudocientífica, como se a relação entre sujeito-objeto fosse estanque e refratária, condicionada em dois polos autônomos. Pelo contrário, estou prenhe, imbuído de todas as relações infantis desenvolvidas nesse processo, que para além de acadêmico, é humano, me tornando também, com todas ressalvas possíveis, um GK.

Para compreender a Ocupação foi necessário adentrar, caminhar naquele chão, abster-me do estatuto de pesquisador, tornando-me um amigo - porque não? - um parceiro da luta pela terra e moradia, daqueles que tanto me ajudaram também, sempre solícitos, numa cooperação genuína, sem utilitarismo escancarados, procurando manter parceria de trocas num dialético vai e vem, entre pesquisa e militância. Mais do que isso, analisar a condição infantil daquele território aflorou minha própria condição infantil, tão esquecida no subconsciente, sobretudo neste momento, dia 5 de agosto, momento em que completo 30 anos de idade, confirmando etariamente minha condição adulta.

As crianças GK atravessaram meu caminho investigatório, e nesse processo constatei, a primeira conclusão que podemos sublinhar: sem as

crianças não haverá revolução ou transformação social possível. Remate-se: a revolução será infantil ou não será. De outro modo, lembrando Emma Goldman, as crianças afirmam: se não pudermos brincar, então não é nossa revolução.

E já que as crianças GK brincam, e brincam muito, sobretudo à sombra do Pé de Manga, ao mesmo tempo em que trabalham, estudam e lutam por transformações e dias melhores, eis aqui uma análise dessa importante história de resistência, de luta pelo direito à terra e moradia, daqueles que não se conformam diante das injustiças, que ao invés de lamentarem, se organizam e buscam transformações com as próprias mãos.

Essa investigação sobre a Ocupação Guarani Kaiowá foi realizado a partir de narrativas das(os) próprias(os) moradoras(es), estudos sobre a Ocupação já publicados, documentos e postagens sobre a GK em blogs e redes sociais, dados coletados via questionários, experiências de participação de apoiadores e, claro, minha própria vivência.

Vale afirmar, obviamente esse estudo não é exaustivo dos acontecimentos da Comunidade, é somente uma pequena tentativa de compreensão dessa experiência contestatória ocorrida na cidade, deixando de fora muitos eventos e processos que não caberiam no papel. Como diria Nego Bispo (2017), lavrador e intelectual quilombola, em palestra na FaE: “a pesquisa é a transformação da vida no papel”, “nem todo saber, toda emoção, cabe na caixinha, nas categorias da ciência, as confluências [da vida] são sem medidas”. Não obstante, conseguimos levantar algumas questões que julgamos relevantes para a reflexão dessa experiência.

Com foco de investigação na atuação de meninas e meninos da Ocupação Guarani Kaiowá, é nos evidente o desenvolvimento de um coprotagonismo infantil na luta pela terra e moradia, confirmado a partir de quatro elementos, distintos e relacionados, a partir da atuação das crianças: brincar, que é a base da condição infantil; estudar, que se apresenta como atividade necessária para a formação; trabalhar, pois as crianças da classe

trabalhadora são também trabalhadoras; e, lutar, porquanto as crianças sonham, ao mesmo tempo que batalham por dias melhores. Neste sentido, remata-se que a organização e atuação das crianças GK é uma busca incessante de utopia concreta, pois efetiva, mesmo que sob todas as precariedades, a utopia do direito à moradia, ao mesmo tempo em que busca o direito à cidade.

As crianças GK borram várias noções relativas à infância, seja do senso comum ou também científicas. Um dos elementos nesse sentido, é que as meninas e meninos da Ocupação, se territorializam naquele espaço, (re)produzindo e sendo (re)produzidas, criando processos afetivos, especialmente no Pé de Manga, lugar de utopia existente no coração do território. Assim, as crianças GK afastam a “noção de uma infância percebida como sujeitos “atopos”, ou seja, de lugar nenhum, como sujeitos a-temporais, de tempo nenhum, como aponta Jader Lopes (2008, p. 74). As crianças não são de lugar nenhum, nesse caso particular, elas são da Ocupação Guarani Kaiowá, por isso são as crianças GK, que vivenciam a infância, com dificuldades e potencialidades, através especialmente do brincar, do trabalho, do estudo e das lutas.

Correia (2004, p. 4), aponta conclusões semelhantes, assinalando que através do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra começou “a perceber, de forma mais enfática, a luta pela terra, ou mais especificamente os movimentos sociais de luta pela terra como espaço e tempo de se vivenciar o período da infância” (CORREIA, 2004, p. 4). As crianças que crescem em Ocupações e Assentamentos não deixam de ser crianças, pelo contrário, elas vivenciam intensamente uma condição infantil.

Entrevistador F: Que que “ces” aprendeu, “morano” aqui?

Criança Guarani (13 anos): Muito “poca” coisa. (Risos).

Criança Guarani (12 anos): Eu aprendi umas “coisa” que serviu e que vai “servi” pra minha vida inteira. Inteira.

Entrevistador F: Tipo o que?

Criança Guarani (12 anos): Eu aprendi luta pelos seus “direito”. Eu aprendi a luta pelos meus “direito”, e não desisti e sempre prossegui, mesmo que tiver despencado lá do alto que for, sempre erguer a cabeça e não olha pra trás.

(CRIANÇAS GUARANI, 12 e 13 anos, 2019).

É preciso “erguer sempre a cabeça”, “lutar pelos direitos”, “não desistir”, já que a Ocupação Guarani Kaiowá não é um problema, mas na verdade, é a solução para os problemas que o terreno antes abandonado trazia para a população do bairro Ressaca. Do mesmo modo, a organização e construção da Comunidade é a solução encontrada por centenas de pessoas para garantirem o direito básico à moradia, de cabeça erguida elas não desistem de concretizar a utopia da moradia digna.

Ainda muito há de ser feito, é preciso garantir a posse do terreno, mostrar para o Poder Judiciário que ilegal não é a Ocupação, mas sim a situação anterior dos antigos proprietários que deixaram o terreno abandonado. É propedêutico afirmar sua ética, inclusive sua legalidade, enxergar não só na GK, mas em todas Ocupações de terras, sejam elas urbanas ou rurais, a solução para muitos problemas sociais existentes em nosso país, desde o combate ao déficit habitacional e problemas urbanos, passando pela produção de alimentos, até diminuição da criminalidade.

A experiência da GK comprova, a Ocupação educa a cidade. E a condição de viver aquele território gera saberes nas crianças, que educam e são educadas dentro da Ocupação. A condição infantil GK é também uma busca de utopia concreta, uma formulação de outras infâncias, infâncias outras, possíveis, coletivas, autênticas, reais. Como aponta Kohan (2015, p. 217) eu vivo de “imaginar uma infância ainda por vir, de rememorar uma memória infantil do futuro. A infância [...] é um mistério, um enigma, uma pergunta. Não me refiro apenas a uma etapa cronológica da vida humana, mas antes que qualquer outra coisa, a essa condição que nos habita”.

A GK com seus seis anos de existência, uma Ocupação infantil, com suas crianças, inicia uma nova etapa, buscando a regularização fundiária, com a concretização urbanística do bairro, sendo as novas demandas, a captação de água e luz formais, saneamento básico para todas as casas e endereço fixo como todo cidadão tem direito, e, por fim, o reconhecimento que ela já faz parte da história da cidade de Contagem, pois a terra pertence a quem faz dela viva.

Entrevistador F: Pra terminar, que que "cê" imagina do seu futuro?

Criança Guarani: A, eu queria "trabaiá" de "bombero".

Entrevistador F: Trabalhar de bombeiro?

Criança Guarani: Hahãhã.

Entrevistador F: Por quê?

Criança Guarani: É bom né? Eu vejo os "bombero" ai né? "Apagano" fogo. Eu queria "trabaiá" de "bombero" quando eu "cresce". Salvar a vida dos "outro".

(CRIANÇA GUARANI, 11 anos, 2019).

7.2 Prorrogação: tempos e espaços de utopia⁵⁶

*Porque se chamavam homens
Também se chamavam sonhos
E sonhos não envelhecem.*

Milton Nascimento, Clube da Esquina II

Imagem 118: Muro da GK



Fonte: Frederico Lopes, acervo próprio, 2018.

⁵⁶ Versão preliminar desse capítulo foi publicado em "**Pedagogia da Utopia: um diálogo entre Paulo Freire e Ernst Bloch**" (2017), em coautoria com a Professora Antônia Vitória Soares Aranha. Disponível em: <http://www.revistamovimento.uff.br/index.php/revistamovimento/article/view/400/434>.

Eu aprendi que a gente, se a gente se reunir, todo mundo unido, a gente faz uma força enorme. Então a gente aprende a melhorar o objetivo de vida da gente também né, que a gente vivia naquele inferno lá, a gente vive hoje num lugar mais tranquilo. Então pra mim eu aprendi muita coisa. Aprendi que a gente, se a gente reunir igual a gente já andou, caminhou e fez caminhar, a gente já adiantou muitas coisas [...] (MORADORA KAIOWÁ *apud* MAIA, 2017, p. 182).

O relato da moradora Kaiowá expressa o aprendizado em morar na GK, o ensinamento da luta, a importância da união para concretização dos objetivos enquanto seres de sonhos, numa intensa formação humana. De forma análoga ao que foi respondido pelo cineasta Fernando Birri - amigo de Eduardo Galeano -, quando perguntado para que serve a Utopia, a moradora constata a importância do caminhar, do andar de mãos dadas, adiantando e alcançando conquistas. Quanto mais caminhamos, mais o horizonte se afasta, damos um passo e o horizonte se afasta um passo, damos dois passos e o horizonte se afasta dois passos. "Por mais que eu caminhe, jamais a alcançarei". Então, "para que serve a Utopia?", indagamos, "serve para isso: para caminhar", responde Birri (GALEANO, 1994, p. 310)⁵⁷.

E quando perguntada sobre qual seria o objetivo da caminhada, uma outra moradora Kaiowá (2018) me respondeu:

Nosso desejo é viver bem. E "construí", "construí" nossa luta. "Vive" nossa luta. "Vê" nossa luta crescer. "Vê" o nosso povo de boa, tranquilo, a vizinhança tranquila. Na rua, os "menino" "brincano", "corre" pra cima e "corre" pra "baxo", solta as "pipinha" "des". É isso que a gente que, a gente "num" que muita coisa, sabe? Porque dinheiro não é tudo na vida da gente não, sabe? E eu já "tô" com 55 "ano", e eu sei que dinheiro não é tudo não. Conheço muito, gente com muito dinheiro que "num" vive o que a gente vive aqui, feliz com o pé de "puera", "tendeu"? (MORADORA KAIOWÁ, 2018, 55 anos).

O desejo dela é "viver bem", construindo na luta, "viver a luta", "vê luta crescer". Esse sonho da moradora Kaiowá é um desejo utópico, contudo, plenamente possível de ser concretizado, considerando tudo que já foi feito até hoje. "Vê o nosso povo de boa", continua ela. Percebe-se que sua utopia, diferentemente de um sonho individual, é calcada na coletividade, distinta

⁵⁷ Galeano narra esse conto também em uma entrevista, intitulada "**Para qué sirve la Utopía?**". Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=GaRpIBj5xhq>>. Acesso em 23 de março de 2017.

de um projeto ambicioso particular, mas voltado para a “gente que vive aqui, feliz com o pé de poeira”. E nesse processo utópico, as crianças têm papel fundamental, são coprotagonistas na concretização dos sonhos.

Esse sonho de transformação da realidade se apresenta como uma utopia, um sonho utópico, um desejo e uma ação voltados para a mudança. Entretanto, o que entendemos por utopia? Diferentemente do sentido comumente encontrado nos dicionários: fantasia, quimera, projetos irrealizáveis. Utopia aqui tem um sentido singular, caracterizado especialmente por Ernst Bloch e Paulo Freire.

Começamos por uma primeira constatação: a utopia é mais longa do que se imagina, ela está presente ao largo da história humana. Não é de hoje que os seres humanos sonham em viver locais onde a felicidade e a liberdade sejam reinantes. Desde a antiguidade – como, por exemplo, na República platônica comandada por Reis-filósofos, ou mais certamente, Filósofos-reis, - homens, mulheres e crianças buscavam outros espaços a habitar, espaços estes isentos de miséria e opressão. “Desde que tivemos conhecimento da existência da produção escrita nos falamos de uma época onde existiu um tipo de sociedade onde o homem vivia em condições consideradas idóneas” (GUERRERO, 2012, p. 1). Essa primeira utopia nos remete ao arquétipo da Idade de Ouro, sonho saudosista, voltado a um passado perfeito, apinhado de glórias perpétuas.

Os humanos viviam então como os deuses, com coração livre de preocupações, longes do trabalho e da dor. A triste velhice não vinha visita-los, e, conservando em toda sua vida o vigor de seu pés e mãos, gastavam a alegria em festas, ao abrigo de todos os males. Morriam dormindo, vencidos pelo sonho. Todos os bens lhe pertenciam. O campo fértil oferecia-lhes uma abundante alimentação que se consumia em prazer (HESÍODO *apud* CIORAN, 1988, p. 139).

Este retrato da Idade de Ouro assemelha-se ao Jardim de Éden na Bíblia. Arquétipos míticos estão escritos em variadas culturas que conhecemos e ressurgem com vitalidade quando crianças, mulheres e homens se encontram em tempos de especial dificuldade, principalmente em momentos

de crises, onde outras realidades precisam existir para superação das adversidades.

Ao final do mundo antigo a utopia fundirá o pensamento clássico com o pensamento utópico dos profetas de tradição judaica (Amós e Isaías, vale citar, preveem grandes catástrofes e posteriormente o estabelecimento do reino de Deus na Terra) na obra de Santo Agostinho (354-430), *A Cidade de Deus*. Nas palavras de Ernst Bloch (2006, p. 62) “a *Civitas Dei* era literalmente concebida como um pedaço do céu na terra, tanto sob o aspecto da felicidade quanto sobretudo da pureza”, não obstante, na teologia de Agostinho, “nem o reino de Deus nem qualquer outro bem podem ser conquistados pelo esforço, vêm por graça e estão presentes por graça, não por méritos”. Deste modo, a utopia agostiniana é fruto da obra divina, predestinação de Deus, excluindo-se do processo a vontade e o esforço humano.

Voltando os olhares para as utopias indígenas – sim, os povos nativos também sonham com mundos outros, como por exemplo, os povos Tupí-Guaranis, que sonham com uma terra sem mal, de eterna juventude e fartura, onde o milho cresce sem precisar ser cultivado, liberados do trabalho e da lei, consagrando o princípio do prazer. “Toda vida mental do guarani está orientada para o Mais Além” (CLASTRES, 2007, p. 10).

Durante a Idade Média a utopia se fez presente no imaginário de um povo oprimido pelas escuridões, que buscavam amparo na esperança de existência de lugares sem espécie de sofrimento e com o desfrute livre de prazeres. Nos países latinos este lugar se denominou folcloricamente *Pays de Cocagne*; na Alemanha *Schlaraffenland* (terra de Jauja) e *Venusberg* (monte de Vênus). “Todas estas utopias populares apresentam uma enorme abundância material e, junto as promessas de um mundo melhor, uma forte crítica contra a sociedade injusta do presente” (GUERRERO, 2012, p. 3)

A decadência do feudalismo e de uma economia baseada exclusivamente na propriedade da terra, somado à aparição do capitalismo

e da burguesia, juntamente com a crescente autonomia das cidades europeias, e sobretudo, pela conquista do continente americano, inicia-se um novo ciclo para a literatura utópica: o (re)nascer de novas utopias, retomando-se a tradição do mundo antigo. Assim, inspirando-se no mito do *El Dorado* e nas novas descobertas no Oceano Atlântico Sul, sobretudo pelo navegador florentino Américo Vespúcio (1454-1512) e pelo genovês Cristóvão Colombo (1451-1506), o chanceler Thomas More (1480-1535) escreve, em 1516, a obra *Sobre o melhor estado de uma república e sobre a nova ilha Utopia*, resumidamente *A Utopia*.

Chegamos aqui ao criador do termo *utopia*, uma palavra até antes inexistente, e que durante o tempo alargou seu significado. Atualmente, cinco séculos depois, a palavra é mal interpretada e compreendida, cheia de ambiguidades. Mas a rigor o que significa este termo criado pelo inglês considerado santo?

Utilizando-se de língua clássica, neste caso o grego, bem ao gosto renascentista, Thomas More inventa o vocábulo “utopia”, sobre a base do substantivo masculino grego “tópos” (lugar), adicionado pelo prefixo “u”. Na letra “u” que acompanha o substantivo *tópos* (lugar) é que reside a confusão, pois, o prefixo “u” como tal, no grego, não existe. Os mais aproximados são “ou”, com sentido de negação, e “eu”, com sentido do que é bom e desejável. T. More brinca intencionalmente com os possíveis “ou-tópos” (lugar nenhum, não lugar) e o “eu-tópos” (bom lugar, lugar feliz). Assim, “u” seria o denominador comum de ambos. Deste modo, podemos interpretar a “utopia” como “o lugar ideal, mas que não existe”, interpretação esta aceita por alguns estudiosos de More, especialmente os mais atentos as ambivalências enxertadas por ele.

Não se pode interpretar utopia somente como não-lugar, como se faz tão frequentemente pois para isso teria utilizado o autor precisamente o prefixo ‘ou’ ou ‘a’ [...] A intencionalidade moral e política da obra nos permite incluir, a mera interpretação etimológica, outra de caráter ético e social: Utopia seria a sociedade que não existe, mas que deveria existir e podia existir se os humanos se propuserem (HERNÁNDEZ, 2012, p. 2).

O livro de More está dividido em duas partes: no livro primeiro, intitulado *Da Comunicação de Rafael Hitlodeu*⁵⁸ a respeito da melhor constituição de uma República, More em um diálogo com Pedro Giles⁵⁹ conta como conheceu Rafael - um personagem que navegara nas águas do Atlântico ao lado de Américo Vespúcio conhecendo países longevos e exóticos. O diálogo se centra em uma discussão político-filosófica acerca dos problemas sociais presentes na Inglaterra (criminalidade, desigualdades, pobreza e exploração) em comparação com a diversidade cultural e social conhecida por Rafael em suas aventuras. O livro segundo, por sua vez, é a exposição do modo de vida dos utopianos, suas leis, organização do trabalho, educação, moral e costumes. O modo como é organizado o livro nos leva invariavelmente a comparar os problemas sociais ingleses com as virtudes do povo de Utopia.

O contraste entre a vida na ilha Utopia e a Inglaterra do século XVI é grifado para demonstrar, nas palavras de More, como o egoísmo, a ganância e desrespeito geravam os problemas da ilha inglesa. Utopia é, em boa parte, a Inglaterra de cabeça para baixo. Preocupado com o destino da terra da Rainha, More defendia um sistema onde todos trabalhassem, porém trabalhassem pouco, para que ninguém, no pensamento de More, ficasse sobrecarregado. Pois, em sua Inglaterra, a "principal causa da miséria pública reside no número excessivo de nobres zangões ociosos que se nutrem do suor e do trabalho de outrem [...] escorchando os rendeiros até a carne viva" (MORE, 1979, p. 174).

Na ilha de Utopia existem cinquenta e quatro cidades, perfeitamente idênticas, construídas com base no mesmo projeto e compreendendo edifícios iguais, sendo suficiente descrever somente uma para se conhecer a

⁵⁸ "Os nomes próprios escolhidos por More contém uma significação coerente com o espírito da obra. Assim *Rafael* em hebreu significa 'Deus tem curado', e no livro apócrifo de Tobias o Arcanjo Rafael orienta a Tobias numa viagem que termina com a cura da cegueira sofrida por ele e pela recuperação de suas propriedades. É um nome apropriado, portanto, para um viajante que abre os olhos dos homens e lhes indica onde está a prosperidade" (SZACHI, 1972, p.1).

⁵⁹ Natural de Antuérpia, onde nasceu em 1486. Amigo de Erasmo de Roterdã, conheceu More possivelmente por intermédio deste (MORE, 2010).

todas. Amauroto é a capital da ilha, do grego *amaurós*, seu nome significa “cidade dos sonhos”. “A cidade é rodeada por uma alta e espessa muralha de pedra, enxameada de torres e fortes” (MORE, 2010, p. 57). Em Utopia, a propriedade privada está praticamente ausente e o sistema econômico é socialista, eis que “toda ilha é como uma única família” (MORE, 2010, p. 55).

Na obra moreana de 1516 a *utopia* é identificada com uma ilha no Oceano Atlântico Sul (seria Fernando de Noronha?). Essa pequena ilha seria lugar da concretização de uma sociedade idealizada: sociedade dos “utopianos”, com sua organização, suas virtudes e instituições. Deste modo, More consagra a “utopia” como projeto, modelo abstrato e imaginário de estado e sociedade, sendo utilizado vastamente o termo para descrever qualquer projeto de sociedade mais justa e igualitária. “Este sentido de utopia permanece até os séculos XVIII e XIX. Por exemplo, nas utopias sociais dos filósofos utópicos franceses: Charles Fourier, Saint-Simon, Étienne Cabet, etc” (MÜNSTER, 1993, p. 21).

No lastro da Utopia de More, nos anos seguintes dos tempos renascentistas, outras cidades imaginárias foram descritas. Vale lembrar as obras do filósofo e teólogo dominicano Tommaso Campanella e também do filósofo ítalo-croata Francesco Patrizi da Cherso. O primeiro, autor do clássico *Cidade do sol*, utopia eclesiástica; o segundo, projetista d'*A cidade feliz*, utopia aristocrática influenciada pelo Mito de Veneza⁶⁰.

Contudo, aos longos dos anos, a denominação utopia alargou seu significado, chegando no século XX com outras definições. Buscando-se nos dicionários o significado de “utopia” encontra-se: I - plano teórico que não pode ser realizado; II - projeto irrealizável; III - fantasia; IV - quimera. Definições todas, em maior ou menor grau, com denotações pejorativas.

Discordando do significado de utopia contida nos dicionários e no senso comum (alucinação, miragem, ilusão), propõem-se nesta prorrogação do

⁶⁰ Veneza, cidade-estado ao nordeste da Itália, por muito tempo foi considerada um exemplo de República. Seu poderio e sua fama por ser uma cidade livre e independente, exemplo de estabilidade e imutabilidade constitucional, criaram o chamado “Mito de Veneza”.

texto dissertativo, um diálogo entre os pensamentos de Ernst Bloch (1885-1977), o pensador que fundamentou filosoficamente a utopia, e Paulo Freire (1921-1997), o educador que rodou o mundo sonhando com a libertação de mulheres, homens e crianças. Apresentamos a partir dos dois autores a construção de um conceito de utopia distinto: *topos* realizável, possível, real, enfim, concreto. Para o Bloch o utopista é uma espécie de arquiteto do futuro, ou como descrito por Carlos Lima (2008, p. 16) “a utopia é a arqueologia do amanhã”. Ou seja, aquilo que aparenta ser impossível, é, não obstante, real; o que ainda não é, mas pode vir a ser, antecipado e concretizado. Ao passo que para Coelho (1980) “a utopia é uma ideia multicolorida”.

O conceito de utopia blochiano é desenvolvido, como nas palavras de Arno Münster (1993, p. 25), “em primeiro lugar um *topos* da atividade humana orientada para o um futuro, um *topos* da consciência antecipadora e a força ativa dos sonhos [...]” Assim, a imaginação utópica é sobretudo a consciência do estado atual das coisas, alimentada do desejo de mudar essa mesma realidade.

Contrário à crítica que alude a utopia a algo ilusório, puramente imaginativo e irrealista, Bloch propôs uma distinção entre utopia e utopismo. Utopismo é uma maneira de “sonhar do futuro ou de um passado a reconquistar” (FURTER, 1973, p. 148). Utopia por sua vez, tem a “preocupação de descobrir no presente os pontos de apoio para o futuro desejado” (*ibidem*). O utopismo se constitui pela tendência à abstração e ao estático. Por isso, o filósofo alemão caracteriza um outro tipo de utopia: a utopia concreta.

A utopia, ela, está forçosamente voltada para o futuro. Este voltar-se para o futuro tão pouco é um sonhar ligeiro, ou uma confiança ingênua no amanhã, mas o resultado de uma severa crítica do presente [...] O Princípio de esperança que anima a utopia faz da crítica atual e, em particular, dos fracassos das nossas atuações, o momento decisivo da construção de uma utopia militante e concreta (FURTER, 1973, p. 152).

Pensamento convergente apresenta Paulo Freire (1991, p. 9), que nos adverte que utopia e sonho são atacados nos tempos que correm de inúteis

e também inoportunos, mas “são elementos que fazem necessariamente parte de toda prática educativa desocultadora de mentiras dominantes”.

A utopia, para Freire, se caracteriza como um modo de estar-sendo-no-mundo, que exige um conhecimento da realidade, pois conhecer é possibilidade de “pro-jetar”, lançar-se adiante, buscar. O homem busca porque não está completamente “acabado”, por ser “inconcluso”, por “esperar”. A esperança é o eixo que faz do homem um ser capaz de caminhar para a frente na realização da sua história. (FELIPE, 1979, p. 69).

Relacionando a utopia com a esperança, Freire afirma que a matriz da esperança é a mesma da educabilidade do ser humano. “O inacabamento de seu ser de que se tornou consciente. Seria uma agressiva contradição se, inacabado e consciente do inacabamento, o ser humano não se inserisse num permanente processo de esperançosa busca” (2000, p. 132). Inacabamento defendido também pela perspectiva blochiana, como ressaltado por Albornoz (1998, p, 17), o “homem ainda não é tudo o que o homem pode ser. A sociedade ainda não é a sociedade socialista”.

Esperança, sonhos e utopias em processos de luta pela transformação da realidade é o que defendem Freire e Bloch. Fé e esperança em homens, mulheres e crianças, articulados para a concretização das utopias concretas (Bloch) e das utopias da libertação (Freire).

Mas eu quero enfatizar a importância da utopia de Bloch e a utopia de Freire. Ambos evitaram o erro de ligar a esperança a eventos passados. E também não ligaram a esperança a algum momento específico no futuro. Eles entendem a utopia como um processo de construção numa práxis revolucionária concreta (MCLAREN, 2001, p. 66).

“O que importa é aprender a esperar”, sustenta E. Bloch (2005, p.13), no terceiro parágrafo d'O *Princípio Esperança*. O ato de esperar é antagônico ao ato de temer, este último meramente um passivo *dever*, voltado para o passado, gerador de medos e angustias. “O ato de esperar não resigna: ele é apaixonado pelo êxito em lugar do fracasso”, contrapõe Bloch. A espera é uma atividade ativa, voltada para o presente, que necessita da ação desse afeto lançado ativamente naquilo que vai se tornando. Tornando-se “sonhos de uma vida melhor” (2005, p. 14). Como alicerce da filosofia blochiana temos

aqui a esperança enquanto *docta spes* (esperança racional e mediadora, que se sabe imersa no processo dialético-materialista). Essa é uma das novidades blochiana para dentro da teoria marxista, a *docta* esperança, o que nas palavras de Michel Löwy (2007, p. 18) é “a ciência da realidade, o saber ativo orientado para a práxis transformadora do mundo e para o horizonte do futuro”. Arno Münster, por sua vez, apresenta os pilares da esperança blochiana a partir da oposição de definição feita por Heidegger:

Ao analisar o conteúdo e o sentido profundo e íntimo deste conceito de “esperança” de E. Bloch, descobrimos rapidamente que E. Bloch, guiado pelo esforço de reatualizar a dimensão utópica para a filosofia neomarxiana de nosso século, se recusa a definir a esperança exclusivamente – como Heidegger – num sentido ontológico-existencial, como “momento de temporalidade” (MÜSTER, 1993, p. 14).

Carvalho (2014, p. 22) focada na articulação entre esperança e possibilidade, em Bloch, afirma que o filósofo alemão se empenha em “resgatar o conceito de esperança da passividade pejorativa da tradição platônica e cristã, recuperando assim o sentido positivo da utopia e do sonho como portadores de uma vontade atuante, capaz de modificar a realidade mediante uma práxis de viés marxista”. Apesar de não aceitar ser chamado de utópico, vale sublinhar que, Marx, “ao abrir a porta da imaginação humana, ainda que tenha procurado negá-lo, cria um movimento utópico dentro do qual nossas imaginações podem vagar e pensar em possíveis alternativas de mundos urbanos” (HARVEY, 2013, p. 32).

Esse dinamismo só é possível a partir da convicção de que o mundo não está decidido, pois “o propriamente dito no ser humano como no mundo ainda está por acontecer”, (BLOCH, 2005, p 243-244). Resumindo, o mundo não é, o mundo está sendo. A partir das possibilidades abertas pelo presente histórico “este *devoir* pode conferir concretude à esperança, se entendida como esforço construtor que leva em conta as contradições reais do presente” (CARVALHO, 2014, p. 22).

É possível compreender a preocupação de Bloch em demonstrar que o futuro não se realiza por fatalidade, mas por uma necessidade histórica concreta, pois a esperança é uma construção onde tanto o passado quanto o presente se dialetizam para a construção do novo,

por meio do engajamento dos homens nesse processo, na construção de um futuro concreto (FREITAS e FREITAS, 2015, p. 272).

De forma semelhante Paulo Freire nega a conclusão do mundo e argumenta que a realidade está aberta em processos que vão acontecendo no horizonte das possibilidades, enquanto o futuro, em suas palavras, “[...] existe na medida em que eu ou nós mudamos o presente. E é mudando o presente que a gente fabrica o futuro: por isso, então a história é possibilidade e não determinação” (FREIRE, 1991, p. 90).

Bloch (2005, p. 194) por sua vez, expressa que o “real é processo e processo é mediação vastamente ramificada entre o presente, o passado pendente e sobretudo o futuro possível. No seu *front* processual, todo real passa a ser o possível”. A partir das pressuposições freireanas e blochianas citadas, não é possível compreender a existência humana e a luta de torná-la melhor sem o sonho e a esperança. “Não sou esperançoso por pura teimosia, mas por imperativo existencial e histórico”, afirma Freire (1992, p. 10).

No diálogo em torno da esperança proposto, tanto Freire quanto Bloch alertam para o fato de que a esperança deve estar acompanhada de uma prática, de um otimismo militante e de uma práxis libertadora. E como base para uma práxis transformadora “chega-se assim ao ponto em que a esperança, esse autêntico afeto expectante no sonho para a frente, não surge mais como uma mera emoção autônoma, [...] mas de modo *consciente-ciente* como *função utópica*” (BLOCH, 2005, p. 144). O ato de esperar, por si só, não é revolucionário, pois é estéril uma esperança manca, destituída de ação que germina no mundo transformações. Portanto nos lembra Freire (1992, p. 5), “pensar que a esperança sozinha transforma o mundo e atuar movido por tal ingenuidade é um modo excelente de tombar na desesperança, no pessimismo, no fatalismo”. Deste modo destacamos que Paulo Freire, à maneira de Ernst Bloch, confere à práxis a imprescindível posição de, em consonância com a esperança, fornecer condições de efetivação das mudanças sociais: “enquanto necessidade ontológica a esperança precisa da prática para tornar-se concretude histórica. É por isso

que não há esperança na pura espera, nem tampouco se alcança o que se espera na espera pura, que vira, assim, espera vã” (FREIRE, 1992, p. 5).

Assim, moradoras(es), na esperança de concretizar o direito à moradia, sonhando com uma morada, uma casa para chamar de sua, praticaram um ato de ocupação, a construção de um lar, numa experimental práxis coletiva de transformação: de um terreno abandonado em uma território de utopia, construindo uma Comunidade, sonhando e lutando por dias melhores.

Contudo não estamos falando dos sonhos tal como teorizado pela psicanálise. Os sonhos acordados de Bloch, diferentemente dos sonhos noturnos de Freud, “não pedem para serem interpretados, mas para serem colocados em prática”, afirma a filósofa Suzana Albornoz (1998, p. 13). Desta forma Bloch defende uma ampliação da teorização sobre os sonhos humanos, descrevendo a caracterização dos sonhos diurnos, pois “mesmo de olhos abertos, no seu íntimo a pessoa pode ver tudo colorido ou em forma de sonho” (BLOCH, 2005, p. 80). E de forma categórica afirma Bloch (2005, p. 88): “os seres humanos de forma alguma sonham apenas de noite. Também o dia possui bordas crepusculares, também ali os desejos se saciam”.

Muito mais que simples devaneios, os sonhos para Freire fazem parte de um princípio ontológico, uma base para a vida. “Ai daqueles e daquelas, entre nós, que pararem com a sua capacidade de sonhar, de inventar a sua coragem de denunciar e anunciar” (FREIRE *apud* STRECK *et al*, 2010, p. 380). E na atividade de denúncia e anúncio se efetiva a *leitura do mundo*, não tendo uma casa para morar, onde para a superação da realidade opressora, apresenta-se à tona *inéditos viáveis*, se organizar e ocupar o terreno abandonado, caminhando para a concretização dos *sonhos possíveis*: A consolidação da GK.

O *sonho possível* para Paulo Freire diz respeito ao caráter crítico orientado pela fé de que as *situações-limites* podem ser transformadas, bem como de que esta mudança se constrói constante e coletivamente. “Como é que podemos aceitar esses discursos neoliberais que vêm sendo

apregoados como verdadeiros e manter vivos nossos sonhos?" A resposta, Freire mesmo sintetiza, "ser no mundo significa transformar e retransformar o mundo [...] nossas responsabilidades consistem em intervir na realidade e manter nossa esperança" (FREIRE, 2014, p. 51).

Uma moradora Kaiowá demonstra, com precisão, a importância dos sonhos: "tem que sonhar sempre", afirma ela, contudo, o sonho sozinho não basta, "correr atrás do seu objetivo também", pois na luta ela aprendeu coletivamente a "lutar pelos sonhos".

Me amadureceu como mãe, né... e como ser humano também, me fez ser mais mãe, me fez enxergar mais a realidade, me ensinou é... ter meus direitos, e lutar pelos meus sonhos, não por eu ter saído de uma favela, não por eu morar numa ocupação, né, porque quando a gente não tem condições assim, a gente sempre pensa assim ah, eu vou ser um João ninguém, mas aqui, morando aqui, lutando e apoiando os moradores lutando com os direitos da gente, eu aprendi isso, que não importa, você tem que sonhar sempre, não só sonhar como correr atrás do seu objetivo também (MORADORA KAIOWÁ *apud* MAIA, 2017, p. 182).

Caminhando no mesmo sentido, os sonhos diurnos formulados pela E. Bloch desenham no ar "receptíveis vultos de livre escolha, e pode se entusiasmar e delirar, mas também ponderar e planejar [...] O sonho diurno pode proporcionar ideias que não pedem interpretação, e sim elaboração" (BLOCH, 2005, p. 79 e 88). Tal como Santos Dumont, que antes de planejar e construir o famoso 14 Bis, sonhou em ter asas. Deste modo, a imaginação longe de ser o oposto da racionalidade, faz na verdade, parte constitutiva da mesma.

Por isso temos que aprender de novo a caminhar sobre a Terra com a esperança [...] E resgatar um saber que elabora a esperança na experiência do mundo, deixando-nos conduzir pelos gestos amorosos do princípio, na dimensão de um saber reconciliado com a esperança, um saber feliz (*eusophos*) (LIMA, 2008, p.168).

Na busca de um saber feliz está propedeuticamente a esperança; este anseio, que para E. Bloch e P. Freire é considerado mais que um sentimento, é na verdade um ato de cognição, uma premonição. Assim, a esperança anima a militância, é um conhecimento, um pré-conhecimento do que ainda-

não-é, mas pode ser, pode vir-a-ser (ALBORNOZ, 1998). Portanto, os sonhos diurnos e os sonhos possíveis são fundamento da esperança para a concretização da utopia, a saber: o sonho de uma morada. Pois os sonhos são "projetos pelos quais se luta. Sua realização não se verifica facilmente, sem obstáculos. Implica, pelo contrário, avanços, recuos, marchas às vezes demoradas. Implica luta" (FREIRE, 2000, p. 54).

Sonhando um dia ter uma casa para morar, que as pessoas da região do Ressaca se organizaram, planejaram, e ocuparam um terreno antes abandonado, construindo nele, com as próprias mãos e ações, um território de utopia, uma utopia concreta, um sonho diurno possível, realizado, caminhando com a esperança de efetivar o direito à moradia digna. Eis um território de utopia, sintetizando esperança, sonho e práxis transformadora, subscrevendo as letras de Furter (1973, p. 147), a utopia "é uma forma de ação, não uma mera interpretação da realidade".

Entrevistador F: Quem é você?

Criança Guarani (13 anos): Eu sou eu.

Criança Guarani (12 anos): Eu sou uma menina, que tenta "vê" além do que pode. Eu vejo isso aqui ó, eu tento "vê" além. "Num" quero "vê" isso, quero "vê" além. Mais quero "vê" o mundo...

Criança Guarani (13 anos): Bem mais longe

Criança Guarani (12 anos): "Vê" bem além, além do que posso "vê". Eu "tô" vendo aquilo eu quero "vê" mais, além ...

Criança Guarani (13 anos): Com as arvore ali, "num" dá pra mim "vê" o que tá lá atrás.

Criança Guarani (12 anos): Eu vou "cavucano", até eu consegui. (Risos)

Entrevistador F: "Cês" são sonhadoras né?

Criança Guarani (12 anos): Eu sonho.

Entrevistador F: Isso é bonito.

Criança Guarani (13 anos): Eu já sonhei "teno" a minha casa aqui.

Criança Guarani (12 anos): Muitas pessoas já tentaram destruí os meus sonhos. Achando que só porque eu era pequena que eu ia desisti, não. Eu só não demonstro mais, porque quem não é capaz de sonhar, não é capaz de ajuda a "realiza" os sonhos igual as outras pessoas. Quem não sonha, não pode ajuda a sonha, "num" pode ajuda a outra pessoa a sonhar.

Entrevistador F: Uma pessoa que "num" sonha ele "num" vive né?

Criança Guarani (13 anos): A, tem hora que eu também num sonho não. Eu durmo ...

Criança Guarani (12 anos): Ele "num" ta falano disso não. (Risos).

Entrevistador F: É tipo sonhar acordado.

Criança Guarani (13 anos): Muitas vezes.

Criança Guarani (12 anos): Retardada. (Risos).

(CRIANÇAS GUARANI, 12 E 13 anos, 2019).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBORNOZ, Suzana. **O enigma da esperança**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- ALDERSON, Priscilla. **As crianças como pesquisadoras**: os efeitos dos direitos de participação sobre a metodologia de pesquisa. Revista *Educação e Sociedade*, Campinas: vol. 26, n. 91, p. 419-442, Maio/Ago. 2005.
- AQUINO, Giovana Bendezú; SAMPERTEGUI, Yim Rodríguez. Experiencias de niñxs adolescentes trabajadores organizadxs: participación protagónica y valoración crítica del trabajo. In: MORALES, Santiago; MAGISTRIS, Gabriela (orgs.). **Niñes em Movimento**: del adultocentrismo a la emancipación. Buenos Aires: Editorial El Colectivo, 2018, p. 233-265.
- ARANHA, Antônia Vitória Soares. **Compreensão dos Saberes Produzidos e Mobilizados no Trabalho e sua Relação com o Currículo**: análise dialética de algumas experiências. São Paulo: Fundação Maurício Grabois; Editora Anita Garibaldi, 2017.
- ARANHA, Antônia Vitória Soares; DIAS, Deise de Souza. O trabalho como princípio educativo na sociabilidade do capital. In: MENEZES NETO, Antonio Julio et al (Orgs.) **Trabalho, política e formação humana**. São Paulo: Editora Xamã, 2009, p. 115-127.
- ARROYO, Miguel. Trabalho-educação e teoria pedagógica. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.) **Educação e Crise do Trabalho**. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 138-165.
- BASTOS, Camila Diniz *et tal.* **Entre o espaço abstrato e o espaço diferencial**: ocupações urbanas em Belo Horizonte. Revista Brasileira de Estudos Urbanos Regionais (ONLINE), RECIFE, V.19, N.2, p.251-266, MAIO-AGO. 2017.
- BITTENCOURT, Rafael Reis. **Cidadania Autoconstruída**: o ciclo de lutas sociais das ocupações urbanas na RMBH (2006-15). Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais – Escola de Arquitetura, 2016, p. 242.
- BLOCH, Ernst. **O Princípio Esperança**. V1 e V2. Trad. Nélio Schneider. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto. 2005.
- BLOCH, Ernst. **O Princípio Esperança**. V3. Trad. Nélio Schneider. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 2006.
- BOULOS, Guilherme. **De que lado você está?** Reflexões sobre a conjuntura política e urbana no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2015, p. 142.

BOULOS, Guilherme. Apresentação. In: ENGELS, Friedrich. **Sobre a Questão Urbana**. São Paulo: Boitempo, 2015

BOURDIEU, Pierre. Espaço social e poder simbólico. In: **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BRASIL DE FATO. **Famílias ocupam terreno abandonado em Contagem**. 09 mar. 2013. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/12255>>. Acesso em: 11 mar. 2013.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição Federal**, 1988.

BRASIL. Presidência da República. **Estatuto da Cidade**, Lei 10.257, de 2001.

BRIGADAS POPULARES. **Nasce a Ocupação Guarani Kaiowá**, 2013. Disponível em: <<https://ocupacaoguaranikaiowa.wordpress.com/about/>>. Último acesso em junho de 2018.

CALDART, Roseli Salete. **A Pedagogia da Luta pela Terra**: o movimento social como princípio educativo. 23ª Reunião Anual da ANPED, 2000. Disponível em: <<http://23reuniao.anped.org.br/textos/te3.PDF>>. Acesso em 07 de maio de 2019.

CANETTI, Thiago; VALLE, Willian Azalim do. Dos excluídos da cidade à revolução urbana: definições de um novo sujeito político. **Revista e-metropolis**, nº 23, ano 6, dezembro de 2015. Disponível em: <http://emetropolis.net/system/artigos/arquivo_pdfs/000/000/177/original/emetropolis_n23_art3.pdf?1450463906> Acesso em 23 de março de 2019.

CASTELLS, Manuel. **Cidade, Democracia e Socialismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980

CARVALHO, Mariana. Esperança e Possibilidade em Ernst Bloch. **Revista Universitas Humanas**, Brasília, v. 10, n. 2, p. 21-27, jul./dez. 2013.

CASTRO, Viveiros. **No Brasil todo mundo é índio, exceto quem não é**. Disponível em: <pib.socioambiental.org/files/file/PIB_institucional/No_Brasil_todo_mundo_%C3%A9_%C3%ADndio.pdf>. Acesso em novembro de 2018.

CIORAN, E. M. **História e Utopia**. Tradução Esther Seligson. Barcelona: Editora Tusquets, 1988.

COELHO, Teixeira Coelho. **O que é a Utopia?** São Paulo: Editora Círculo do Livro, 1980.

COLORADO, Elkin Dario Agudelo. El lugar de las organizaciones sociales comunitárias: em la defensa de los territórios a partir de acciones de resistênci civil. In: BENJUMEA, Mary Luz Acosta *et tal* (Orgs.) **Movimentos sociales y resistencia**: una apuesta por el territorio. Manizales: Fundación Centro Internacional de Educación e Desarrollo Humano, 2009, p. 16-45.

COMUNIDADE GUARANI KAIOWÁ. **Carta da Comunidade Guarani Kaiowá de Tekoha Pyelito Kue/Mbrakay**. Disponível em: <<http://www.global.org.br/blog/nota-do-cimi-sobre-o-suposto-suicidio-coletivo-dos-kaiowa-de-pyelito-kue/>>. Acesso em 2 de maio de 2019.

CORREIA, Luciana Oliveira. **Os Filhos da Luta Pela Terra**: As Crianças do MST. Significados atribuídos por crianças moradoras de um acampamento rural ao fato de pertencerem a um movimento social. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais – Faculdade de Educação, 2004, 96 p.

CUSSIÁNOVICH, Alejandro. Aportes desde los movimientos sociales de niñs y adolescentes trabajadores a la teoria y práctica emancipatoria com niñez. In: MORALES, Santiago; MAGISTRIS, Gabriela (orgs.). **Niñes em Movimento**: del adultocentrismo a la emancipación. Buenos Aires: Editorial El Colectivo, 2018, p. 209-231.

DIAS, Maria Tereza Fonseca. **As ocupações urbanas em Belo Horizonte**: (re)construindo a justiça espacial nas metrópoles. In Anais III Congresso Internacional Espaços Comuns e as Cidades de Exceção. Belo Horizonte, 2014, p. 32-35. Disponível em: <https://www.direito.ufmg.br/images/stories/polos/20150428_Anais.pdf> Acesso em 30 de outubro de 2018.

DICIONÁRIO AURÉLIO. **Verbetes Invasão**, 2018. Disponível em: <<https://dicionariodoaurelio.com/invasao>> Acesso em 06 de maio de 2019.

DICIONÁRIO AURÉLIO. **Verbetes Ocupação**, 2018. Disponível em: <<https://dicionariodoaurelio.com/ocupacao>> Acesso em 06 de maio de 2019.

DOMINGUES, João Paulo Mariano. **Insurgências Juvenis no Carnaval de Rua de Belo Horizonte**: o bloco Seu Vizinho e a luta pela afirmação do território. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais – Faculdade de Educação, 2019, 198p.

ENGELS, Friedrich. **Sobre a Questão da Moradia**. São Paulo: Boitempo, 2015.

ENGELS, Friedrich. **A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010 [1845].

FAZENDA, Ivani (org). **Metodologia da Pesquisa Educacional**. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

FEITOSA, Antônio Genivaldo Silva. **Infância Abrigada**: Impressões da Criança na Casa Abrigo. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Faculdade de Educação, 2011.

FELIPE, Sônia Teresinha. **O Conceito de Utopia na proposta Paulofreireana**. Porto Alegre: 1979. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/download/23744/21311>> Acesso em 15 de julho de 2017.

FREIRE, Paulo. **A educação na cidade**. São Paulo: Cortez, 1991.

FREIRE, Paulo. **À sombra desta mangueira**. São Paulo: Olho d'Água Editora, 1995.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Solidariedade**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 38. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia dos Sonhos Possíveis**. 1ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FREITAS, Luciane Albernaz de Araújo; FREITAS, André Luiz Castro. **A esperança em Paulo Freire**. Anais XII Congresso Nacional de Educação. Curitiba: PUCPR, 2015. Disponível em <educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/17754_7660.pdf> Acesso em 15 de Julho de 2017.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e Crise do Trabalho**: perspectivas de final de século. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Verbetes Trabalho como Princípio Educativo. In: CALDART, Roseli Salete *et al* (orgs). **Dicionário de Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 750-757.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Fundação João Pinheiro divulga resultados do Déficit Habitacional no Brasil**. 11 de abril de 2018. Disponível em: <www.fjp.mg.gov.br>. Acesso em 03 de agosto de 2019.

FURTER, Pierre. **Dialética da Esperança**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1973.

GALEANO, Eduardo. **Para qué sirve la Utopía?** Entrevista com Galeano. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=GaRplBj5xho>> Acesso em 23 de março de 2016.

GALEANO, Eduardo. **De Pernas pro Ar:** a escola do mundo ao avesso. Porto Alegre: L&PM, 2009.

GUERRERO, José Orihuela. La utopia como expresión del pensamiento divergente humano. **Revista Digital El Buho**. ISSN: 1138-3569, julho 2012. Disponível em <http://www.aafi.filosofia.net/publicaciones/el_buho/elbuho2/buho2/utopia.htm> Acesso em 25 de julho de 2017.

HARVEY, David. A liberdade da cidade. In: **Cidades Rebeldes**. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 27-34

HERNÁNDEZ, Felipe Aguado. **Realidad y Utopía**. Universidad Autónoma de Madri. 2012. Disponível em: <https://www.uam.es/servicios/apoyodocencia/ice/olimpiada/Realidad_y_utopia.pdf> Acesso em 20 setembro de 2016.

JARAUTA, Francisco. Construir a Cidade Genérica. In: **Revista da Universidade Federal de Minas Gerais** (Org.) Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p. 24-35, jan. /jun., 2013.

JENKS, Chris. Constituindo a Criança. **Revista Educação, Sociedade & Culturas**. n. 17, 2002, p. 185-216. Disponível em: <<https://www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC17/17-arquivo.pdf>> Acesso em 25 de agosto de 2019.

JIMÉNEZ, Carolina; NOVOA, Edgar. **Producción social del espacio:** el capital y las luchas sociales em la disputa territorial. Bogotá: Ediciones desde abajo, 2014.

KUENZER, Acácia Zeneida. Desafios teóricos-metodológicos da relação trabalho-educação e o papel social da escola. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.) **Educação e Crise do Trabalho**. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 55-75.

KOHAN, Walter Omar. **Visões de Filosofia: Infância**. Revista ALEA. Rio de Janeiro, Volume 17/2, JUL.-DEZ. 2015, p. 216-226. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/alea/v17n2/1517-106X-alea-17-02-00216.pdf>> Acesso em 17 de novembro de 2019.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Tradução Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008 [1970].

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Editora Centauro, 2011 [1968].

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e Política**. O direito à cidade II. Tradução Sérgio Martins et al. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016 [1972].

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal, lógica dialética**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991 [1975].

LELIS, Natália. Ocupações Urbanas: a poética territorial da política. **REV. BRAS. ESTUD. URBANOS REG.** (ONLINE), RECIFE, V.18, N.3, SET.-DEZ. 2016, p. 428-444.

LIMA, Carlos. **Genealogia dialética da Utopia**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2008.

LOPES, Frederico A. **Cidades Utópicas**: breve aproximação entre Belo Horizonte e La Plata. Monografia, Ciências Sociais, Universidade Federal de Minas Gerais, 2014.

LOPES, Frederico A. **Ocupar e Comemorar**: 4 anos de luta da Ocupação Guarani Kaiowá em Contagem/MG. Brasil de Fato. Disponível em <<https://www.brasildefato.com.br/2017/04/17/ocupar-e-comemorar-4-anos-de-luta-na-ocupacao-guarani-kaiowa-em-contagem-mg/>> Acesso em: Abril de 2018.

LOPES, Frederico A. **Somos Todas Guarani Kaiowá**. Brasil de Fato. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2018/12/12/artigo-or-somos-todas-guarani-kaiowa/>> Último Acesso em abril de 2019.

LOPES, Frederico A.; ARANHA, Antônia Vitória Soares. **Pedagogia da Utopia: um diálogo entre Paulo Freire e Ernst Bloch**. Revista Movimento (UFF), 2017. Disponível em: <<http://www.revistamovimento.uff.br/index.php/revistamovimento/article/view/400/434>>. Último acesso em 24 de junho de 2019.

LOPES, Frederico A.; HERMANN, H. A. ; GUAYANA, T. G. F. ; FARTO, M. D. ; VASQUEZ, M. V. ; MINO, W. P. Y. ; O., R. Y. D. ; HERRERA, T. S. ; JUAREZ, C. E. ; HEREDIA, M. C. ; VALENZUELA, F. N. . Juventudes e Infâncias Latino-americanas: a experiência da escola de Pós-graduação da CLACSO. **JUVENTUDE.BR** (Centro de Estudos e Memória da Juventude), v. Ano 13, 2018. p. 46-49.

LOPES, Jader Janer Moreira. As crianças, suas infâncias e suas histórias: mas por onde andam suas geografias? **Educação Foco**. Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 31-44, set 2008/fev 2009. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/revistaedufoco/files/2009/11/Artigo-02-13.2.pdf>>. Acesso em 18 de junho de 2019.

LOPES, Jader Janer Moreira. Geografia da Infância: contribuições aos estudos das crianças e suas infâncias. **Revista Educação Pública**. Cuiabá, v. 22, n. 49/1, p. 283-294, maio/ago. 2013. Disponível em: <<http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/915/716>> Acesso em 15 de junho de 2019.

LOPES, Jader Janer Moreira; FERNANDES, Maria Lidia Bueno. A criança e a cidade: contribuições da Geografia da Infância. **Revista Educação** (Porto Alegre), v. 41, n. 2, p. 202-211, maio-ago. 2018. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/30546/17256>> Acesso em 12 de junho de 2019.

LOPES, Marcela Silvano Brandão. Artesanias na cidade autoconstruída. In: NASCIMENTO, Denise Morado (Org.). **Saberes [auto]construídos**. Belo Horizonte: Associação Imagem Comunitária, 2016, 31-44 p.

LOURENÇO, Tiago Castelo Branco. **Cidade Ocupada**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais – Escola de Arquitetura, 2014, 232 p.

LÖWY, Michel. Utopia y romantismo revolucionário en Ernst Bloch. In: VEDDA, Miguel (org) **Ernst Bloch** – Tendencias y latências de un pensamiento. Buenos Aires: Herramienta Ediciones, 2007, p. 13-21.

MARIA OBJETIVA. Vídeo Aulão Público: **Sabedoria Indígena Guarani Kaiowá** – a luta pela terra e pela paz. 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=VrhummoiWZM>>. Acesso em setembro de 2018.

MARICATO, Ermínia. **Condomínios fechados são irregulares, ocupações, não**. Entrevista cedida ao Brasil de Fato, 2018. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2018/05/23/condominios-fechados-sao-irregulares-ocupacoes-nao-diz-erminia-maricato/>> Acesso em 06 de maio de 2019.

MARICATO, Ermínia. É a questão urbana, estúpido! In: **Cidades Rebeldes**. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 19-26.

MARTINS, Francisco André Silva. **“Vivendo e aprendendo a jogar”**: dimensões formativas de experiências participativas de ação coletiva e militância de jovens em uma ocupação urbana em Belo Horizonte. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016, 224 p.

MARTINS, Maria de Fátima Almeida; MARTINS, Sérgio; DEBORTOLI, José Alfredo Oliveira(Orgs.). **Infâncias na Metrópole**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, 205p.

MARTINS, José de Souza. Regimar e seus amigos: a criança na luta pela terra e pela vida. In: **O Massacre dos Inocentes**: a criança sem infância no Brasil. São Paulo: Editora Hucitec, 1991, p. 51-80.

MARTINS, Sérgio. Prefácio à tradução brasileira. In: LEFEBVRE, Henri. **Espaço e Política**: o direito à cidade II. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016, p. 7-16.

MARX, Karl. **Diferença entre a filosofia da natureza de Demócrito e a de Epicuro**. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2018 [1841], 152 p.

MARX, Karl. **Glosas Críticas Marginais ao Artigo “O Rei da Prússia e a Reforma Social”**. De um Prussiano. Traduzido do italiano por Ivo Tonet. São Paulo: Expressão Popular, 2010 [1844], 78 p.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro 1. 2ª ed. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017[1867].

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. 150 anos depois. Trad. Victor Klagsbrunn. Rio de Janeiro: Editora Contraponto; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998 [1848], 208p.

MARX, Karl. **Os Despossuídos**. Trad. Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2016 [1842], 151 p.

MAYER, Joviano Gabriel Maia. **O comum no horizonte da metrópole biopolítica**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais – Escola de Arquitetura, 2015, 288 p.

MCLAREN, Peter. **A Pedagogia da Utopia**. Santa Cruz do Sul: Editora EDUNISC, 2001.

MENEZES NETO, Antonio Julio; BRANDÃO, Nágela. O trabalho como princípio educativo na educação do campo e no MST. In: MENEZES et al (Orgs.) **Trabalho, política e formação humana**. São Paulo, Editora Xamã, 2009, p. 175-188.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Editora Vozes, 2016.

MORALES, Santiago; MAGISTRIS, Gabriela (orgs.). **Niños em Movimento**: del adultocentrismo a la emancipación. Buenos Aires: Editorial El Colectivo, 2018.

MORE, Thomas. **A Utopia**. Tradução Luís de Andrade. 2ª edição. São Paulo: Abril Cultural, Coleção Os Pensadores, 1979.

MORE, Thomas. **A Utopia**. Tradução Maria Isabel Tomás. 2ª edição. São Paulo: Martin Claret, 2000. 130p.

MTST. O que quer o MTST? In: **Brasil em Jogo**. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 85-88.

MÜSTER, Arno. **Ernst Bloch - filosofia da práxis e utopia concreta**. São Paulo: Editora UNESP, 1993.

NASCIMENTO, Denise Morado (Org.). **Saberes [auto]construídos**. Belo Horizonte: Associação Imagem Comunitária, 2016, p. 271.

NASCIMENTO, Denise Morado; LIBÂNIO, Clarice (Org.) **Ocupações Urbanas na Região Metropolitana de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Favela é isso Aí, Série Prosa e Poesia no Morro, 2016.

NORONHA, Olinda. Pesquisa Participante: repondo questões teórica-metodológicas. In: FAZENDA, Ivani. **Metodologia da Pesquisa Educacional**. São Paulo: Cortez Editora, 2010, p. 153-160.

O BELTRANO. **O financiamento das Ocupações**. 1 de maio de 2018. Disponível em: <http://www.obeltrano.com.br/portfolio/o-financiamento-das-ocupacoes-urbanas/?fbclid=IwAR3qGXXq3sfM7ZaFmaNum-uJ-6cKN6UVESC1L22q_bLd2XAUFKrt1SF9cqQ>. Acesso em 02 de maio de 2018.

O GLOBO. **Bolsonaro quer tipificar invasão de propriedade por MST e MTST como prática terrorista**. 21 de maio 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-quer-tipificar-invasao-de-propriedade-por-mst-mtst-como-pratica-terrorista-22702521>> Acesso em 06 de maio de 2019.

OCUPAÇÃO EMANUEL GUARANI KAIOWÁ. Vídeo disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=qCmz2dQUIY>>. Último acesso em: 22 de Abril de 2018.

OLIVEIRA, Leonardo Debossan. **Contribuições da Categoria Trabalho: o processo de produção do conhecimento na formação da coordenação da ocupação Eliana Silva**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais – Faculdade de Educação, 2018, 145 p.

PERICLES, Leonardo. **As ocupações urbanas, a luta por moradia e o direito à cidade**. Brasil de Fato, 06 de dezembro de 2016. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2016/12/06/as-ocupacoes-urbanas-a-luta-pela-moradia-e-o-direito-a-cidade/>> Acesso em julho de 2018.

PUPIM, Manuel; LOPES, Frederico A. **Crianças, arquitetos e a consolidação da Ocupação Guarani Kaiowa**. Esquerda Online. Disponível em:

<www.esquerdaonline.com.br/2018/10/08/criancas-arquitetos-e-a-consolidacao-da-ocupacao-guarani-kaiowa-em-contagem-mg/>. Último acesso em 01 de agosto de 2019.

RAMOS, Márcia Mara. **Educação, Trabalho e Infância**: contradições, limites e possibilidades no movimento dos trabalhadores sem terra. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas – Faculdade de Educação, 2016, 219 p.

REVISTA TRIP. **Emanuel Guarani Kaiowá na Bienal**. 2013. Disponível em: <<https://revistatrip.uol.com.br/trip/emanuel-guarani-kaiowa-na-bienal>> Acesso em 21 de junho de 2019.

RODRIGUES, Lucas de Oliveira. Conceito de alteridade. **Brasil Escola**. Disponível em <<https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/conceito-alteridade.htm>>. Acesso em 04 de maio de 2019.

RONILK, Raquel. **Para ter onde cair vivo**. Entrevista publicada na Revista Trip, 2016. Disponível em: <<https://revistatrip.uol.com.br/tpm/a-urbanista-raquel-rolnik-defende-a-moradia-como-direito-humano>> Acesso em 06 de maio de 2019.

ROSSETTO, Edna Rodrigues Araújo. **Essa ciranda não é minha só, ela é de todos nós**: a educação das crianças sem terrinha no MST. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas – Faculdade de Educação, 2009, 232 p.

SABERES TRADICIONAIS UFMG. **Biografia de Nhanderu Valdomiro Flores**. Disponível em: <<http://www.saberestradicionais.org/nhanderu-valdomiro-flores/>> Acesso em 2 de maio de 2019.

SABERES TRADICIONAIS UFMG. **Cosmociência Guarani Kaiowá**. Disponível em: <<http://www.saberestradicionais.org/artes-e-oficios-dos-saberes-tradicionais/modulo-03-cosmociencia-guarani-e-kaiowa/>> Acesso em setembro de 2018.

SANTIAGO, Flávio; FARIA, Ana Lúcia Goulart de. Para Além do Adultocentrismo: uma outra formação docente descolonizadora é preciso. **Educação e Fronteiras On-Line**, Dourados/MS, v.5, n.13, jan./abr. 2015, p.72-85.

SANTOS, Cecília, Reis Alves do. Infraestrutura Autoconstruída: articulações sociotécnicas na produção do espaço. In: NASCIMENTO, Denise Morado. **Saberes Autoconstruídos**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016, p. 46-58.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 3 ed. Hucitec, São Paulo, 1999.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. 5. ed., 1. reimp. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

SANTOS, Milton. **Pobreza Urbana**. 3 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

SILVEIRA, Ana Cláudia Bambirra; LEÃO, Geraldo. Sociabilidade e Juventudes: um olhar transversal sobre a condição juvenil a partir da relação dos jovens com o território. In: LUZ, Iza Rodrigues da; GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira (Orgs.) **Sociabilidades e Ações Coletivas: processos educativos em contextos escolares e não escolares**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014, p. 47-66.

SIQUEIRA, Camila Zucon Ramos de. **Escolarizar o Campesinato ou Campesinar a Escola?** Uma experiência escola em alternância no Norte do Espírito Santo. Tese Doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais – Faculdade de Educação, 2018, 227 p.

SOBRINHO, Roberto Sanches Mubarak. Metodologias de investigação com crianças: outros mapas, novos territórios para a infância. **e-cadernos ces** [Online], 02/2008. Disponível em: <http://journals.openedition.org/eces/1382>. Acesso em 02 de fevereiro de 2019.

SOUZA JÚNIOR, Hormindo Pereira de. A centralidade ontológica do trabalho como essência da educação e dos conhecimentos. In: MENEZES NETO, Antonio Julio et al (Orgs.) **Trabalho, política e formação humana**. São Paulo: Editora Xamã, 2009, p. 129-138.

SOUZA JUNIOR, Justino de. Princípio educativo e emancipação social: a validade do trabalho e pertinência da práxis. In: MENEZES NETO, Antonio Julio et al (Orgs.) **Socialismo e Educação**. Belo Horizonte: Editora Fino Traço, 2013, p. 49-62.

STRECK, D. R.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J. J. (Orgs.). **Dicionário Paulo Freire**. 2. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. 439 p.

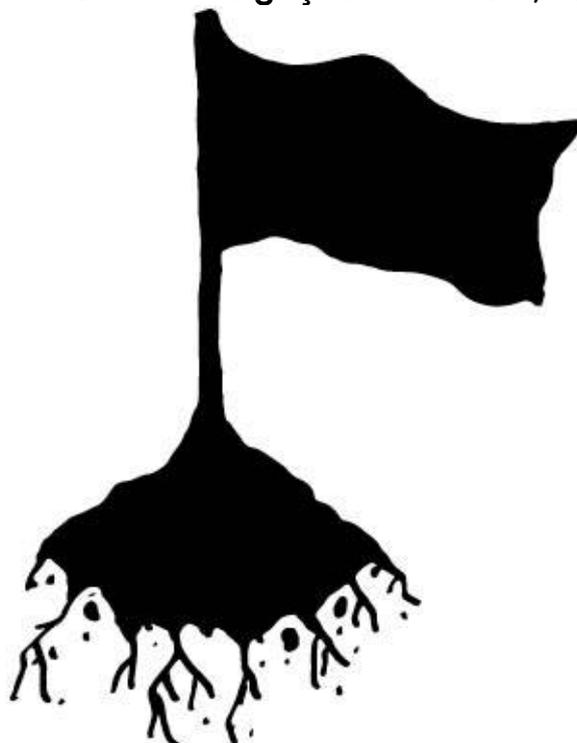
SZACHI, Jerzy. **As utopias**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1972.

WEBER, Florence. **Trabalho Fora do Trabalho: uma etnografia das percepções**. Tradução de Roberta Ceva. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2009.

ZIBECCHI, Raúl. **Territórios em resistência: cartografias políticas das periferias urbanas latino-americanas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2015.

ANEXOS

Imagem 119: Cartaz divulgação Terra Preta, 2013



ENCONTRO LIBERTÁRIO
TERRA PRETA

Ocupação Guarani-Kaiowá • Contagem • MG

30 AGO a 1 SET

**SARAU ★ MÚSICA ★ DEBATES ★ OFICINAS
 ★ FEIRA GRÁTIS ★ FAÇA-VOCÊ-MESMO ★**

Leve rango, talheres, copos, mudas, sementes,
 ferramentas, barracas...

+infos::

<http://encontroterrapreta.wordpress.com>
<http://ocupacaoguaranikaiowa.wordpress.com>
terrapreta@riseup.net

Imagem 120: Cartaz divulgação II Terra Preta, 2016

ENCONTRO LIBERTÁRIO
TERRA PRETA

dias || 02 e 03 ||
|| 09 e 10 || **ABRIL**



OCUPAÇÃO

Guarani Kaiowa

OFICINAS | RODAS DE CONVERSA | MÚSICA
FEIRA DE MATERIAIS LIBERTÁRIOS

Fonte: www.ocupacaoguaranikaiowa.wordpress.com

Imagem 121: Certificado de premiação, Manizales, Colômbia



Fonte: Acervo próprio, 2018.

Imagem 122: Cartaz divulgação exposição Olhares Infantis



CRIANÇAS GK OLHARES INFANTIS

fotografias postais



EXPOSIÇÃO:

de 22 a 30 de abril de 2019
Sala Multiuso2 / Centro Cultural de Contagem
R. Dr. Cassiano, 130 - Centro

Troca de saberes com presença das crianças, no Apoema Sarau Livre:

26 de abril (sexta), das 19 às 22h

Visitação: de segunda a sexta, das 9 às 17h

Idealização:

Frederico Lopes

Produção:

Renata Segatto, Bárbara Tavares,
Camila Zucon, Rodrigo Guedes, Tiê
Pordeus, Christofer Silva, Mayara
Escanhoela, Guilherme Brant
e Crianças GK.

Contato:

(31) 991962518

[facebook.com/OcupacaoGuaraniKaiowa](https://www.facebook.com/OcupacaoGuaraniKaiowa)



Secretaria de
Cultura, Esporte
e Juventude



Fonte: Fernando Perdigão, Centro Cultural de Contagem, 2019.

Imagem 123: Cartaz divulgação F5



F5 FESTIVAL DE CULTURA INDEPENDENTE
DE CONTAGEM - 2018

EXPOSIÇÃO
OLHARES INFANTIS
Frederico Lopes e as Crianças da Ocupação Guarani Kaiowá

DIA 15
SÁBADO
a partir das 14H
Biblioteca Cultural CapaBode
Rua sinha do rancho, 284
Nossa senhora de Fátima, Contagem.

Fonte: Andressa Pestili, Festival de Cultura Independente de Contagem, 2018

Imagem 124: Divulgação Samba da Virada na GK



Fonte: Inajá, 2018.

APÊNDICES

Imagem 125: Carta Anuência Ocupação Guarani Kaiowá**CARTA DE ANUÊNCIA**

A Ocupação Guarani-Kaiowá, situada no bairro Ressaca, em Contagem/MG, declara para os devidos fins que, aceitaremos na Comunidade o pesquisador Frederico Alves Lopes, aluno de mestrado do Programa de Pós-Graduação Conhecimento e Inclusão Social em Educação, que está sob a orientação da Prof^ª. Antônia Vitória Soares Aranha, a desenvolver a pesquisa intitulada "Trabalho e Educação: perspectivas teóricas e metodológicas no estudo do tema trabalho, processo de trabalho e saberes do trabalho", cujo objetivo é examinar como se desenvolvem as práticas educativas no trabalho de construção da Ocupação Guarani-Kaiowá.

Essa aceitação está condicionada ao compromisso do pesquisador em seguir as determinações constantes na resolução 466/2012, do Conselho Nacional de Saúde, que regem as pesquisas científicas na Universidade Federal de Minas Gerais, por meio do Comitê de Ética em Pesquisa (COEP), comprometendo-se a utilizar os dados coletados exclusivamente para fins de pesquisa e de divulgação científica. Além disso, o pesquisador também se compromete a não gerar nenhuma despesa para esta comunidade, bem como garante o fornecimento de quaisquer esclarecimentos, assim como tirar dúvidas, nos contatos fornecidos.

Contagem, 29 de outubro de 2017.

Neusiana da Silva Lucas.
moradora e Liderança

Pesquisadora Profa. Orientadora Antônia Vitória Soares Aranha - Tel: (31) 34096228

Pesquisador Mestrando Frederico Alves Lopes - Tel: (31) 991962518 / 25850256

Comitê de Ética de Pesquisa (COEP-UFGM) – Tel: (31) 3409 4592

Fonte: Frederico Lopes, acervo próprio, 2017.

Imagem 126: Release exposição Centro Cultural de Contagem

Mostras de Arte em Contagem

CRIANÇAS GK

OLHARES INFANTIS | FOTOPOSTAIS

Depois de passar por Buenos Aires (2018), na Argentina, e ser premiada em Manizales (2018), Colômbia, a exposição *Olhares Infantis* se apresenta na sua terra natal: Contagem.

Olhares Infantis compõe a investigação de Mestrado em Educação, desenvolvida por Frederico Lopes, com projeto de pesquisa sobre o protagonismo infantil na Comunidade Guarani Kaiowá, sob orientação da Professora Antônia Vitória Soares Aranha (FaE/UFMG).

Durante a disciplina de Formação Transversal em Espaços Coletivos, Propriedades, Lutas e Utopias, ofertada na Escola de Arquitetura da UFMG, pelas professoras Ana Baltazar e Louise Ganz, em 2018, propôs-se vivências, através de oficinas de fotografia, com as crianças da Comunidade Guarani Kaiowá.

Cinco câmeras digitais antigas foram deixadas com algumas crianças durante uma semana, e revezadas entre elas, para que então o material fosse recolhido no sábado seguinte. Esse processo se repetiu durante todo o ano de 2018, tendo como desfecho, a confecção de *152 fotos impressas como cartões-postais*, o vídeo *Olhares Infantis*, e o filme *GK, a gente é uma comunidade*, frutos dos materiais produzidos pelas próprias crianças participantes.

A iniciativa buscou, que por meio da imagem, pudéssemos ver cenas cotidianas através do olhar das crianças da comunidade e o modo que eles vivem, sem interferência de agentes externos a fotografá-los, mas fazendo com que elas próprias tenham a possibilidade de brincar de fazer imagens, para que então, essa vida que (re)existe fosse colocada como cartão postal da cidade que ela, de fato, compõe.

AUTORIA DAS FOTOS: NINA GK, TIAGO GK, PÂMELA GK, SAMUEL GK, YARA GK, ISACK GK, DAVI GK, EMILY GK, RODRIGO GK, JUNIOR GK, LETÍCIA GK, NAIARA GK, OSÉIAS GK, RAFAELA GK, MARIA GK, THAILANE GK, THAINÁ GK, JAMILLY GK, NICOLLE GK, KETLEN GK, TÂMARA GK, ÍTALO GK, GUILHERME GK, KAUÃ GK E MUITAS OUTRAS CRIANÇAS QUE ENCHEM DE LUZ ESSA COMUNIDADE.

EQUIPE PRODUÇÃO: FREDERICO GK, MAYARA GK, RENATA GK, BÁRBARA GK, CAMILA GK, RODRIGO GK, TIÊ GK, CHRISTOFER GK, GUILHERME GK.

EMPRÉSTIMO CÂMERAS: CAMILA GK, ANDRÉIA E RIVERSON GK, CINTHYA GK, ANA GK, GOIABA GK, LEANDRO GK E MANUEL GK.

Contato: [facebook.com/ocupacaoguaranikaiowa](https://www.facebook.com/ocupacaoguaranikaiowa)
Telefone: 991962518

BIG SHOPPING 25
Secretaria de Cultura, Esporte e Juventude
PREFEITURA CONTAGEM

Fonte: Frederico Lopes, Projeto TudoAver, acervo próprio, 2019.

Apêndice: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

TERMO AUTORIZAÇÃO CRIANÇA GK

Eu,,
moradora(o) da Ocupação Guarani Kaiowá, autorizo o apoiador e estudante da UFMG, Frederico Alves Lopes, a realizar entrevista comigo, para fins de sua pesquisa sobre a organização das crianças moradoras da GK. Se ficar muito cansativo não terei vergonha de pedir para parar e recomeçar outro dia.

Contagem, de de 2019.

Assinatura

AUTORIZAÇÃO MÃE OU RESPONSÁVEL

Eu, autorizo Frederico Alves Lopes, estudante de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais a entrevistar minha/meu filha(o) e utilizar os dados coletados na sua pesquisa sobre a Ocupação Guarani Kaiowá.

Contagem, de de 2019.

Assinatura

Identidade

Apêndice: Roteiro de Entrevista Crianças GK

- Dados pessoais (nome, idade, membros da família).
- Como você se define?
- Onde morava antes de vir morar na Ocupação?
- Por que sua família resolveu vir morar aqui?
- Como é sua relação com os adultos aqui da Ocupação?
- E sua relação de amizade com as outras crianças?
- Brincadeiras preferidas?
- Gosta de estudar?
- Exerce algum tipo de trabalho?
- Profissão das mães antes de virem morar na Ocupação?
- O que as mães fazem atualmente?
- Qual a sua rotina?
- A coisa mais legal de morar na GK? E o que mudaria?
- Quais as memórias mais marcantes nesse tempo de GK?
- Encontros, manifestações, mobilizações que já participou morando aqui?
- O que aprendeu depois de vir morar aqui?
- Como é crescer dentro de uma Ocupação?
- Se considera uma(um) líder das crianças aqui dentro?
- Expectativas de futuro?